

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**LUIZ FERNANDO VASCONCELOS DE FREITAS**

**DO PROFAVELA À IZIDORA: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM  
BELO HORIZONTE**

**BELO HORIZONTE  
2015**

**LUIZ FERNANDO VASCONCELOS DE FREITAS**

**DO PROFAVELA À IZIDORA: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM  
BELO HORIZONTE**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Faculdade de Direito da  
Universidade Federal de Minas Gerais, sob  
orientação da Professora Doutora Maria  
Fernanda Salcedo Repolês, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre.**

**BELO HORIZONTE**

**2015**

**LUIZ FERNANDO VASCONCELOS DE FREITAS**

**DO PROFAVELA À IZIDORA: A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM  
BELO HORIZONTE**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Salcedo Repolês, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.**

---

Professora Doutora Maria Fernanda Salcedo Repolês (Orientadora) – UFMG

---

Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos - UFMG

---

Professora Doutora Natacha Silva Araújo Rena - UFMG

Belo Horizonte, agosto de 2015.

Dedico essa dissertação ao bravo companheiro Manoel Ramos de Souza, o Bahia, que tombou na luta por uma cidade rebelde que atenda às reais necessidades dos pobres urbanos. Não seguiremos sem sua memória subversiva, sem sua vontade teimosa de seguir lutando, sem sua morte vivida. O amor revolucionário o levou ao martírio e seu sangue lavou nossos sonhos e nossas fragilidades. Você vive em cada sem-teto que luta por uma cidade onde haja tudo para todos! Bahia não morreu, se multiplicou!

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores e moradoras das ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana por ensinarem aquilo que em nenhum outro lugar poderíamos aprender a não ser pisando no chão da luta: espírito revolucionário.

À Cíntia de Freitas Melo pela memória acadêmica cotidianamente partilhada.

Ao David Francisco Lopes Gomes pelo apoio decisivo para meu ingresso no Programa de Pós- Graduação.

À professora Maria Fernanda Salcedo Repolês por abrir amplos horizontes desde a graduação.

Às camaradas e aos camaradas das Brigadas Populares - ao lado de vocês sinto o impulso na construção de uma cidade em que caibam todos e todas. Buscando ter consciência revolucionária e subjetividade rebelde seguimos no caminho militante de transformar radicalmente as cidades. Em especial a Joviano Mayer, Rafael Bittencourt, Isabella Gonçalves Miranda, Clara Maragna, William Azalim, Felter Rodrigues, Sr. Orlando, Bruno Cardoso, Vivian Tofanelli, Marcos Paganini, Thiago Canettieri, e Natália Barud.

Aos lutadores e lutadoras da década de 1980 em Belo Horizonte. A luta no presente só tem sentido se resgatar as lutas travadas por cada companheiro e companheira que se dedicou a construir uma nova cidade no passado. Sabemos que se as forças opressoras vencem no presente os mortos do passado não estarão seguros!

À minha família.

Aos amigos da Pós-Graduação: Juliano Santos Calixto, Éder Fernandes Santana e Rodrigo Badaró de Carvalho.

À professora Mônica Sette Lopes pelo carinho.

Aos servidores do colegiado de pós-graduação em Direito, em especial ao Wellerson Alves de Roma e Maria Luiza Cardoso de Aguiar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo financiamento da pesquisa.

“Então assim, isso é muito contraditório. As pessoas que constroem a cidade, que faz parte da cidade e que é a cidade, não têm direito à cidade. Então tá na hora da gente mudar isso, tá na hora da gente falar: oi, eu sou a cidade e eu tenho direito a morar na cidade. E é isso que as ocupações fazem. É o grito das ocupações hoje. Nós construímos as cidades, nós construímos esse estado, construímos esse país e também somos brasileiros. Então nós vamos garantir ser parte disso, ser parte da cidade. Isso é importante porque é só através da ocupação é que você vai ter essa consciência. Quando você é individual, individualista, que você vai levantar cedo e vai trabalhar você não tem essa consciência, você vive em outra realidade, em outro mundo. A partir do momento que você tem essa formação, essa construção coletiva, você se transforma em algo que o governo, o poder público não quer jamais, que são pessoas, homens e mulheres, guerreiros e guerreiras, lutando pra garantia de todos os direitos e com consciência social, política, ambiental e todas as outras consciências aí.” Charlene Cristiane Egídio – liderança da Ocupação Rosa Leão

## RESUMO

A presente dissertação consiste no estudo da aprovação de uma legislação de direito urbanístico na década de 1980, em Belo Horizonte, que reconheceu direitos fundiários aos favelados e buscou inseri-los como parte da cidade. A partir de entrevistas com militantes políticos da época analisa-se a relação dos movimentos sociais com a criação da Lei do PROFAVELA – suas potencialidades e limites. Em um segundo momento, passa-se à discussão da política habitacional que hoje está em vigor no Brasil. O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é apresentado pela ótica do Governo Federal, Movimentos Sociais e academia. Faz-se uma crítica à sua gestão meramente mercadológica em contraponto a uma política urbana levada a cabo pelas ocupações urbanas. Nesse sentido, no terceiro momento, busca-se narrar a luta de três ocupações - Rosa Leão, Esperança e Vitória - e sua origem nas “Jornadas de Junho de 2013”, com seus desdobramentos no campo da forma de organização política. O eixo integrador das lutas em 1980 e no presente é feito pelo conceito de história entendida como espaço-tempo em aberto que conecta as lutas do presente ao passado, resgatando as vitórias e derrotas de quem dedicou a vida a transformar a cidade. Por fim, apresenta-se a tensão entre o modelo habitacional do MCMV e a forma horizontal das ocupações urbanas para apontar que estas se materializam como o direito de milhares de famílias efetivarem o direito à moradia adequada e o direito à cidade como direito de transformar a cidade e a si mesmos.

Palavras-chave: Direito à cidade. História. Movimentos Sociais. Luta urbana

## ABSTRACT

The present dissertation studies the approval of the urbanistic law in the 80's, in the city of Belo Horizonte, that recognized land rights to the people who lived in 'favelas' and tried to insert them as part of the city. Through interviews with political activists from that time analyses the relation between Social Movements with the creation of the PROFAVELA law - its potentialities and limits. In a second moment go through the discussion of the housing policy which is in force in Brazil nowadays. The program 'Minha Casa, Minha Vida' (MCMV) - My house, My life - is presented by the optical view of the Federal Government, Social Movements and University. The dissertation develops a critical about its management purely market in counterpoint to an urban policy carried out by the Urban Occupations. In this sense, in the third moment, pursuit to narrate the struggle of three occupations 'Rosa Leão', 'Esperança', e 'Vitória' and it's origins in the 'June Journey of 2013', with its consequences in the field of political organization form. The integrator axis of the struggles in 1980 and in the present is done by the concept of history understood as an open space-time that connects the struggles of the present to the past, rescuing the victories and defeats of who dedicated their life to transform the city. For conclusion, it is presented the tension between the MCMV housing policy model and the horizontal way of the Urban Occupations to point that those materialize as the right of thousand of families to carry out the right to adequate housing and the right to the city as a right to transform the city and themselves.

Keywords: Right to the city. History. Social movements. Urban struggle.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: PROFAVELA e os movimentos sociais – conquistas e limitações</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1 A luta pelo direito à cidade no contexto da redemocratização.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 O ideário da Lei do PROFAVELA.....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 Movimentos sociais em Belo Horizonte na década de 1980 e a criação do PROFAVELA.....</b>	<b>31</b>
<b>1.4 Os limites do projeto calcado no PROFAVELA.....</b>	<b>41</b>
<b>Capítulo 2 – O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).....</b>	<b>49</b>
<b>2.1 O ideário do Governo Federal sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).....</b>	<b>49</b>
<b>2.2 A visão dos movimentos sociais sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.....</b>	<b>53</b>
<b>2.3 A crítica acadêmica ao Minha Casa, Minha Vida (MCMV).....</b>	<b>60</b>
<b>2.4 O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em Belo Horizonte e Região Metropolitana.....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo 3 A Operação Urbana Consorciada da Izidora: dois modelos de política urbana em disputa.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 O projeto da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para a Mata da Izidora.....</b>	<b>69</b>
<b>3.2 O histórico de luta das ocupações da Izidora.....</b>	<b>73</b>
<b>3.3 #ResisteIzidora no contexto das Jornadas de Junho de 2013.....</b>	<b>89</b>
<b>3.4 A tensão entre o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e as ocupações horizontais.....</b>	<b>96</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>103</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>108</b>

<b>Anexo I - Cartilha PROFAVELA: É preciso conhecer os nossos direitos para poder lutar por eles.....</b>	<b>116</b>
<b>Anexo II – Entrevistas.....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo II.1 – Entrevista com Antônio Cosme Damião Pereira.....</b>	<b>124</b>
<b>Anexo II.2 - Entrevista com Emely Vieira Salazar.....</b>	<b>136</b>
<b>Anexo II.3 - Entrevista com Antônio Leandro Barbosa.....</b>	<b>146</b>
<b>Anexo II.4 – Entrevista com Pier Luigi Bernareggi (Padre Pigi).....</b>	<b>157</b>
<b>Anexo II.5 - Entrevista com Vicente Gonçalves.....</b>	<b>169</b>
<b>Anexo II.6 – Entrevista com Maria Cristina Fonseca de Magalhães.....</b>	<b>185</b>
<b>Anexo II.7 – Entrevista com Charlene Cristiane Egídio.....</b>	<b>198</b>
<b>Anexo II.8 – Entrevista com Edna Gonçalves Lopes.....</b>	<b>203</b>
<b>Anexo II.9 - Roda de conversa na ocupação Vitória.....</b>	<b>205</b>
<b>Anexo III – Histórico do PROFAVELA por José Carlos Laender.....</b>	<b>219</b>
<b>Anexo IV – Cartilha “Minha Casa, Minha Luta” .....</b>	<b>223</b>
<b>Anexo V - Panfleto da Polícia Militar.....</b>	<b>242</b>
<b>Anexo VI – Flyer Indisciplinar.....</b>	<b>243</b>
<b>Anexo VII – Foto Tom Zé.....</b>	<b>244</b>
<b>Anexo VIII – Horta.....</b>	<b>245</b>

## **INTRODUÇÃO**

As cidades brasileiras experimentaram um enorme crescimento populacional nas últimas décadas. Entre 1940 e 1980 a população passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana e hoje encontra-se no patamar de urbanização de 84% conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Acontece que historicamente o processo de urbanização da sociedade brasileira se fundamenta em formas precárias de produção das cidades já que segrega territorialmente os locais com infra-estrutura urbana, reservado às classes alta e média, dos locais de moradia dos pobres que contam com baixo grau de acesso a serviços públicos e com restrições no que toca à segurança da posse em seu local de moradia.

Tal realidade foi agravada, como se verá nesse trabalho, nos últimos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, especificamente a partir de 2009, com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, período marcado por uma intensa valorização do mercado da construção civil, como motor da economia.

Essa postura, aliada ao financiamento de grandes construtoras por via do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que abriram seu capital, conformaram uma gestão empresarial do espaço ligada à reprodução ampla do setor da construção civil.

As cidades brasileiras, assim, integradas ao sistema capitalista, não são apenas espaço de reprodução das forças de trabalho, mas também próprio objeto de reprodução capitalista. Tem-se, dessa forma, os interesses daqueles que vêm nas cidades objeto de lucro e, lado outro, grandes contingentes populacionais que querem fruir os direitos no espaço urbano. O urbano, assim, é objeto de disputas de vários interesses que se materializam na dimensão espacial.

A cidade é uma obra coletiva. Ela é produzida e reproduzida pelo trabalho coletivo de vários setores sociais, mas é apropriada por uma parcela específica do corpo social que tem acesso ao que ela oferece de forma privilegiada. Assim, são centenas de milhares de trabalhadores que diuturnamente constroem a cidade, mas que não tem acesso à moradia adequada, ao lazer, aos serviços básicos.

A vida das cidades, então, está relacionada diretamente com a vida social e sua gestão e fruição deveria ser dar de forma coletiva. No entanto, nem todos que vivem e trabalham nas cidades tem acesso aos seus benefícios. Essa proposição mostra que a cidade é essencialmente política e sua plena realização está diretamente relacionada com o nível de apropriação que se faz dela.

A cidade cindida, separada por cercas, reais e imaginárias, está em constante movimento de avanços e recuos no que toca a esse embate entre o valor de uso nas cidades, a expressão dos direitos e sua efetivação, e o valor de troca expresso na mercantilização do espaço e dos serviços essenciais à boa manutenção da vida urbana.

Assim, há uma luta contínua no espaço urbano por sua apropriação e pela superação da segregação sócio-espacial. A cidade em sua expressão de valor de uso ganha relevo nas lutas coletivas em enfrentamento direto à cidade em sua dimensão mercadológica, apenas como valor de troca.

Nessa trilha, no que toca ao direito à moradia, cumpre registrar que não é pela via do mercado formal que as famílias brasileiras pobres conseguiram e ainda hoje conseguem acessar esse direito. As ocupações urbanas, loteamentos irregulares, auto-construção por via do mutirão são soluções encontradas pelos pobres urbanos e não as vias previstas pelo ordenamento jurídico como a compra e venda com registro nos cartórios de imóveis.

Em Belo Horizonte no ano de 1912, quinze anos após a inauguração da nova capital de Minas Gerais, 60% da população já morava fora do raio da cidade planejada em zonas sub-urbanas ou rurais. Os trabalhadores da capital, que ergueram a cidade, não podiam morar nela e constituíram as primeiras favelas no Córrego do Leitão (hoje Barro Preto) e no Alto da Estação (atual Santa Tereza). (AFONSO; AZEVEDO, 1987: 111-112)

Essas formas históricas de produção de moradia alternativas ao sistema do mercado imobiliário formal são freqüentemente lançadas na ilegalidade. Ignoradas como meios acessíveis pelo próprio direito, mas mesmo que não sigam a lógica prevista pelas vias institucionais são formas legítimas de se acessar a moradia e a cidade.

A situação de desigualdade social manifestada no acesso à moradia pode ser quantificada no déficit habitacional aferido pela Fundação João Pinheiro. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte o número de famílias sem casa atinge a marca de 115.045 e no Estado de Minas Gerais é de 454.080 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014).

Tal conjuntura demonstra a importância de se pensar como se dão os processos de urbanização e de acesso a direitos no espaço urbano, notadamente o direito à moradia adequada, base para o desenvolvimento da personalidade humana e para a efetivação de direitos sociais nas cidades.

Nesse sentido os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia e pela cidade são fundamentais para pressionar o poder público para uma política habitacional efetiva e que consiga fazer frente ao enorme déficit habitacional que assola as cidades brasileiras.

Em Belo Horizonte existe um histórico de luta pela moradia e por Reforma Urbana que gerou um marco institucional que foi referência nacionalmente quando da criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas - PROFAVELA e da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) na primeira metade da década de 1980.

A Lei Municipal do PROFAVELA nº 3.532/83 e seu Decreto Regulamentar nº 4.762/84 criaram o Programa Municipal de Regularização de Favelas com o intuito de promover a urbanização e regularização fundiária das áreas consideradas informais de Belo Horizonte. Seu intuito era preservar as características das ocupações espontâneas do território da capital mineira solucionando o conflito dominial em torno das terras ocupadas.

A cidade foi referência mesmo antes da publicação do capítulo de Política Urbana na Constituição Federal de 1988 – a primeira na história constitucional a trazer tal temática. Cumpre registrar que esse capítulo foi fruto de uma grande mobilização social em torno da questão urbana e que resultou na proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana que levou à conquista dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Convém realçar que o ideário da Reforma Urbana se constituiu historicamente como espaço simbólico, principalmente na construção feita pelos movimentos populares, de articulação de diversas lutas em torno da temática da justiça social nas cidades, o que constitui novos direitos e novos espaços políticos.

Entende-se Reforma Urbana como a luta por sentidos interpretativos de justiça social diante das contradições produzidas pelo sistema capitalista no espaço urbano. A contradição principal é a própria contradição do sistema capitalista: a riqueza é produzida por toda a coletividade, toda a sociedade, mas é apropriada por determinada classe social. Com as cidades não é diferente – elas são produzidas coletivamente, mas uma pequena parcela da sociedade tem acesso verdadeiramente a ela no que toca ao exercício de direitos – lazer, cultura, transporte, saúde, trabalho não alienado.

O presente trabalho tem o intuito de analisar a criação da legislação do PROVAFELA em Belo Horizonte, seus avanços, limites e a relação com movimentos sociais no período tendo em vista esse contexto de lutas por Reforma Urbana por via do direito à moradia e à cidade.

Durante toda a pesquisa buscou-se trazer à tona a voz dos excluídos do direito à cidade por via da transcrição de trechos de entrevistas com pessoas integrantes dos movimentos sociais da década de 1980 e com lideranças de ocupações urbanas do cenário atual de Belo Horizonte. Por isso não nos limitamos ao levantamento dos documentos oficiais, da Legislação e da análise da Política Pública. Buscamos ressaltar como os movimentos sociais participaram e se posicionaram.

Além de estudar a legislação sobre regularização fundiária da década de 1980 a pesquisa pretende fazer uma crítica ao Programa Habitacional atual que está sendo executado em todo o país para em seguida adentrar no conflito que se estabeleceu em função de três ocupações urbanas em Belo Horizonte – Rosa Leão, Esperança e Vitória.

Nessa linha de pensamento, há uma interligação entre o passado e o presente que são temporalidades em aberto (LÖWY, 2012:147) passíveis de formulação e reformulação sempre tendo como referência as lutas e seus eventos, seus acontecimentos que se interconectam no tempo formando constelações entre vivências coletivas que buscam a superação de opressões.

Somente quando uma situação no presente se assemelha ao passado é que entende-se a verdadeira imagem do passado. Os instantes de perigo no presente nos permitem olhar para a história, que a princípio passou, e entender de forma verdadeira os perigos enfrentados no passado (BENJAMIN, 2012:11).

Cada geração, na visão de Walter Benjamin, clama por redenção, por libertação das amarras das mais diversas opressões pelas quais a humanidade está submetida. As vozes daqueles que foram oprimidos no passado, daqueles que lutaram por uma nova cidade, ecoam ainda hoje e se unem as lutas do presente de forma que se realize uma verdadeira transformação das cidades.

A luta pelo direito à cidade, categoria que atravessa esse trabalho, é uma luta por redenção, se a vitória não acontece os mortos do passado morrem mais uma vez. Se as forças da repressão, que sufocam a democracia, vencem, os mortos do passado não estarão seguros.

Daí a necessidade de se pensar as lutas urbanas de 1980 articuladas com as lutas urbanas do presente. O passado ecoa no presente e o presente tem a potencialidade de redimir todos aqueles que tombaram na luta por uma cidade onde haja tudo para todos. Os discursos temporais, passado e presente, criam, assim, uma constelação pela redenção da história e pela vitória dos oprimidos.

A história faz sentido para os atores que se articulam no decorrer dos eventos históricos. Os atores coletivos se imbricam em uma nuvem de testemunhas ativas das lutas urbanas e cada derrota ou vitória abre um campo de possibilidades para mudanças e projetos de cidade diferenciados no presente.

O cenário político do presente na cidade de Belo Horizonte, de um lado, os momentos de perigo, em que violações de direitos humanos ocorrem e podem ocorrer, de outro, as conquistas políticas dos movimentos sociais, remetem ao passado como forma de perceber quais os perigos, os avanços e retrocessos foram experimentados pelos lutadores e lutadoras daquele tempo.

O que estava em pauta, tanto nos 1980, quanto hoje, é um avanço no que toca as formas como as cidades são configuradas. Como as cidades podem se tornar espaços mais justos em que a população cidadina possa viver com qualidade de vida e exercitando, para tanto, os vários direitos no espaço urbano. Estava em pauta e ainda

está a superação da cidade excludente e a criação de uma nova cidade, uma nova forma de sociabilidade urbana.

A base para a nossa reflexão é a definição de Henri Lefebvre em *O Direito à cidade*, no qual ele afirma que esse direito está relacionado com o envolvimento dos cidadãos na construção do espaço urbano, criando-o de forma renovada, para além daquilo que já existe. Veja-se:

O direito à cidade não pode ser concebido com um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o “urbano”, lugar do encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2011:117)

David Harvey, na mesma linha, define o direito à cidade como sendo o direito de transformar a cidade em tantas outras cidades possíveis de forma a atender as reais necessidades da população. Em 2009, Harvey esteve no Brasil e fez a palestra inaugural do seminário *Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo*, e assim definiu esse direito humano:

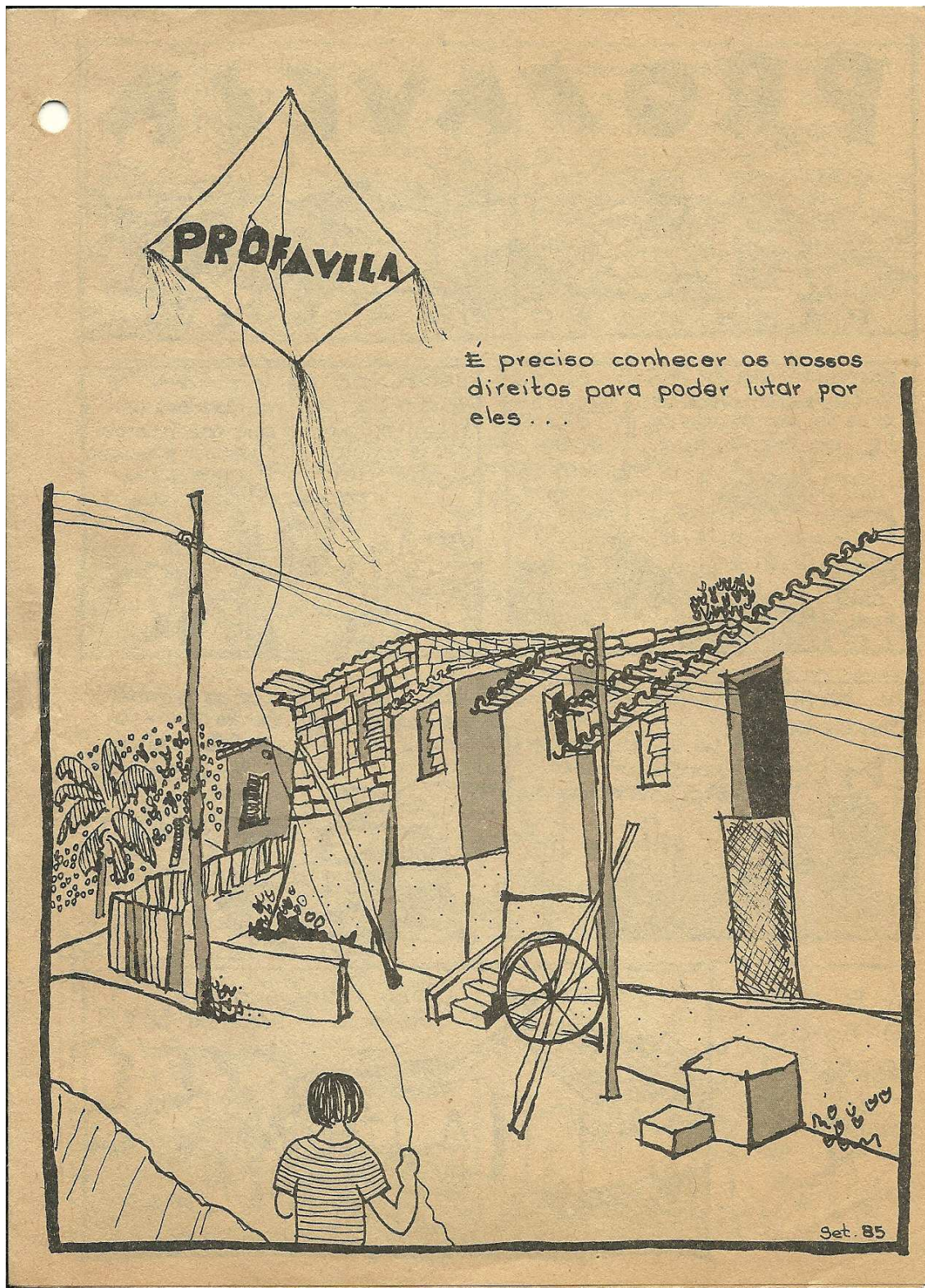
Eu tenho trabalhado já há algum tempo com a idéia de um direito à cidade. Eu entendo que o direito à cidade significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter - e eu vou usar uma expressão do inglês - as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital. (HARVEY, 2009: s/n)

O direito à cidade, tal como formulado por David Harvey, é o direito de transformar a cidade de forma que ela possa atender as reais necessidades de sua população. A luta desses movimentos em Belo Horizonte pela regularização de sua atuação fundiária é uma luta pelo direito a uma cidade que atenda às reais necessidades de moradia em uma cidade excludente.

Com esse percurso, então, busca-se demonstrar que a luta dos movimentos sociais politizou os discursos sobre o direito e que a produção social do espaço passa a assentar-se na concepção de direito à cidade para todos e na busca pela direito de criação e fruição do espaço social marcado por interações igualitárias de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço urbano.

Para o presente trabalho é fundamental a busca pela compreensão dos discursos sobre o urbano produzidos pelos movimentos sociais, suas formas de representação em torno de cidades mais justas e igualitárias, suas plataformas, suas conquistas e derrotas, suas contradições e limites, pois entender isso é entender a construção do próprio direito e suas respectivas representações sócio-políticas.

**Capítulo 1: PROFAVELA e os movimentos sociais – conquistas e limitações**



<sup>1</sup> Imagem da capa de Cartilha produzida pela Faculdade de Arquitetura Izabela Hendrix e Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS). A cartilha completa está anexada ao final do presente trabalho (anexo I).

## **1.1 A luta pelo direito à cidade no contexto da redemocratização**

A década de 1980 é marcada pela tensão entre redemocratização e autoritarismo. Diversos sujeitos coletivos, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais - a sociedade em geral - estabeleceram um movimento no sentido de superar o período da ditadura-civil-militar-empresarial e instaurar um sistema democrático.

Por outro lado, o governo militar e as forças reacionárias que o sustentava articulavam a abertura controlada do regime de forma a manter sua hegemonia mesmo após a realização de eleições. Diante dos limites do Banco Nacional de Habitação (BNH) as mobilizações em torno do direito à moradia, nesse cenário, representavam essa tensão entre forças democráticas e forças conservadoras.

É preciso lembrar que a pauta da Reforma Urbana surge em 1964 com a sua inserção nas pautas das Reformas de Base do governo João Goulart. Esse movimento é abortado com o golpe militar e a pauta da moradia é absorvida pelo regime com a criação de moradias pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Moradias produzidas sem acesso à urbanidade, longe das regiões centrais da cidade e que não atendiam aos setores populares.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado pelo regime militar, favoreceu apenas as classes médias emergentes e os conjuntos habitacionais foram erguidos em periferias distantes de áreas já consolidadas. Tal política serviu para consolidar o sistema de reprodução do capital imobiliário (MARICATO, 1997:49).

Ermínia Maricato argumenta que houve uma aliança política clientelista entre o empresariado da construção civil, classes médias, atores políticos vinculados ao regime ditatorial e a classe política em geral que gerou um sistema de habitação totalmente corrompido. Veja-se:

Pode-se dizer que uma aliança de interesses políticos clientelistas dos setores do capital de promoção imobiliária com o de construção conduziu a política habitacional aqui referida. Proprietários de terra, setores do capital financeiro imobiliário, assim como a classe média, também foram beneficiados. Distribuindo os apartamentos dos conjuntos habitacionais populares como se fossem presentes pessoais, políticos tradicionais se elegeram continuamente, trocaram favores também com seus financiadores de campanha e incentivaram a inadimplência no pagamento da prestação da casa própria. Afinal, quem trocou a casa pelo voto não se viu na obrigação de pagar a prestação, que dessa forma retornaria ao fundo. A inadimplência nos conjuntos habitacionais populares sempre foi significativa em todo o Brasil. (MARICATO, 1997:50)

O modelo de financiamento da habitação adotado nacionalmente em 1966 estava fundado na captação de recursos de poupança através do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) que conformavam o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Adauto Lúcio Cardoso e Thêmis Amorim Aragão, no artigo *“Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil”*, apontam que os recursos da poupança eram destinados aos setores médios:

Os recursos da caderneta de poupança são destinados primordialmente ao financiamento habitacional para os setores de renda média, com taxas de juros variando conforme a faixa de renda a partir de 10% ao ano mais a variação da inflação. Segundo as normas em vigor, os bancos devem aplicar no mínimo 65% dos recursos em financiamentos habitacionais, operando a taxas de juros pré-fixadas, podendo operar a taxas superiores, para financiamentos a faixas de renda mais elevadas, mas com restrições de volume máximo estabelecidas por resoluções do Conselho Monetário Nacional. (CARDOSO; ARAGÃO,2013:23)

Em Belo Horizonte a luta pelo direito à moradia adequada, já no início da década de 1980, formava um pólo de luta no período de transição democrática e levantava a bandeira do acesso à terra urbana pelos setores favelados, com a conseqüente segurança da posse de comunidades pobres.

Os movimentos sociais aqui estudados, União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), Pastoral de Favelas e Federação de Associações dos Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH) lutavam pelo reconhecimento de direitos em uma tentativa de democratização da sociedade.

É importante realçar que a categoria movimentos sociais é utilizada nesse trabalho tendo como referência a formulação de Maria da Glória Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. (...) Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem suas ações.(GOHN,2004:251)

Pretende-se analisar, assim, a relação entre os movimentos sociais acima mencionados na luta pela terra em Belo Horizonte na década de 1980 e a criação de um campo político de força social em torno do conflito que se estabeleceu na busca pela regularização e reconhecimento das favelas na cidade. As demandas dos movimentos e suas formas de pressão e mobilização são importantes para a compreensão da formação de um modelo de inovação social no que toca à política urbana.

E ainda sobre o conceito de movimentos sociais Gohn assim se manifestou na seguinte entrevista:

Definições já clássicas sobre os movimentos sociais citam suas características básicas como sendo aquelas organizações que possuem uma identidade, tem um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade. Historicamente se observa que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade, apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização e têm uma certa continuidade e permanência. (...) Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a Esfera Pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política tem grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.(GOHN, 2011:336)

Nessa linha de raciocínio, busca-se analisar no presente trabalho as demandas e lutas em torno da Reforma Urbana em Belo Horizonte e seus potenciais de criação de uma nova realidade social fundada na justiça social urbana, seja com o PROFAVELA em 1980, seja com as ocupações urbanas no momento atual.

Estabelecia-se uma tensão geral entre a luta desses movimentos de moradia e a concepção de propriedade como direito absoluto que até os dias de hoje prevalece em amplos setores da sociedade e principalmente nos órgãos do Estado, seja no âmbito do Poder Executivo, seja no Legislativo e no Judiciário.

Mesmo antes da promulgação da Constituição de 1988, momento que foi antecedido de uma enorme mobilização em torno da aprovação da Emenda Popular da Reforma Urbana, Belo Horizonte já se tornou uma cidade pioneira nas mobilizações de movimentos populares urbanos e na aprovação de uma legislação até então inédita no Brasil de regularização fundiária – a lei do PROFAVELA.

Interessante registrar que um dos momentos políticos mais pujantes em Belo Horizonte, no contexto da redemocratização, se deu a partir da luta de sujeitos políticos novos, que não estavam diretamente nas lutas do chão da fábrica, nos sindicatos, mas

sim em lutas que guardavam relação com a vivência cotidiana do território em sua expressão de lugar de moradia e moradia digna, com serviços adequados para o efetivo desenvolvimento desse direito.

A luta conformava-se a partir da consciência de que a cidade deve ser construída e reproduzida de forma a atender também os reais interesses, necessidades e vontades das classes populares configurando-se o que pode ser definido hoje como direito à cidade.

Por igual, o direito à cidade pode ser conceituado como o direito que todo cidadão teria de exercitar outros direitos, notadamente os direitos sociais – direito à saúde, ao transporte, à moradia, ao lazer, por exemplo – no espaço urbano. Nesse sentido, o direito à cidade estaria relacionado com a vida digna nas cidades pela efetividade de direitos.

É nesse sentido também que importa definir Reforma Urbana, na esteira do conceito de direito à cidade de David Harvey citado acima, como a transformação das cidades em outras cidades possíveis que atendam aos interesses de todos, cidades que sejam regidas pelos reais interesses e efetivação de direitos de seus habitantes.

É esse direito à cidade ao qual Harvey se refere que vemos no papel da UTP, da Pastoral de Favelas e da FAMOBH. Com atuação em espaços políticos inéditos, comunidades e favelas, esses sujeitos desempenharam uma função determinante na aprovação de uma legislação de regularização fundiária assentando a criação de um direito à regularização fundiária de territórios considerados como a não cidade.

José Carlos Laender, arquiteto e urbanista, assessor de vários movimentos de favelados na década de 1980, ex-presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), em documento enviado ao Padre Paggi, histórico lutador junto às favelas da cidade, assim esclarece como as favelas não eram de fato consideradas pelo município:

Até 1982/1983 a Prefeitura nem constava as favelas no mapa da cidade. Nos mapas, as favelas eram buracos brancos e considerados aglomerações clandestinas, apesar de serem naquela época constituídas por cerca de 400.000 a 450.000 favelados. Lembrome da frase do então Prefeito Luiz Gonzaga de Souza discutindo um Plano de Urbanização e Erradicação de favelas feito por nossa equipe para o SERVAS de que “favelado mora em favela, que é um aglomerado clandestino, não consta nem na planta da cidade, **portanto não é munícipe e não sendo munícipe a PBH nada tem a tratar.**

Com a LEI DO PROFAVELA em 82/83 é que a PBH passou a considerar oficialmente a existência das 128 favelas em BH, dando-lhe o direito de posse através da Lei de uso e Ocupação do Solo através do Setor Especial Quatro (SE-4) (grifo nosso). (LAENDER, 1989:01)

Frisa-se que esses sujeitos coletivos rompem com o individualismo e trazem a dimensão das lutas coletivas. Eles não são formados previamente, mas brotam das potencialidades da cidade e dos conflitos e contradições que ela apresenta. Por isso mesmo são eivados também de contradições e sua identidade acaba sendo constantemente feita e refeita.

Como nos lembra David Harvey, o direito à cidade rompe com qualquer individualismo nas lutas urbanas. No livro *Cidades Rebeldes – Do Direito à Cidade à Revolução Urbana* assim está conceituado o termo:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, **é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.** A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (grifo nosso). (HARVEY, 2014:28)

Assim, em um contexto de disputa e tensão entre redemocratização e autoritarismo, os movimentos sociais urbanos de Belo Horizonte conseguem se articular de forma a criar uma nova esfera institucional de reconhecimento de direitos ligados à proteção possessória e materializada no PROFAVELA, um avanço democrático, mesmo com seus limites como se verá adiante.

Os movimentos sociais do período conseguem ampliar o espectro de luta política em torno do projeto de redemocratização e avançam na formação de sujeitos fundamentais no contexto da disputa da cidade e, principalmente, na luta pelo direito à cidade para famílias excluídas do acesso a esse direito humano.

Se lembrarmos do abandono das reformas de base durante o regime militar e da política de habitação realizada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) acima descrita, poderemos compreender a radical mudança representada pelo PROFAVELA. De fato, tratou-se de uma virada de princípios e propósitos e da inserção de novos atores na cena urbana.

Essa pauta da Reforma Urbana, então, na cidade de Belo Horizonte é fortalecida em 1980 e supera-se o momento estabelecido pela política oficial do governo ditatorial de forma a se reconhecer as favelas como legítimas e não apenas fazer uma política de produção de moradias.

O tempo da redemocratização é o tempo da produção de várias lutas empreendidas por vários sujeitos coletivos que criavam novas formas de política e de expressão o que possibilitou umas das maiores mobilizações sociais da história brasileira – as Diretas Já!

Nesse sentido olhar para os fatos que passaram é uma maneira de buscar compreender e justificar as mobilizações sociais que foram empreendidas de forma a valorizar o processo de aprendizado, não sem a ausência de conflitos e transformações, avanços e retrocessos (REPOLÊS, 2010:21).

Lutar pela moradia e pela regularização fundiária se torna uma luta instituinte feita por sujeitos que constroem pautas políticas coletivas e disputam posições no corpo social. Em Belo Horizonte a identidade coletiva de tais sujeitos se aglutinou em torno de um projeto de Reforma Urbana que abarcava como elemento central o direito à moradia.

As lutas que se travam no espaço urbano demonstram que não há sujeito político previamente definido e que seja sujeito privilegiado de processos de transformação social. A história está aberta em suas várias temporalidades e seu sentido e percepção são fruto de processos plurais, sujeitos políticos que se constroem no jogo de suas próprias contradições, na busca de unidade pelo direito à cidade e forjados nas mais diversas formas da reprodução da vida cotidiana nas cidades.

Essa abertura no que toca aos sujeitos políticos foi registrada por David Harvey:

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores da construção, mas também todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana: cuidadores e professores, os responsáveis pelos sistemas de esgoto e pelo metrô, os encanadores e eletricitas, montadores de andaimes e operadores de guindastes, trabalhadores de hospitais e os motoristas de caminhões, ônibus e táxis, os trabalhadores de restaurantes e os artistas, os caixas de banco e os administradores da cidade. **Busca-se unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma dimensão de trabalho inumerável (grifo nosso).** (HARVEY, 2014:246)

Desse modo, as lutas urbanas em Belo Horizonte na década de 1980 são marcadas pela abertura da redemocratização e dos sujeitos políticos, mas tal redemocratização não está concluída. Ainda há uma tensão permanente entre discursos de aprofundamento da democracia e regressos autoritários e conservadores.

Os movimentos sociais urbanos, no contexto estudado, são aqueles sujeitos que lutam para que o avanço democrático e a efetivação do direito à cidade se sobreponha ao autoritarismo e conservadorismo social que impede o livre desenvolvimento da efetivação de direitos no espaço urbano. Essa dissertação aborda parcela dessa luta como se verá adiante.

## **1.2 O ideário da Lei do PROFAVELA**

O PROFAVELA foi uma tentativa pioneira de se atender às demandas do povo favelado da cidade de Belo Horizonte no contexto de luta pela Reforma Urbana. Faz-se necessário analisar essa lei e seus limites de forma a se desvelar as possibilidades de construção da Reforma Urbana pela via institucional.

Historicamente e ainda nos dias atuais as favelas, ocupações, vilas e aglomerados são vistos como problemas sociais e urbanos. Esses territórios são colocados pela sociedade em geral como espaços violentos e conflituais que devem ser eliminados do espaço urbano.

A Lei do PROFAVELA em Belo Horizonte (Lei Municipal nº 3.532/83) e seu Decreto Regulamentar nº 4.762/84 que compõe a legislação geral do Programa Municipal de Regularização de Favelas já rompia com essa visão na década de 1980. A favela foi vista como a solução para o problema de moradia de cidadãos que faziam parte da cidade e deveriam usufruir seus benefícios.

Nesse sentido veja-se o discurso do prefeito Ruy José Vianna Lage na apresentação do caderno compilado da legislação do PROFAVELA:

As favelas são uma presença constante na paisagem urbana das principais cidades brasileiras. Foi no final da década de 40 estas áreas alcançaram grandes dimensões. Desde então, técnicos e governos vêm tratando a questão, sistematicamente, a partir das referências da cidade oficial, aquela dotada de um mínimo de infra-estrutura e serviços públicos. Com esse enfoque, é lógico que as favelas foram sempre vistas e tratadas como um problema urbano.

Deixando de lado referências, parâmetros e padrões da cidade oficial, para examinar a questão diretamente na busca de suas condicionantes imediatas e sua realidade própria, ou seja, suas especificidades, constatamos que **estamos diante de uma solução de moradia da população de baixa renda e não de um problema (grifo nosso)**. (BELO HORIZONTE, 1985:07)

São centenas de milhares de pessoas que constroem as cidades, mas não tem acesso a ela, mantém a cidade em funcionamento, mas não usufruem de seus benefícios. Houve também o reconhecimento pela municipalidade de que a cidade é construída coletivamente e deve ser apropriada por todos os cidadãos. Veja-se:

Com isto estamos reconhecendo nos seus ocupantes o direito de participarem e usufruírem dos benefícios da cidade na mesma medida em que qualquer cidadão, já que em termos de contribuição na produção da cidade e dos serviços que a compõe, estas pessoas cumprem um papel e uma função na nossa sociedade. (BELO HORIZONTE, 1985:08)

O Programa Municipal de Regularização de Favelas estava assentado em dois pressupostos fundamentais: o reconhecimento da favela como integrante da cidade e de seus habitantes como sujeito de direitos. A questão foi abordada da seguinte maneira no Comentário Geral do PROFAVELA:

1 – a necessidade de reconhecê-las como parte integrante da cidade, cuja realidade deve ser incorporada na redefinição de suas normas e padrões urbanísticos, no sentido de coordená-la e integrá-la, dentro do possível, à estrutura urbanística da cidade.

2 – a necessidade de se reconhecer nos ocupantes dessas áreas o direito de participarem e usufruírem dos benefícios da cidade, na mesma medida em que qualquer cidadão, já que, em termos de contribuição na produção da cidade e dos serviços que a compõem, esses estratos cumprem um papel e uma função na sociedade. (BELO HORIZONTE, 1985:14)

Percebe-se entre os objetivos do supramencionado programa que as favelas não eram reconhecidas como parte integrante da cidade. Desse pressuposto surgia a necessidade de reconhecê-las à cidade formal por via da legislação do PROFAVELA, que buscava a regularização fundiária de áreas faveladas, e pelo planejamento urbano realizado pelo município.

A segunda proposição é fundamental do ponto de vista do direito à cidade. Aqueles que constroem a cidade, exercendo os mais variados tipos de trabalho, tem o direito de acessar aos direitos fundamentais e sociais no espaço urbano de forma a conseguirem viver com dignidade.

Nesse mesmo caminho José Rubens Costa, que elaborou o projeto de lei do PROFAVELA, em tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “*A propriedade esse obscuro objeto do direito*”, assim afirma o objetivo do programa de regularização de favelas:

O que se visa com um programa de regularização de favelas é antes de mais nada extirpar o estigma social de segregação dos mais carentes e enfocá-los como seres humanos da mesma natureza de que todos somos compostos; iguais nos direitos e obrigações; sem a deliberada ingenuidade da igualdade formal; igualdade real e material, que só existe a partir dos mecanismos de compensação que revelam o estado social do direito.

(...)

A intenção desta lei, cujo modelo pioneiro pode ser seguido por qualquer município do Brasil, se sintetiza em buscar, pelas normas de direito urbanístico, a apropriação da mais valia urbana em benefício do favelado. (COSTA, 1984:566)

Nessa ordem de ideias, o PROFAVELA tinha o intuito de integrar e reconhecer os direitos dos favelados como legítimos ao mesmo tempo que buscava recuperar a mais valia urbana em favor dos favelados, ou seja, aqueles que constroem coletivamente a cidade tem direito a usufruir de seus benefícios.

Juliano Santos Calixto, em dissertação defendida também no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada “*O Direito à propriedade privada urbana como objeto de luta simbólica*” assim se refere ao PROFAVELA:

A proposta inicial do PROFAVELA se mostrou avançada por tratar a questão da favela de forma a respeitar a questão cultural do lugar e evitar que apenas seja feita a transformação do ambiente em que as pessoas vivem. As comunidades localizadas em favelas possuem uma estrutura complexa de formação, e mesmo que existam pontos de convergência, as peculiaridades não podem deixar de ser consideradas. Isso demonstra que questões sobre propriedade, posse, moradia não são apenas patrimoniais. (CALIXTO, 2013:92)

Dentre os fundamentos jurídicos do PROFAVELA está a competência municipal para gerir a política urbana e o regramento das taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento e, de forma geral, o uso e ocupação do solo. Tal atribuição possibilitou ao município que criasse uma legislação específica, na esfera urbanística, que não se enquadrava na legislação dos loteamentos – Lei Federal nº 6.766/79.

Não se tratava de produzir cidade por via dos loteamentos novos, mas sim de regularizar o que já existia como ocupação de moradia de pessoas com renda familiar que as impossibilitava de comprar um imóvel pelas vias formais. Frisa-se que a regularização fundiária de territórios já ocupados aproveitam a infra-estrutura urbana já instalada sendo mais barato e eficiente. No Comentário Geral sobre a Lei do PROFAVELA assim estava posta a questão:

É o caso da regularização das áreas densamente ocupadas por população economicamente carente, ou seja, as chamadas favelas. Aqui, se a atividade do Poder Público implica até na regularização jurídica da ocupação não se estará diante de um loteamento, mas sim de uma urbanização específica que escapou às regras gerais da União sobre a matéria. Não haverá, pois, que se falar no cumprimento dos requisitos urbanísticos dos arts. 4º e 5º da Lei nº 6.766/79. (BELO HORIZONTE, 1985:21)

Não se tratava de criar novos bairros loteando áreas distantes e desprovidas de equipamentos urbanos, muitas vezes afastadas dos locais de trabalho dos moradores, mas de regularizar comunidades pobres totalmente adensadas e que não foram construídas com fundamento na Lei nº 6.766/79 (Lei de parcelamento do solo), mas que constituíam verdadeira expressão da efetividade do direito à moradia.

Nesse diapasão, houve uma abertura do Poder Público para reconhecer as formas de ocupação espontânea do território de forma a valorizar a produção da cidade por parte das próprias famílias. Para essa pesquisa esse elemento constitui o que seja direito à cidade – direito de produzir a cidade de forma que ela possa atender as necessidades de seus moradores.

No ponto assim está essa proposição no Comentário Geral à Lei:

A expressão chave desta legislação, que norteia toda a atuação pública nas favelas é a preservação das características da tipicidade da ocupação espontânea. Com isto, o principal caminho de atuação do poder público é o de trabalhar em conjunto com as comunidades locais, cujos moradores deverão participar das decisões que lhes dizem respeito, por serem eles os promotores da tipicidade da ocupação. (BELO HORIZONTE, 1985:25)

É importante frisar que a lei do PROFAVELA criou o Setor Especial 4 (SE-4) reconhecendo, inicialmente, favelas como parte da formação jurídica urbanística e do território da cidade de Belo Horizonte. Nesse sentido, o artigo 2º do Decreto 4.762/84 assim estabeleceu as providências de execução para delimitação desse zoneamento especial manifesto no PROFAVELA:

Artigo 3º O Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA compreende, a título de regularização, o conjunto das seguintes providências, de iniciativa direta ou indireta do Poder Público Municipal:

I – o levantamento topográfico do perímetro das áreas passíveis de inclusão no Setor Especial 4 (SE-4), introduzido no zoneamento municipal pela Lei nº 3.532, de 06 de janeiro de 1983;

II – a delimitação, por decreto, das áreas integrantes do Setor Especial 4 (SE-4);

III – a demarcação do sistema viário das áreas caracterizadas como Setor Especial 4 (SE-4) de forma a permitir a elaboração do respectivo projeto de parcelamento do solo, observada a tipicidade local;

IV – a aprovação do projeto de parcelamento do solo mencionado acima, acompanhado da definição das normas de uso e ocupação do solo que orientarão o desenvolvimento urbano da respectiva área;

V – a promoção ou acompanhamento da regularização fundiária, objetivando a titulação da propriedade aos ocupantes dos lotes resultantes do projeto de parcelamento do solo aprovado;

VI – a implantação e coordenação de medidas para a melhoria das condições de vida da população ocupante e sua melhor integração na vida e nos benefícios da cidade. (BELO HORIZONTE, 1985)

A Lei nº 3.532 de 06 de janeiro de 1983 autorizava o executivo municipal a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA. No entanto, somente com o Decreto nº 4.762 de 10 de agosto de 1984 é que o programa foi regulamentado e houve a possibilidade de sua execução. Esse decreto foi posteriormente transformado, com alterações, na Lei nº 3.995 de 16 de janeiro de 1985.

O programa seria aplicável em favelas densamente ocupadas por população economicamente carente mapeadas pelo poder público, por via de levantamento aerofotogramétrico, realizado no primeiro semestre de 1981. O objetivo principal era a regularização jurídica e a urbanização das favelas identificadas.

É importante registrar que a Lei do PROFAVELA previa a realização de um cadastro oficial dos ocupantes para cada área do Setor Especial 4 (SE-4) que seria referência para titulação da propriedade dos lotes resultantes de eventuais parcelamentos aprovados pelo poder público.

E também ocorreu a indicação de um Fundo de Urbanização de Áreas Faveladas destinado à gestão dos recursos originários de alienações, de lotes urbanizados ou de habitações de interesse social, ou recursos originários de repasses da União ou do Estado de Minas Gerais.

A regularização jurídico-urbanística das áreas faveladas da cidade de Belo Horizonte percorreria o seguinte procedimento: a área ocupada sem intervenção seria objeto de um levantamento topográfico do perímetro da favela. Em seguida seria publicado um decreto incluindo a área no zoneamento especial, o Setor -4 (SE-4).

Em uma fase intermediária seria equacionado o domínio da terra e seriam feitos estudos urbanísticos para a melhor realização de um plano de intervenção. Realizada essa fase seria feita a planta do sistema viário e a planta do parcelamento do imóvel que seriam encaminhadas para aprovação dos órgãos competentes.

Nessa fase intermediária o poder público coordenaria as negociações de compra e venda do terreno, caso o imóvel fosse privado. Os ocupantes e os proprietários do terreno acordariam o preço e as formas de pagamento pelo terreno. A negociação poderia ser feita pela associação de moradores do local. Os estudos urbanísticos poderiam ser feitos pela administração direta e indireta, pelas próprias comunidades e por convênios com entidades diversas.

A fase seguinte seria a implementação dos projetos de infra-estrutura urbana e social com a conseqüente efetivação do parcelamento aprovado e a realização de melhorias urbanas. Após essa etapa as famílias carentes receberiam a titulação de seu imóvel integrando formalmente a favela no ordenamento urbanístico da cidade.

A competência interna dentro da Prefeitura de Belo Horizonte era distribuída entre a Secretaria Municipal de Ação Comunitária que tinha a função de coordenação geral do programa e acompanhamento global das ações. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano faria o monitoramento da evolução urbana decorrente das intervenções. E a Secretaria Municipal de Obras Civis faria a aprovação das plantas de parcelamento e sistema viário além de participar da elaboração dos estudos urbanísticos em conjunto com as outras duas secretarias citadas.

Parte desse procedimento está descrito, em linguagem simples, em cartilha sobre o PROFAVELA elaborada conjuntamente pela Faculdade de Arquitetura Izabela Hendrix e pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS (anexo I). Veja-se diálogo estabelecido entre personagens da cartilha:

- Bom! Depois de tantas lutas conseguimos a Lei do PROFAVELA.
  - Ah, então nós já somos donos do nosso barraco.
  - Espera aí pessoal, não é bem assim não. A lei do PROFAVELA estabelece algumas condições. Há uma série de coisas a serem feitas antes de termos a nossa escritura.
  - Que coisas são essas?
  - Primeiro, toda a área da nossa favela dói delimitada como SE-4, por decreto do prefeito, para que possa ser legalizada e urbanizada.
- SE-4 corresponde ao setor especial nº 4 da lei de do Uso do Solo de Belo Horizonte. O SE-4 possibilita a legalização e a urbanização específica da favela, respeitando ao máximo suas características hoje existentes.
- Legalização?
  - É, legalização. Para ser legalizada, a favela tem que ser aprovada pela prefeitura, tendo que ser feito um projeto no qual serão delimitados os becos, ruas, quarteirões e lotes.. (LINS; FERNANDES; COBUCI; GONÇALVES, 1985:03)

A cartilha termina com um chamado para toda à comunidade: “Só conquistaremos nossos direitos junto à Prefeitura quando formos uma favela unida e organizada. A LUTA CONTINUA”. No próximo tópico veremos como se deu as mobilizações pela implantação do PROFAVELA e sua regulamentação.

### **1.3 Movimentos sociais em Belo Horizonte na década de 1980 e a criação do PROFAVELA**

Passa-se agora à abordagem dos movimentos sociais em Belo Horizonte na década de 1980 a partir dos três movimentos que constituíram a luta do período: União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), Pastoral de Favelas e Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH).

Por oportuno, convém considerar a tese de Gustavo Silveira Siqueira – “*História do Direito pelos movimentos sociais: cidadania, experiências e antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro (Brasil, 1906)*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em 2011.

No trabalho Siqueira constrói uma metodologia e uma teoria da história do direito que fundamenta sua análise do fenômeno jurídico a partir da história e ação dos movimentos sociais. Vejamos:

Busca-se, conhecendo os movimentos sociais, verificar como são possíveis novas experiências jurídicas em determinado período histórico e como a história do direito pode conter pluralidades, culturas jurídicas alternativas e projetos alternativos de convívio humano. Procura-se resgatar essas formas, pluralidades e projetos muitas vezes esquecidos pela história do direito, reduzidos a marginalidades ou a objetos não pertencentes a história do direito. (SIQUEIRA, 2011:27)

Na presente dissertação há também o intuito claro de narrar a história do direito projetando a voz dos movimentos sociais na construção de cidades mais justas. Como bem afirma Siqueira:

Dessa forma, a história do direito pelos movimentos sociais tem como foco as reivindicações, os anseios, as pautas, os motivos de determinados movimentos sociais em determinados momentos históricos. (SIQUEIRA, 2011:34)

Essa opção consiste em buscar “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012:13) articulando a visão dos vencidos. Dentro da tradição dos oprimidos a voz dos movimentos sociais de Belo Horizonte na criação do PROFAVELA deve emergir como forma de superar as narrativas da história realizadas pelos opressores.

Walter Benjamin, nas *Teses sobre o conceito de História* afirma que o passado nos impele para a redenção, ou seja, para a emancipação dos excluídos. Assim, trazer à tona o discurso dos favelados de Belo Horizonte em 1980 é buscar por fim ao silenciamento de uma geração de excluídos do direito à cidade a partir da narrativa histórica dos vencidos. Veja-se trecho da Tese II:

O passado traz consigo um *index* secreto, que o remete para a redenção. Não passa por nós um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós? Não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas? As mulheres que cortejamos não têm irmãs que já não conheceram? A ser assim, então existe um acordo secreto entre as gerações passadas e a nossa. Então, fomos esperados sobre esta Terra. Então, foi-nos

dada, como a todas as gerações que nos antecederam, uma tênue força messiânica a que o passado tem direito. E o materialismo histórico sabe disso. (BENJAMIN, 2013:10)

Nessa linha de intelecção, as vitórias dos movimentos sociais da década de 1980 nos levam, no presente, a renovar nossas lutas e, com nossas vitórias, escutar as vozes silenciadas da história. As gerações passadas e as presentes, os movimentos sociais de 1980 e os de agora, travam lutas por emancipação que se comunicam e as vitórias do passado podem ser também nossas vitórias.

Havia, dessa maneira, uma demanda material imediata pela reprodução da vida, principalmente em sua dimensão econômica, e, por outro lado, demandas de dimensões políticas como o protagonismo na luta pela resolução dessas carências e, ainda, demandas de ordem social e cultural.

As formas de ação dos movimentos sociais, fundamentadas a partir de uma visão política mais ampla dos conflitos coletivos em torno do acesso à terra, eram construídas a partir da unificação das carências materiais em demandas políticas claras que eram apresentadas ao poder público.

As demandas e as formas de ação dos movimentos sociais nesse período eram dadas pela incapacidade do Estado em suprir o déficit habitacional do período apenas pela construção de unidades via Banco Nacional de Habitação. As favelas e assentamentos considerados informais não faziam sequer parte dos mapas oficiais de Belo Horizonte, como visto acima.

Tal modelo capitalista de reprodução das cidades, apenas pela via da construção de conjuntos habitacionais, sem que se considerassem a regularização de áreas informais já consolidadas, criava a legitimidade e justificava a luta urbana por moradia no período empreendida por sujeitos coletivos bem definidos.

A principal demanda era a luta por saneamento e pela regularização fundiária das favelas e ocupações da cidade. A implantação regular dos serviços públicos e segurança da posse das famílias faveladas constituíam a principal reivindicação dos movimentos sociais e dos setores favelados.

As formas de atuação coletiva dos movimentos se davam pela realização de seminários sobre a temática da luta por direitos em que eles estavam inseridos – luta contra despejos, segurança da posse e serviços básicos. Também pela realização de

manifestações em vias públicas, na frente da Prefeitura Municipal, e pela pressão direta em mesas de negociação com representantes do governo municipal.

A centralidade das ocupações de terrenos ociosos pelos movimentos sociais como forma de luta também é levantada por Antônio Cosme Damião Pereira, o Toninho da FAMOBH:

(...) o departamento de habitação que em 80 ganhou muita força, foi inclusive o principal mote dos movimentos aqui da cidade em 80 a luta pela terra que ganhou uma força muito grande é a forma de luta mais vamos dizer assim mais utilizada por esse movimento na época foram às ocupações, as ocupações de espaços vazios urbanos na cidade, tanto terras públicas, quanto privadas, então a ocupação passou a ser uma forma de luta muito utilizada por esses movimentos pra fazer valer o direito á moradia aqui em Belo Horizonte. (PEREIRA, 2014; anexo II.1)

A articulação interna dos movimentos era realizada, utilizando-se os conceitos de Maria da Glória Gohn, a partir das bases faveladas que viviam a precariedade de sua posição territorial em comunidades não regularizadas, das lideranças que integravam cargos de direção na UTP, Pastoral de Favelas e FAMOBH e as assessorias como ocorreu com o auxílio técnico de arquitetos e advogados na elaboração do PROFAVELA.

José Carlos Laender em texto sobre o histórico do PROFAVELA (anexo III) cita alguns nomes envolvidos no processo:

Criou-se então, em Junho de 1982 na PBH, uma comissão para estudar o Programa Municipal de Regularização de Favelas, o PROFAVELA do qual fui seu primeiro coordenador (Equipe: José Roberto Freire Pimenta, Maria Laudelina Garcia, Cláudio Magalhães Alves, Ariane Figueiredo Ko, Maria Cristina Magalhães, Eduardo Tomich).

Sendo assessorado juridicamente pelo PLAMBEL (Advogado José Rubens Costa) este programa foi amplamente discutido pelos vários segmentos da sociedade, ou seja, UTP, Igreja Católica, Pastoral de Favelas, Sociedade Mineira de Engenheiros, Sindicato dos Engenheiros, IAB-MG, PLAMBEL, PRODECOM, FJP, BNH, Minas Caixa, Secretaria de Obras do Estado, Secretarias Municipais, Aciso, etc. (LAENDER, 2014: anexo III)

A articulação externa dos movimentos se dá pela rede de atores que os movimentos e suas ações práticas conseguem mobilizar. Houve relação direta entre a Igreja Católica, por via do Padre Piggi, com o apoio do então Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo, e a criação e operacionalização da Pastoral de Favelas.

A FAMOBH e UTP mantinham relação mais estrita com partidos políticos sendo que o Partido Comunista do Brasil (PC do B) estava muito articulado com a primeira Federação citada.

Atualmente em Belo Horizonte há uma diversificação nas relações clássicas entre movimentos populares e sua rede de apoiadores que no caso de 1980 congregava partidos políticos, Igreja Católica e alguns sindicatos. Nas lutas contemporâneas na cidade essa rede se apoia se amplia para vários sujeitos políticos e formas de lutas, como se verá adiante.

Importante registrar que no nível nacional os movimentos urbanos ganharam projeção durante o processo constituinte de 1987/1988. A articulação de vários sujeitos em torno da questão da cidade resultou na proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana que levou à conquista do Capítulo sobre Política Urbana da Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183).

Nesse processo, inserido no bojo da redemocratização do Brasil, houve a unificação de vários movimentos sociais que lutavam contra a desigualdade social nas cidades no denominado Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), criado em 1985. Realça-se que na ocasião foi formatada uma pauta política ampla visando à efetivação de uma proposta de Reforma Urbana.

Toninho da FAMOBH abordou esse processo em entrevista:

Pra você ter uma ideia a FAMOBH teve papel importante em algumas iniciativas em Belo Horizonte que antecederam aí, por exemplo, a questão da constituinte de 88, nós participamos ativamente de todas as lutas relacionadas à reforma urbana que foram tratadas na Constituição de 88, e posteriormente na construção do Estatuto das Cidades, onde nós participamos de fóruns tanto locais, quanto nacional nessa construção, foi feito um projeto nacional né... A princípio seria uma ideia de fazê-lo de iniciativa popular, mas acabou que o Pompeu de Souza, senador que faleceu, assumiu a proposta. (PEREIRA, 2014; anexo II.1)

A força social dos movimentos da década de 1980 aqui estudados é considerável na medida em que houve avanços institucionais no tratamento da propriedade e posse de moradores de favelas mesmo antes dessa grande mobilização que ocorreu em torno da Emenda Popular da Reforma Urbana no processo constituinte.

Essa força é demonstrada pela aprovação do PROFAVELA, no ano de 1983, mesmo antes do momento mais forte de efervescência política em torno da redemocratização e do novo projeto constituinte - mesmo antes de se formar a Movimento Nacional de Reforma Urbana e da pauta urbana ter sido lançada na esfera pública nacional.

O campo de forças em torno da questão da regularização fundiária em Belo Horizonte se mostrou forte o suficiente para conseguir ganhos concretos, mesmo que com a limitação da institucionalidade, na luta pelo solo urbano em que habitam os pobres da cidade.

Para efeitos de comparação no plano nacional somente em 2001, 13 (treze) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que foi promulgada a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) que regulamentou o capítulo de Política Urbana da Constituição.

Tal posição de destaque dos movimentos sociais e dos favelados pode ser demonstrada pelas entrevistas realizadas no desenvolvimento dessa pesquisa. Fica claro o reconhecimento dos entrevistados da influência dos movimentos na aprovação da legislação do PROFAVELA.

Emely Vieira Salazar, uma das organizadoras da Pastoral de Favelas em Belo Horizonte, assim se manifestou na entrevista:

L – Isso aí que eu queria também perguntar, você acha então que houve participação do movimento na criação do PRÓ-FAVELA?

E – Claro que foi! Exigência do movimento, foi pressão sabe, foi uma vitória do movimento. (SALAZAR, 2014: anexo II.2)

Antônio Leandro Barbosa, ex-presidente da UTP, fala sobre a pressão no Poder Legislativo Municipal:

L – Então a UTP participou desse processo do Pró-Favela? Como se deu essa interferência da UTP?

A - A lei do Pró-Favela, inclusive nós tivemos que fazer algumas pressões na Câmara, algumas emendas que alguns vereadores faziam, sabe, logo no início, aí eu lembro uma vez que nós colocamos, lá na Câmara, nós tínhamos mais de 800 pessoas para entrar lá, eu lembro que nós fomos barrados na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, que nós não podíamos entrar mais do que 750 pessoas, porque a Câmara, naquela época, não sei se até hoje, ela só comportava 800 pessoas no plenário dela e pra exatamente

pressionar que as leis num saísse, igual alguns vereadores queriam fazer lobby com consultoras né, com grandes imobiliárias aí, querendo os terrenos delas valorizassem mais pra frente, a gente teve que fazer essa pressão em cima. (BARBOSA, 2014: anexo II.3)

Padre Piggi, da Pastoral de Favelas, afirma a luta da UTP na conquista do PROFAVELA:

P – O Pró-Favela foi resultado de batalhas de armas e armas, da União das Periferias, da UTP. (BERNAREGGI, 2014: anexo II.4)

As entrevistas revelam que a implantação do PROFAVELA contou com participação, influência, mobilização e pressão dos movimentos sociais aqui estudados, a identidade da luta pela Reforma Urbana e suas conquistas. Podemos dizer que esses atores sociais se apropriaram dessa luta ao ponto de conseguir perceber os ganhos alcançados na legislação e nas políticas públicas como fruto da luta coletiva na qual eles são co-autores. Isso dá um significado especial ao PROFAVELA como uma conquista democrática e popular que conseguiu captar as necessidades mais amplas da cidade.

José Carlos Laender, assessor especial do então prefeito Julio Laender, primeiro coordenador do PROFAVELA, narrando o histórico do programa assim se coloca:

Através da UTP (União dos Trabalhadores da Periferia) na pessoa de seu presidente Francisco Farias do Nascimento e sua diretoria Vicente Gonçalves, João Pio, Felipe Cupertino e outros, foi realizada uma histórica reunião (15 de maio de 1982) entre as lideranças de favela com o prefeito Julio Laender. Foi nessa reunião que Chico Nascimento solicitou que se criasse uma comissão para estudar o problema da terra, o direito de posse, cuja população de moradores representavam 20% da população da capital. Criou-se então, em junho de 1982 na PBH, uma comissão para estudar o Programa Municipal de Regularização de Favelas, o PROFAVELA do qual fui seu primeiro coordenador. (LAENDER, 2014: anexo III)

Entretanto, a Lei do PROFAVELA precisava de regulamentação para ser efetivado seu escopo. Os atores políticos entraram em cena novamente fazendo uma grande manifestação para que reivindicações dos movimentos fossem atendidas. Laender narra assim esse acontecimento:

Devido a nova política com relação às favelas, as comunidades faveladas rejeitaram o Plano Municipal de Habitação Popular apresentado pela PBH, e que era uma mera aplicação das normas do antigo BNH e passaram a exercer uma grande atividade de mobilização através de constantes reuniões que culminaram com a grande manifestação do dia 05 de Julho, no Parque Municipal (Teatro Francisco Nunes) onde se concentrou 10.000 favelados para pressionar a PBH. (LAENDER, 2014: anexo III)

A pauta de reivindicação era a seguinte:

- a) Repúdio do Plano Municipal de Habitação Popular da PBH.
- b) Regulamentação imediata da Lei do PROFAVELA (Plano Municipal de Regularização de Favelas).
- c) Decreto regulamentando a indenização pela necessidade de remoção por motivos de obras públicas.
- d) Solução para os favelados que já tinham sido atingidos por medidas judiciais que estavam na iminência de serem despejados e os que já tinham o despejo decretado pela justiça. Foi criado nesta ocasião uma Comissão Paritária para regulamentar a Lei do PROFAVELA composta de um lado pelas entidades faveladas (UTP, Pastoral de Favelas), e seus assessores técnicos José Carlos Laender, Vicente Gonçalves e Barnabé Luz Rodrigues e do outro lado pelos representantes da PBH (os secretários Walfrido Mares Guia (Planejamento), Otimar Bilcalho (Ação Comunitária) Gilson Assis Dayrell (Desenvolvimento Urbano), Dirceu Coutinho (Obras civis) com seus respectivos assessores e redação final do Dr. Coutinho. Desta concentração que virou o dia do favelado, resultou autorização pelo então Prefeito Hélio Garcia, dando início imediato aos serviços de topografia através da SUDECAP para delimitação territorial das favelas de Belo Horizonte com Setor Especial (SE-4) na Lei de Uso e Ocupação do Solo. (LAENDER, 2014: anexo III)

As entrevistas com lideranças populares do período também demonstram a participação popular na regulamentação do PROFAVELA. Padre Piggi assim se expressa sobre a questão:

P – Agora a regulamentação da lei ficou parada ali e nós enchemos aquele auditório em frente à prefeitura no parque, reformaram ali recentemente agora...

L – O teatro?

P – Teatro.

L – Francisco Nunes.

P – Francisco Nunes e enchemos de gente lá e chamamos o prefeito, vem cá, vem cá, vem cá. O prefeito ligou para o governador que era o Tancredo Neves, ele estava no Rio

e mandou que imediatamente nos recebesse, enchemos de gente a prefeitura e exigimos que se fizesse a regulamentação da lei.

P – Senão fosse feita essa pressão, porque nós tínhamos capital, gente pra fazer a pressão, eles deixavam a lei pronta, mas sem regulamentação, portanto, sem efeito, porque a especulação imobiliária sempre ficou de olho nas favelas por conta de desafogar as suas manhas de construtora. (BERNAREGGI, 2014: anexo II.4)

Na mesma linha Vicente Gonçalves, o Vicentão, liderança histórica dos favelados em Belo Horizonte e ligado à UTP, lembra do episódio:

V – E nós falamos, nós vamos invadir a Assembléia com tudo, e eu punha 50 mil pessoas da cidade naquela época, “então vamos? Vamos!”, aí João Batista entrou, pessoal entrou, nós fizemos uma assembléia no Francisco Nunes, levamos isso, depois foi pra negociação na mesa, onde saiu o Pró-Favela. (GONÇALVES, 2014: anexo II.5)

Antônio Leandro Barbosa também citou a pressão social feita nesse ato político no Teatro Francisco Nunes como fundamental para a regulamentação do PROFAVELA:

(...) eu lembro que nós invadimos o Parque Municipal de frente aquele teatro, o Francisco Nunes, botamos mais de 7.000 pessoas na ocasião, forçando a barra com o Prefeito e o Governador para sancionar a lei do PROFAVELA né, que hoje é a lei que dá sustentação as vilas e favelas de Belo Horizonte e que faz o município reconhecê-las dentro do contexto da cidade né, que é de interesse social. (BARBOSA, 2014: anexo II.3)

Essa mobilização política em torno da regulamentação do PROFAVELA pode ser considerada como um evento. Para Badiou os eventos são capazes de criar novas narrativas e experiências atualizando o contínuo da história marcado pela vitória dos opressores (MATOS, 2014:188).

Esse evento ocorrido no teatro Francisco Nunes concentra a força de todo o processo de luta estabelecido pelos movimentos sociais na década de 1980 em Belo Horizonte. Significou para os movimentos e para o Poder Público o momento de encontro, mesmo que contraditório e conflituoso, de visões diferenciadas sobre a cidade.

No que toca a ideologia desses movimentos ela se constituiu na visão democratizante de propriedade e de direito à cidade. Os benefícios da cidade que é construída coletivamente devem ser repartidos entre todos os moradores. Os bens urbanos devem ser usufruídos também pelas classes populares e não apenas por um pequeno grupo de privilegiados.

Havia uma ideologia nos movimentos de que as favelas deveriam ser integradas na cidade como elemento de uma Reforma Urbana que respeite o direito dos favelados. Nesse sentido, veja-se o que diz Emely Salazar:

E – Bom, as favelas elas são urbanas, então a Reforma Urbana supõe o respeito às favelas né, então nosso principio era e é esse, porque via-se como a favela uma coisa a ser descartada, porque ela é atrapalha, enfeia a cidade né, e nós sempre lutamos que a favela ela é urbana, ela tem que ser incluída, a reforma urbana tem que contar com a presença da favela né? (SALAZAR, 2014: anexo II. 2)

Essa ideologia fundada na justiça social urbana a partir do direto acesso à terra urbana e seus benefícios por moradores de comunidades pobres foi um importante elemento de criação de uma identidade coletiva combativa e centrada nas pautas de melhorias para as comunidades pobres.

Essa realidade delimita o projeto político e a identidade coletiva dos movimentos de favelados e sem-teto desde a fundação da cidade. A temporalidade se abre à articulação e lutas de vários movimentos organizados, moradores de favelas, comunidades e ocupações que no decorrer da história vem construindo uma nova cidade.

Nesse sentido que Benjamin afirma nas *Teses sobre o conceito de História* que as classes subalternas, chamadas por ele de revolucionárias, são as responsáveis por aniquilar o contínuo da história (BENJAMIN, 2012:18). Assim, a história não é uma linha reta em que os opressores impõem sua voz e suas vontades aos oprimidos que responderiam de forma passiva.

Os movimentos sociais urbanos em sua ação direta no processo histórico constroem a história a partir de suas lutas por uma nova cidade em que os favelados sejam reconhecidos e, com isso, rompem com o discurso histórico fundado na continuidade linear da história contada pelos opressores.

Esse projeto de cidade está assentado no direito que as classes populares tem de acessar os benefícios da cidade já que ela é uma obra produzida por todos e não pode ser apropriada apenas por poucas pessoas. Ao conquistar o PROFAVELA os favelados e os movimentos sociais intervieram diretamente no poder de decidir sobre a política urbana na cidade.

Não é outro o sentido que David Harvey dá ao termo direito à cidade:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (HARVEY, 2014: 30)

O direito à cidade como o direito de romper com a segregação sócio-espacial e viver a cidade que realmente atenda aos interesses dos favelados cria um projeto político de cidade que se estende no tempo criando uma identidade mutável, mas calcada na luta por uma Reforma Urbana de fato, que atenda às necessidades das pessoas.

#### **1.4 Os limites do projeto calcado no PROFAVELA**

Percebe-se que houve mobilização social em torno da aprovação do PROFAVELA e uma convergência de visões do Poder Público e das reivindicações populares sinalizadas pelo evento no Teatro Francisco Nunes que culminou com a regulamentação do Programa de Regularização Fundiária por via do Decreto nº 4.762/1984. Ocorre que contraditoriamente tal vinculação ao campo institucional, ao Município, gerou um travamento da política avançada constituída no PROFAVELA. O que inicialmente era um ganho não se concretizou efetivamente.

O próprio José Carlos Laender narra que no ano de 1982 haviam 148 favelas em Belo Horizonte que totalizavam em torno de 350.000 favelados. Com um convênio entre Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), Prefeitura de Belo Horizonte e Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) 6.000 títulos foram entregues e outros 4.000 estavam em andamento.

Entretanto, tal importe de títulos entregues não alcançavam sequer 10% do número de favelados à época, demonstrando o baixo potencial de inserção e real titulação das famílias carentes residentes em áreas de favelas nas condições impostas pela cidade formal e pelo ordenamento jurídico. Veja-se:

A viabilidade do Programa Municipal de Regulamentação de Favelas (PROFAVELA) só se tornou possível graças ao convênio entre a AVSI com a Prefeitura de Belo Horizonte através da URBEL. Com isto tivemos mais de 6.000 títulos entregues em cerca de 10 vilas e favelas, assim, como em andamento cerca de 4.000 títulos nas vilas

Alto Vera Cruz, Senhor dos Passos, Pedreira Prado Lopes e Vila Aparecida da Serra.  
(LAENDER, 2014: anexo III)

Edésio Fernandes no artigo “*A Regularização de Favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte*” expõe a dificuldade do Estado em promover de fato a regularização fundiária plena da seguinte forma:

A principal razão para uma tal situação de imobilidade, de acordo com os analistas políticos, é que o PROFAVELA foi estruturado em torno da questão da posse da terra e da propriedade: “apesar de toda retórica oficial favorável, na prática o Estado não tem conseguido superar os obstáculos burocráticos e políticos que têm impedido a implementação da lei. Isto apenas confirma o quão delicada a questão da propriedade urbana é: os interesses camuflados envolvidos provocam resistência aberta ou não revelada, com o risco de que uma tal proposta nunca vai ser realizada e vai se tornar letra morta” (Afonso & Azevedo, 1987, p. 136) (FERNANDES, 1998: 152)

Registra-se o exemplo da Vila Acaba Mundo localizada entre bairros nobres da região centro-sul de Belo Horizonte – Mangabeiras, Anchieta e Sion. A Vila surgiu entre as décadas de 1940 e 1950, a partir dos trabalhadores da Mineradora Lagoa Seca, e foi inserida como área que deveria ser regularizada pelo PROFAVELA, inserida no Setor Especial 4 (SE-4), mas até os dias atuais não foi equacionada a situação fundiária do terreno e as famílias sofrem uma grande pressão especulativa do capital imobiliário que tem interesse econômico na região.

Esse exemplo demonstra uma limitação das lutas forjadas no campo apenas da institucionalidade. Uma luta não se encerra na dimensão da promulgação de uma lei, mas se dá no plano da vida política em geral. Ela se dá continuamente no jogo das contradições que se estabelecem entre interesses do Estado, que nem sempre são os interesses do bem comum, do capital, em suas mais diversas variações, e das famílias sem teto no caso em específico.

Cumprе enfatizar que no dia 28 de fevereiro de 2013, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), o Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo, interpuseram uma ação civil pública para que a municipalidade cumpra um decreto que declara 19 lotes de utilidade pública na Vila.

Na narração dos fatos nessa ação judicial assim aparece a questão:

Ainda na década de 1980, para oferecer maior segurança jurídica da posse e viabilizar a regulação fundiária da Vila em comento, o Executivo Municipal promulgou o Decreto nº 4.845/1984 (doc. anexo nº. \_\_\_) que declarou a Vila Acaba Mundo, dentre outras favelas, como área de urbanização específica de interesse social, caracterizada como Setor Especial – 4 (SE-4), conforme definição dada pela Lei Municipal nº 3.532/1983 (doc. anexo nº. \_\_\_). Dessa forma, a Vila Acaba Mundo restou definitivamente reconhecida pelo Poder Público Municipal como área de favela consolidada que deve ser urbanizada e regularizada, dado o interesse social presente na espécie. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal. Processo nº 0409295-33.2013.8.13.0024. Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, 2013)

E ainda:

No âmbito da legislação municipal, está incontroverso o direito dos moradores da Vila Acaba Mundo à regularização fundiária. Como antecipado no primeiro tópico desta exordial, em 1984, o Executivo Municipal promulgou o Decreto nº 4.845 que declarou a Vila Acaba Mundo, dentre outras favelas, como área de urbanização específica de interesse social, caracterizada como Setor Especial – 4 (SE-4), conforme definição dada pela Lei Municipal nº 3.532/1983. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal. Processo nº 0409295-33.2013.8.13.0024. Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, 2013)

Assim, há uma limitação explícita no campo da luta dos movimentos sociais que é a relação movimento/Estado. A capacidade de luta dos movimentos sociais pode estar diretamente relacionada com sua autonomia e sua capacidade de articulação e luta frente ao Estado.

Edésio Fernandes no artigo supramencionado coloca a questão da contraposição no campo da autonomia e cooptação dos movimentos. Veja-se:

A experiência do PROFAVELA levanta um ponto importante: até que ponto a autonomia dos movimentos sociais pode ser assegurada e fortalecida no contexto de uma relação sistemática e institucionalizada com o Estado, mesmo com a devida consideração de todas as contradições internas do Estado? (...)

Confrontado com o tema central da propriedade privada, e sob intensa pressão devido à resistência de interesses conservadores, o Estado não podia mais fazer concessões: as contradições na ação do Estado encontram um limite estrutural no princípio da propriedade privada (Santos, 1992). De fato, no caso do PROFAVELA, o Estado foi mais longe do que nunca anteriormente. Tendo finalmente conquistado o

reconhecimento formal do direito de posse e propriedade, e dado o contexto contraditório de sua relação íntima com o Estado, o movimento de favelas não soube como redefinir a sua luta e sua liderança parece atualmente ter se perdido na armadilha manipulativa colocada pelo Estado. (FERNANDES, Edésio, 1998: 155)

O movimento favelado, principalmente os quadros da UTP, passaram a integrar a administração pública municipal como estratégia política de implementação de seus ideais de cidade. Mariza Rezende Afonso e Sérgio de Azevedo apontam de forma clara os limites dessa empreitada:

Na verdade, a estratégia atual da UTP consiste em ocupar espaços nos órgãos públicos vinculados mais diretamente à questão da favela. Segundo informações de várias lideranças, a grande meta da entidade é conseguir o controle total da SMAC, ocupando diretamente não só o cargo de Secretário, mas também, os do segundo escalão.

A liderança da UTP parece não se preocupar em diferenciar sua área de ação daquela própria do Estado, não demonstrando ter consciência do risco que pode significar, para o movimento, o “embaralhamento” da atuação de ambos. Considera o controle direto de parte da máquina pública como necessário para a resolução dos problemas das favelas. (AZEVEDO; AFONSO, 1987: 132)

Essa tática política de luta apenas no campo institucional, de tomada de posições na máquina pública, fez com que o movimento de favelados perdesse força e reduzisse sua capacidade de acumular força social para os enfrentamentos ao poder público na efetivação do PROFAVELA.

Ocorreu, assim, uma valorização extrema da atuação da UTP restrita ao aparato estatal em nível municipal como alternativa de efetivação de demandas sociais e políticas para a solução dos problemas dos favelados. (AFONSO; AZEVEDO, 1987: 133)

Tal situação levou ao clientelismo e ao assistencialismo que, de fato, travou o acúmulo de lutas populares urbanas até então realizadas na cidade de Belo Horizonte em desfavor de uma ação burocrática da administração pública. Nesse sentido Afonso e Azevedo:

Após assumirem os cargos, essas lideranças passaram, nas reuniões da UTP, a prestar detalhada conta de suas atividades como funcionários da SMAC, a justificar a não implantação do PROFAVELA como decorrência de entraves burocráticos, e a convidar as associações de favelados que apresentam reivindicações de melhorias urbanas ou solução para pequenos problemas locais a procurá-los na Secretaria, onde poderiam ser atendidas. Tudo isso a uma platéia que parece animada e esperançosa com as

possibilidades de obter benefícios mais imediatos, tão prometidos anteriormente pelo próprio poder público e de atendimento sempre adiado.

Desse modo, o desempenho desses líderes não difere, no fundamental, da ação assistencialista e clientelista que a Secretaria já desenvolvia, embora esta não tenha sido a motivação que os levou a reivindicar e aceitar as atuais posições. (AZEVEDO; AFONSO, 1987: 133)

Nas entrevistas feitas para essa pesquisa constata-se relações de cooptação política feitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que mais tarde assumiria, no início da década de 1990, a administração municipal empreendendo um governo chamado de “*democrático popular*”, mas que no âmbito da habitação não efetivou o PROFAVELA.

Emely Salazar atribui o fim da Pastoral de Favelas à cooptação realizada pelo PT:

E – O PT acabou com a pastoral.

L – Serio?

E – Foi.

L - A criação do PT ou o PT aqui de Belo Horizonte?

E – O PT aqui.

L – A administração publica você diz?

E – Não, as lideranças, o PT, porque o movimento da Pastoral de Favelas, tava um movimento grande e ai eles começaram a infiltrar, porque eles são assim competentes, lideranças competentes, chegaram, pediam as palavra, e começou a propor coisa e a cooptar. (SALAZAR, 2014: anexo II.2)

Da mesma forma Vicentão afirma a cooptação levada a cabo pelo PT:

L – Foi fundador do PT também aqui, entendi, ô Vicentão e quanto essa questão dos programas, do Pró-Favela, até da própria criação da URBEL, você acha que eles foram efetivos?

V – eles estavam funcionando direitinho, mas o PT fez uma coisa errada acabou com a sede da UTP, cooptou os líderes de favela e já não tinha aquela força que tinha mais, já não existe a UTP mais, não existe nada, então não tinha aquela força, hoje as forças e no final depois que veio um ministro ai que começou a dar litro de leite, o pessoal chegou começou a trocar o litro de leite por pinga, aquela confusão e no final quem brigava era as mulheres e a gente. (GONÇALVES, 2014: anexo II.5)

Diante do exposto, aponta-se uma clara limitação da relação Movimento/Estado no que toca as contradições que o próprio Estado apresenta ao não intervir de forma direta na dimensão da propriedade privada de forma a romper com o caráter absoluto desta e, lado outro, na absorção de pautas progressistas dos movimentos a partir de sua inserção na máquina pública.

Por outro lado, os movimentos, para preservar a sua capacidade de luta e enfrentamento devem guardar sua autonomia frente ao Estado. Os movimentos de 1980 demonstram essa limitação clara do campo institucional e a necessidade de se ir além desse campo nas lutas urbanas.

No cômputo geral do projeto de regularização fundiária em vilas e favelas de Belo Horizonte o número de títulos entregues aos moradores dessas áreas ficou muito aquém do conjunto de favelas da cidade que estariam aptas a serem regularizadas desde a implantação do PROFAVELA.

Segundo dados divulgados pela Prefeitura de Belo Horizonte apenas 13.680 escrituras foram entregues desde a década de 1980 até o ano de 2011. Veja-se:

O trabalho de regularização nas vilas e favelas de Belo Horizonte contempla, ao mesmo tempo, a urbanização e a legalização da terra. De 1986, época da implantação do programa, até 2011, 45 comunidades foram regularizadas, com a aprovação de 18.338 lotes e emissão de 13.680 escrituras beneficiando 25.629 domicílios. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015)

Do universo de moradores de vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares, que segundo a URBEL, totalizam 451.395 habitantes, apenas 25.629 domicílios foram regularizados no espaço de tempo de 25 anos desde a implantação do programa.

Esse dado do número de habitantes em situação considerada irregular estão disponíveis no sítio da Prefeitura de Belo Horizonte:

- Nº de vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares: 215 (\*1)
- Área de Belo Horizonte: 331 km<sup>2</sup>
- Área das vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares: 16,4 km<sup>2</sup>
- % da área das vilas favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares em relação à área total do município: 4,95%

- População de vilas, favelas, conjuntos habitacionais populares e outros assentamentos irregulares: 451.395 habitantes
- População de Belo Horizonte: 2.412.937 habitantes
- % da população de vilas, favelas, conjuntos habitacionais e outros assentamentos irregulares em relação à população total do município: 19%. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015)

Assim, a eficácia do PROFAVELA foi limitada pela baixa capacidade da municipalidade em de fato regularizar as favelas da cidade de um lado. E, por outro, a cooptação de lideranças pelos partidos e pelo poder constituído acabou por reduzir a capacidade de dissuasão dos movimentos na política urbana formulada.

Outra limitação do PROFAVELA está relacionada com a estrutura de competências dos órgãos públicos envolvidos na execução do programa: Secretaria Municipal de Ação Comunitária, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Obras Cíveis.

Para Maria Cristina Fonseca de Magalhães, funcionária da URBEL desde a década de 1980, essa estrutura acabou por inviabilizar a celeridade na implantação do processo de regularização das favelas. Veja-se:

Então ficou sob, o fluxo da lei ela ficou dividida entre três secretarias e isso avançou muito pouco, a crítica que os movimentos sociais cobravam dos prefeitos, do prefeito na época, é que não estava andando, que estava devagar, mas é porque realmente é muito difícil você fazer uma ação que tem que interagir três órgãos públicos e concomitantemente né, é muito difícil, qualquer coisa que envolva mais de um poder público a gente sabe a dificuldade que é. (MAGALHÃES, 2014: anexo II.6)

Dessa forma, constata-se que a burocracia da administração pública pode ser um elemento que impediu a efetividade do PROFAVELA já que exigia a materialização do princípio da eficiência na administração pública. A própria Maria Cristina Fonseca Magalhães avalia que tal articulação de órgãos públicos dificultou a operacionalidade do trabalho.

Outro limite é a questão da compra e venda dos terrenos ocupados pela população favelada. Segundo José Rubens Costa, o PROFAVELA ao inserir as favelas no Setor Especial 4 criou uma proteção contra a especulação imobiliária na medida em que surgiu um zoneamento que não interessa aos setores abastados da sociedade (COSTA, 1984:567).

Esse fato aliado à desapropriação para constituição do sistema viário na favela, que seria integrado ao patrimônio público municipal, abriria caminho para uma negociação do preço justo dos imóveis que seria um equilíbrio entre os interesses privados e públicos com a recuperação de mais valia urbana em favor dos favelados (COSTA, 1984:569).

Pelo fluxograma do PROFAVELA, integrante do Comentário Geral do programa, percebe-se que o domínio da terra seria equacionado da seguinte forma:

A SMAC encaminha/coordena as negociações para compra do terreno, entre os proprietários e os ocupantes do mesmo – desta forma acorda-se o preço e as condições de pagamento. Neste estágio o proprietário deixa uma opção de compra à Associação de Moradores Local. (BELO HORIZONTE, 1985)

Esse ponto do domínio, quando a propriedade era particular, acaba por desconsiderar o elemento da função social da propriedade apontando um limite do PROFAVELA. Tal princípio já era reconhecido na Constituição Federal de 1967 e, mais tarde, foi reafirmado na Constituição Federal de 1988.

Diante de todo o exposto, a legislação do PROFAVELA apresentou limites à sua efetividade, seja pelas contradições que vieram à tona pela cooptação de lideranças dos movimentos sociais, seja pela ausência de pressão popular contínua, seja pelos limites da própria administração pública ou seja pelo baixo número de títulos concedidos aos favelados pós implantação do programa de regularização fundiária.

## **Capítulo 2 – O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**

### **2.1 O ideário do Governo Federal sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**

No capítulo 1 vimos as possibilidades abertas pelo PROFAVELA, mas também os limites dessa política de regularização fundiária. Neste capítulo abordaremos o MCMV, política habitacional de caráter nacional, que retomou o debate da moradia no contexto atual.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 459, de 25 de Março de 2009. Posteriormente tal ato normativo foi convertido na Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispunha sobre o MCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, entre outras providências.

A Medida Provisória 459/2009 estabeleceu como finalidade do MCMV a criação de mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais por famílias que ganhassem até 10 (dez) salários mínimos. Autorizou também que a União transferisse recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Além disso, o MCMV instituiu o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), autorizou a União a participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) além de autorizar a União a conceder subsídio econômico ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O discurso dos membros do Governo Federal sobre o MCMV era de que o objetivo principal do programa girava em torno da garantia e efetividade do direito à moradia para parcelas pobres da sociedade brasileira. Estaria-se, assim, combatendo o déficit habitacional que assola, principalmente, os pobres urbanos nas cidades do país.

Em Portaria Interministerial dirigida ao Presidente da República os então Ministros de Estado - Guido Mantega (Ministro da Fazenda), Tarso Genro (Ministro da Justiça), Paulo Bernardo Silva (Ministro do Planejamento), Carlos Minc (Ministro do Meio Ambiente) e Márcio Fortes de Almeida (Ministro das Cidades) – assim se manifestaram sobre o MCMV:

Com relação à autorização para que a União possa equalizar parte da taxa de juros cobrada em linha especial de apoio a financiamentos de obras de infra-estrutura em lotes urbanos destinados a imóveis residenciais, cabe explicitar que essa ação, além de impactar significativamente o mercado de trabalho gerando novos postos de trabalho, cria condições para que o Programa Minha Casa, Minha Vida alcance seu principal objetivo: a aquisição de moradia para famílias de baixa renda. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009: s/n)

No trecho citado, resta claro o intuito da União em interferir no mercado imobiliário definindo parâmetros para taxa de juros em financiamentos envolvendo a formação de infra-estrutura urbana. Mas, sobreleva realçar, que o objetivo principal do MCMV seria garantir aos brasileiros e brasileiras de baixa renda a realização de seu principal sonho: a aquisição da casa própria.

No entanto, na própria Portaria Interministerial citada os ministros afirmam que o MCMV tinha como finalidade combater a crise econômica mundial que havia sido deflagrada a partir dos Estados Unidos da América em 2008 tendo como causa a ausência de lastro de títulos imobiliários. Senão vejamos:

De fato, diante do cenário de crise financeira mundial com o recrudescimento de seus impactos negativos sobre a atividade econômica, renda e nível de emprego do País é premente a necessidade de adoção de medidas de natureza anticíclicas no curto prazo, principalmente aquelas que possam garantir a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda e a manutenção do nível de atividade econômica.

As atuais restrições de crédito, ainda que por um período curto, podem gerar problemas no setor produtivo com conseqüências danosas para a economia nacional, sendo oportuna, portanto, a criação de mecanismo que reduza o risco de crédito associado às operações de financiamento habitacional, incentive o retorno dos empréstimos e viabilize a continuidade dos investimentos, principalmente no setor da construção civil, grande gerador de empregos e renda às camadas de menor poder aquisitivo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009: s/n)

Nessa linha de pensamento, percebe-se que já na formulação inicial do MCMV e em sua implementação aparece essa tensão entre a efetividade do direito à moradia para parcelas da sociedade excluídas e o atendimento ao setor da construção civil como forma de gerar empregos, estimular a economia e reduzir os impactos da crise econômica mundial no Brasil.

Os discursos de entrega de unidades habitacionais feitos tanto pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto pela atual presidenta Dilma Rousseff demonstram essa tensão entre o estímulo ao mercado da construção civil, de um lado, e, de outro, a garantia do direito à moradia.

Em cerimônia de inauguração e anúncio de construção de unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Goiânia, no dia 13 de Agosto de 2009, o ex-presidente Lula afirmou que após 20 (vinte) anos de paralisa da construção civil a indústria desse ramo crescerá de forma incomparável no Brasil. Veja-se:

Vocês sabem que a construção civil esteve paralisada durante 20 anos. Companheiro Iris Rezende, neste país a construção civil ficou sem crescimento durante 20 anos. Com a ajuda do Congresso Nacional, destes que estão aqui, com a ajuda de outros de outros estados, nós conseguimos mudar a lei, facilitar a vida da indústria da construção civil e, este ano, a construção civil vai crescer como nunca cresceu neste país, gerando oportunidade de emprego para milhões e milhões de homens e mulheres deste país. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009: s/n)

Já a presidente Dilma Rousseff em cerimônia de entrega de unidades habitacionais em Juazeiro, Bahia, no dia 05 de Agosto de 2011, não citou o ramo da construção civil e afirmou a importância da casa, do lar, como constitutivo do ser humano, como lugar de afeto. E ressaltou que o Brasil para se tornar uma nação de fato precisaria garantir a moradia para todos aqueles que precisam:

(...) O Minha Casa, Minha Vida, ele é um programa que tem um objetivo fundamental: assegurar para as famílias um lar. E aí, a gente pode parar e pensar: “mas, afinal de contas, o que é um lar?” O lar é onde a gente cria os filhos; o lar é onde a gente pode receber a família e os amigos; o lar é onde a gente pode desenvolver uma coisa que talvez seja das melhores coisas do ser humano, nós podemos desenvolver afeto. Nós podemos ter um lugar onde nós nos protegemos com o afeto daqueles que nos são mais caros.

Por isso, um país, para ser um país, e mais do que um país, para ser uma nação e, portanto, para ser o lar de todos, tem de garantir que a população, que é a população que mais precisa, tenha acesso a sua casa própria, tenha acesso às condições fundamentais de vida, que são a proteção de um lar. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009: s/n)

No dia 16 de junho de 2011 foi lançado em Brasília o Minha Casa, Minha Vida 2 que tinha como objetivo a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais entre 2011 e 2014 por via de financiamentos e subsídios bilionários feitos pelo governo federal (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

No discurso feito pela presidente Dilma Rousseff no lançamento da segunda fase do programa essa tensão entre o atendimento ao setor empresarial do ramo da construção civil e a efetivação do direito social à moradia também aparece de forma clara.

Ao cumprimentar às autoridades presentes, dentre governadores, deputados, ministros, senadores, prefeitos a presidente assim se dirigiu ao representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – a qual atribui a elaboração e o sucesso do Minha Casa, Minha Vida:

E um cumprimento todo especial ao presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, Paulo Safadi, que foi responsável também não só pelo sucesso deste Programa, mas pela elaboração também. Saúdo essa parceria feita entre governo e empresários. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011: s/n)

E, lado outro, a presidente afirmou a importância da efetivação do sonho da casa própria como afirmação das relações afetivas e da projeção da família. Veja-se:

Este Programa mostra que o nosso país avançou, e avançou de forma muito rápida nos últimos tempos. Este dia de hoje, ele marca um momento especial, que é o lançamento da segunda etapa de um Programa que tem um aspecto social, cidadão, que eu acredito que é profundo porque trata-se de construir as condições para que as pessoas cheguem ao chamado sonho da casa própria, que é muito mais que um sonho porque trata-se do espaço onde se constroem as relações afetivas, porque é ali que se criam os filhos, se estabelecem as ligações familiares. É ali que as pessoas conseguem atingir aquele sonho que acompanha a Humanidade desde o início da sua transformação, que é o sonho do abrigo, da proteção e da segurança. Então, esse espaço é o espaço que nós chamamos de “lar”, um espaço onde se organizam, onde vivem e onde sobrevivem e lutam as famílias deste país. Por isso, hoje é um momento muito especial. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011: s/n)

Pela análise da Portaria Interministerial acima citada, que serviu de fundamento para a deflagração do Projeto de Lei que resultou na conversão da Medida Provisória 459/2009 na Lei 11.977/2009, e pela verificação dos discursos presidenciais em torno do Minha Casa, Minha Vida percebe-se que o ideário do governo federal para o programa é atender ao setor empresarial e desenvolver uma política pública que

direcionasse a resolução do problema do déficit habitacional por via da construção de novas habitações.

Tal desiderato se apresentou em todas as fases do programa, desde o lançamento do Minha Casa, Minha Vida em um contexto de crise econômica em 2009, também na sua fase 2 em 2011 e na fase 3 que foi anunciada em 2014, mas não foi de fato lançada até o presente momento. Nessa última etapa, o objetivo era construir 3 milhões de moradias nos próximos anos.

## **2.2 A visão dos movimentos sociais sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida**

Logo após ser lançado o Programa Minha Casa, Minha Vida a Resistência Urbana, formada por uma Frente Nacional de Movimentos, dos quais fazem parte, dentre outros, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Brigadas Populares, Movimento Sem –Teto da Bahia (MSTB), Movimento de Luta Popular (MLP), Nós da Sul, lançaram uma campanha intitulada “Minha Casa, Minha Luta”.

A análise da Resistência Urbana era que o MCMV foi um pacote para atender aos interesses do setor empresarial, ligado à construção civil e à especulação imobiliária, em função da crise econômica mundial de 2008 e que não iria solucionar o problema do déficit habitacional no Brasil.

Um dado que os movimentos levantavam era que um percentual de 90% das famílias sem-casa do país recebia renda de 0 a 3 salários mínimos para qual o programa habitacional havia previsto a construção de 400.000 (quatrocentas mil moradias) que representavam 40% do total de 1.000.000 (um milhão) de moradias. Enquanto as outras 600.000 (seiscentas mil moradias) seriam destinadas para a faixa de renda que iria de 3 a 6 salários mínimos e que representavam parte pouco expressiva do déficit habitacional.

O raciocínio era que se as famílias de baixa renda são as que teriam mais dificuldade para comprar uma moradia no mercado formal e, em função disso, deveriam ser a prioridade de uma política pública voltada para a habitação de interesse social. Na cartilha “*Minha Casa, Minha Luta*” assim está posta a questão sobre a chamada inversão de prioridades levada a cabo pelo MCMV:

Olhando por outro lado, percebemos que as 400 mil casas previstas para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos irá resolver apenas 8% do déficit habitacional dessa faixa de renda. Enquanto isso, as 600 mil unidades a serem destinadas às famílias com renda superior a 3 salários mínimos irão resolver mais de 70 % do déficit habitacional dessa faixa de renda.

Ou seja, a cada dez famílias de baixa renda (até 3 salários) apenas uma poderá ser contemplada pelo MCMV e a cada 10 famílias com melhor renda mensal (de 3 a 10 salários), sete poderão ser contempladas. Fica a pergunta: é justo que as famílias com melhor situação financeira, que possuem mais facilidade para comprar uma casa no mercado privado, sejam privilegiadas por uma política pública de habitação que se diz voltada para os mais pobres? É claro que não. (FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA, 2009: s/n)

Nessa linha de compreensão, a assimetria quanto ao atendimento das necessidades reais da parcela social mais pobre que compõe o déficit habitacional levou os movimentos a declararem que o MCMV estava orientado exclusivamente para o atendimento das construtoras por via da indução da construção civil realizada com subsídios públicos e de forma a privilegiar a especulação imobiliária.

Para a Resistência Urbana o Governo Federal empreendia um discurso falacioso ao afirmar que o MCMV era uma grande concertação entre as três esferas federativas (Estados, Municípios e União), setor empresarial e movimentos sociais. Essa Frente de Movimentos alegava que os movimentos sociais não foram ouvidos na construção do Programa e na sua implantação. Veja-se:

Mas na verdade, os movimentos sociais combativos nunca foram parceiros na construção do programa e também não estão sendo na sua implementação. Isso significa dizer que a construção do MCMV não foi democrática, pois não garantiu a participação das forças sociais que representam a grande massa de sem-tetos do país. Da mesma forma, a execução do programa também não abre espaço para a participação dos movimentos e organizações populares, com controle social e auto-gestão dos recursos públicos. Os grandes idealizadores do programa foram os empresários da construção civil. (FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA, 2009: s/n)

Outra crítica levantada pela Resistência Urbana era que o MCMV não previa a desapropriação de terrenos que poderiam facilitar a produção de moradias já que o preço da terra é o elemento mais caro na construção de novas unidades habitacionais. Tal fato acabaria por favorecer os especuladores imobiliários que teriam estoques de terra disponível a espera de uma oportunidade de inserção em projetos de valorização imobiliário que dependam de investimentos públicos.

Questionava também que os conjuntos habitacionais para população pobre seriam construídos em locais afastados do centro e desprovidos de infra-estrutura e serviços urbanos reforçando um padrão de reprodução das cidades precário e que reforçava a segregação espacial dos pobres urbanos.

Para romper com essa lógica a defesa da Resistência Urbana era de que somente na luta por uma Reforma Urbana estrutural, efetiva e popular o sonho da casa própria seria realizado. Não somente o sonho da casa própria, mas também outros direitos como o lazer, o transporte público, a saúde, a educação, saneamento básico e outros direitos.

No ponto, cabe apontar os três pilares da Reforma Urbana para a Resistência Urbana:

**Estrutural** porque passa pela superação das contradições estruturais da lógica de apropriação do espaço urbano. Ou seja, passa pelo fim da forma como o capitalismo se apropriou das cidades para transformá-las não apenas em espaço privilegiado de acumulação capitalista, mas também em objeto dessa acumulação. Isso significa que a produção da cidade (grandes obras, por exemplo) passa a servir aos interesses da indústria da construção civil e da especulação imobiliária e o Estado capitalista se transforma no principal agente dessa lógica.

**Efetiva** por que também passa pela efetivação dos direitos e garantias conquistados pela luta popular. Melhor dizendo: defendemos uma Reforma Urbana que leva em conta os direitos e as conquistas legais que ainda não foram efetivados na vida concreta do povo, tais como o direito à moradia, a função social da propriedade, os instrumentos de política urbana, a própria dignidade da pessoa humana, etc.

**Popular** por que não é uma Reforma Urbana para as elites privilegiadas, também não é uma Reforma Urbana orientada pelos interesses do capital imobiliário, mas pelas necessidades concretas dos trabalhadores que ainda são excluídos da cidade que eles mesmos produzem cotidianamente com seu suor. (FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA, 2009: 16)

Assim, a concepção de Reforma Urbana da Resistência Urbana se depara com uma questão central: quem determina os rumos das cidades? A partir do Programa MCMV os movimentos sociais fazem a crítica que as cidades são reproduzidas mais pelo capital imobiliário, em suas mais diversas formas de apropriação do urbano, do que pelas pessoas e suas reais necessidades e projeção de efetivação de direitos, o que coloca em xeque as reais possibilidades de criar um plano que “equilibre interesses” na ótica do MCMV.

Nesse sentido Charlene Cristiane Egídio, moradora da ocupação Rosa Leão, em Belo Horizonte, se manifesta:

Hoje, eu tenho uma outra visão, e não só eu, mas muitas famílias, a visão que esse Minha Casa Minha Vida foi um programa construído sem participação de quem vai morar nos apartamentos. Por isso que é tão horrível o tamanho dos apartamentos, o jeito que é construído, porque não tem a participação de quem vai morar. E devido a isso, eu acho que o Minha Casa Minha Vida deveria ser extinto, excluído como programa habitacional. Porque na verdade se coloca como se fosse a única saída pra questão habitacional, e tem várias outras saídas. A ocupação dá um recado muito grande disso: é possível fazer a autoconstrução. Ok, libera a terra que o povo vai lá e constrói. Então é possível... Tem outras opções na verdade. Então eu acho que o Minha Casa Minha Vida é um erro que começou a muito tempo por não ter tido a participação de quem vai morar nela. (EGÍDIO, 2015; anexo II.7)

No modelo empreendido no MCMV as construtoras receberam subsídio público para levar à cabo os empreendimentos imobiliários e os municípios por via de cadastros previamente realizados apresentavam aquelas famílias que iriam comprar os imóveis. Essa formulação é feita de maneira direta por Guilherme Boulos, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), no livro *“Por Que ocupamos”*:

Assim, as empreiteiras receberam o presente de R\$ 34 bilhões para aliviar sua crise. O sistema é simples: o governo dá o dinheiro, a empreiteira constrói e o governo apresenta os compradores. Ou seja, não há nenhum risco para o capitalista nem necessidade de gastos com a venda (corretores, propaganda, etc.). E tudo com dinheiro público.

Mas alguns companheiros poderiam questionar: mesmo que favoreça as empreiteiras, está construindo moradia para quem precisa e resolvendo o déficit habitacional, não é? Isso foi o que afirmou o então presidente Lula, ao falar que o Minha Casa, Minha Vida representava uma “reconciliação entre capital e o trabalho”, ou seja, atenderia aos interesses de todos, sem conflitos. (BOULOS, 214: 22)

Dessa forma, a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal pretende com o MCMV conformar uma conciliação de classes no espaço urbano, mas na realidade apenas afirma uma política habitacional desconectada de uma política urbana efetiva que dê soluções concretas para o déficit habitacional. Desconsidera, além disso, que a cidade é construída por vários projetos políticos em conformidade com os anseios de seus moradores (HARVEY, 2014)

Eis uma questão fundamental para as lutas pelo direito à cidade: que o processo de reprodução das cidades não esteja envolto de uma gestão empresarial do urbano levado à cabo em associação direta pelo Estado em aliança direta com o capital imobiliário.

O capital imobiliário privilegiado no contexto do MCMV é regido por grandes incorporadoras que centralizam todo o processo de produção imobiliária como se vê no seguinte trecho da pesquisa “*Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na RMBH*”, realizada pelo PRAXIS, grupo de pesquisa da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais:

Grandes empresas construtoras passaram a coordenar e executar a incorporação, através de uma estrutura operacional capaz de mobilizar todos os fatores necessários à aquisição do terreno, à captação do suporte financeiro às operações, à produção da habitação até o “lançamento do produto na prateleira”, para então ser comercializado. Também passaram a exercer a função de corretoras de imóveis, distribuindo centrais em diversos pontos da cidade para a venda dos imóveis que produz. As empresas se reorganizaram em um modelo de negócio mais complexo e deixaram de ser construtoras contratadas para obras isoladas. (PRAXIS, 2014: 10)

Ocorre que o MCMV reforçou, ao invés de combater, a lógica pura e simples de tratar a questão habitacional como uma mercadoria a ser referenciada em uma lógica de busca pelo lucro, ao invés do tratamento que confere à moradia o status de direito social como previsto na Constituição Federal de 1988.

Tal lógica não ataca os reais problemas da moradia como afirma Guilherme Boulos:

Esta análise nos leva ainda a outra conclusão. A de que não basta simplesmente construir conjuntos habitacionais. Mesmo aumentando o recurso do programa para famílias mais pobres – como ocorreu na segunda fase do Minha Casa, Minha Vida – permaneceram grandes obstáculos. Enquanto não se combater a especulação imobiliária, que faz valorizar artificialmente o preço dos terrenos e, assim, joga os mais pobres para mais longe, e se garantir outras condições básicas de vida (infra-estrutura, serviços, lazer, etc.) não se pode falar em moradia digna. E isto exige uma transformação profunda na lógica de cidade. (BOULOS, 2014: 23)

Assim, não basta apenas construir moradias pela via mercantilizada da política habitacional. É necessário construir uma política urbana que ataque a especulação imobiliária e que esteja articulada com a formação do direito à cidade de forma a garantir participação social nas políticas públicas e de maneira a garantir o direito à moradia aliado a uma série de equipamentos públicos e outros direitos sociais.

Nesse sentido, é necessário, por exemplo, formular uma política urbana e executar instrumentos já previstos no ordenamento jurídico-urbanístico que ataquem os imóveis ociosos que não cumprem a função social. Tais unidades habitacionais já estão prontas e desperdiçam dinheiro público ao sub-utilizarem uma malha urbana estabelecida (ruas asfaltadas, esgoto, ligações de água e luz) e ao não se integrarem na dinâmica sócio-territorial de cumprimento da função social da cidade.

Tal situação despreza toda uma normatividade, com instrumentos de política urbana positivados, estabelecida no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e que tem o intuito de efetivar a função social da propriedade. Tal crítica é feita na Cartilha “*Minha Casa, Minha Luta*” (anexo IV) da seguinte forma:

A propósito, os instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade para regular a ocupação do espaço urbano (a fim de garantir áreas seguras para moradias populares e frear a especulação imobiliária) são abandonados pela esmagadora maioria das prefeituras brasileiras. Em alguns casos, são até incorporados nos Planos Diretores (que são leis municipais responsáveis por estabelecer regras de ocupação do solo urbano). Mas, ficam inofensivos numa folha de papel, na medida em que para serem efetivamente implementados precisariam de leis complementares (cuja elaboração não acontece). Um desses instrumentos é a Zona especial de Interesse Social (Zeis), que reservaria áreas urbanas sem risco para casas populares, podendo estar localizadas mais perto dos centros das cidades. Outros instrumentos importantes são o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Peus) e o IPTU progressivo no tempo, que protegeriam a função social dos imóveis, prevendo, no limite, a desapropriação de imóveis usados meramente com finalidades especulativas. (FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA, 2009: 10)

O número de imóveis ociosos, em contraponto ao déficit habitacional, demonstra como a política de simples produção de novas moradias é equivocada e realmente privilegia o sistema de reprodução mercantilizada das cidades. Existem hoje no país, conforme o censo de 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010), em torno de 6.070.000 milhões de domicílios vagos enquanto o déficit habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro é de 5.792.508 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014). Esses dados

comprovam que uma política urbana real deve regulamentar os instrumentos do Estatuto das Cidades de forma que esses imóveis ociosos sejam destinados para habitação de interesse social.

Outro dado importante de se apresentar é que após o lançamento do MCMV 1, com a construção de 1.000.000 de unidades, o déficit habitacional no Brasil cresceu. É o que demonstram membros do MTST, com embasamento no déficit habitacional apresentado pela Fundação João Pinheiro, no texto “*Como não fazer política urbana*”:

Em 2008, o número de famílias sem moradia no país era de 5.546.000 de acordo com o Ministério das Cidades. Em fevereiro de 2009, foi lançado o Programa MCMV com a promessa de redução drástica destes números. Ao final de 2010, o MCMV havia atingido a meta de 1 milhão de casas construídas ou contratadas. Resultado: o número de famílias sem moradia no final de 2010 era de 6.940.000. Após 1 milhão financiadas pelo governo, a carência de moradias no Brasil aumentou praticamente 1,5 milhão. Como pode? (BOULOS; SZERMETA; RIBEIRO, 2014: s/n)

Essa realidade se deu pelo crescimento do setor imobiliário que cresceu acima da inflação se tornando muito rentável. Além disso, a injeção de recursos públicos nesse setor acabou por possibilitar que corporações imobiliárias aumentassem seu estoque de terras definindo, por consequência, áreas que receberiam empreendimentos imobiliários vultosos que acabariam **por gerar a expulsão dessas regiões de famílias mais pobres** (BOULOS, SZERMETA, RIBEIRO, 2014).

Desse modo, resta claro que a construção de novas unidades habitacionais não soluciona o déficit habitacional. Ao contrário, essa política mostra os efeitos negativos gerados quando se separa a política habitacional de uma política urbana envolvendo a efetivação do direito à cidade.

Essa tensão entre política urbana e política habitacional pode ser transposta para a tensão direito de propriedade como direito absoluto e propriedade como função social. Tendo em conta a propriedade em sua dimensão constitucional, pluralizando o seu sentido como disputa política, afirma-se que a explicitação dessas tensões são uma forma de grupos socialmente excluídos se colocarem na esfera pública e se reconhecerem como cidadãos (REPOLÊS, PRATES, CALIXTO, 2015)

É necessário uma política urbana contundente, calcada nos pressupostos do direito à cidade, que seja capaz de deslocar o processo de gestão urbana das mãos de um Estado ineficiente, aliado ao setor da construção civil, para uma política urbana que seja formatada pelas próprias pessoas de forma a atender suas reais necessidades e desejos.

### **2.3 A crítica acadêmica ao Minha Casa, Minha Vida (MCMV)**

As formulações críticas feitas pelos movimentos sociais acerca do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e à gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito do Governo Federal também são feitas pelo setor acadêmico. A gestão privada do espaço e da política urbana que gera um processo de mercantilização do direito à moradia é apontada como grande limitação do programa habitacional em questão.

Essa forma de enfrentar o problema do déficit habitacional, por via de uma gestão fundiária do espaço levada a cabo por construtoras e bancos acaba por atribuir ao mercado um papel de executor de política urbana que deveria ser desempenhado de forma mais estrita pelo Estado, seja na execução da política, seja no reconhecimento de formas de produção de moradia autônomas, para além do Estado e do capital e materializadas em vilas, favelas e ocupações.

Ocorre nessa situação a ausência do papel do Estado em garantir uma normatização que resulte no desenvolvimento pleno das cidades em torno do cumprimento de sua função social. O Estado injeta vultosas verbas públicas no setor privado que é responsável por executar o seu projeto de cidade, em função de seus interesses, que não guardam relação com os pressupostos de uma Reforma Urbana que dê conta de enfrentar efetivamente os problemas urbanos.

Pedro Arantes, arquiteto e urbanista, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), assim desfecha a questão:

O ponto de chegada da (Anti) Reforma Urbana petista, ao mesmo tempo seu fim de linha e sua realização, é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Três milhões de moradias estão sendo produzidas nos últimos cinco anos, com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, quase integralmente (cerca de 98%) sob a batuta do setor privado, usando recursos públicos e promovendo uma onda de aumento do preço da terra em todo o país. No MCMV, quem faz política de terras é o setor privado, como é também ele quem define o local e o padrão de urbanização, a arquitetura, a tecnologia a ser adotada, e assim por diante. O Estado abdicou de uma

política pública de terras e desenvolvimento urbano, abdicou de ter inteligência projetual sobre as cidades e de qualificá-las. Quem “opera” o MCMV, além de 13 grandes construtoras, é um banco – a Caixa Econômica Federal, cujo presidente é um dos urbanistas do PT – que segue a racionalidade financeira de cálculo de riscos comerciais de crédito consignado e um *check list* de requisitos mínimos para aprovação dos empreendimentos (fiscalização que muitas vezes é até terceirizada). Apoiar-se na lei de alienação fiduciária, que dá segurança às empresas na retomada de imóveis de inadimplentes e permite, afinal, avançar no mercado para populações precarizadas. (ARANTES, 2014: 48)

O termo (Anti) Reforma Urbana petista representa o modelo de conciliação de classes que o Partido dos Trabalhadores (PT) implementou no país e do qual o MCMV é um dos grandes símbolos. Uma aliança entre o capital, o setor empresarial da construção civil e o Estado e suas políticas públicas.

Acontece que tal concertação é extremamente desequilibrada já que há um predomínio dos interesses empresariais privados que promovem a financeirização da política urbana, inclusive com recursos públicos, em detrimento dos direitos sociais de amplas parcelas sociais que tem seu direito à cidade sonogado.

Se as incorporadoras, construtoras e agentes do capital imobiliário definem a dinâmica da gestão territorial e a localização dos empreendimentos e não a população e os movimentos sociais há uma clara afronta ao direito à cidade entendido nesse trabalho como o direito que as pessoas tem de transformar a cidade à sua maneira.

Se a gestão das cidades se dá, sem participação popular, por via de agentes públicos aliados ao setor empresarial urbano da construção civil não há efetivação desse direito que seria garantido com participação social na formulação da política urbana de forma ampla e irrestrita (HARVEY, 2014).

Essa conciliação de classe sob a justificativa da importância de se atender aos pobres e ao setor produtivo como forma de desenvolvimento econômico e social, na realidade enfraqueceu a pauta da Reforma Urbana e criou uma situação de extrema fragilidade aos trabalhadores. Pedro Arantes sintetiza bem o ponto em trecho do artigo supramencionado:

A promoção da casa popular é apresentada, assim, como solução compensatória da Reforma Urbana que não ocorreu, e melhor elo da conciliação de classes entre capital e trabalho – uma vez que beneficiaria a ambos. Na “aliança pela casa própria” não haveria interesses opostos: forja-se um consenso entre a necessária lucratividade dos capitais, os ganhos eleitorais dos políticos, a venda de terras valorizadas pelos proprietários e o benefício social dos atendidos pelo programa. A valorização imobiliária produzida pelo MCMV e pela ampliação do crédito imobiliário levou a crescimentos vertiginosos do preço da terra (180% em São Paulo e 250% no Rio de Janeiro nos últimos 5 anos). A própria tabela do MCMV para a sua casa mais simples (com menos de 40 m<sup>2</sup>), em São Paulo, começou com R\$ 52 mil em 2009 e hoje está em R\$ 96 mil (com o complemento estadual), e mesmo ultrapassando este valor, com doação de terras públicas via desapropriação municipal, crescendo assim bem acima da inflação.

Trata-se, à primeira vista, de uma onda de valorização imobiliária rentista que parece beneficiar a todos, dos grandes proprietários aos pequenos, que veem seu capitalzinho imobiliário valorizar-se e têm a certeza de que sempre valeu a pena estar ao lado da propriedade privada. Contudo, essa valorização da terra cria uma situação desfavorável aos trabalhadores, ampliando a diferença entre renda imobiliária e renda do trabalho (salários). Hoje é cada vez mais caro comprar e alugar a moradia, os aumentos de IPTU serão inevitáveis, acima da inflação e dos salários. Daí a chance de ampliação do endividamento e da inadimplência, chegando atualmente a 70% em algumas faixas de financiamento, incluindo o MCMV, que, por isso, parece estar com os dias contados. (ARANTES, 2014: 48)

Outra questão importante de realçar é que o MCMV desmontou a política habitacional que estava sendo construída por via do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social com a conseqüente criação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

Nesse sentido, o programa Práxis, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elaborou um relatório de pesquisa intitulado “*Programa Minha Casa, Minha Vida: Estudos Avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*” que contém a seguinte afirmação sobre esse fato:

Uma das críticas ao PMCMV refere-se ao seu distanciamento em relação à política habitacional e urbana que estava sendo delineada desde a criação do Ministério das Cidades e que foi instituída com a aprovação do SNHIS – e do FNHIS –, no ano de 2005, sendo posteriormente consubstanciada no Plano Nacional Habitacional (PlanHab). Este, por sua vez, elaborado a partir de um processo de construção amplamente participativo e coordenado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH), buscou consolidar um pacto nacional de longo prazo, baseado na garantia do direito à

moradia digna para toda a população brasileira. (BONDUKI, 2009; KRAUSE; BALBIM; LIMA NETO, 2013; LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2013). (PRAXIS, 2014: 17)

É conveniente sublinhar que tal política foi fruto da promulgação da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que foi tramitou como o primeiro projeto de lei de iniciativa popular apresentado no Congresso Nacional após a Constituição de 1988 por uma articulação que envolveu diversos movimentos sociais componentes do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR).

Nelson Saule Júnior e Karina Uzzo relatam a luta dos movimentos sociais e as dificuldades enfrentadas para a apresentação do projeto de lei de iniciativa popular. Situações como até mesmo ter que levar os papéis com a assinatura com “carrinhos de mão” ao Congresso Nacional demonstram o esforço para que o projeto fosse apresentado:

O projeto de lei de iniciativa popular foi subscrito com mais de um milhão de assinaturas, sendo aprovado por unanimidade em todas as comissões da Câmara dos Deputados entre 1997 e 2001. E como podemos ler nos depoimentos colhidos neste trabalho, a entrega dessas milhares de assinaturas ao parlamento em Brasília foi realizada com muita dificuldade, por meio dos meios disponíveis; os papéis com as assinaturas foram levados ao Congresso em “carrinhos de mão”, carregados pelos integrantes dos movimentos e entidades que fazem parte do FNUR. (JÚNIOR; UZZO, 2009: s/n)

O objetivo desse sistema de habitação, aprovado por lei que contou com grande participação social, era desenvolver políticas públicas que promovessem o direito à moradia para a população de baixa renda, na faixa de 0 a 3 salários mínimos, que compõe a maior parcela do déficit habitacional no Brasil. Além disso, esse Sistema tinha a finalidade de centralizar os programas voltados à habitação de interesse social existentes até o momento.

A Lei nº 11.124/2005 também instituiu uma importante forma de captação de recursos - o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) - oriundos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), além de possibilitar a realização de empréstimos e contribuições inclusive de organismos internacionais.

Os recursos poderiam ser usados de forma muito ampla. Em contraponto à política rígida de produção de novas moradias estabelecida no MCMV as verbas poderiam ser aplicadas em regularização fundiária, obras de infra-estrutura, construção

de equipamentos urbanos coletivos, aluguel social e reformas de imóveis. Entretanto, tal política que foi construída por setores populares foi desmontada pelo MCMV construído sem participação popular pelo Governo Federal e construtoras.

As críticas expostas até agora no presente trabalho estão sintetizadas por Adauto Lúcio Cardoso e Thêmis Amorim Aragão no artigo *“Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil”*:

Mas, ao lado dessas leituras mais otimistas, a literatura especializada e as análises posteriores permitiram identificar algumas dimensões que, segundo estes críticos, estariam sendo mal equacionadas pelo programa. Podemos sintetizar essas críticas em 8 pontos: (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescentamos ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado. (CARDOSO, 2013: 44)

Tais críticas podem ser sintetizadas em um problema originário, que deriva em todos os outros, qual seja: a gestão da política urbana ser entregue para o setor privado da construção civil que reproduz as cidades a partir da ótica da gestão empresarial e não a partir do cumprimento de sua função social de forma a assentar a justiça social urbana e atender os direitos dos pobres urbanos.

#### **2.4 O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em Belo Horizonte e Região Metropolitana**

Em Belo Horizonte as inscrições de famílias no Minha Casa, Minha Vida (MCMV) aconteceram entre março e junho de 2009, logo após o lançamento do programa pelo Governo Federal. Elas foram feitas por via de diversos canais de acesso: em órgãos do Poder Executivo Municipal, em agências da Caixa Econômica Federal (CEF) e também pela rede mundial de computadores.

Foram mais de 198 mil inscrições. Assevera-se que o déficit habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte foi estimado pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 148.163 unidades habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINEHIRO, 2014).

Essa disparidade deixa entrever que o problema habitacional está muito além das estimativas oficiais já que abarca não apenas o déficit habitacional quantitativo (número de famílias que não tem casa), mas também o déficit habitacional qualitativo (número de famílias que moram em situação precária).

Cumpre enfatizar que o Prefeito Márcio Lacerda (PSB) enviou à Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2009, projeto de lei que visava regulamentar o MCMV prevendo, em seu artigo 13, que *“as famílias que invadirem áreas de propriedade pública ou privada a partir da data de publicação desta lei não serão contempladas pela mesma”*.

O referido artigo afrontava a própria Lei Federal nº 11.977/09, que criou o programa Minha Casa, Minha Vida, quando esta prevê, em seu artigo 3º, § 3º, que as famílias de baixa renda que moram em “assentamentos irregulares” terão prioridade para fins de contemplação nos projetos habitacionais.

Em parecer escrito pelo professor José Luiz Quadros de Magalhães, pelo professor Fábio Alves dos Santos, grande lutador e advogado popular já falecido, dentre outros advogados, é apontada a inconstitucionalidade do projeto:

O dispositivo é claramente inconstitucional, pois fere de morte o princípio da igualdade previsto no art. 5º da Constituição da República: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Este princípio constitucional, de observância obrigatória, veda esse tipo de discriminação com caráter claramente político. Assim, ao excluir do Programa Minha Casa Minha Vida as famílias que “invadirem” imóveis públicos ou privados, a Prefeitura está propondo a aprovação de critério discriminatório para fins de contemplação afrontando a Constituição de 1988. (QUADROS, 2009: s/n)

Esse artigo, em função das mobilizações populares feitas pelas ocupações, não foi aprovado pela Câmara de Vereadores. Famílias organizadas pelas Brigadas Populares e pelo Fórum Moradia do Barreiro, moradoras das ocupações Dandara e Camilo Torres, foram à Câmara Municipal em sete ocasiões no segundo semestre de 2009 para pressionar os parlamentares pela reforma do PL 728/09.

A derrota foi comemorada pelas organizações políticas da seguinte forma:

Essa vitória representa uma derrota das forças conservadoras que buscam criminalizar e deslegitimar a luta social. Representa uma derrota do Prefeito Márcio Lacerda que mantém uma postura de intransigência e não diálogo com as forças sociais que não estão sob seu campo de influência. Mais do que isso, a rejeição do art. 13 do PL 728/09

representa uma vitória de todos e todas que se propõe à construção de um país mais justo e igualitário (BLOG DA OCUPAÇÃO DANDARA, 2009).

O desenvolvimento do programa em Belo Horizonte é muito restrito. Segundo informações do site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) o número de unidades habitacionais entregues até o momento para a faixa 1 do programa, que compreende famílias com renda de até R\$ 1.600,00, se resume a 2.685 unidades (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015). O déficit habitacional estimado pela Fundação João Pinheiro em 2010 para Belo Horizonte é de 78.340 unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), ou seja, sequer foram entregues moradias que dessem conta de superar 5% do déficit habitacional.

Lado outro, os movimentos sociais alegam que somente em três ocupações, Rosa Leão, Esperança e Vitória, se concentram mais de 8.000 (oito mil) famílias (MOREIRA, 2013). Tal fato, demonstra o confronto entre a política habitacional concretizada no MCMV e a auto-produção de moradia feita nas ocupações urbanas na cidade de Belo Horizonte.

Esse argumento é poderoso no sentido de se preservar, como no PROFAVELA, a forma de produção de moradia encontrada pelos setores populares – ocupação de terrenos ociosos que não cumprem a função social da propriedade – que historicamente garantiu o direito à moradia de amplos setores da sociedade.

Um dos grandes entraves do MCMV em Belo Horizonte, na faixa 1 (0 a R\$1.600,00), é a gestão empresarial do programa que atrelada somente às possibilidades de lucro deixou de produzir unidades habitacionais em função do alto preço dos terrenos e dos arroubos especulativos do setor imobiliário na cidade.

As próprias empresas reconhecem esse fato que restou registrado no artigo “*Estrutura sócio-espacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências*”, de Paola Rogedo Campos e Jupira Gomes de Mendonça, publicado no livro “*O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*”:

As empresas entrevistadas consideravam um grande desafio viabilizar a construção de unidades residenciais para as famílias de até 3 salários mínimos, afirmando que o valor pago pelas unidades era muito baixo para se operar nesta faixa de renda. O argumento das construtoras consistia em que o aquecimento do mercado imobiliário em Belo Horizonte inflacionou a cadeia produtiva da construção, sobretudo o preço da terra, fazendo com que os valores autorizados pelo governo para a construção de imóveis para

a faixa de renda mais baixa da população fosse comercialmente inviável. (CAMPOS; MENDONÇA, 2013: 87/88)

Nesse mesmo artigo aparece a informação de que os empreendimentos realizados para a faixa 1 só foram executados porque os terrenos que receberam as unidades habitacionais já eram de propriedade das construtoras e porque houve subsídio por parte dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), isenção de impostos para as construtoras e implantação de equipamentos públicos (CAMPOS e MENDONÇA, 2013).

Importa frisar que houve na década de 2000 uma concentração de terrenos nas mãos de empresas da construção civil que abriram seu capital e para assegurar a competitividade e rentabilidade de investidores nas bolsas de valores ofereceram como garantia o chamado “*land bank*”, um banco de terras.

Esse processo gerou um ciclo especulativo que concentrou terras em incorporadoras com forte cabedal especulativo e aumentou o preço do solo urbano dificultando empreendimentos habitacionais de interesse social. Tal conformação financeirizada das empresas ocorreu em várias cidades do país e também na RMBH:

Na RMBH observam-se grandes empresas da construção que, preparando-se para abertura de capital em meados de 2006 e 2007, foram protagonistas de uma disputa pela aquisição de terrenos para a incorporação de empreendimentos habitacionais. Com a euforia que tomou conta do mercado imobiliário entre 2007 e 2008, estas empresas, capitalizadas, disputavam a compra dos melhores lotes com a oferta de altos valores em dinheiro. (CAMPOS; MENDONÇA, 2013: 75)

Esse óbice encontrado na formação do preço do solo e implantação dos empreendimentos dificultou o desenvolvimento do MCMV, faixa 1, não somente em Belo Horizonte, mas em toda a sua Região Metropolitana. Dados divulgados na pesquisa “*Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*” mostram que sequer 40% das unidades construídas foram destinadas para a parcela mais significativa do déficit habitacional. Veja-se:

Segundo dados disponibilizados pelo MCidades, até dezembro de 2012 foram contratadas 32.539 unidades habitacionais (Fase 1 e 2) em 185 empreendimentos na RMBH. Deste total 34,44%, voltadas para a Faixa 1 (FAR), totalizando 11.207 unidades em 15 municípios. Essa proporção de unidades direcionadas para a Faixa 1 alcança um percentual muito pequeno em relação ao atual déficit habitacional estimado para a RMBH, que totaliza 115.045 moradias (FJP, 2014).(...)

Considerando que 86% do déficit está concentrado em famílias com renda média mensal de até 3 salários mínimos, percentual calculado para Minas Gerais em 2000 (FJP, 2005), podemos estimar que o déficit correspondente ao PMCMV/FAR é de aproximadamente 99 mil moradias na RMBH. A produção contratada por meio do Programa, até dezembro de 2012, supriu pouco mais de 10% desse déficit. (MORADO NASCIMENTO; COSTA; MENDONÇA; LOPES; LAMOUNIER; SALOMÃO; SOARES, 2015: 205)

Diante desse quadro, resta demonstrada problemas de efetividade do programa MCMV em suprir o déficit habitacional pela via do mercado formal da construção civil tornando a moradia mera mercadoria a ser comercializada ao sabor dos interesses privados de agentes do mercado imobiliário.

Tal realidade é confrontada pelas ocupações urbanas de terrenos ociosos que se apresentam como alternativa imediata e digna para milhares de famílias que não conseguem se inserir na lógica formal de acesso à moradia por via dos programas oficiais. Passa-se, então à análise das ocupações da região da Izidora.

### **3 A Operação Urbana Consorciada da Izidora: dois modelos de política urbana em disputa<sup>2</sup>**

#### **3.1 O projeto da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para a Mata da Izidora**

Após analisarmos a política consubstanciada no PROFAVELA em 1980 e feita a análise da política habitacional atual passa-se agora a analisar a tensão e as disputas dos sentidos da política urbana pelo MCMV e pelas ocupações urbanas da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória) como alternativa de garantia da moradia.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) elencou como instrumento de política urbana as Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Por via de uma lei municipal específica, orientada pelo plano diretor, o poder público pode delimitar áreas para realização de operações consorciadas.

A legislação define a operação urbana consorciada como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

No entanto, as Operações Urbanas se consolidaram como um instrumento que contraria a função social da cidade ao privilegiar interesses de acumulação privada que favorecem a valorização imobiliária como demonstrado por Mariana Fix ao estudar a aplicação do instrumento em São Paulo:

Assim, tenham ou não sucesso financeiro, as operações são contrárias ao desenvolvimento de políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos. Ao contrário, fragmentam o fundo público e aumentam o controle privado sobre sua destinação. Além disso, seu uso tem sido sempre associado a

---

<sup>2</sup> Nesse trabalho a expressão Izidora será usada ao invés de Isidoro em função da explicação dada pela professora da Escola de Arquitetura da UFMG Margarete Leta: Izidora, facilmente constatável nos mapas. Assim como o Ribeirão da Onça, ambos foram masculinizados nos mapas seguintes. Eu pensava ser apenas uma questão de gênero de uma sociedade machista, até conhecer o Quilombo Mangueiras, existente na mesma região, e ter a informação (que não consegui comprovar, mas me parece plausível) de que Izidora teria sido uma escrava (ou uma mulher escravizada) alforriada que ali constituiu sua descendência. Teríamos então uma questão de gênero e de classe! O Alessandro Borsagli (que tem um site MUITO bom - curraldelrei.com - escreveu-me o seguinte: "em relação ao Izidora eu sei da existência de uma Izidora da Costa, que possuía 7 alqueires de terras no ribeirão da Onça quando sancionaram a Lei de Terras de 1850. É possível que o nome venha dela – Izidora da Costa - mas seria legal verificar se em alguns arquivos de Venda Nova (possivelmente a igreja tem isso, se não jogaram fora) se a denominação não é do século XVIII, quando começaram a povoar a região." Disponível no perfil do facebook da Ocupação Esperança: <https://www.facebook.com/ocupacaoesperancabh/posts/221530724684171>. Acesso em: 25/05/2015.

investimentos feitos diretamente com recursos orçamentários, utilizados antes da aprovação da operação (como na Água Espraiada), ou no entorno do seu perímetro, como em outra operação, a Faria Lima - de modo a acentuar fortemente a valorização imobiliária, pressuposto básico para o funcionamento do instrumento. (FIX, 2009: 51-52)

Em Belo Horizonte a Lei Municipal nº 9.959/2010, que alterou normas de parcelamento, ocupação e uso do solo urbano previstas na Lei nº 7.166/1996, delimitou as áreas do município passíveis de receberem operações urbanas. Foi dada prioridade para os corredores de transporte coletivo e o entorno de estações desse tipo de transporte, áreas centrais, e os corredores viários prioritários.

Foram traçados também os contornos da área da Operação Urbana da Izidora que está localizada na última área verde remanescente na região norte de Belo Horizonte (9,5 milhões de metros quadrados). O objetivo da municipalidade seria supostamente promover a ocupação ordenada da região, com implantação de sistema viário e equipamentos de infra-estrutura, além de preservar o meio-ambiente.

A OUC da Izidora fundamenta-se em um projeto urbanístico que visa adensar as áreas possíveis para ocupação, em contraposição à ocupação horizontal, transformar áreas verdes em parques, recuperar ambientalmente áreas degradadas e implantar infra-estrutura urbana.

No entanto, vários dados levantados pela pesquisa conseguem apontar outros objetivos na ação da PBH como o de conter as ocupações por sem-teto na região, dita desordenada, e privilegiar a especulação imobiliária já que há grande interesse do mercado de construção civil na região em razão de investimentos públicos.

Veja-se, como exemplo, o trecho sobre a apresentação do plano de ocupação para a Izidora pela PBH:

O Vetor Norte de Belo Horizonte é uma região que vem despertando interesse do mercado imobiliário em função de diversos investimentos, como a implantação da Cidade Administrativa, a Linha Verde e o Aeroporto de Confins. Para evitar a ocupação desordenada, a Prefeitura elaborou o Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro - grande área verde e permeável de aproximadamente 10 mil quilômetros quadrados na região Norte da cidade, uma das últimas não parceladas na capital. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010: s/n)

Releva afirmar que o discurso de preservação ambiental não se choca com o direito à moradia, esse é um falso conflito, pois os dois direitos devem ser privilegiados na ordem constitucional e jurídica sendo que é possível até mesmo que uma área ocupada para moradia seja a saída para a preservação ambiental. Edésio Fernandes defende essa posição no texto “*Preservação ambiental ou moradia? Um falso conflito*”:

Trata-se de uma falsa questão: os dois são valores e direitos sociais constitucionalmente protegidos, tendo a mesma raiz conceitual, qual seja, o princípio da função sócio-ambiental da propriedade. O desafio, então, é compatibilizar esses dois valores e direitos, o que somente pode ser feito por meio da construção não de cenários ideais, certamente não de cenários inadmissíveis, mas de cenários possíveis. (FERNANDES, 2004: s/n)

Em março de 2010, a PBH anunciou que a região da Izidora seria constituída como uma Vila para utilização inicial na Copa do Mundo. A ideia era cobrir a falta de leitos em hotéis na cidade e, para tanto, seriam construídos apartamentos especificamente para turistas durante a Copa.

O plano da PBH era que até setembro de 2013 três mil unidades habitacionais seriam equipadas e mobiliadas para o uso temporário do município de Belo Horizonte que cederia os imóveis para a utilização e hospedagem no período do megaevento esportivo (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010).

Depois do evento, os imóveis seriam usados por famílias oriundas de setores médios que aproveitariam a infra-estrutura montada. Nesse modelo inicial apenas 10% dos apartamentos seriam destinados para a faixa 01 (0 a 3 salários mínimos), composta por famílias de baixa renda, do Programa Minha Casa, Minha Vida (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010).

A pesquisa feita pelo Programa Pólos de Cidadania da UFMG em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU/MG) e a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) - *Estado, Regulação e Território na Região Metropolitana de Belo Horizonte: intervenções urbanística e organização do espaço nos vetores norte e sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte* - realizada em 2010, já apontava as contradições da Operação Urbana Consorciada da Izidora:

Em contradição com a justificativa oficial, a qual aponta a crescente informalidade urbanística na área como razão para a elaboração do plano urbano-ambiental, não há previsão de utilização deste instrumento para fins de regularização da área (conforme disposto no art. 66, inciso X, da Lei 7.165/96).

Como é sabido, a ilegalidade urbana no Brasil é fruto da ausência de políticas habitacionais para a população de baixa renda em um contexto de mercado excludente.

Este aumento exponencial do adensamento na Região do Isidoro indica a atração de mão de obra para a área. E, na ausência de áreas regulares para a construção de habitações populares, alimenta-se o ciclo vicioso da informalidade.

Mais uma vez, como apontado pelos estudos sobre o vetor norte (PBH, UFMG, UFRJ, 2009), os grandes projetos urbanos consideram a ocupação irregular como uma mera externalidade negativa, e não como condição constitutiva da dinâmica das metrópoles brasileiras. (PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA, 2010: 162)

Registra-se que posteriormente o projeto foi alterado para que ocorresse a construção de 8.896 unidades, pela empresa Direcional Engenharia, dentro do âmbito do Programa MCMV, faixa 01, na região onde hoje estão as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. Faz-se necessário analisar a seguir essa tensão entre o projeto pensado pela PBH e por essa construtora e a resistência levada á cabo pelas três ocupações citadas.

### 3.2 O histórico de luta das ocupações da Izidora



3

As ocupações são compostas por famílias que estavam morando de favor, pagando aluguel, sacrificando outros direitos, moravam em área de risco geológico ou estavam desempregadas sem condição de pagar aluguel.

Cumprе esclarecer que para a presente pesquisa considera-se que as ocupações urbanas são formadas por pessoas sem-teto que constituem identidades coletivas insurgentes territorializadas por relações sociais contestatórias que se projetam no espaço e que exercem posse qualificada pela função social. Os ocupantes efetivam não apenas o direito à moradia, mas também o direito à cidade entendido como direito de transformar a cidade e a si mesmos de forma a garantirem a sua reprodução material e simbólica com dignidade.

A ocupação de terrenos ociosos feita para fins de moradia tem como objetivo dar uso a um terreno que não cumpre a função social e, com isso, efetivar direitos. Já a invasão visa turbar o direito legitimamente exercido por alguém retirando-lhe uma posição jurídica justa de forma injustificada.

---

<sup>3</sup> Foto de barricada feita na entrada da ocupação Rosa Leão. Foto retirada do perfil do facebook do Resiste Izidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-2207520000.1433893962./515463578599624/?type=3&theater>. Acesso em: 01/06/2015.

As ocupações da Izidora foram espontâneas, sem articulação de movimentos sociais em um primeiro momento como afirma Edna, liderança da ocupação Esperança:

E - Então, a nossa entrada aqui na Ocupação Esperança foi uma entrada espontaneamente, porque essas terras aqui já estavam abandonadas há uns quarenta anos, não se prestava a função social nenhuma e as famílias quando chegaram lá no Zilah onde que é o Rosa Leão, já estava toda ocupada e já não tinha mais espaço. Então as famílias olhando pra essas terras já todas cansadas vindo de uma cruz de aluguel pesadíssima, vivendo de favor, resolveram espontaneamente entrar e ocupar essas terras aonde não se cumpria função social nenhuma. E aqui estamos hoje. (LOPES, 2015: anexo II.8)

Mas logo após a ocupação espontânea as famílias começaram a se organizar. Em julho de 2013 as Brigadas Populares e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), visitaram a ocupação e começaram a contribuir na organização popular. Foram escolhidas pessoas para a formação de uma Comissão Provisória de Coordenação e realizadas várias Assembléias Gerais dos ocupantes.

Narrar a resistência e as vitórias do presente é resgatar o histórico de todos aqueles que lutaram na década de 1980 em Belo Horizonte, objeto da primeira parte dessa pesquisa. Os oprimidos da história no presente, cada morador das ocupações da Izidora, são herdeiros de várias lutas travadas no campo da questão urbana que constituem um acúmulo de forças capaz de barrar a opressão no presente (BENJAMIN, 2012:16).

Desde a ocupação foram realizadas várias audiências públicas na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, reuniões com autoridades públicas, marchas até a Cidade Administrativa e a Prefeitura de Belo Horizonte, trancamento de vias públicas, além de ocupações de prédios públicos.

Dentre todos esses atos vale destacar a ocupação simultânea de três prédios públicos – porta da Prefeitura de Belo Horizonte, Advocacia Geral do Estado (AGE) e Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) - realizadas pelos movimentos sociais envolvidos na luta urbana direta na cidade e pelas ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana nos dias 03 e 04 de julho.

O contexto político de fundo era a realização da Copa do Mundo no Brasil que, em Belo Horizonte assim como em outras cidades, havia sufocado as manifestações com a tática do Caldeirão de Hamburgo, envelopamentos de manifestações anti-copa proibindo o direito de ir e vir e de livre manifestação de centenas de pessoas que queriam protestar durante o mega evento esportivo.

Nessa conjuntura ocorreu a ocupação dos prédios públicos acima citados como forma de dar concretude aos questionamentos e gastos realizados com a Copa do Mundo. A contraposição feita era entre os enormes gastos com os mega-eventos, de um lado, e, de outro, a precariedade da questão habitacional em Belo Horizonte.

Em nota intitulada “*Está tendo Copa, agora vai ter casa! Ocupações Urbanas realizam ocupação simultânea da porta da PBH, da URBEL e do prédio da AGE*” os movimentos assim sintetizaram a questão:

A Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo do Estado viabilizaram a Copa do Mundo em Belo Horizonte, por meio de grandes projetos de infra-estrutura urbana, que não contemplam as necessidades básicas da população mineira (direito à habitação, água, luz, esgotamento e outros). Esboçando um quadro rápido desta inversão de prioridades públicas, fomos testemunhas: mais de 20 milhões dos recursos municipais foram destinados à instalação da estrutura temporária do evento Fifa Fan Fest (<http://goo.gl/chBFhY>); a adoção de um modelo de mobilidade urbana que o povo experimenta sua ineficiência a cada dia (<http://naomove.com.br/>); o hospital municipal do barreiro que as obras estão interrompidas; a surpreendente reforma do mineirão que levou mais de 700 milhões de recursos estaduais e que culminou na sua concessão à iniciativa privada (<http://goo.gl/jvzLs5>), entre muitas outras obras e preparativos para a Copa que aprofundaram um modelo de cidade para poucos!

Enquanto isso, cerca de 80% dos assentamentos de baixa renda da RMBH não possuem condições apropriadas de saneamento básico (PLHIS, 2010); o déficit habitacional da grande Belo Horizonte gira entorno de 150 mil moradias (IPEA, 2010) e mais de 15 mil famílias vivem sob a insegurança da posse em ocupações urbanas, convivendo diariamente com o terror da ameaça de despejo pelas forças policiais e a ausência completa de políticas habitacionais e de infra-estrutura urbana da parte do Município e do Estado! (BRIGADAS POPULARES, 2014: s/n)

Esse ato político do ponto de vista da pauta estabelecida, principalmente o fim dos despejos e regulamentação de serviços básicos, não obteve êxito. Mas a ocupação conseguiu um importante feito no contexto de limitação das manifestações em tempos de Copa do Mundo que foi conseguir retomar as ruas após a desocupação no dia do jogo da seleção brasileira com a seleção da Colômbia que aconteceu em 04 de julho de 2014.

O que seria um típico dia de ocorrer novamente o envelopamento e cerceamento da liberdade de expressão por parte da Polícia Militar se transformou em um ato das ocupações urbanas e apoiadores que saíram da URBEL e marcharam até a porta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) reconquistando as ruas em um dia de jogo oficial da seleção Brasileira.

Mas essa conquista não escondia o que se anunciava para os movimentos sociais de moradia em Belo Horizonte – a repressão policial durante a Copa do Mundo poderia se voltar para o despejo forçado de milhares de famílias que vivem nas ocupações urbanas. Isso de fato ocorreu com o risco de despejo forçado das 8.000 (oito mil) famílias das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória.

No dia 24 de julho de 2014 ocorreu uma reunião de negociação das ocupações entre Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério das Cidades, Secretaria Geral da Presidência da República, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Comissão Pastoral da Terra (CPT). Havia representantes das seguintes ocupações: Rosa Leão, Vitória, Esperança, Zilah Spósito/Helena Greco, Dandara, Eliana Silva, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Tomás Balduino, Guarani Kaiowá e William Rosa.

Para esse dia foi programada uma grande marcha das famílias da região da Izidora até a Cidade Administrativa como forma de pressionar o governo a encontrar uma saída negociada para o conflito. As famílias então bloquearam as pistas da MG-010 às portas do centro administrativo do Estado de Minas Gerais como instrumento de pressão.

A Polícia Militar, por ordem do Coronel Ricardo Garcia Machado, comandante do Comando de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar, sem estabelecer qualquer processo de negociação, e mesmo diante da afirmação dos movimentos de que liberariam a pista, determinou que a cavalaria pisoteasse os moradores das ocupações. Não bastasse isso, golpearam no rosto com espada um morador da Ocupação Eliana Silva que ficou desmaiado no asfalto. A cavalaria ainda voltou e passou mais uma vez por cima do morador já desmaiado no asfalto.

Nesse dia a mesa de negociações não chegou a uma solução para o conflito das ocupações urbanas e a truculência e violência da Polícia Militar, de fato, anunciavam que o despejo forçado estava por vir. E as ocupações da Izidora seriam as mais visadas em função de estarem em uma região muito valorizada, alvo da especulação imobiliária.

Logo após o anúncio pelo governo do Estado de Minas Gerais que se retiraria da mesa de negociações a Polícia Militar começou a fazer terrorismo psicológico com as comunidades da Izidora através da utilização de helicópteros que começaram a realizar vôos rasantes no território gerando angústia nos moradores. Em alguma dessas ocasiões a Polícia jogava panfletos do helicóptero (anexo V) alertando sobre o despejo.

No dia 06 de agosto de 2014, em reunião com as famílias no 13º Batalhão da Polícia Militar, a Polícia Militar de Minas Gerais anunciou oficialmente que iria realizar o despejo. O Coronel Ricardo Garcia Machado não apresentou nenhuma alternativa digna de reassentamento e disse que o despejo poderia ocorrer a qualquer momento, ou seja, de surpresa.

Tal procedimento estava em desconformidade com o “*O Manual de Diretrizes Nacionais para a Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva*” do Ministério de Desenvolvimento Agrário que prevê a necessidade, dentre outras questões, de se informar a data e a hora do despejo:

A comunicação deverá conter: I – a comarca, o juízo e a identificação do processo em que foi determinada a medida; II – o número de famílias instaladas na área a ser desocupada; III – a data e a hora em que deverá ser realizada a desocupação; IV – a identificação das unidades policiais que atuarão no auxílio ao cumprimento da ordem judicial. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008: s/n)

A própria Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/2011, que regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais, prevê a identificação dos moradores inclusive com o intuito de se preservar a integridade de crianças, adolescentes, mulheres, portadores de necessidades especiais e idosos. Mas tal normatização não foi observada. Veja-se:

Esta informação deve ser considerada, não só no aspecto numérico. É preciso levar em conta o número aproximado ou, quando possível, exato de ocupantes, por sexo e faixa etária. Deve-se cuidar daqueles que gozam de proteção legal especial, como crianças e adolescentes, mulheres (com prioridade para as gestantes), idosos e portadores de necessidades especiais, bem como dos enfermos. (MINAS GERAIS, 2011: 15)

Tendo em conta essa conjuntura os movimentos organizados que já atuavam na região da Izidora, Brigadas Populares, CPT e MLB convocaram uma reunião ampla de apoio que se realizou no 3º andar da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. O chamado Território Livre José Carlos da Mata Machado servia, assim, de espaço de resistência para um movimento fundamental que foi capaz de mobilizar uma rede contra o despejo forçado das famílias da Izidora.



4

---

<sup>4</sup>Foto de reunião no 3º andar da Faculdade de Direito da UFMG em apoio às ocupações da Izidora. Foto retirada do perfil do facebook do Resiste Izidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-207520000.1433893850./515526468593335/?type=3&theater>. Acesso em: 02/06/2015.

Surgiu a partir dessa reunião um grande movimento de apoio, luta e resistência contra a intenção de despejo das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória que se autodenominou #ResisteIzidora. Nessa primeira reunião dezenas de pessoas lotaram o 3º andar da Faculdade de Direito e começaram a traçar estratégias de resistência para o despejo.

Frisa-se que o Território Livre continuou a ser ocupado pela rede de apoio, como lugar simbólico de resistência na cidade e pelo direito à cidade, demonstrando a importância da articulação entre cidade e Universidade. Na foto abaixo se vê a chamada para reunião no dia 21 de agosto de 2014:



<sup>5</sup> Foto de convocatória para reunião no 3º andar da Faculdade de Direito da UFMG em apoio às ocupações da Izidora. Foto retirada do perfil do facebook do Resiste Izidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-2207520000.1433893656./519349558211026/?type=3&theater>. Acesso em: 02/06/2015.

A própria forma da insígnia #ResisteIzidora amparada por uma hashtag<sup>6</sup> demonstra uma das formas de atuação do movimento. Por via das redes virtuais se difundiram na internet campanhas, vídeos, fotos, artes, flyer (anexo VI) que mobilizaram e divulgaram a pauta das milhares de famílias ameaçadas de despejo.

Já nessa primeira reunião iniciou-se uma campanha em que as pessoas começaram a tirar fotos com uma placa ou uma folha escrita #ResisteIzidora. Pessoas das mais diversas partes começaram a enviar fotos constituindo uma grande rede de apoiadores ao redor do Brasil e em outros países que se posicionaram contra o despejo forçado.

A resistência manifesta nessa rede de apoio gerou um significado importante no processo de resistência ao despejo para as famílias da Izidora como se vê na fala de Elielma:

Elielma - Resiste Isidoro. Cara, essa palavra "resiste" ela tem um significado muito grande pra gente aqui, né gente? Eu falo assim por mim, mas eu acho que cada um sabe o significado, porque passar... (NASCIMENTO, 2015: anexo II.9)

Charlene Cristiane coloca a ameaça de despejo como um momento de perigo, em que uma constelação (BENJAMIN, 2012), um momento em que a imagem brutal do passado repressor poderia acontecer no presente, a lembrança da ditadura militar em um despejo forçado. Por outro lado, afirma a potência do apoio da rede #ResisteIzidora às ocupações:

C - Olha, agosto de 2013 foi pra todas as famílias da Izidora foi o pior momento da vida de qualquer pessoa, assim, por um lado. Por um lado porque a gente sentiu que a ditadura militar estava voltando, porque a opressão... A repressão policial ia se dar pra se cumprir uma ordem de reintegração de posse forçada. E nesse sentido, eu acho que a gente sentiu que nós estávamos incomodando. E se a gente estava incomodando, nós tinha que continuar nessa linha porque assim a gente garantia direitos. Agora, por outro lado a gente se sentiu fortalecido também. Porque a partir do momento que você vê pessoas que estava bem longe da realidade dos pobres, pessoas de universidade, vim e dormir com o povo nas ocupações, isso foi uma outra conjuntura que trouxe pra nós aqui, o povo daqui, uma força muito grande. Tipo assim, "continuem a luta, que vocês tem quem apoie vocês", assim. Não é só crítica, tem pessoas que entende a luta como

---

<sup>6</sup> Hashtags são compostos pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas hashtags ou buscá-las em mecanismos como o Google, para ter acesso a todos que participaram da discussão. As hashtags mais usadas no Twitter ficam agrupadas no menu Trending Topics, encontrado na barra lateral do microblog. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag>. Acesso em 20/02/2015.

um todo das famílias das ocupações, então teve esse lado bom nesse sentido. Acho que é isso. (EGÍDIO, 2015: anexo II.7)

O #ResisteIzidora ocupou também a Virada Cultural de Belo Horizonte, que aconteceu nos dias 30 e 31 de agosto de 2014, com palavras de ordem, cartazes, faixa na porta dos bares, nos palcos e em meio ao público. Na oportunidade o cantor Tom Zé tirou uma foto em apoio ao movimento (anexo VII).

Outra campanha importante foi o manifesto de docentes contra o despejo das famílias da Izidora. Mais de 500 (quinhentos) acadêmicos do Brasil e do mundo assinaram um texto em defesa do direito a moradia e em defesa da ciência e da educação como forma de redução das desigualdades. Veja-se trecho do manifesto:

Diversos trabalhos de extensão e pesquisa tem sido realizados em todo o Brasil e amplamente divulgados através de artigos, teses, dissertações, monografias, etc. e revelam que a violação dos direitos humanos tem ocorrido de forma sistemática por meio de intervenções das políticas urbanísticas implementadas de forma autoritária em diversas cidades brasileiras. A especulação imobiliária não pode se sobrepor aos direitos humanos das famílias que fizeram do Isidoro o seu abrigo e a sua comunidade. Exigimos que os poderes judiciário e executivo observem o direito das populações pobres, que não devem ser criminalizadas e/ou punidas por materializarem o seu direito fundamental à moradia, inviolabilizado por um histórico político e econômico de beneficiamento de especuladores.

Os docentes, de todas as áreas do conhecimento, que assinam este manifesto, acreditam que a ciência e a educação produzidas neste país têm por objetivo a eliminação da desigualdade social, não apenas formal, mas substancialmente. Assim, rechaçam qualquer decisão que viole os direitos fundamentais dos moradores do Isidoro e configure um novo massacre às populações pobres e sem teto deste país (CARTA CAPITAL, 2014).

Um ponto que é interessante realçar é a estética do movimento é fundada não nas cores clássicas da esquerda e de processos insurgentes, como o uso do vermelho, mas sim em cores fortes e alternativas, notadamente o lilás e o verde lima o que demonstra um novo registro de atuação política para além dos movimentos de luta tradicionais.

Veja-se exemplo de arte envolvendo essa nova estética:



Quanto ao sujeito político constituído no #ResisteIzidora tem-se que foi formado por movimentos e partidos políticos do campo tradicional da esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), mas também e, principalmente, por artistas, professores universitários, setores da Igreja Católica, da cultura e diversas pessoas não vinculadas a nenhuma força política.

<sup>7</sup> Foto retirada da página do #ResisteIzidora no facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-2207520000.1436295252./515587948587187/?type=3&theater>. Acesso em 15/05/2015.

Atenta-se para um fato de que o setor médio se vinculou de forma estrita a um movimento de base popular e, com isso, gerou uma potência transformadora na resistência ao despejo. A pluralidade de atores reunidos em torno de uma causa justa acabou por formatar uma rede ampliada de sujeitos, para além do campo popular, que foi fundamental no processo de resistência.

Uma das formas de apoio desse setor era a vigília nas ocupações em torno da fogueira (foto abaixo), uma memória rural que foi incorporada no meio urbano. Como a data do despejo não era certa e ele poderia ocorrer a qualquer momento os apoiadores passavam as noites conversando em torno da fogueira como forma de demonstrar o estado de alerta na resistência à remoção forçada.



8

Essa imagem da fogueira representa um momento de perigo, a vigília à espera da chegada da tropa de Choque da Polícia Militar pode ser lida como um aviso de incêndio maior, um momento em que os opressores podem aniquilar os oprimidos, mas estes estão sempre em alerta, varando a escuridão, para que o contínuo da história não se realize.

---

<sup>8</sup> Foto retirada da página do ResisteIzidora no facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-2207520000.1433898388./516603215152327/?type=3&theater>. Acesso em: 01/06/2015.

Walter Benjamin, nas *Teses sobre o conceito de História*, em sua tese VI, afirma que o perigo é deixar-se transformar em instrumento da classe dominante (BENJAMIN, 2012). A vigília, o momento de alerta nas ocupações, era um recado claro de que os oprimidos da história não se submeterão docilmente à vontade dos opressores, esses sujeitos estão em constante alerta para que o triunfo dos vencedores não ocorra.

Outra ação exitosa foi a chamada “*Ocupação Cultural*” na Izidora ocorrida no dia 10 de agosto de 2014. Essa ação política já foi realizada várias vezes na cidade e consiste na articulação colaborativa, horizontal e autogestionada de bandas, artistas, coletivos, e ativistas em geral no sentido de ocupar espaços públicos e/ou levantar apoio a uma causa política. Essa ação e outras intervenções culturais ajudaram a criar momentos de resistência simbólica muito fortes entre moradores e apoiadores.

No campo da defesa jurídica o Coletivo Margarida Alves (CMA)<sup>9</sup> manejou várias ações e medidas jurídicas na tentativa de obstar o despejo. Dentre elas vale citar um mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado de Minas Gerais e o Comandante Geral da Polícia Militar que questionava o descumprimento pelas autoridades mencionadas de normas previstas em tratados internacionais de direitos humanos e nos regulamentos da própria Polícia Militar que estabelecem diretrizes a serem observadas no cumprimento de mandados de reintegração de posse.

Foi feita também pelo CMA uma petição de denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos em que defende o direito à moradia adequada das famílias da Izidora e condena a possibilidade de remoção forçada que é incompatível com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Convém colacionar trecho da peça:

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso *Massacres de Ituango VS Colômbia*, considerou os deslocamentos forçados internos – fenômeno que guarda muitas semelhanças com as remoções forçadas, notadamente em suas conseqüências – configuram situações de verdadeira falta de proteção às vítimas tendo em vista a ampla gama de direitos que afeta ou põe em risco e as circunstâncias de especial vulnerabilidade e desamparo em que geralmente se encontram os removidos. A Corte afirmou ainda que, nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos, esta situação obriga os Estados a outorgar um tratamento especial em favor dos removidos e

---

<sup>9</sup> O Coletivo Margarida Alves atua em Minas Gerais na formação política e na defesa nas esferas judicial e administrativa de Movimentos Sociais, Sindicatos e Entidades do Terceiro Setor, tendo como horizonte a garantia dos Direitos Humanos, a transformação social e a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

a adotar medidas de caráter positivo para reverter os efeitos de sua referida condição de debilidade, vulnerabilidade e desamparo, inclusive em relação a práticas de terceiros particulares. Nesse caso, a Corte Interamericana elencou dentre as conseqüências danosas dos deslocamentos forçados: perda da moradia, marginalização, graves repercussões psicológicas, desemprego, empobrecimento e deterioração das condições de vida e das relações sociais.<sup>10</sup>

Além disso, o Ministério Público Estadual e Federal e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG) atuaram no caso sendo que este primeiro órgão conseguiu uma liminar na Vara da Infância e Juventude obstando o despejo que iria de fato acontecer no dia 12 de agosto de 2014. O juiz da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Marcos Padula, determinou que os órgãos públicos não retirassem as crianças e os adolescentes até que a Prefeitura de Belo Horizonte apresentasse um plano de alocação escolar de todas as crianças e adolescente residentes ali.

Tal decisão foi cassada pela Desembargadora Selma Marques, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no dia 13 de agosto de 2014. O que obstou que a ameaça do despejo voltasse a ocorrer foi essa grande rede que se formou em torno do #ResisteIzidora aliada às ações diretas que os moradores continuaram a fazer (passeatas, ocupações de prédios públicos, acorrentamentos na porta da Prefeitura e do Palácio da Liberdade dentre outras).

Percebe-se que no campo jurídico também foi acionada uma grande rede para apoiar a causa da Izidora. Vários advogados, estudantes e ativistas se articularam em torno do Coletivo Margarida Alves e promoveram a defesa jurídica das famílias. Além disso, houve a atuação do Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), além de contatos com a Defensoria Pública da União em Minas Gerais (DPU/MG).

---

<sup>10</sup> Acervo interno do Coletivo Margarida Alves.

O próprio Coletivo Margarida Alves, no espírito de luta do #ResisteIzidora e de sua estética comunicacional, fez um infográfico para explicitar a complexa disputa jurídica envolvendo as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. Veja-se:



11

A atuação na resistência ao despejo das comunidades da Izidora representou um novo registro de atuação política mais aberto e flexível para além da rigidez dos movimentos tradicionais de moradia. Como efeito de junho de 2013 surgiram as comunidades da Izidora e no #ResisteIzidora foi formado um campo em torno de um projeto de cidade que seja incluyente e que não tolera violações de direitos humanos no espaço urbano.

Essa nova forma de atuação que vê na cidade um grande potencial para articulação de atores em torno da luta pelo direito à cidade contribui para que seja quebrada a cadeia circular de reprodução das cidades estabelecida pela centralidade do capital empresarial e o aparato estatal como seu suporte. Nessa linha é a defesa de David Harvey:

<sup>11</sup> Para entender a disputa jurídica do caso Izidora: #resisteisidora! Imagem retirada do perfil no facebook do Coletivo Margarida Alves. Disponível em: <https://www.facebook.com/543286105707475/photos/pb.543286105707475.-2207520000.1433896454./713790061990411/?type=3&theater>. Acesso em: 01/06/2015.

Na verdade, porém, há todo tipo de movimentos sociais urbanos em evidência buscando superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos. (HARVEY, 2014: 49)

Essa articulação em rede, buscando romper a gestão empresarial das cidades, atuou novamente no dia 19 de maio de 2015 ocasião em que ocorreu um ato político na porta da sede da empresa Direcional Engenharia. Tal ação representa toda essa articulação política estabelecida na cidade de Belo Horizonte entre setores médios e o campo popular.

Foi uma ação realizada pela #RedeVerde<sup>12</sup> e pelo #ResisteIsidora com o intuito de questionar o projeto de cidade levado à cabo pela Direcional. Com uma programação política e cultural que envolvia shows, apresentações, oficinas e debates, construída de forma colaborativa, o evento tinha como objetivo questionar a devastação da Mata do Planalto em Belo Horizonte para construção de prédios de luxo e o despejo forçado das famílias da Izidora.

Veja-se como a questão estava colocada no evento criado no facebook para divulgação e convocação do ato intitulado “*Ocupa Direcional*”:

A Direcional Engenharia é responsável por duas das maiores violações do bem estar urbano em nossa cidade! É ela a construtora do empreendimento do Minha Casa Minha Vida que será executado por cima das milhares de famílias das Ocupações da Izidora; e está mantendo de maneira intransigente uma proposta de negociação, junto ao Governo do Estado, que é injusta e desfavorável às famílias e que significará, em síntese, um despejo disfarçado.

E é a mesma construtora proponente do empreendimento imobiliário que irá destruir integralmente a Mata do Planalto, área verde de incomensurável valor ambiental e ecológico, com nascentes, árvores centenárias e grande biodiversidade, no bairro Planalto, na região norte de BH! (RESISTE IZIDORA, 2015)

---

<sup>12</sup> A Rede Verde surgiu da necessidade de se criar uma teia de lutas pela preservação do ambiente natural em nossas cidades. Parques, praças, jardins, áreas de preservação ambiental são fundamentais para a qualidade de vida e garantem uma um dia a dia mais saudável, repleto de locais coletivos para que os cidadãos possam viver também em espaços de convívio que não sejam necessariamente shoppings, instituições privadas, etc. O direito à vida de qualidade nas cidades deve fazer parte da vida cotidiana de todos!  
Disponível em: [https://www.facebook.com/pages/RedeVerde/1536646969929195?sk=info&tab=page\\_info](https://www.facebook.com/pages/RedeVerde/1536646969929195?sk=info&tab=page_info). Acesso em: 29/05/2015.

Se na década de 1980 e nos anos posteriores havia uma atuação dos movimentos de moradia muito focada na institucionalidade, no pós junho de 2013 em Belo Horizonte intensifica-se um ciclo político centrado na arregimentação de vários setores sociais em torno não apenas do direito à moradia, mas em torno de um projeto de cidade mais justo e solidário.

No que toca a dimensão do direito à moradia não apenas as comunidades da região da Izidora surgiram no pós-junho, mas várias outras ocupações se constituíram sendo responsáveis pela construção na região metropolitana de Belo Horizonte nos últimos anos de mais de 25.000 casas (MOREIRA, 2013).

Somente em Belo Horizonte as ocupações Dandara reúnem 1.140 famílias, Eliana Silva 350 famílias, Camilo Torres 140 famílias, Irma Dorothy 120 famílias, Nelson Mandela no Barreiro 400 famílias, Nelson Mandela na Serra 50 famílias, Rosa Leão 1.500 famílias, Esperança 2.560 famílias, Vitória 4.500 famílias, Zilah Spósito/Helena Greco 180 famílias, Cafezal 100 famílias e Jardim Getsêmani 100 famílias.

Tendo em conta esses dados é de se considerar que as ocupações urbanas constituem uma forma imediata e eficaz de se solucionar parte do déficit habitacional sendo que caberia ao poder público reconhecer essas áreas como áreas de interesse social e não interpelar pelo despejo forçado dessas milhares de famílias.

### 3.3 #ResisteIzidora no contexto das Jornadas de Junho de 2013: novos campos de luta política



13

Feita a análise do caso concreto da luta das ocupações da Izidora é importante relacionar essa luta específica com sua origem e com o contexto de construção de novos campos de luta política relacionados às Jornadas de Junho de 2013. Essas manifestações foram fruto de um acúmulo de pautas urbanas que foram se desenvolvendo nos últimos anos e que eram trabalhadas por diversos movimentos e organizações, bem como por setores dispersos que sofriam diretamente a carência de direitos urbanos e serviços públicos.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao comando do governo federal no país instalou-se uma política de inclusão de grandes contingentes populacionais na esfera do mercado de consumo potencializando-se o mercado interno pela via de uma política neo-desenvolvimentista.

---

<sup>13</sup> Foto da desocupação da Prefeitura no dia 30 de julho de 2013. Disponível no perfil da Assembléia Popular horizontal no facebook: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/t.1561661983/157142041144610/?type=3&theater>. Acesso em: 01/06/2015.

Se de um lado o consumo interno, com a formação de um nova classe média e com a retirada de uma grande parcela social da linha da pobreza, estimulou a aquisição de bens duráveis e de fato melhorou a vida privada de milhões de pessoas, de outro, não houve uma correspondência qualitativa na dimensão pública da vida, seja na oferta de serviços públicos melhores, seja no nível de participação política real nos rumos das cidades e do país.

Na dimensão pública da vida percebe-se que houve em junho um questionamento profundo da associação estrita entre poder político e poder econômico de forma que as ruas colocaram em xeque um mega-evento financiado majoritariamente pelo setor público, executado pelas grandes empresas de construção civil em detrimento de investimentos em direitos sociais.

A cidade, como expressão máxima da vida coletiva, explicita esses conflitos de forma potente e abre enormes possibilidades de exercício da dimensão política da vida por meio do exercício dos conflitos. Junho de 2013, assim, abriu um campo enorme de questionamentos relacionados diretamente com a democratização profunda das cidades e do poder político.

O direito à cidade, nesse contexto, não é restrito ao acesso aos bens que já existem. Como afirma David Harvey o direito à cidade é um direito coletivo de refazer as cidades de forma a atender de fato aqueles que nela vivem:

O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013: 33)

As manifestações de Junho de 2013 fizeram surgir uma grande quantidade de pautas e contradições acumuladas no âmbito da questão urbana e não resolvidas há décadas no Brasil e que acabaram por explodir após 10 (dez) anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Uma explosão que desembocou em uma vontade de reimanginar e refazer as cidades.

A pauta da Reforma Urbana no Brasil, que havia ganhado força no processo constituinte de 1988, foi abandonada no decorrer das décadas seguintes. Ao invés de se fazer uma política urbana o Governo Federal optou por levar à cabo uma política habitacional financeirizada como visto acima.

A Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014 representaram o ponto alto do modelo de gestão financeira das cidades em que recursos públicos são utilizados para reprodução ampliada do capital imobiliário. Não à toa surgiu um contexto propício para a eclosão das manifestações.

Nesse contexto, milhares de pessoas sentindo-se não representadas no âmbito político e vendo-se alijadas do exercício pleno da cidade e dos elementos da urbanidade necessários a uma vida digna foram às ruas formando uma multidão composta por sujeitos que lançando seus corpos nas ruas questionaram o sistema político vigente.

O principal ponto da Reforma Urbana – a questão da propriedade fundiária – não foi encaminhado na sociedade brasileira em que pese o capítulo de Política Urbana da Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) preverem que os imóveis tenham que cumprir a função social.

As conquistas dos movimentos de luta em Belo Horizonte na década de 1980, notadamente no âmbito da aprovação da Lei do PROFAVELA, não foram capazes de dar repostas concretas à questão da moradia para as classes populares em função da não efetividade do programa de regularização fundiária.

O modelo do PROFAVELA era democrático, participativo e não considerava a cidade apenas no seu aspecto mercadológico. E talvez por isso mesmo encontrou obstáculos em sua implementação já que ações que de fato interfiram na política urbana no sentido de efetivar uma cidade mais justa sempre encontram barreiras seja de ordem pública ou seja pela influência do poder econômico.

Se na década de 1980 o PROFAVELA representou uma afirmação de que os pobres tem direito à cidade e seus benefícios já que são fundamentais para a sua reprodução, no presente, as ocupações urbanas forjam territórios de resistência que de fato apontam para o horizonte da realização da Reforma Urbana e garantia do direito à cidade.

A presença massiva e contestatória durante as manifestações de junho guardam relação direta com o processo de elaboração e afirmação desse direito. Essa cidade que é apropriada pelo capital de um lado e por forças que fazem dela mera mercadoria e, de outro, forças progressistas que querem fazer do espaço urbano espaço de legítima participação política e fruição de direitos.

A cidade nesse contexto não pode ser apenas espaço da reprodução da força de trabalho e da projeção de uma nova classe média precarizada fruto do modelo neo - desenvolvimentista. As Jornadas de Junho de 2013 demonstraram que a cidade está em disputa por aqueles que querem efetivar direitos e construir outras cidades possíveis.

Nesse sentido a luta de junho de 2013 constitui-se como uma luta pelo direito à cidade, pelo direito de criar cidades mais justas em que os direitos sejam de fato assegurados (HARVEY, 2014). Uma cidade que rompa com a centralidade autoritária imposta pelo poder econômico e que possibilite a livre expressão dos sujeitos no espaço urbano.

As Jornadas de Junho explicitaram o que já ocorria e ocorre nas cidades brasileiras – a completa subversão da política urbana, transformada em uma gestão meramente privada do espaço por via da associação direta entre Estado e capital na reprodução e apropriação privada da riqueza produzida coletivamente nas cidades.

O desmonte do PROFAVELA já na década de 1980 demonstra como as políticas que enfrentam essa forma de reprodução das cidades encontram forte resistência para sua implantação. Ocorreu um verdadeiro boicote de uma política que considerava o direito à cidade.

As contradições políticas e urbanas presentes na sociedade foram o estopim dos protestos de junho. Pessoas das mais diversas orientações políticas se viram nas ruas em atos de questionamento da ordem estabelecida. As ruas expressaram o esgotamento de um modelo econômico levado à cabo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito do governo federal e, também, o esgotamento de políticas públicas nos âmbitos municipais e estaduais.

No âmbito da articulação entre luta pelo direito à terra e as Jornadas de Junho em Belo Horizonte percebe-se que somente no ato do dia 26 de junho é que ocupações urbanas organizadas – Dandara e Guarani Kaiowá – integraram-se às manifestações. O Movimento dos Sem-Terra (MST) também mobilizou suas bases sociais para nesse dia participar do ato político.

Junho de 2013 representou uma atuação insurgente no cenário brasileiro de centenas de milhares de pessoas a favor da efetivação de direitos no espaço urbano, contra as carências nas cidades e luta contra a corrupção. A multidão foi às ruas e é preciso ativar a memória viva, e ainda presente, das resistências que se deram.

Notadamente é necessário registrar que a luta organizada por moradia na região da Izidora se deu a partir de junho como fica claro nas entrevistas feitas com lideranças das três ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. Veja-se a fala de Elielma, liderança da ocupação Vitória sobre o despertar do povo para as necessidades sociais:

Elielma - Começou tudo a partir das manifestações de junho, que o povo brasileiro acordou e aí cada um acordou pra sua necessidade. Um acordou pra necessidade da segurança, o outro da moradia, da educação, outros da saúde. Nós somos aqui da moradia. Cada um foi pegando seu rumo nas manifestações de junho. Tudo surgiu no mês de junho. (NASCIMENTO, 2015: anexo II.9)

Charlene Cristiane, liderança da ocupação Rosa Leão, registra a força do poder popular em barrar o aumento das tarifas de ônibus e que as ruas de Junho de 2013 deu força para o povo ocupar terras ociosas para efetivar o direito à moradia:

L - E você acha que essa ocupação, a Rosa Leão, teve relação com as Jornadas de Junho no ano de 2013? Algum despertar, assim, alguma coisa?

C - Eu acho não, eu tenho certeza, porque a partir da Jornada de Junho é que deu força pro povo, pro povo ver que se o povo tiver organizado e manifestar seus direitos eles conseguem vencer e conquistar os seus direitos. Porque eu nunca vi na minha vida, nunca vi passagem aumentar e abaixar com o poder popular. E eu acho que foi uma força, uma iniciativa... Foi uma força pra que o povo tenha... Teve essa iniciativa de vir ocupar mesmo o terreno, sabe? Com essa segurança que o trem tava ficando bom, assim, que o governo tava entendendo que o povo tava acordando. Eu acho que é isso. (EGÍDIO, 2015: anexo II.7)

Como fruto direto de junho as Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em conjunto com as ocupações Dandara, Eliana Silva, Cafezal, Camilo Torres, Irmã Doroty, Zilah Spósito, Rosa Leão, Esperança e Vitória, ocuparam no dia 29 de julho de 2013 a Prefeitura de Belo Horizonte. Junho ganhava assim uma dimensão de luta organizada em meio à difusão de pautas e sujeitos que tinham ido às ruas.

Em decorrência dos protestos ocorridos em junho o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), havia declarado que iria receber representantes das ocupações. No entanto, mesmo após protocolo pelos movimentos sociais de solicitação formal de reunião a Prefeitura não havia se manifestado sobre a eventual realização de uma mesa para negociação da situação fundiária das ocupações.

Em nota pública os movimentos manifestaram suas razões para a ocupação da Prefeitura:

A Prefeitura de Belo Horizonte tem o dever legal, moral e político de PROCURAR SOLUÇÕES. Por diversas vezes solicitamos à Prefeitura de BH que abrisse negociação com as comunidades, ouvisse suas demandas e procurassem resolver os problemas fundiários e sociais das localidades. NADA FOI FEITO. Em razão dos protestos ocorridos em junho o prefeito declarou que iria receber representantes das ocupações. Então, realizamos uma solicitação formal, protocolamos um pedido de reunião na Prefeitura de BH no dia 10 de julho. Até então não obtivemos retorno algum.

Diante da falta de compromisso do Prefeito para com sua palavra e a dignidade de milhares de famílias belorizontinas, que não estão tendo seus direitos fundamentais respeitados, decidimos OCUPAR A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE e exigir que o Prefeito receba as ocupações e encaminhe uma solução para todas as ocupações da capital. (MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS e FAVELAS, 2013: s/n)

A pauta era bem definida: estabelecimento de uma mesa de negociação com vistas a promover a regularização fundiária das ocupações urbanas de Belo Horizonte bem como a instalação regular e oficial de água, energia e esgoto de forma que os moradores tenham endereço e se situem na cidade formal.

Como fruto da ocupação ocorreu uma reunião com o Prefeito Márcio Lacerda em que foi celebrado um acordo. Frisa-se que foi a única vez durante o seu governo que o prefeito sentou em uma mesa com representantes das ocupações urbanas de Belo Horizonte.

O acordo previa os seguintes pontos:

1) criação de uma comissão para tratar as especificidades de regularização de cada comunidade formada por representantes das ocupações urbanas e dos movimentos MLB e Brigadas Populares, além do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Prefeitura de Belo Horizonte, a fim de buscar uma solução negociada para os conflitos fundiários.

2) Suspensão das ações movidas pelo município de Belo Horizonte contra as ocupações situadas em terrenos públicos até que a comissão de negociação conclua seus trabalhos.

3) O executivo municipal assumiu a responsabilidade de elaborar junto com a comissão de negociação, no prazo de 2 (dois) meses, via decreto, em caso de área pública ou via projeto de lei, em caso de área privada, a mudança do zoneamento das

áreas das ocupações urbanas acima mencionadas em Área Especial de Interesse Social (AEIS).

4) Seria realizada reuniões com o Governo do Estado de Minas Gerais e Governo Federal no sentido de promoção de ações conjuntas para a regularização das áreas ocupadas (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2014).

Os movimentos e as famílias das ocupações urbanas, diante dos pontos acima transcritos, desocuparam a sede da Prefeitura de forma pacífica. Foi instalada a comissão de negociação e a Prefeitura de Belo Horizonte não cumpriu o acordo já que não houve até o presente momento indicação de delimitação das ocupações urbanas como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).

É preciso ressaltar que já no curso do processo de negociação a Prefeitura de Belo Horizonte manifestou-se pelo rompimento do acordo no que tocava às ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, todas localizadas na região da Izidora, vetor norte da capital mineira – região prioritária de desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte.

Tal região, até então gerenciada para retenção especulativa, viu seu potencial de geração de dividendos imobiliários ampliada com a construção da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, a pavimentação da Linha Verde e com a transformação do aeroporto de Confins em terminal industrial conformando a aliança capital-estado.

A justificativa do município para a retirada das ocupações da região da Izidora da mesa era que elas estavam em desconformidade com o plano urbanístico da Operação Urbana Consorciada prevista para a região e materializada na Lei municipal 9.959/10 que alterou o Plano Diretor da cidade (Leis nº 7.165/1996 e Lei nº 7.166/1996).

As ocupações da Izidora representam o fruto popular mais concreto das jornadas de junho em Belo Horizonte. Se as camadas populares, em especial os sem-teto, não foram às ruas em peso nas manifestações elas fizeram o junho a sua maneira e ocuparam parte da última área verde remanescente do município de Belo Horizonte, fronteira com o município de Santa Luzia.

As ocupações, aliadas a grande rede #ResisteIzidora, conformam um registro político que tem referência na política construída nas ruas de junho de 2013. Um registro mais aberto e horizontal que consegue abarcar um número de ativistas de várias orientações em torno da causa do direito à cidade.

### **3.4 A tensão entre o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e as ocupações horizontais**



“Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie”. (BENJAMIN, 2012:13)

Com a suspensão do despejo das ocupações da Izidora no ano de 2014 e com a resistência das famílias e da rede de apoio, a decisão sobre a execução de um despejo passou a ser de responsabilidade do Governo do Estado, do Partido dos Trabalhadores, que tomou posse em janeiro de 2015.

Em campanha eleitoral o então candidato ao governo de Minas Gerais Fernando Pimentel havia dito no debate da Rede Globo de Televisão que nos casos envolvendo as ocupações, a propriedade privada deveria ser respeitada, mas que iria negociar com as famílias.

Com a posse do novo governo a responsabilidade pela negociação com as ocupações foi repassada para o presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), Claudius Vinicius Leite Pereira, que conduziu os trabalhos para a criação de um decreto que instituiu a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais. O suposto objetivo dessa mesa é promover um espaço de negociação com o intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais e fundiários urbanos e rurais.

A proposta que emergiu da mesa para as ocupações da Izidora foi construir na Ocupação Vitória em um primeiro momento, após despejar todas as famílias da ocupação, os 8.896 apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, de 43,70 m<sup>2</sup>, em prédios de 5 a 8 andares e já previstos na execução da Operação Urbana Consorciada. Em um segundo momento seriam construídos cerca de 2.000 apartamentos na Ocupação Esperança.

Importante realçar que a proposta iria reassentar apenas parte das famílias das três ocupações nesses apartamentos. A proposta não contempla a totalidade dos moradores das três ocupações e em nenhum momento da negociação foi esclarecido quantas famílias da Izidora seriam realocadas nos apartamentos do MCMV e tampouco foi realizado um cadastro idôneo do real número de famílias.

A COHAB se limitou a afirmar que seriam contempladas, preferencialmente, as famílias numerosas. Por outro lado, disseram que casais sem filhos ou pessoas solteiras seriam deliberadamente excluídas. A proposta, extremamente seletiva, não considera casais homoafetivos e idosos que moram sozinhos.

Além disso, a proposta não assegura reassentamento provisório para as famílias da ocupação Vitória durante a realização do empreendimento. Sublinha-se que as casas dessa ocupação, que é a maior dentre as três ocupações da Izidora, seriam destruídas e as famílias seriam reassentadas na ocupação Esperança. No entanto, por questão lógica não haveria como assentar as famílias da maior ocupação em uma ocupação intermediária.

Registre que por cada apartamento a Construtora Direcional receberá R\$ 85.000,00 reais, sendo R\$ 65.000,00 reais via Caixa Econômica Federal e os outros R\$ 20.000,00 reais de subsídio da Prefeitura de Belo Horizonte. A empresa construiria a infra-estrutura de rede de esgoto e água e drenagem. Já a rede de energia elétrica seria implantada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

A estimativa dos movimentos sociais é que existem em construção nas três ocupações que compõe a Izidora cerca de 5.000 casas sendo que a média de gasto para construção por casa é de R\$ 10.000,00 mil reais, totalizando o investimento de R\$ 40.000.000,00 milhões de reais. Muitas famílias assumiram dívidas para poder construir as casas e, em um eventual despejo, além de perder as casas ainda ficariam endividadas.

Além das casas construídas, as ocupações da Izidora tem uma vida comunitária pautada nas relações solidárias e na construção de espaços comunitários como hortas e no fortalecimento da dimensão política da vida, da consciência de que não basta a casa, sendo fundamental a participação política mais ampla.

Nos apartamentos do Minha Casa, Minha Vida essa dimensão comunitária seria alterada já que o padrão de ocupação horizontal do território interfere na sociabilidade, bem como a verticalidade, em prédios de 5 a 8 andares, pode interferir nas formas relacionais.

Nesse sentido, a proposta da Construtora Direcional e do Governo do Estado não reconhece essa dimensão política de uma ocupação horizontal repleta de significados e vivências coletivas. Por via do modelo único de prédios, a Direcional busca apenas preservar o seu lucro e o deslocamento forçado é suportado exclusivamente pelas famílias.

Sobre esse sentido coletivo, de solidariedade entre os moradores, em contraposição ao modelo do MCMV, João, morador da ocupação Vitória se manifesta:

João - Eu tô ali fazendo uma comida ali, lá em casa só tem o arroz e o feijão, "Ô Seu Adão, você não tem uma couve aí não, tem uma mandioca aí não?". Ele vai lá no maior prazer e ranca uma mandioca, uma couve e dá a gente pra gente tá fazendo ali, entendeu? E outra, outro dia eu cheguei azul de fome, tava na manifestação, aí chegamo azul de fome. A Elielma tava lá, fez um mexidão, todo mundo comeu, o maior prazer. E no apartamento, será que vai ter isso? Vai ter é vizinho brigano, "Ow seu menino tá pulano aqui ô carai tá fazendo barulho". (SANTOS, 2015: anexo II.9)

Como forma de enfrentamento às necessidades e, buscando efetivar direitos, as ocupações urbanas funcionam como maneira de efetivar o direito mais amplo à cidade. Afinal, as famílias podem construir suas casas e a cidade da maneira que sonharam, sem um modelo único definido por grandes construtoras, de forma a atender as necessidades de seu coração (HARVEY, 2014:28).

Em campo na Ocupação Vitória por várias vezes esse pesquisador esteve na residência de Ana e Adão. Os dois têm uma bela casa com uma grande horta que garante não apenas a alimentação deles, mas também de vizinhos. Além disso, construíram um grande fogão a lenha e adoram fazer almoços para reunir os “companheiros de luta”. Essa casa, construída a partir de seus sonhos, é a efetivação do que seja direito à cidade. Nas palavras de Seu Adão:

“Eu falei: Aqui oh, eu tinha um sonho, um dia eu fazer minha casa, e era do meu jeito”. Quer dizer, ainda não tá do meu jeito ainda porque eu não consegui bater laje ainda, mas logo logo eu vou conseguir, se deus quiser. Pelo menos os cômodo do jeito que eu queria, do tamanho que eu risquei eu falei: Vai ser feito é assim e fiz, uai.”(ADÃO, 2015: anexo II.9)

Nessa linha de compreensão, o direito à cidade pode ser evocado como direito de construir o processo de urbanização e a política urbana. Um rompimento radical com a cidade construída pelo capital em associação com o Estado (como na política habitacional financeirizada do MCMV). David Harvey afirma isso da seguinte forma:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (HARVEY, 2014: 30)

Do ponto de vista da economia política da urbanização uma ocupação urbana é uma maneira de apropriação do valor produzido coletivamente na cidade, mas apropriado de forma individual. Se um terreno abandonado, retido para especulação imobiliária, é ocupado por famílias sem-teto é uma maneira de recuperar a riqueza produzida pela coletividade no espaço urbano.

O MCMV não possibilita qualquer alternativa construtiva e se resume a apartamentos formatados em uma mesma tipologia fulminando a diversidade de demandas e necessidades das famílias. As famílias numerosas teriam que conviver em unidades de apenas dois cômodos e as famílias que utilizam o seu terreno para produzir

perderiam sua fonte de renda. A segurança alimentar das famílias, garantida com hortas e criação de pequenos animais, restaria comprometida (anexo VIII).

A proposta do governo e da Direcional acabou por encerrar a mesa de negociação para a Izidora já que não permitiu qualquer questionamento por parte das famílias. A mesa de diálogo, composta com base no lema de campanha do Partido dos Trabalhadores ao governo estadual “ouvir para governar”, mostrou-se, ao revés, uma imposição unilateral da política habitacional do Minha Casa, Minha Vida.

O Governo de Minas, então, se mostrou disposto a fazer o despejo como na foto da década de 1980 que abre esse tópico. A barbárie se repete no decorrer da história e cabe aos oprimidos lutar para romper esse contínuo da história e conseguirem efetivar o seu direito à cidade.

O direito à cidade hoje é exercido, em muitas situações, por uma pequena parcela da sociedade, constituída em uma elite política/econômica com capacidade para construir a cidade segundo seus próprios interesses (HARVEY, 2014:63). No entanto, o direito à cidade deve ser exercitado por todos aqueles que são excluídos do acesso a esse direito. Veja-se:

(...) acredita-se que o direito à cidade é o direito que as classes populares têm de transformar a cidade em algo radicalmente oposto ao que ela é hoje. Em um contexto em que as grandes massas não têm acesso a esse direito, seja pela segregação socioespacial, seja pela não fruição dos direitos sociais no espaço urbano, o direito à cidade pode ser colocado como esse direito que as maiorias possuem de arrancar o processo de produção e reprodução das cidades das mãos do capital imobiliário especulativo, de forma a produzirem uma cidade com base no valor de uso e que atenda realmente aos interesses das pessoas. (FREITAS, 2014: 177)

Levando em consideração que essa política habitacional não foi construída com participação popular no âmbito do Governo Federal, como visto nessa pesquisa, parece razoável depreender que a reprodução desse modelo no âmbito estadual aconteceria. A associação direta entre a empresa Direcional e o Governo Estadual não abriria espaço para que as ocupações de fato apresentassem um modelo alternativo de cidade e de política habitacional que efetivasse o seu direito à cidade formatando uma real política urbana.

Nesse sentido que David Harvey proclama um direito à cidade nos seguintes termos:

(...) e ali proclame, em nome dos espoliados, seu direito à cidade – seu direito a mudar o mundo, a mudar a cidade e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. Esse direito coletivo, tanto como uma palavra de ordem quanto como ideal político, nos remete à antiqüíssima questão de saber quem é que controla a conexão interna entre urbanização e produção e uso de excedentes. Afinal, talvez Lefebvre estivesse certo, há mais de quarenta anos, ao insistir em que a revolução de nossa época tem ser urbana ou não será nada. (HARVEY, 2014: 66)

Não é outro o sentido que Charlene Cristiane dá ao termo direito à cidade.

C - Verdade. Isso eu falo sempre, porque a gente vê dia após dia as pessoas que aqui moram é as pessoas que realmente constroem nossa cidade, porque é os pedreiros que constroem as grandes empresas, o Minha... cidade administrativa, a prefeitura e etc. A faxineira que limpa a casa das madames... Então assim, isso é muito contraditório. As pessoas que constroem a cidade, que faz parte da cidade e que é a cidade, não têm direito à cidade. Então tá na hora da gente mudar isso, tá na hora da gente falar: "oi, eu sou a cidade e eu tenho direito a morar na cidade". E é isso que as ocupações fazem. É o grito das ocupações hoje. Nós construímos as cidades, nós construímos esse estado, construímos esse país e também somos brasileiros. Então nós vamos garantir ser parte disso, ser parte da cidade. Isso é importante porque é só através da ocupação é que você vai ter essa consciência. Quando você é individual, individualista, que você vai levantar cedo e vai trabalhar, você não tem essa consciência, você vive em outra realidade, em outro mundo. A partir do momento que você tem essa formação, essa construção coletiva, você se transforma em algo que o governo, o poder público não quer jamais, que são pessoas, homens e mulheres, guerreiros e guerreiras, lutando pra garantia de todos os direitos e com consciência social, política, ambiental e todas as outras consciências aí. (EGÍDIO, 2015: anexo II.7)

A cidade deve ser apropriada por todos aqueles que a constroem e as ocupações urbanas são um forte grito de resistência contra a exclusão territorial a que centenas de milhares de pessoas estão submetidas. É a expressão da luta coletiva que incomoda pela expressão consciente da importância de se fazer uma revolução urbana no cotidiano da vida e da cidade, do urbano como espaço da potência de transformação da sociedade.

O direito à cidade, então, está na capacidade de forjar novos espaços de resistência que configurem novas formas de vida urbana. Esse direito coletivo só pode ser conquistado com luta política, esse direito deve ser tomado pelos diversos atores que emergem no espaço urbano. A luta pelo direito à cidade é uma luta inalienável! (HARVEY, 2013:34)

A luta pelo direito à cidade é uma luta travada por aqueles que historicamente tiveram os seus direitos negados, que sempre construíram a cidade, mas não tiveram acesso a ela plenamente. Mas são esses excluídos urbanos, os esfarrapados urbanos, que despertam a consciência e os afetos insurgentes e constroem a cidade que lhe atenda os seus desejos mais profundos.

## CONCLUSÃO

Essa dissertação buscou explicitar como os movimentos sociais urbanos em Belo Horizonte construíram na década de 1980 e constroem ainda hoje a cidade e o direito de forma a criarem um campo de narrativas sobre o que é justiça urbana e direito à cidade. O direito de transformar a cidade em várias outras cidades que atendam aos reais interesses de quem nela habita (HARVEY, 2014).

Nos anos 1980 em Belo Horizonte houve a aprovação, por via de pressão popular, de uma legislação urbanística que reconhecia os favelados como parte integrante da grande obra coletiva que é a cidade. De inexistentes nos mapas da cidade, cercados por opressões visíveis e invisíveis, os moradores favelados tomaram a cena e afirmaram o direito à moradia e à cidade no campo urbanístico-normativo.

Essa vitória popular se deu em um contexto de tensão entre o regime autoritário ainda em vigor na época e os ventos democráticos que desembocariam na aprovação da Constituição de 1988. Tal fato foi possível devido à articulação dos movimentos sociais do período – União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), Pastoral de Favelas e Federação de Associações dos Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH).

Foi demonstrado o ideário do PROFAVELA e o seu desiderato de integrar e reconhecer os direitos dos favelados no espaço urbano. Além disso, buscava-se recuperar a mais valia urbana em favor dos favelados, ou seja, a riqueza produzida coletivamente na cidade deveria ser compartilhada por todos.

No entanto, tal legislação não foi efetivada pela cooptação de lideranças dos movimentos sociais para ingressarem nos quadros da administração pública e em partidos políticos que se abstiveram da luta social direta como revelado pelas entrevistas. O arrefecimento das mobilizações e atos políticos em 1980 acabou por fazer com que a política construída no PROFAVELA fosse abandonada.

Tal configuração demonstra um percurso de aprendizado social em que o conflito fundiário não pode se resumir a conquistas no campo de uma legislação democrática, pois o direito e os direitos se forjam em um contexto permanente de tensões e lutas que não se esgotam na luta institucional. Nas ruas e lutas urbanas, e não apenas nas leis, é que encontra-se a efetivação de uma cidade mais justa e igualitária.

Importante registrar que as vozes dos lutadores e lutadoras urbanos integrantes da luta na cidade, seja em 1980 no contexto do PROFAVELA, seja hoje na região da Izidora, vieram a lume no texto por via das entrevistas transcritas em trechos ao decorrer da dissertação e anexadas na integralidade ao final do trabalho.

Assim, o discurso calcado na tradição dos oprimidos, na formulação de Walter Benjamin, emergiu como forma de trazer as vozes daqueles que são considerados os derrotados da história, mas que por outro lado, diuturnamente lutam pelo direito à cidade. São pessoas que constroem as cidades diariamente, mas não tem acesso a eles devem ser ouvidos para que o direito coletivo à cidade seja efetivado.

A opção de narrar a história e a luta política a partir dos vencidos foi uma opção relacionada com a afirmação de que o direito à cidade deve ser conquistado por essas pessoas que são excluídas no espaço urbano e que buscam uma vida digna que atenda aos seus desejos, afetos e necessidades materiais na cidade.

Os movimentos sociais, como aponta Maria da Glória Gohn, são fundamentais nesse cenário no sentido de criar pautas, de constituírem um campo de força social e mobilização de um discurso que tenha capilaridade na sociedade e que seja capaz de pressionar e constranger publicamente o Poder Público em torno de uma agenda de Reforma Urbana que estabeleça uma política urbana concreta.

Essa história de luta, como afirma Benjamin, está em aberto e há várias possibilidades emancipatórias que se colocam como afirmação de uma opção pelas vítimas de um sistema urbano injusto, um sistema que segrega e divide a cidade entre um aqueles que já possuem a garantia de acesso aos bens urbanos e um vasto campo daqueles que com muita luta buscam usufruir plenamente do direito à cidade.

Nesse sentido, é que buscou-se fazer uma leitura sobre os movimentos urbanos em Belo Horizonte em 1980, suas conquistas e limitações, para em seguida analisar a política habitacional em vigor no Brasil - o Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Em um momento posterior a ideia foi confrontar esses modelos de cidade no presente através da análise das ocupações da Izidora.

As formas de luta em dois momentos temporais diversos foram também explicitadas na pesquisa. No passado houve uma grande luta com fundamento territorial assentado nas favelas rompendo com o protagonismo da luta sindical em Belo Horizonte. Tal articulação foi realizada por via de uma interação entre setores populares

e alguns técnicos oriundos dos setores médios da sociedade. Já no presente houve uma articulação ampla em rede envolvendo vários setores com uma linguagem e estética inovadoras.

Na década de 1980 a luta assumiu um caráter mais institucional ligado e atrelado à pauta do reconhecimento por parte do Estado das favelas como espaços integrantes da cidade. Já a luta da Izidora representa uma ampliação do espectro de atuação política ao atuar não somente pelo reconhecimento do Estado, mas também contra o Estado e para além do Estado.

As lutas das ocupações mostram que é necessário disputar os sentidos e discursos acerca da legitimidade desses territórios nas diversas instituições do Estado. Mas por outro lado elas precisam enfrentar o Estado e sua sanha de impor a centralidade única do programa Minha Casa, Minha Vida como alternativa de moradia digna. E, ao mesmo tempo, essas comunidades buscam de forma criativa e autônoma se forjar como alternativa concreta de efetivação de direitos.

A grande rede de atuação insurgente em Belo Horizonte constituída no #RestisteIzidora aponta para a formação de um campo de luta que visa constituir um projeto de cidade alternativo que rompa com a imposição única da cidade mercadoria e afirme o direito à cidade como categoria e aposta política transformadora.

Se na década de 1980 estava em jogo o reconhecimento das favelas no cenário da luta urbana mais geral no presente está em pauta o poder de criar outras cidades. As lutas por esse direito se diversificam e criam uma potência política que amplifica as possibilidades insurgentes de construção de uma nova sociabilidade urbana.

A luta em 1980 na análise dos movimentos aqui estudados estava mais centrada no direito à moradia e na efetivação de serviços públicos por via do Estado. Já as ocupações da Izidora buscam uma afirmação dos direitos para além do Estado. Em conversas no campo esse pesquisador teve a oportunidade de várias vezes escutar falas no sentido de que o desejo mais profundo dos moradores era de fato construir ali sua morada à sua forma.

Ainda que houvesse essa atuação mais ligada ao território do que ao espaço do trabalho, na década de 1980, a forma de atuação dos movimentos compreendia um campo mais restrito de atuação política calcado ainda na forma partido e assentado em uma maneira tradicional de se fazer política aliada à luta institucional e a conservação dos territórios favelados já conquistados, muitas vezes, há décadas.

Já a luta da Izidora demonstra como as potencialidades da cidade são múltiplas e as mais diversas possíveis. O #ResisteIzidora congrega uma rede de pessoas das mais variadas formações e dispostas a construir uma cidadania insurgente de forma coletiva por meio da militância em rede que questione a apropriação privada dos espaços da cidade e busque construir territórios geridos de forma insurgente.

Por meio da arte, da viralização de conteúdo constestatório em redes sociais, de debates públicos, de ocupações de eventos culturais, de eventos dos mais variados nas ocupações urbanas busca-se formar uma cadeia de eventos que altere a linearidade do tempo urbano capitalista que se materializa na reprodução das cidades pela centralidade regulatória e expropriatória do Estado aliada ao capital.

Frisa-se que esse registro político guarda relação com as Jornadas de Junho de 2013 que irrompem o tecido urbano para afirmar uma quebra do padrão de luta política. As ocupações da Izidora demonstram uma variação do que ocorreu nas ruas em junho na medida em que o povo se auto-afirmou como sujeito de direito e buscou construir o direito à cidade à sua maneira sem mediações.

As ocupações da Izidora representam também um grande enfrentamento ao modelo de reprodução da cidade neoliberal, expresso na aliança Estado/Capital por meio da Operação Urbana Consorciada prevista para a região, mas que enfrenta forte resistência pela via da luta das ocupações e de sua rede de apoiadores.

Quanto ao Minha Casa, Minha Vida apresentou-se o discurso do Governo Federal embasado na conciliação de classes e no estímulo ao mercado da construção civil. Já a crítica acadêmica e dos movimentos sociais foi registrada ao apontar a limitação do programa como instrumento de política habitacional mercadológica construída pelo Governo Federal e construtoras sem participação popular.

O MCMV foi gestado em um contexto de crise econômica mundial como modelo de política anticíclica para atender ao mercado da construção civil e buscar uma concertação no âmbito de uma política desenvolvimentista desconectada dos reais interesses coletivos daqueles que habitam as favelas, vilas e ocupações.

Viu-se que para enfrentar de fato o déficit habitacional é necessário uma política urbana que interfira na ociosidade dos imóveis vagos e dos terrenos abandonados à especulação imobiliária de forma que haja uma política urbana que efetive a função social da propriedade.

De outro lado, a presente pesquisa buscou afirmar as ocupações da Izidora como instrumentos de luta pelo direito à cidade no âmbito de uma Política Urbana que não seja confundida com política habitacional gerida pela construção civil. Essa luta representa os escombros da cidade construída como mercadoria e o ressurgimento do direito à cidade para milhares de famílias que vivem e lutam nas ocupações!

O modo de vida e produção das relações sociais e políticas nas ocupações horizontais representam um avanço na consciência e mobilização de expressivos setores sociais em Belo Horizonte que querem construir a cidade de forma direta e não apenas serem receptáculo de um modelo pré-fabricado e alienado.

Por fim, registra-se que a presente dissertação termina quando, no dia 19 de junho de 2015, o governo do Estado de Minas Gerais, por via da Polícia Militar (PM), anunciou que poderia cumprir a qualquer momento os mandados de reintegração de posse em aberto das ocupações da Izidora.

Nesse mesmo dia, na parte da manhã, acontecia uma marcha dos moradores rumo à Cidade Administrativa que transcorria de forma pacífica e sem obstrução da via, mas que foi brutalmente reprimida pela PM de forma completamente desproporcional. Foram utilizadas balas de borracha, spray de pimenta, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral contra trabalhadores e trabalhadoras atingindo crianças e idosos deixando dezenas de feridos e presos.

O momento de perigo, em que a barbárie se instala, reuniu novamente a grande rede #ResisteIzidora e seja qual for o destino das ocupações da região da Izidora uma questão permanece: o conflito entre projetos de cidade que atendem aos interesses privados e, por outro lado, o projeto daquelas pessoas excluídas da vida urbana e que querem construir na luta o direito de transformar a cidade em outras cidades possíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori; SAMPAIO JR. Plínio de Arruda (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. Editora: Instituto Caio Prado Júnior, 2014.

AZEVEDO, Sérgio; AFONSO, Mariza Rezende. *Cidade, Poder Público e Movimento de Favelados*. In: *Movimentos Sociais em Minas Gerais – Emergência e Perspectivas*. POMPERMAYER, Malori José (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

BARBOSA, Antônio Leandro. *Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas*. Belo Horizonte. Outubro de 2014.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Orgs. Willi Bolle e Olgária Chain Féres Matos. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BERNAREGGI, Pier Luigi. *Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas*. Belo Horizonte. Outubro de 2014.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Scortecci, 2014.

BOULOS, Guilherme; SZERMETA, Natália; RIBEIRO, Ana Paula. *Como não fazer política urbana*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/como-nao-fazer-politica-urbana-3066.html>. Acesso em 10/05/2015.

BRIGADAS POPULARES. *Está tendo Copa, agora vai ter casa! Ocupações Urbanas realizam ocupação simultânea da porta da PBH, da URBEL e do prédio da AGE*. Disponível em: <http://brigadaspopulares.org.br/?p=370>. Acesso em 01/02/2015.

CALIXTO, Juliano dos Santos. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. “*O Direito à propriedade privada urbana como objeto de luta simbólica*”. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagem ao Congresso 183*, de 25 de Março de 2009. Portaria Interministerial. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=645730&filename=MSC+183/2009+%3D%3E+MPV+459/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=645730&filename=MSC+183/2009+%3D%3E+MPV+459/2009). Acesso em 02/05/2015.

CAMPOS, Paola Rogedo; MENDONÇA, Jupira Gomes de. *Estrutura sócio-espacial e produção habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas tendências*. In: *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais* / Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, página 87/88.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. “Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil”. In: *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*/Adauto Lucio Cardoso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf). Acesso em: 15/03/2015.

CENSO 2010. *Domicílios por espécie*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros\\_resultados/domicilio\\_por\\_especie.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros_resultados/domicilio_por_especie.shtm). Acesso em 01/05/2015.

CENSO 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>

COSTA, Jose Rubens; VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. *A propriedade este obscuro objeto do direito*. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

DESAFIOS PARA A POLÍTICA HABITACIONAL: 2ª ETAPA DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA. Disponível em: [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1695%3Adesafios-para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida&catid=43%3Anoticias&Itemid=114&lang=pt](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1695%3Adesafios-para-a-politica-habitacional-2o-etapa-do-programa-minha-casa-minha-vida&catid=43%3Anoticias&Itemid=114&lang=pt). Acesso em 02/05/2015

DOCENTES DO BRASIL E DO MUNDO DIZEM NÃO AO DESPEJO DE 8 MIL FAMÍLIAS EM BELO HORIZONTE. Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/08/22/docentes-do-brasil-e-do-mundo-dizem-nao-ao-despejo-de-8-mil-familias-em-belo-horizonte/>. Acesso em 21/02/2015

EGÍDIO, Charlene Cristiane. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Maio de 2015.

FERNANDES, Edésio. *Direito Urbanístico*. In: “*A Regularização de Favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte*” Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERNANDES, Edésio. *Preservação ambiental ou moradia? Um falso conflito*. Disponível em: <http://www.irib.org.br/html/biblioteca/biblioteca-detalle.php?obr=152>. Acesso em: 25/06/2015.

FIX, Mariana. *Uma ponte para a especulação - ou a arte da renda na montagem de uma cidade global*. Cad. CRH vol.22 nº 55 Salvador jan./Apr. 2009, p. 51-52, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003). Acesso em 17 de julho de 2014.

FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos. *A luta pelo direito à cidade como luta de classes*. In: *Direito e marxismo [recurso eletrônico] / org. Enzo Bello, Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, Sérgio Augustin*. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.

FRENTE NACIONAL DE RESISTÊNCIA URBANA. *Cartilha Minha Casa, Minha Luta. Entendendo o Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida (Lei 11.977/09)*. Material de formação para grupos e movimentos de luta pela Reforma Urbana. Frente Nacional de Resistência Urbana. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estatística e Informação Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares / Fundação João Pinheiro*. Centro de Estatística e Informação – Belo Horizonte, 2014. (Nota técnica, 1) 19 p.: il.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional municipal no Brasil. / Fundação João Pinheiro*. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Entrevista sobre diversidade, ONGs e movimentos sociais*. Disponível em <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/pvnc/message/2051>, acesso em 01/12/2014.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M (org.). *Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2012.

GONH, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 25/05/2015.

GONÇALVES, Vicente. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Outubro de 2014.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes – Do Direito à Cidade a Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *A liberdade da Cidade*. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato...(ET AL.). 1ª edição. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. *Palestra no Fórum Social Mundial*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml> Acesso em: 25/11/2014.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

LAENDER, José Carlos. Documento enviado a Padre Pier Luigi Bernarreggi. URBEL. Belo Horizonte, 1989.

LAENDER, José Carlos. *Histórico do PROFAVELA*. Documento enviado a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LINS, Cláudia Bastos; FERNANDES, Edésio; COBUCCI, Flávia; GONÇALVES, Marília Fernandes. *PROFAVELA: É preciso conhecer os nossos direitos para poder*

*lutar por eles...* Cartilha publicada pela Faculdade de Arquitetura Izabela Hendrix e pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS, 1985.

LOPES, Edna Gonçalves. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Maio de 2015.

LÖWI, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Dezembro de 2014.

MANUAL DE DIRETRIZES NACIONAIS PARA EXECUÇÃO DE MANDADOS JUDICIAIS DE MANUTENÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE POSSE COLETIVA. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Manual\\_Dir\\_Nac.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Manual_Dir_Nac.pdf). Acesso em: 25/06/2015.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Editora Atual, 1997.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. *Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/2011* CG: Regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais. Belo Horizonte: Comando-Geral, 3a Seção do Estado-Maior da PMMG, 2011.

MPPMG participa de reunião para discutir situação de ocupações urbanas na capital e ocupação da PBH. Disponível em: <http://cimos.blog.br/2013/08/mpmg-participa-de-reuniao-para-discutir-situacao-de-ocupacoes-urbanas-na-capital-e-ocupacao-da-pbh/>. Acesso em: 28/05/2015.

MORADO NASCIMENTO, Denise; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA Jupira Gomes de; LOPES, Marcela Silviano Brandão; LAMOUNIER, Rosamônica da Fonseca; SALOMÃO, Thais Mariano Nassif; SOARES, André Costa Braga. *Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. In: *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

MOREIRA, Gilvander Luis. *O déficit habitacional cresce e com ele as Ocupações*. Disponível em: <http://freigilvander.blogspot.com.br/2013/11/o-deficit-habitacional-cresce-e-com-ele.html>. Acesso em: 15/05/2015.

NASCIMENTO, Elielma Carvalho. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Maio de 2015.

Ocupa Direcional. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/events/472789189544904/>. Acesso em: 30/05/2015.

OCUPAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/MG. NOTA DE ESCLARECIMENTO À SOCIEDADE. Disponível em:  
<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/2013/07/ocupacao-da-sede-da-prefeitura-de-belo.html>. Acesso em: 26/05/2015.

Para entender a disputa jurídica do caso Izidora: #resisteisidora! Imagem retirada do perfil no facebook do Coletivo Margarida Alves. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/543286105707475/photos/pb.543286105707475.-2207520000.1433896454./713790061990411/?type=3&theater>. Acesso em: 01/06/2015.

PEREIRA, Antônio Cosme Damião. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Outubro de 2014.

PRAXIS. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTUDOS AVALIATIVOS NA RMBH*. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/cnpq-mcmv.pdf>. Acesso em: 13/05/2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR II. PROFATELA: BH com novos Horizontes*. Comentário Geral à Legislação do Programa de Regularização de Favelas, 1985.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *PBH apresenta plano para ocupação da Região do Isidoro*. Disponível em:  
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&chPlc=36988>. Acesso em 25/05/2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Resultados da Regularização Fundiária. Disponível em:  
<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=56840&pIdPlc=&app=salanoticias>. Acesso em: 25/04/2015.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Área de Atuação da URBEL. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt\\_br&pg=5580&tax=7491](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt_br&pg=5580&tax=7491). Acesso em 25/04/2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em 02/05/2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida 2. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-minha-casa-minha-vida-2>. Acesso em 02/05/2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração e anúncio de construção de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/13-08-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-e-anuncio-de-construcao-de-unidades-habitacionais-do-programa/view>. Acesso em 02/05/2015.

PROGRAMA PÓLOS DE CIDADANIA. *Estado, Regulação e Território na Região Metropolitana de Belo Horizonte: intervenções urbanística e organização do espaço nos vetores norte e sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2010.

PROJETO DE LEI 728/09 do prefeito Márcio Lacerda. PARECER JURÍDICO E POLÍTICO. Disponível em: <http://frentepelareformaurbana.blogspot.com.br/2009/10/projeto-de-lei-72809-do-prefeito-marcio.html>. Acesso em 15/05/2015.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; PRATES, Francisco de Castilho; CALIXTO, Juliano dos Santos. (No prelo) O Direito Fundamental à propriedade em sua dimensão horizontal: uma contínua disputa, uma ininterrupta aprendizagem.

SALAZAR, Emely Vieira. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Novembro de 2014.

SANTOS, João. Entrevista concedida a Luiz Fernando Vasconcelos de Freitas. Belo Horizonte. Maio de 2015.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. *A trajetória da Reforma Urbana no Brasil*. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 14/05/2015.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *História do Direito pelos movimentos sociais: cidadania, experiências e antropofagia Jurídica nas Estradas de Ferro (Brasil, 1906)*. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Situação do Minha Casa Minha Vida em BH – 2015. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=40596&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=40596&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&). Acesso em 16/05/2015.

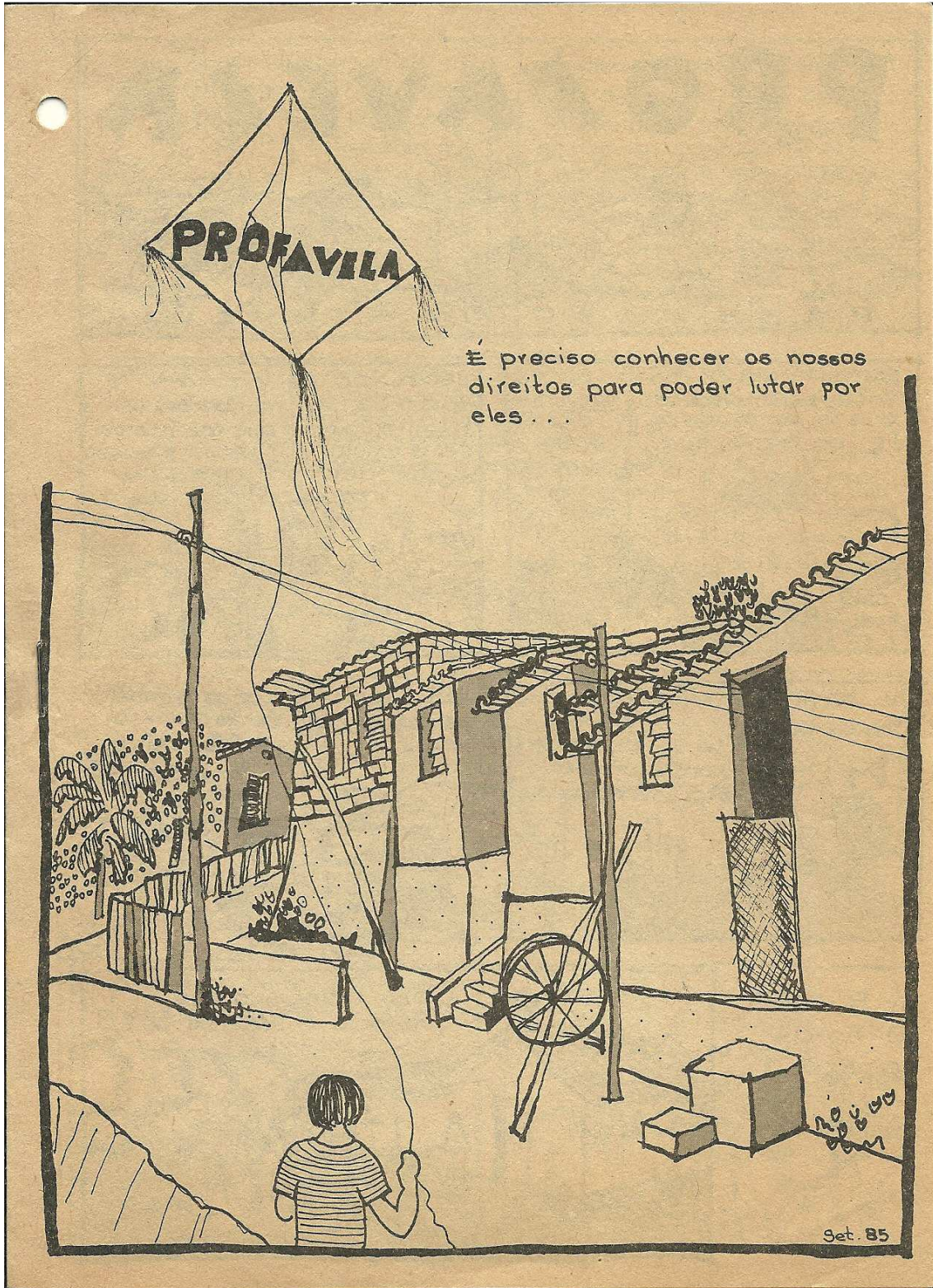
SOMARRIBA, Maria das Mercês; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*: Petrópolis, 1984.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal. Processo nº 0409295-33.2013.8.13.0024. Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, 2013

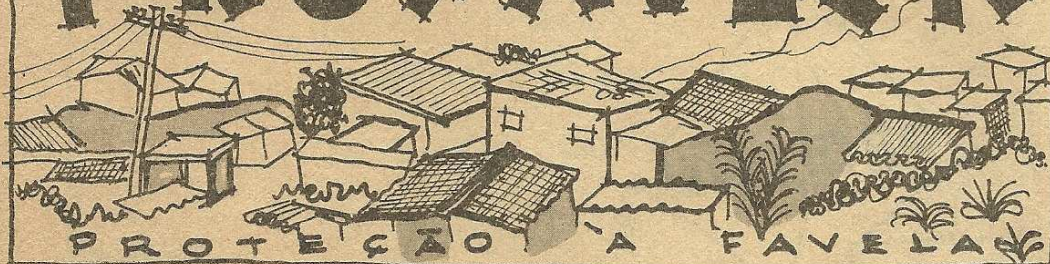
VITÓRIA Popular: caiu o artigo 13 do PL 728/09. Forças sociais impõem derrota amarga ao Prefeito Márcio Lacerda. Disponível em: <http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/12/vitoria-popular-caiu-o-artigo-13-do-pl.html>. Acesso em 15/05/2015.

ANEXO I:

Cartilha PROFAVELA: É preciso conhecer os nossos direitos para poder lutar por eles...



# PROFAVELA



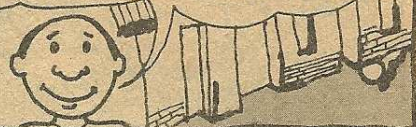
Bom! Depois de tantas lutas conseguimos a Lei do Profavela.



Ah, então nós já somos donos do nosso barraco.

Espera aí pessoal, não é bem assim não. A Lei do Profavela estabelece algumas condições.

Há uma série de coisas a serem feitas antes de termos a nossa escritura.



Que coisas são estas?



Primeiro, toda a área da nossa favela foi delimitada como SE-4, por decreto do prefeito, para que possa ser legalizada e urbanizada.

SE-4 corresponde ao setor especial nº 4 da Lei do Uso do Solo de Belo Horizonte.

O SE-4 possibilita a legalização e a urbanização específica da favela, respeitando ao máximo suas características hoje existentes.

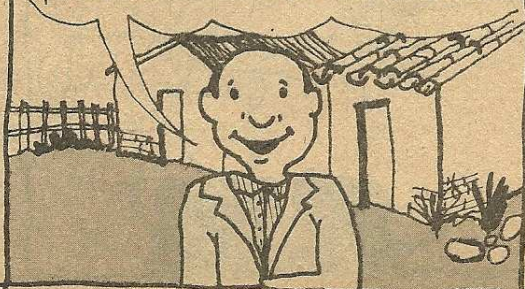
legalização?



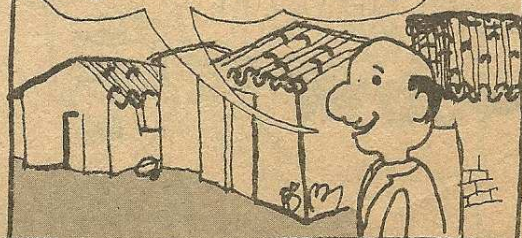
É, legalização. Para ser legalizada, a favela tem que ser aprovada pela prefeitura, tendo que ser feito um projeto no qual serão delimitados os becos, ruas, quarteirões e lotes...



... também serão definidas praças e áreas de uso comum

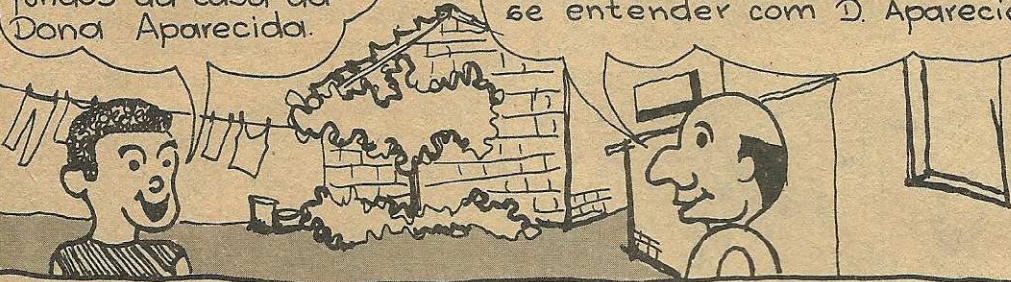


... E cada lote deverá ter ligação direta com alguma rua ou beco

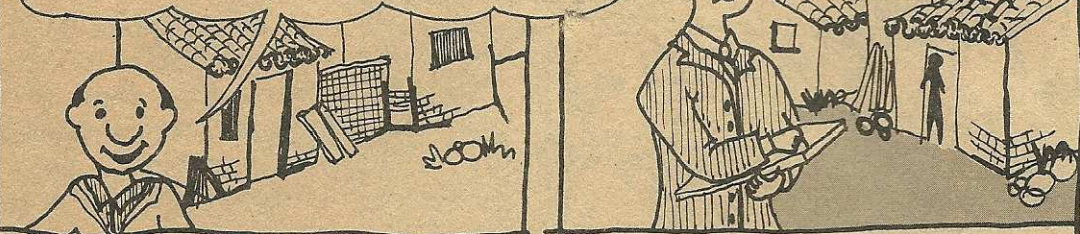


Mais, seu Francisco, minha casa fica nos fundos da casa da Dona Aparecida.

Demarcaremos os nossos lotes. No seu caso, o senhor terá que se entender com D. Aparecida

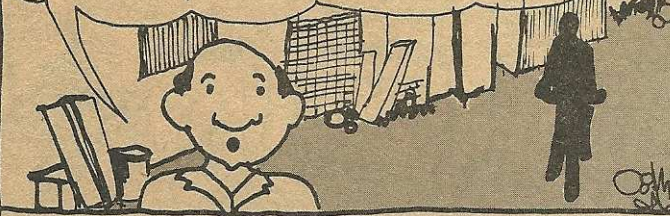


Além disso, a prefeitura, sempre com a nossa participação, fará um cadastro das pessoas que hoje moram aqui



Dentro da Lei do Profavela, está estabelecida uma área máxima a ser titulada para cada proprietário.

Cada favela terá um **LOTE PADRÃO** específico não podendo nunca ultrapassar a 360 m<sup>2</sup>. E, todo morador terá, em princípio, direito a um único lote. O lote padrão será baseado no lote médio existente em cada favela



É no meu caso, seu Francisco? Eu tenho um bar e uma casa alugada.

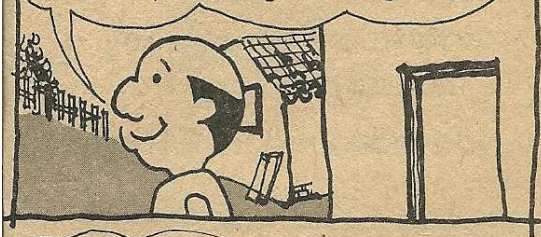


Eu também!

Eu também!



Terá direito à propriedade a pessoa que, de acordo com o cadastro, estiver ocupando o lote ainda que pague aluguel.



... Em relação ao bar, se ele for para o sustento da família, o senhor terá direito à propriedade dos dois lotes.



Ah, mas isto não é bom para nós!




Como não, Sr. Joaquim! Quando a lei limita o número de lotes, ela está evitando que uma pessoa consiga comprar vários lotes e, assim, acabe expulsando os moradores.



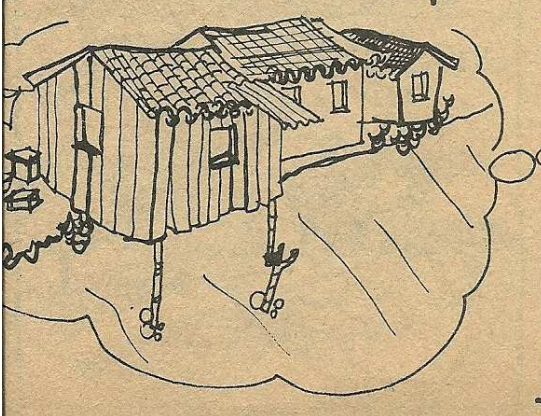
Eu moro com o João e nós não somos casados. Ele é que vai receber o título do nosso barraco?



Em casos como este, será dada a preferência à mulher; porém, cada caso será estudado.



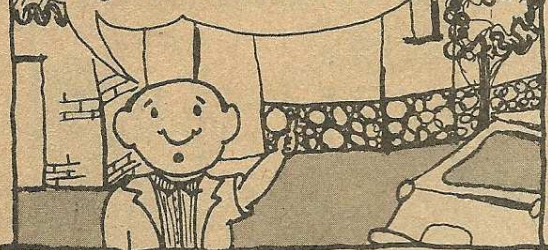
Bem lembrado, porque geralmente é a mulher que fica com os filhos.



O meu barraco está prestes a cair...



Por causa de casos como este, a lei estabelece algumas condições



Não serão aprovados os lotes:

- de grande inclinação, (igual ou maior que 47%)
- Alagadiços ou sujeitos a inundação;
- Não adequados à construção

Então eu terei que sair do meu barraco?



Não. A posse do seu lote vai ser respeitada e, caso haja necessidade de remoção, a construção deve ser indenizada

Se bem que seria melhor eu procurar um lote mais seguro

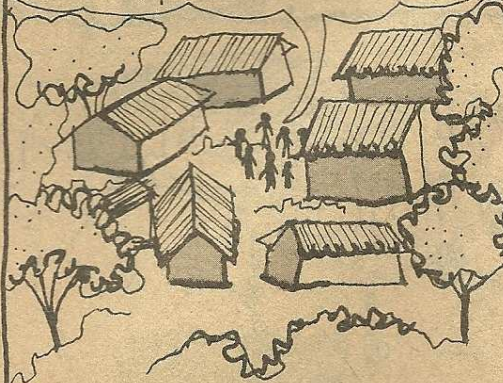


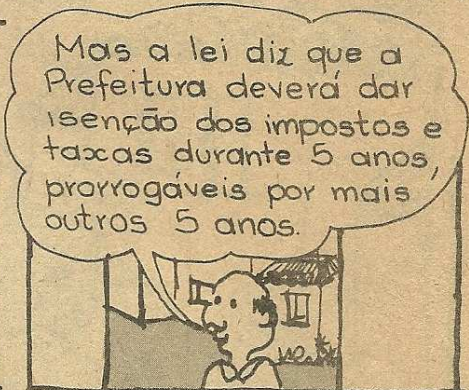
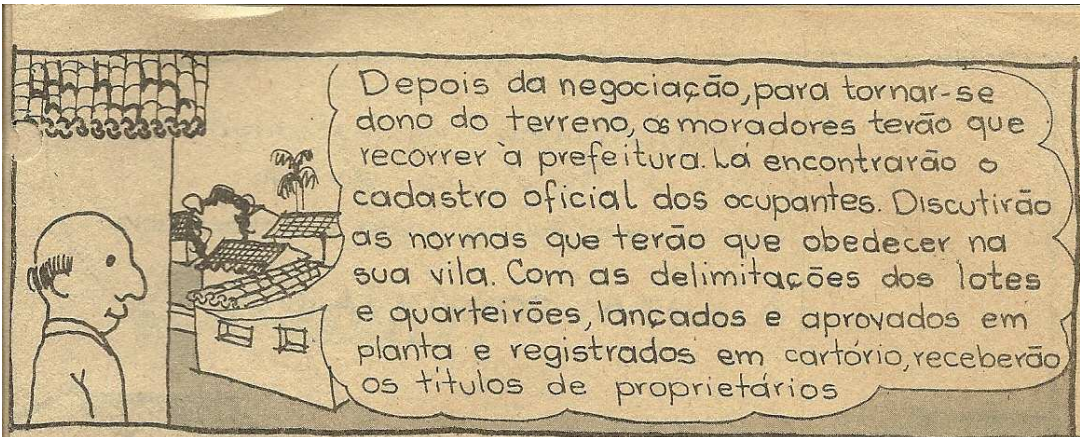
Mas vamos ter que comprar os nossos lotes?



Isto dependerá de nossa organização aqui dentro

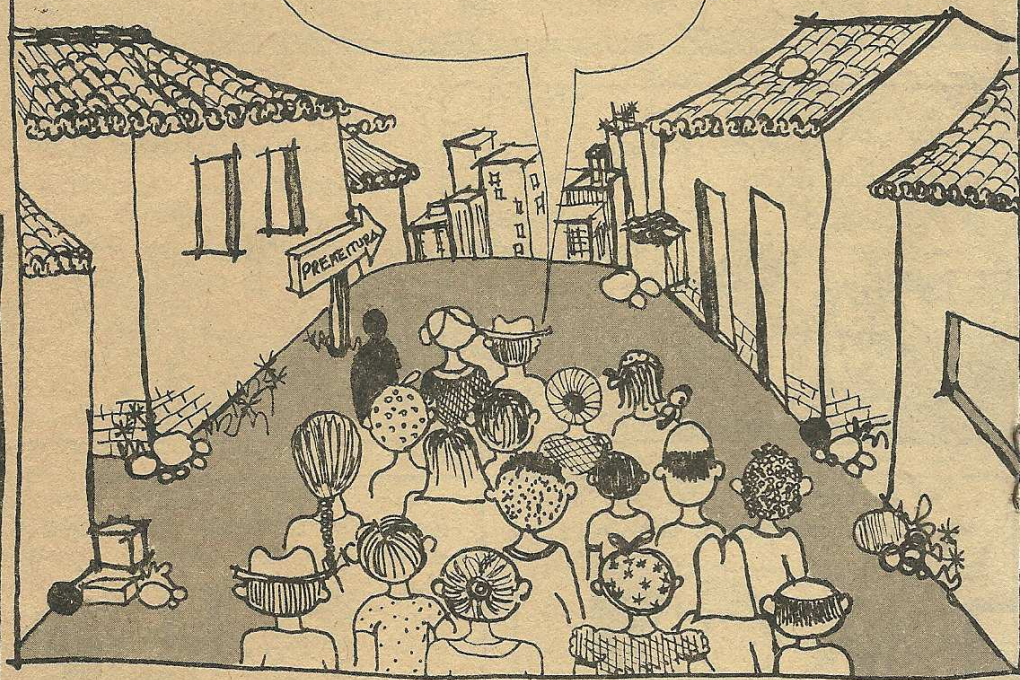
Dentro da nossa favela existem terrenos da prefeitura e de particulares. Vamos ter que negociar. O importante é que todos os terrenos do SE-4 só poderão ser ocupados como Favela.





Só conquistaremos nossos direitos  
junto à Prefeitura quando  
formos uma favela unida e organizada.

**A LUTA CONTINUA !**



**ELABORAÇÃO:**

TEXTO: CLÁUDIA BASTOS LINS  
EDÉSIO FERNANDES JÚNIOR  
FLÁVIA COBUCCI  
MARÍLIA FERNANDES GONÇALVES

DESENHOS: FRANQUE WEBER  
TRAJANO RAPOSO

AGRADECIMENTOS: Barnabé Luz Rodrigues  
Emely Vieira Salazar  
José Carlos Laender de Castro  
Dalva Stela Rodrigues

Publicação Conjunta: FACULDADE DE ARQUITETURA "IZABELA HENDRIX"  
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL-SETAS

## ANEXO II: ENTREVISTAS

### ANEXO II.1

#### Transcrição de entrevista com Antônio Cosme Damião Pereira

Data: 02/10/2014

Transcrição 140821\_001

L – Bom Toninho primeiro agradecer a sua disponibilidade de conceder essa entrevista e perguntar qual que é o seu nome completo.

AC – Antônio Cosme Damião Pereira.

L – E qual era o movimento que você integrava na década de 80?

AC – A FAMOB né, Federação de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte.

L – Sim, e queria saber um pouco da historia do movimento, como que surgiu, quais que eram os objetivos da FAMOB?

AC – Bom a FAMOB ela é fruto do processo de democratização né, do Brasil, é uma entidade que nasceu em 1983, portanto já num processo de perda de força da ditadura, abertura política e ascensão de várias organizações na sociedade civil na lógica de lutar por direitos né. Eu lembro que na década de 80 nós tínhamos uma bandeira que nós denominávamos como uma plataforma de defesa social, era um plano de emergência para as crises sociais postas naquele momento né, carestia de vida, a questão da habitação, a questão de qualidade de vida urbana, então essa coisa toda entrou na pauta e propunha-se o plano nacional que é a ideia de uma grande, de uma proposta que pudesse tratar e com emergência dos problemas sociais vividos nas grandes cidades, mas o que marcou mesmo esse período foi a ascensão democrática, o crescimento dos movimentos sociais organizados, a ampliação da luta por direitos, enfim foi um momento, que na minha opinião foi rico, que acumulou para que nós chegássemos hoje no ponto onde estamos hoje em termos de país, de cidade e vai por ai a fora.

L – Sim, e qual que era a forma de atuação da FAMOB?

AC – A FAMOB tinha várias frentes de intervenção, ela tinha uma frente que tratava da infraestrutura urbana e que mobilizava varias organizações e moradores tanto de bairros, vilas e favelas, que era o foco principal da luta naquele momento, a luta por

infraestrutura urbana, melhoria, calçamento de rua, essas coisas que estão relacionadas à infraestrutura urbana nessas comunidades. Tinha uma frente que era a frente ambiental, um grupo que tratava mais da questão ambiental, departamento de meio-ambiente da FAMOB, o departamento de habitação que em 80 ganhou muita força, foi inclusive o principal mote dos movimentos aqui da cidade em 80 a luta pela terra que ganhou uma força muito grande e a forma de luta mais vamos dizer assim mais utilizada por esse movimento na época foram às ocupações, as ocupações de espaços vazios urbanos na cidade, tanto terras públicas, quanto privadas, então a ocupação passou a ser uma forma de luta muito utilizada por esses movimentos pra fazer valer o direito à moradia aqui em Belo Horizonte.

L – Sim, ótimo, e quem participava do movimento? E quais foram assim as vitórias do movimento?

AC – Olha bem, como eu te disse participava um conjunto de entidades comunitárias que lutavam por infraestrutura urbana, o departamento de habitação ele ficou mais amplo que as associações comunitárias até porque você tinha associações que comprava essa briga da luta pela moradia e outras que não queriam conflito ou confronto com o poder público instituído aí nós começamos a organizar independente das organizações locais, foram construído mais de 173 núcleos aqui na década de 80, uma parte desse movimento puxado pela Igreja Católica, que é aquele pessoal que saiu das pastorais de favelas e começou a atuar na luta pela moradia nessa lógica de produção de novas unidades, a FAMOB né que também puxou um pouco essa coisa por aí e tinha algumas entidades mais de centro-direita, como a FAVIFACO e outras que foram até estimuladas pelo poder público pra contraporem pouco a nossa, o nosso protagonismo na época.

L – Sim.

AC – Então vou dar um exemplo você tinha uma entidade que ia fazer uma manifestação aqui, contra o governo exigindo né o direito a moradia e vai por aí a fora, o que ocorria eles no dia seguinte mobilizava uma parte do movimento de apoio ao governo local, nessa lógica de tentar tirar benesses do governo, um pouco nessa linha.

L – Sim.

AC - Mas o que predominou de fato, o que marcou a vida da cidade mesmo foram as lutas organizadas em torno da moradia, daí pra você ter uma ideia na década de 80, 84,

82, 84 pra você ter uma ideia nós chegamos a ter em Belo Horizonte em torno de cento e poucas ocupações de terra, em BH e na Região Metropolitana e todas no mesmo eixo. O movimento teve muita conquista, até porque tem uns dados que são interessantes, por exemplo, você ocupava um determinado terreno, na primeira semana tinha uma repercussão grande, segunda semana pra frente ele caía no ostracismo né, imprensa não ia, o governo não dialogava, a gente começou a trabalhar a ideia de ocupar o órgão público, então nós fazíamos a ocupação, dava a repercussão necessária e quando não tinha uma resposta definitiva do governo sobre o tratamento daquela reivindicação nós ocupávamos o centro da cidade, uma secretaria, porta de prefeitura, porta de ação comunitária, Igreja São José, chegou num ponto que nós nem, nós levantamos as áreas, colocava na imprensa que as áreas estavam sem cumprir sua função social, nós ocupávamos direto sempre, porque isso dava repercussão todos os dias, enquanto durasse o acampamento aqui a repercussão era boa... Assim foram as três ocupações na Igreja São José.

L – Foram em 83 não?

AC – Foram em 84, 89, 90, nós ocupamos o centro, depois polícia veio pra cima, nós ocupamos a Igreja São José, a primeira ocupação da Igreja São José foi em 84, 85 quando nós tiramos um dia municipal de luta pelo direito a moradia, ocupamos o centro, a polícia não nos deixou ficar acampados no centro, ocupamos então a Igreja São José. Nessa ocupação ficamos quase 63 dias, quase 600 famílias, impactou a vida da igreja e era também uma tática, por exemplo, por mais que ela se posicionava favorável às lutas, não tinha muita presença física nas ocupações. Depois desse evento teve uma, acabou incorporando de forma mais consistente a Igreja Católica né e teve que inclusive pressionar o governo na época, os governos, tanto municipal, quanto estadual, para resolver o problema, na medida que estava impactando negativamente nos negócios, nos interesses da igreja católica no município.

L – Foi até bom você ter falado a questão da ação com a prefeitura, a ocupação de órgão público, qual era a relação do movimento, queria que você detalhasse um pouco mais, com a prefeitura de Belo Horizonte, as tensões, como que a prefeitura recebia essas ocupações?

AC – Olha naquele período você tinha uma, uma proposta de modelo de gestão concentrada, tudo estava concentrado na 1212, você não tinha as administrações regionais, elas não funcionavam, você tinha a do Barreiro, que era uma peça figurativa,

não tinha função real objetiva. Em 93 quando o Patrus assume a prefeitura de Belo Horizonte, ele reforça a descentralização administrativa e reforça inclusive propondo o orçamento participativo na lógica regional né. O que acontece antes desse modelo democrático, você tinha o modelo centralizado e toda demanda aqui na 1212, o conflito era direto aqui.

L – A 1212 era o que?

AC – A prefeitura aqui de Belo Horizonte, Afonso Pena 1212.

L – Ah Afonso Pena 1212.

AC – Ali tudo passava por ali, pra você discutir COPASA passava por ali, você ia discutir abertura de rua era 1212, tudo muito concentrado, não tinha administração regional, não tinha nada disso. Se por um lado o poder era concentrado, por outro ele possibilitava você construir uma ação política que o foco fosse a 1212, então você conseguia muita unidade em torno do movimento nessa linha. Com a descentralização acontece um fenômeno importante, primeiro você descentraliza, dá mais poder as regionais e ela passa a ter uma relação direta com o movimento regional em função do orçamento participativo, amplia a participação popular na base regional, conquista, reivindicações antigas começam a ser atendidas no orçamento participativo né e aí acontece um fenômeno interessante, as entidades gerais do movimento em Belo Horizonte, até porque não reciclaram, elas acabaram perdendo um pouco do papel federativo, as coisas estavam acontecendo na regional, por iniciativa do governo estava se reunindo, organizando, chamando a participação popular para a gestão municipal e isso de certa maneira tira um pouco o papel dessas entidades que naquele momento não percebeu o que estava ocorrendo, continuou inclusive com o mesmo modelo organizativo o que acabou inviabilizando a entidade enquanto entidade federativa, a FAMOB acabou por osmose, não tinha mais sentido, o movimento perde um espaço próprio de debate político, de construção comum porque, ficou regionalizado, a agenda era a agenda do governo, o movimento não conseguiu produzir uma agenda independente, autônoma do governo, inclusive para contribuir com o novo modelo de participação democrática, de controle social e com isso aprofundou um certo processo de esvaziamento das entidades gerais na cidade, basicamente foi isso.

L – Sim, tá, na década de 80 a gente teve um momento ali importante pela essa questão da habitação que foi a criação da URBEL em 83 né, a FAMOB ela participou da criação da URBEL? Como que ela via esse órgão?

AC – A URBEL ela já existia como empresa privada, de capital misto e que tinha como função cuidar dessa parte da serra do curral, e do solo lá, do minério, essa coisa toda. No governo Ferrara, no governo Ferrara, ele apropria da URBEL nessa perspectiva de torná-la um instrumento de governo que atuasse na área da habitação, focada principalmente nas vilas e favelas de Belo Horizonte, então a URBEL passou a existir e tratava especificamente dos conflitos relacionados às vilas e favelas já existentes, naquela época eram 149 vilas e favelas em Belo Horizonte, dessas 84, já delimitadas dentro de uma proposta, chamavam de zona especial 4, que era aquela ideia de você por uma zona especial na cidade que compreendia 84 favelas e a perspectiva era urbanizar e titularizar como meta, como projeto final, etc. Isso nunca ocorreu nesses governos, isso veio a acontecer a partir de 93, quando começamos a discutir os chamados planos globais e a partir dele trabalhar a ideia da infraestrutura, urbanização e titularização dessas áreas. Mas em 93 também essa área da produção de novas moradias, vai também pra URBEL, porque antes estava na mão de ação comunitária, Secretaria Municipal de Ação Comunitária, quando o governo Ferrara inclusive implantou seus primeiros programas habitacionais aqui, que era uma bandeira nacional, veio do governo federal recursos para a produção de habitação popular na época e a URBEL passou a ser esse órgão gerenciador desse recurso e implantação dessas propostas de conjuntos horizontalizados, como foi o caso do Philadelphia, Taquaril, Felicidade, Confisco, Paulo IV, quase 10.500 famílias na época foram assentadas em conjuntos horizontais, articulados pela prefeitura local com apoio financeiro do governo federal.

L – Mas e a FAMOB ela participou dessa gestão da URBEL, da criação, especificamente não?

AC – Não, ela foi chamada pra discu..., por exemplo, o governo Ferrara apesar de ser um governo de centro ele tinha um caráter muito populista, ele dialogava, ele gostava de dialogar com o movimento, chamar o movimento para conversar, uma parcela do movimento inclusive foi cooptada pelo governo, criaram a Secretaria de Ação Comunitária e levaram o principal líder do movimento de favelas para secretario adjunto, chamado Joao Pinho, como forma de né, como forma de cooptar o movimento de vilas e favelas, tinha um setor no movimento ligado mais a FAMOB que não topava

esse tipo de relação, a relação era uma relação política, não uma relação de participação no governo Ferrara e isso acabou obrigando o próprio Ferrara a agilizar, a potencializar aquilo que ele havia prometido, inclusive em campanha, que era desenvolver um programa habitacional amplo e inclusive na cidade né, mas a nossa participação foi muito na linha crítica e sempre nessa lógica de pensar a cidade do ponto de vista dos trabalhadores, dos excluídos e por aí fora e isso acabava confrontando muito com os interesses da prefeitura.

L – Sim, e a participação da FAMOB na criação desse outro marco também que é o Pró-Favela, o Pró-Sanear esses outros programas que surgiram aí de estruturação?

AC– Pois é o Pró-Favela foi em 84 né, foi um movimento que a Federação dos Moradores teve um papel importante, mas também a UTP, União dos Trabalhadores da Periferia, que já era uma bandeira antiga da UTP, inclusive era uma bandeira inclusive era uma bandeira até meio deslocada, porque eles defendiam a regularização em função das desapropriações que ocorriam, eram áreas muito nobres das favelas aqui, por exemplo, a favela dos Marmiteiros era aqui na Assembléia ia até lá embaixo. Então esse processo acabou levando a UTP a brigar muito pelo título de propriedade como forma de evitar a desfavelização de Belo Horizonte e, por outro lado, a população das vilas e favelas queriam muito era infraestrutura, porque as condições de vida, a qualidade de vida era precarizada né. Em 84 num esforço coletivo, comum tanto da UTP quanto FAMOB nós puxamos aqui a luta, foi até o governo Hélio Garcia que assumiu o compromisso e definiu essas 84 vilas e favelas de Belo Horizonte a partir de uma delimitação do território dessas vilas, como vilas do setor especial quatro, aí cria o Pró-Favela que era um programa de regularização e urbanização de Vilas e Favelas, mas que também ficou só no programa, não avançou, não evoluiu, só pra você ter uma idéia isso em 84 em 2003, em 2003 o orçamento da URBEL para atender a demanda de um quarto da população da cidade era em torno da ordem de 1 milhão de reais, 1 milhão de dólares na época. Eu lembro que no governo Patrus ele chegou já com esse orçamento definido, com essa previsão orçamentária dada, no primeiro ano de governo dele, ele conseguiu colocar 22 milhões de dólares na URBEL porque ela passou por um papel estratégico tanto nessa linha de urbanizar vilas e favelas, quanto na produção de novas moradias, ela passou a centralizar a questão da habitação no município de Belo Horizonte, foi quando nós começamos a criar inclusive um chamado Sistema Municipal de Habitação de Belo Horizonte a luz do que vinha sendo discutido nacionalmente criamos aqui um

conselho, um fundo, a política municipal, a diretriz da política municipal de habitação isso passou de certa maneira a referenciar nossa relação com o poder público municipal aqui. No primeiro ano do orçamento participativo, nós disputamos o orçamento participativo regional e acabou impactando nas regionais porque o valor dessa política social é muito cara né e aí seriam pras regionais que estavam pleiteando obra, você pleiteava 100 unidades habitacionais significava 2, 3 obras médias em determinado lugar, que tinha um impacto social também muito significativo. Então, no segundo ano do orçamento participativo, cria-se o orçamento específico da habitação, é aí onde passa a ter um foco específico, orçamento específico para moradia popular em Belo Horizonte.

L – Sim, e na década de 80 como que a FAMOB ela via então essa questão da propriedade, das remoções, do acesso a terra?

AC – Pra você ter uma ideia a FAMOB teve papel importante em algumas iniciativas em Belo Horizonte que antecederam aí, por exemplo, a questão da constituinte de 88, nós participamos ativamente de todas as lutas relacionadas à reforma urbana que foram tratadas na Constituição de 88, e posteriormente na construção do Estatuto das Cidades, onde nós participamos de fóruns tanto locais, quanto nacional nessa construção, foi feito um projeto nacional é... A princípio seria uma ideia de fazê-lo de iniciativa popular, mas acabou que o Pompeu de Souza, senador que faleceu, assumiu a proposta.

(pausa para atender o telefone)

AC - ...então o Fórum Nacional de Reforma Urbana conseguiu produzir, via CONAM, CMP, que depois foi construída, conseguiu trabalhar essa ideia né, o Estatuto das Cidades, fizemos uma bela discussão sobre direito, questão da função social da propriedade urbana, função social da cidade, essa coisa toda e conseguimos então fazer o projeto de lei né que foi apresentado por Pompeu de Souza e aprovado doze anos depois e sancionado pelo governo Lula, certo, em 2003.

L – O Estatuto das Cidades? É 2001 né?

AC – 2001, não 2001 ele foi pra pauta, Fernando Henrique vetou um monte de..

L – Dispositivos.

AC - Dispositivos e ele volta pro Congresso e depois volta pro Governo Federal, porque teve mudanças, foi o congresso quem sancionou o atual estatuto foi o Governo Lula, em 2003.

L – Sim, você acha que já, na década de 80, você acha que já existia essa visão de direito a cidade, ou era mais a moradia mesmo?

AC – Não, tinha acúmulo já, já tinha algum nível de acúmulo, por exemplo, IAB, Sindicato dos Engenheiros de Belo Horizonte, técnicos dessa área urbanística comprometida com a cidade inclusive ajudavam muito nesse processo de discussão mais crítica no direito à cidade de Belo Horizonte né, eu lembro inclusive que tinha uma figura, a Jupira!

L - Da arquitetura.

AC– Da arquitetura que teve um papel destacado, antes inclusive do governo democrático popular assumir Belo Horizonte, ela assessorava muito os fóruns de movimentos que lutavam pelo direito a cidade, era um processo, eu acho que na verdade nós começamos a acumular uma visão mais estratégica de cidade, visão mais global de cidade, quando começamos a discutir a proposta do Estatuto das Cidades né. Em 1986, 85, 86, com essa questão da habitação também, crise muito forte no Brasil, governo precisando dar respostas, começa um processo também da luta com aquele Fundo Nacional de Moradia Popular.

L – Habitação Popular.

AC – Esse foi um projeto de iniciativa popular levada pelos movimentos nacionais todos, que também obviamente contribuiu para debater essa cidade com uma visão mais ampla, então eu digo pra você o seguinte, não tinha ainda um acúmulo consolidado, mas já vinha-se acumulando uma visão, um pensamento sobre isso aí.

L – Sim, esses programas, o Pró-Sanear, o Pró-Favela, a própria criação da URBEL, você acha que foram efetivos?

AC– Olha, eles atenderam parcialmente demandas da época certo, por exemplo, o Prodecom que é bem antes de URBEL, bem antes, que era programa de Governo do Estado, que foi tentar atuar nessas áreas adensadas, consideradas as áreas informais da cidade, vilas e favelas. Então você tinha um processo de tentativa de urbanização daquelas vilas, um processo de cooperação né faziam grandes mutirões, faziam muro de arrimo em mutirão,construíram casas em mutirões, primeiro conjunto habitacional construído aqui pra você ter uma ideia, fruto da enchente de 79 em 1980, 83, 84, foi o conjunto Caetano Furquim, para você ter uma ideia todas as unidades daquele conjunto, o embrião dele, que seria um cômodo, um banheiro, telhado, janela foram feitos por

mutirão, a gente pegava finais de semana trabalhadores da construção civil nas nossas comunidades, vilas e favelas e levava em ônibus, em kombis, promovia um grande mutirão, onde a família que seria beneficiada e mais as pessoas solidárias participavam, que participou da construção dessas unidades lá, então foi uma primeira iniciativa nessa linha. Quero dizer o seguinte, todos os programas surgidos de 80 pra cá que tratam da questão da moradia popular, o que mais, vamos dizer assim, o que mais foi mais perene, o mais consistente, o que ainda está posto na ordem do dia pra nós é o Sistema Municipal de Moradia Popular de Belo Horizonte e que hoje quase faliu, o governo local, atualmente, o governo atual desmantelou, não quer fazer essa discussão com ninguém, acabou o orçamento participativo da habitação né, mas antes disso o que você tinha eram programas para atender demandas pontuais focadas em locais onde tinham movimentos organizados pressionando, aí eles iam lá e faziam alguma coisinha né.

L – Sim, e o movimento, a FAMOB e tal, como que era a estrutura, por exemplo, fazia assembleias, manifestações, como que essas formas de participação eram feitas?

AC – Você tinha todo mês o conselho da FAMOB, que eram todas as entidades filiadas né que se reuniam mensalmente.

L – Eram associações?

AC – Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas.

L – E aí que eram filiadas a federação?

AC – Exatamente, então participavam desses fóruns e aí discutíamos tudo né as lutas, os problemas, que lutas específicas, lutas mais amplas e unificadas, você tinha os departamentos da FAMOB, por exemplo, o Departamento do Meio Ambiente reunia mensalmente, o Departamento de Habitação reunião de quinze em quinze dias, depois passou a reunir toda terça-feira, toda semana em função do crescimento dessa luta na cidade, dos conflitos da cidade, então passou a ter uma, reunia toda terça-feira, o chamado Fórum dos Movimentos dos Sem Casa, ligados a FAMOB né e dali que emanava todas as orientações, vamos dizer assim, todas as decisões né, relacionadas a luta pela moradia naquele período e naquele cenário, então ocupações de terra, ocupações de órgão público, organização de grupo de base, processo de formação de algumas lideranças sobre a questão urbana, isso tudo acontecia no Departamento de Moradia da FAMOB.

L – Sim, e você falou no início a questão de que a FAMOB surgiu no processo de redemocratização...

AC – 83.

L – ...você acha que esse processo está completo, como que você vê essa questão da cidade, a questão urbana se desenvolveu bem?

AC – Olha bem, eu digo que nós demos um salto significativo, isso se você comparar década de 80 com esse momento atual, o marco pra mim desse avanço se deu em 1992 quando esse campo democrático popular ganha a prefeitura de Belo Horizonte e inaugura o modelo de gestão democrático, criando orçamento participativo, Conselho das Cidades, orçamento da habitação e não foi só no plano local, se você pegar em varias cidades do Brasil onde esse campo ascendeu, houveram avanços nesse sentido o que fez inclusive acumular mais nacionalmente o processo, que deu mais consistência inclusive pra posterior aprovação do Estatuto das Cidades, eu digo que foram avanços importantes, mas que não estão prontos e acabados, precisa avançar muito mais...

L – Claro.

AC -...nós não resolvemos o problema da questão da função social da propriedade urbana. Qual que foi o pecado do movimento, acho que continua sendo também um grande pecado do movimento, o movimento não conseguiu tratar, apesar de ter conquistado isso, ele não conseguiu tratar dos grandes eixos que versam sobre a questão da função social da propriedade e da cidade que esta prevista em lei no Estatuto da Cidade hoje. Boa parte desses instrumentos precisam ser regulamentados no plano local e pode ser por iniciativa da câmara, do próprio executivo, mas também do movimento popular. Eu tenho defendido a mais ou menos uns 8, 9 anos atrás junto aos companheiros do movimento de que era necessário a gente ter algumas políticas transversais, uma delas era essa questão da Reforma Urbana como eixo unificador da ação política do movimento, o movimento vai continuar ocupando, vai continuar reivindicado buraco na rua, mas ele precisa promover e ter um fórum próprio pra construir pensamento sobre a chamada função social da propriedade urbana...

L – Sim.

AC - ... e como você quebra esse monopólio que nós temos hoje, o nosso déficit habitacional aqui ele é menor do que o superávit que nós temos hoje de imóveis aqui no hipercentro, nós temos um déficit em torno de 40.000 unidades habitacionais em Belo

Horizonte, esse déficit quantitativo NE e nós temos mais de 75.000 imóveis hoje, sem função social nenhuma no hipercentro de Belo Horizonte, servindo como estoque de capital de empresas, pra especulação. Então há uma concentração muito forte do setor imobiliário das terras, do território de Belo Horizonte, não foi pensado, a cidade não foi pensada na perspectiva da inclusão, pelo contrario, da exclusão, hoje tem uma parcela muito significava apesar de todo o investimento já feito, tudo que já se, mas uma parcela muito grande ainda excluída da cidade formal né, se você tem vilas hoje que estão urbanizadas, que estão de certa maneira melhorou a qualidade de vida você tem uma luta... tanto que ainda precisa avançar, precisa melhorar, precisa criar essas condições né, então está muito longe ainda de ser uma cidade, vamos dizer assim, de estar completado esse ciclo que nós desejamos né, de uma cidade democrática, inclusiva e socialmente justa.

L – Isso seria a visão de reforma urbana então para a FAMOB na década de 80?

AC – Claro! A reforma urbana ela não foi feita, nós deixamos por fazê-la né.

L – Reforma urbana seria isso?

AC – Sim. Ela foi, vamos dizer assim um período na luta nossa, até por causa também do acumulo né, essa visão mais ampla de cidade, essa visão da função social da propriedade, em 80 ainda não era uma coisa tão consolidada né, mas era uma demanda real, era uma necessidade popular e em função dela tiveram muitos conflitos e a gente percebeu o seguinte a forma que nós temos aqui de ampliar direitos nessa perspectiva da moradia popular, tanto na década de 80, quanto atual na nossa visão é a ocupação de terra, a forma de luta que nós chamamos de ocupação de terra, ela ainda tá na ordem do dia né tá na ordem do dia, nós precisamos questionar os vazios urbanos que tão hoje aí sem função social nenhuma, precisamos denunciar o grau de concentração de imóveis edificados na cidade hoje, enfim tem muita injustiça social ainda.

L – Tem demais, a FAMOB ela tinha ligação com algum partido político, não?

AC – A FAMOB era uma entidade da sociedade civil que tinha gente de tudo quanto é jeito lá né, tinha gente do PT, PCdoB, PMDB, até do antigo PFL, tinha um cara que era vinculado há um político do PFL, mas era uma liderança local, tinha um papel destacado e participava desses fóruns, mas era uma entidade supra partidária.

L – Sim, só pra finalizar então, tem alguma outra questão que você lembra da década de 80 mais importante que talvez tenha passado, da FAMOB, da atuação da FAMOB?

AC – Não, eu quero só pra finalizar dizer o seguinte, 80 foi um momento histórico da luta pelo direito à cidade, com uma pujança muito grande, tanto nos assentamentos já existentes, vilas e favelas que lutavam por infraestrutura urbana e melhoria de qualidade de vida, quanto a luta dos moradores de que pagava aluguel, morava de favor, morava em área de risco, que era a luta pela moradia, que defendia a construção de novas moradias para esse setor. Ele de certa maneira pautou o governo naquela época né, teve um papel importante, o movimento conseguiu ter um fórum próprio e formular politicamente naquele período e você tem depois você tem uma puta conquista na cidade, a instalação do governo democrático popular, mas, e assim que contraditoriamente acabou esvaziando o movimento, e eu não digo nem que é culpa do governo não, ou do modelo de gestão não, acho que é mais da nossa compreensão que estávamos à frente do movimento naquele momento, da necessidade de pautar essa nova realidade colocada com o governo novo que se instalou. Primeiro a descentralização né porque você passou a ter grande parte das demandas descentralizadas no plano da regional, o processo de participação civil pela mobilização principalmente do governo que queria essa participação, legitimar o modelo de gestão a partir da participação popular, então criam fóruns onde o governo chamava, o governo discutia, isso acabou eliminando também os fóruns próprios do movimento, então o movimento pegou, nesse novo momento ele teve algumas debilidades que acaba impactando negativamente na sua condução, que é primeiro não ter agenda própria do movimento né e ficar só pautado pelo governo, então é preciso ter um espaço de elaboração e de construção dos seus caminhos e isso nós perdemos aqui. Segundo, nós não nos apropriamos das conquistas institucionais que nós tivemos no plano federal e no plano local, precisávamos retomar isso, que são as lutas transversais desse movimento, que podem inclusive se tornarem bandeiras unificadoras desse movimento daqui pra frente, em torno da luta pela moradia, em torno da luta pelos espaços coletivos da existência humana nos territórios urbanos. Então assim, eu finalizaria dizendo o seguinte, foi grande a contribuição de 80, ela resultou em conquistas sociais posteriores, mas vivemos esses conflitos e essas contradições, na forma de gestão, o movimento não reciclou, perdemos a capacidade de elaboração, estamos pautados sim pelo governo, e, mesmo os movimentos hoje, como é o caso de algumas ocupações que ocorrem hoje em Belo Horizonte, que são legítimas, precisam ocorrer, acontecer, elas não conseguem ser um polo aglutinador, um polo unificador desse movimento, pelo contrario o governo usa inclusive essa fragilidade no sentido de justificar uma ação arbitrária de

desapropriação alegando que lá é pra trabalhador de baixa renda, colocando esse conflito entre o próprio interesse do próprio trabalhador...

L – Certo.

AC– ...sem essa visão critica, tanto do movimento, quanto do trabalhador, eu penso que a superação disso tá na nossa capacidade de começar a pensar de forma mais estratégica e de política né, pensar mais politicamente na nossa construção do ponto de vista do direito à cidade, beleza?

L – Ótimo.

## **ANEXO II.2**

### **Transcrição de entrevista com Emely Vieira Salazar.**

Data: 04/11/2014

Transcrição 141022\_001

L – Bom Emely,então qual o seu nome completo primeiro?

E – Emely Vieira Salazar.

L – Sim e você então fez parte da Pastoral de Favelas, na década de 80?

E –Sim, fiz, eu fui uma das organizadoras do movimento aqui em Belo Horizonte.

L – Sim, ai eu queria então que nessa primeira parte se você pudesse falar um pouco de como surgiu o movimento, qual eram os objetivos da Pastoral de Favela?

E – O movimento surgiu da própria necessidade dos favelados se organizarem né a gente tinha conhecimento com algumas lideranças, a partir da Igreja né, que a Igreja sempre trabalhou com os marginalizados, com os mais pobres né, então nós nos organizamos né, um grupo que foi se ampliando e tínhamos núcleos em algumas favelas de Belo Horizonte.

L – Sim e qual que era o objetivo do movimento?

E – O objetivo era organizar mesmo o favelado, que a principal demanda deles é moradia né, pra eles conseguirem a moradia, conseguirem que as favelas fossem urbanizadas né, era todo nesse sentido de melhores condições para os moradores das vilas e favelas.

L – Sim, e qual que era a forma de atuação do movimento para conseguir esse objetivo?

E – O movimento a gente se reunia uma vez por semana, inclusive no salão da própria diocese da Igreja né e tínhamos núcleos...

L – Da Igreja São José?

E – Não, não, é da Igreja de Belo Horizonte, lá na praça da Liberdade, junto ao bispado, que eles cederam pra gente a sala.

L – Sim, sim.

E – E nós trabalhávamos empoderando né as lideranças, deles tomarem consciência, que é um direito deles, que é um direito humano ter moradia, ter condições de vida, então nós trabalhávamos nesse sentido deles saberem dos direitos deles, que não é favor eles reivindicarem que os poderes públicos tem dever de criar condições né, então a gente fazia esse trabalho e também junto ao poder publico né, a gente fazia esse trabalho, fazíamos um congresso uma vez por ano, era bem organizado e atuante o movimento sabe.

L – Sim, e quais foram as vitórias que você acha que o movimento teve nesse processo?

E – Nós conseguimos que a lei de urbanização de favelas, nós conseguimos com Tancredo Neves.

L – Não foi no caso da lei do PRÓ-FAVELA, não?

E – Lei do PRÓ-FAVELA.

L – Que foi a lei municipal então né?

E – Foi uma lei municipal, é.

L – Isso ai que eu queria também perguntar, você acha então que houve participação do movimento na criação do PRÓ-FAVELA, do Pró-Sanear?

E – Claro que foi!Exigência do movimento, foi pressão sabe, foi uma vitória do movimento.

L – Como que se deu isso?

E – Deixa eu me ver se eu em lembro como que se deu isso né? O movimento foi a gente insistindo né e ai o governo, até que eu chamava de certidão de nascimento da favela...

L – Esse PRÓ-FAVELA?

E - ...é, que concedia né o título de posse em algumas vilas né, começou lá na CEMIG no Barreiro.

L – Na Vila CEMIG, no Barreiro.

E – Primeiro na Vila CEMIG.

L –Então houve participação nos debates do PRÓ-FAVELA, dos favelados...?

E – Sim, foi uma grande conquista, sabe.

L – Sim, sim, e qual que era a relação do movimento com a prefeitura de Belo Horizonte? Tinha alguma relação direta?

E – Não, não tinha uma relação direta não né, tinha pressão.

L – Sim, era mais pressão essa pressão do movimento para conquistar os direitos ali.

E – é, é, é.

L – E quanto um outro ponto que eu queria perguntar, se você lembra, se houve participação do movimento na criação da URBEL, porque a URBEL também foi criada na década de 80?

E – Eu não me lembro disso não.

L – Não, é?

E – A URBEL foi em 80?

L –é 83.

E – Eu lembro a URBEL, tinha contato, mas não houve não.

L – Não é?

E – Não.

L – E você lembra assim qual que é relação depois da Pastoral de Favelas com a URBEL, porque foi o órgão também que foi responsável por empreender ai também a política habitacional.

E – Não tinha assim uma relação oficial.

L – E como que o movimento via a questão da propriedade, do acesso a terra, dos despejos, que era também uma questão premente na época?

E – Como via o que?

L – A questão da propriedade, do acesso a terra, das remoções, que era uma questão central também das remoções forçadas né.

E- Bom a gente lutava contra as remoções né, nós resistíamos, nós tinha um advogado que trabalhava no movimento e quando tinha remoções, eu lembro na Avenida Sanitária, ali na Pompeia né, ele foi pra lá parou os tratores.

L – Você lembra qual advogado?

E – Arutana Comério.

L – Arutana Comério?

E – Arutana é, ele era advogado da Pastoral né, então ele ia enfrentava, ia fazia um movimento né, ele era muito valente, muito...

L – Quando tinha uma remoção ele..?

E – Nós íamos, reunia o pessoal, resistia né.

L – Entendi e você acha que, por exemplo, esse programa PRÓ-FAVELA ele foi um programa efetivo, que ele de fato contribuiu?

E – Enquanto funcionou né, hoje eu não tenho ideia do que aconteceu

L – Sim, mas na época?

E – Mas na época a gente fazia assembléias, explicava, a gente vivia reunindo e explicando o que era o PRÓ-FAVELA, o direito que eles tinham, que tinha que cobrar e tal e fazia toda a movimentação né.

L – Sim, houve então reuniões, assembléias, manifestações de rua em torno desse PRÓ-FAVELA, passeatas?

E – Passeata eu não digo não, a gente fazia mais era assembléia nas vilas reunia o pessoal pra explicar que que era o direito que eles tinham, que eles tinham que resistir, que tinha que ir atrás sabe.

L – E discutia o PRÓ-FAVELA também?

E – Discutia o PRÓ-FAVELA, principalmente discutia o PRÓ-FAVELA né, ah fiz muita reunião por essa Belo Horizonte a fora.

L – Nas favelas todas né?

E – é.

L – Mas você é daqui mesmo de Belo Horizonte, não?

E – Eu sou nascida do Vale do Jequitinhonha, mas estudei, moro aqui.

L – Mas você é religiosa?

E – Sou, eu sou militante da Igreja Católica.

L – Sim, mas você é ligada a alguma ordem, congregação, não?

E – Não.

L – é leiga?

E – Sou leiga.

L – Ah você é leiga e ligada a Igreja Católica?

E – Sempre fui.

L – Sempre, ótimo. Queria perguntar também o seguinte que os movimentos de 80 também falavam da questão da reforma urbana que era essa nova forma de ver a cidade, como que o movimento participou dessa reforma urbana, como que você lembra mais desse período de atuação de reforma urbana, de transformação da cidade?

E – Bom, as favelas elas são urbanas, então a Reforma Urbana supõe o respeito às favelas né, então nosso princípio era e é esse, porque via-se como a favela uma coisa a ser descartada, porque ela é atrapalha, enfeia a cidade né, e nós sempre lutamos que a favela ela é urbana, ela tem que ser incluída, a reforma urbana tem que contar com a presença da favela né.

L – Claro, sim, é você falou que o movimento fazia alguns congressos, como que era isso? Em torno de um tema único? Era anual?

E – Anual né, a gente discutia o que achavam que devia ser, eu me lembro que isso era um dos últimos congressos né, a gente assim “qual que é o problema, qual que é o tema?” ai um favelado falou assim: “uai a doença do favelado”, não, como é que ele falou, porque a gente estava discutindo a saúde né, discutia a saúde do favelado, assim: “mas a doença nossa é a favela, a própria doença nossa é a favela né”, então o tema foi esse, a saúde na favela, pegava um tema que envolvia sempre a questão da favela né. Costumávamos fazer ali no Colégio Santa Maria né.

L – No Floresta?

E – é então mobilizava gente...

L – E reunia muita gente?

E – Muita gente, muita gente, vinha gente das vilas todas.

L – Sim, e vocês articulavam com outros movimentos da cidade?

E – Não.

L – Era mais a pastoral mesmo?

E – Era a pastoral mesmo.

L – E quem que eram mais assim os líderes da Pastoral de Favelas?

E – Padre Piggi né.

L – Padre Piggi que atuou muito ai né?

E – é...Padre Piggi, tinha o Chico Nascimento que era uma grande liderança.

L – Ele era de favela?

E – Favelado.

L – De onde você lembra?

E – Era da Pedreira Prado Lopes.

L – Chico Nascimento.

E – é, ele era o presidente da UTP que era União de Trabalhadores das Periferias, um cara muito inteligente, muito competente, uma liderança assim que você não tem noção...

L – E ele está vivo, você sabe?

E – Ele morreu, há pouco tempo.

L – Morreu Chico Nascimento.

E - O Filipe Cupertino que era lá do Barreiro, tinha o João Pio que era aqui da favela da Serra, eram lideranças que mobilizavam sabe.

L – João Pio também?

E – João Pio e Chico Nascimento, Chico Nascimento era um cara muito inteligente ele entendia de lei, discutia com qualquer autoridade e era um semi-analfabeto.

L – Interessante. E qual que era a relação da Pastoral com a própria Igreja, com a Arquidiocese? O bispo era o Dom Serafim?

E – Dom Serafim. Todo apoio né, tinha todo apoio.

L – Ele apoiava então a pastoral veemente?

E – é.

L – E ele, você lembra dele atuando com o movimento de fato, contra as remoções, indo nas favelas?

E – Quando precisava a gente ia lá e ele apoiava, ele falava assim, oh vocês que tão mexendo o que vocês falar tá certo, ele dava todo apoio e confiava né.

L – Sim e vocês chegaram a apoiar alguma ocupação assim diretamente na cidade, eu digo assim, além de uma favela já pronta?

E – Ocupação não, nós nunca apoiamos ocupação, a gente apoiava era contra a remoção.

L – Sim. Vocês não tinham então a pratica de ocupar de fato com o povo?

E – Porque ocupação é uma coisa agora mais recente, que é organizada, que os movimentos organizam ocupação né, faz levantamento, reúne e pá, vai lá.

L – Sim, é nessa época de 80 não era tão, os movimentos então não tinham essa pratica, nem mesmo a UTP, não tinha essa pratica de ocupar um terreno vazio, ocioso não né?

E – UTP não.

L – Não, ótimo, e você lembra assim quais eram as tensões com a prefeitura? A prefeitura condenava o movimento?

E – Nem lembro quem era o prefeito na época.

L - Você lembra de algum prefeito que ia pro enfretamento com a Pastoral?

E - Não num tinha isso não.

L – Tá e as ocupações da Igreja São José? Pastoral de favelas, eu li esses relatos, não sei se a senhora lembra, do movimento sem teto ocupar ali a porta da igreja São José e ficar lá acampado...

E – Quando?

L – Isso em 80, depois da época das enchentes, também.

E – Sem teto?

L – é, na Igreja São José ali.

E – Lembro não, é o pessoal das enchentes né? Pessoal que ficou desalojado né?

L – Sim, teve algumas enchentes grandes em 80.

E – Teve, teve, quer dizer a gente sempre apoiou o pessoal que tá sem teto, que foi despejado, que a chuva derrubou, nós sempre apoiamos né, pra pressionar a prefeitura pra dar teto, pagar aluguel, dar um jeito né, isso nós sempre fizemos.

L - E você lembra nessa época a prefeitura, que que eu ia te perguntar mesmo, é se esses programas, PRÓ-FAVELA, por exemplo, se algum desses movimentos, alguém da pastoral, por exemplo, depois foi trabalhar com o governo você sabe, com a URBEL?

E – Do meu grupo ninguém.

L – Pastoral de Favelas não né, trabalhar depois pro governo?

E – Não, e eu sou contra né.

L – Sim.

E - Porque os movimentos foram todos cooptados.

L – Os movimentos aqui da década de 80, todo mundo foi trabalhar pro governo, você lembra como se deu isso? Quem que participou?

E – Eu não sei se bem em 80 não né, mas até hoje né.

L – Até hoje?

E – Até hoje, é como a gente fala, tem que falar assim baixo, mas a igreja hoje é o braço da prefeitura né e eu sou contra, sabe, todo mundo foi cooptado, todo mundo foi trabalhar. O projeto a prefeitura paga o projeto e a igreja faz as coisas, se da certo é a prefeitura, se deu errado é a Igreja.

L – é a Igreja.

E – Mas eu não trabalho assim, então um problema serio isso né.

L – Não, claro, não é eu acho que é isso um pouco do que eu queria conversar com você, tem alguma coisa que você lembre que queria colocar mais, não, sobre a pastoral?

E – Você sabe como é que a pastoral acabou?

L – Como?

E – O PT acabou com a pastoral.

L – Serio?

E – Foi.

L - A criação do PT ou o PT aqui de Belo Horizonte?

E – O PT aqui.

L – A administração publica você diz?

E – Não, as lideranças, o PT, porque o movimento da Pastoral de Favelas, tava um movimento grande e ai eles começaram a infiltrar, porque eles são assim competentes, lideranças competentes, chegaram, pediam as palavra, e começou a propor coisa e a cooptar.

L – Cooptar as lideranças e você lembra mais ou menos que ano?

E – Quando foi gente?

L – Essa inserção do PT dentro do movimento? Na década de 80 ainda?

E –é, por ai.

L – Logo depois da criação, a UTP foi criada ali na década de 80, na redemocratização.

E – Foi por ai.

L - Ai já no meio dessa criação do PT eles já começaram.

E – Me lembro o Mares Guia né ia pra reunião da gente sabe.

L – Walfrido?

E – Não, o João Batista.

L – Ah o João Batista!

E – Eu era muito amiga dele, ai ele começou a ir pras reuniões né e assumir, propor coisa né e ai foi virando aquele negocio que deu mais né.

L – E você lembra dessa atuação essa transição, pra democracia da ditadura? Porque a Pastoral surgiu ainda era ditadura né?

E – é

L – E como que era um pouco essa atuação na ditadura e depois o movimento participou desse processo da redemocratização?

E – Quer dizer a gente atuava, ainda assim com muito medo né, é com muito cuidado, porque havia sempre aquela pressão né, tá sendo vigiado, tá isso, tá aquilo, mas tava na fase já de redemocratização né, então a gente começou a colocar as manguinhas de fora, a própria Pastoral já foi uma coragem né da gente organizar movimento popular né.

L – Sim, sim, exatamente, já nesse bojo da redemocratização.

E – Eu tinha acabado de sair da cadeia né possível que você já vai de novo.

L – é mesmo você foi presa pela atuação política?

E – Eu fui presa dois anos e quando eu sai né a minha primeira atuação já foi a Pastoral de Favelas, mas foi tudo bem sabe.

L – Ah ótimo, é isso ai, muito obrigado.

E – Eu não sei se eu pude ajudar, por eu não lembro muito assim de data, muita coisa.

L – Ajudou, ajudou muito, pra mim muito importante entrevistar os personagens de quem tava de fato atuando aquela época né.

E – Uhum, e eu muito amiga do Piggi, nós dois continuamos acreditando (risos).

L – Sim, eu tive entrevistando o padre Piggi, e tive também com ele atuando mais diretamente nessa luta, não sei se você sabe, do Isidoro, ele foi lá em algumas reuniões, que eu estou acompanhando lá o Isidoro, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitoria, ai eu conversei com ele, fui lá depois entrevista-lo também.

E – é nas reuniões que a gente ia né, com a prefeitura, aqueles negócio todo, ele ia, mas eu ficava horrorizada por que ele falava na cara do povo, vocês não podem, num sei o que, e ai muita gente fica assim, ah que o padre Piggi ele é isso ele é aquilo, eu assim eu adoro o padre Piggi. Ai me lembro uma vez que ele foi preso, numa dessas invasões ai, ai o bispo “gente segura o padre Piggi, volta e meio ele vai preso”, e ele falava assim “eu não uai, eu to com o povo, se o povo vai preso, eu vou também”.

L – Claro.

E –E a policia “não sai senhor, sai”, ele “não, eu também vou, onde o povo tá eu também to” e ai ele ia pra cadeia e eles ia atrás do Pigggi, que que eu faço com o padre Pigggi, uai onde o povo tá sofrendo ele tá também uai, e ele não saia, policia chegava e ele falava “você pode me trancar, mas eu não vou largara o povo aqui não, muito autentico!”

L – (risos) ótimo!

### **ANEXO II.3**

#### **Transcrição de entrevista com Antônio Leandro Barbosa.**

Data: 01/10/2014

Transcrição 140804\_002

L – Bom, a primeira questão queria perguntar o seu nome completo só pra gente registrar.

A –Meu nome é Antônio Leandro Barbosa.

L – Barbosa?

A – Isso.

L – Sim. Bom Antônio Leandro ai eu estou com um pequeno roteiro aqui, mas a ideia é a gente ir conversando mesmo de forma mais solta pra gente chegar ai... Na realidade a gente vai falar então sobre a UTP - União dos Trabalhadores de Periferia, e ai eu queria saber um pouco sobre como que surgiu o movimento, quais eram os objetivos da UTP?

A – Olha eu vou te dar um panorama do que eu conheço da década de 80 pra cá, né?

L – Sim.

A - Com relação à União dos Trabalhadores de Periferia, a UTP, porque ela surgiu exatamente quando estava mudando o regime né, regime militar para o regime democrático, quando nós começamos a receber as associações comunitárias né, encaminhar as associações, fazer alguns movimentos no sentido de suspender as desapropriações, os despejos que havia na cidade, tanto do lado da Prefeitura como do Estado né. E, fizemos varias ações junto com o governo do estado pedindo a suspensão de despejo, nós temos aqui um exemplo dessa época da Vila Atila de Paiva que tinha mais ou menos em torno de 250, 300 moradores para serem despejados naquela ocasião

né, então a UTP teve um papel muito importante juntamente com o Movimento Popular Comunitário né, foi um dos movimentos mais articulados, mais fortes, que o Brasil já teve em relação às áreas urbanas né dizendo assim, que nós conseguimos inclusive na suspensão desse despejo nós conseguimos fazer uma manifestação chamando as entidades de base que eram as Associações Comunitárias, trazendo o povo pra rua né, eu lembro que nós invadimos o Parque Municipal de frente aquele teatro, o Francisco Nunes, botamos mais de 7.000 pessoas na ocasião, forçando a barra com o Prefeito e o Governador para sancionar a lei do Pró-Favela né, que hoje é a lei que dá sustentação as vilas e favelas de Belo Horizonte e que faz o município reconhece-las dentro do contexto da cidade né, que é de interesse social.

L – Sim.

A - E logo ai pra frente já começamos a conseguir alguns recursos para melhorar a urbanização né, melhoria de becos, colocação de água, de luz, mas o movimento continua forte e foi mais ou menos no final da década de 80 e inicio da década de 90, por ai que o movimento começou a diminuir as forças, as associações, as entidades gerais começou a perder a sua representatividade né, as suas funções dentro da cidade porque naturalmente o prefeito já começou com o problema do orçamento participativo, deixou já de acompanhar as associações, de receber as associações e as entidades gerais, ai era diretamente com o presidente da associação e juntamente lá criando o núcleo com força pra disputar as obras nas comunidades.

L –E quem que compunha esse movimento, como que ele surgiu, de quem que foi a ideia de criar a UTP, quem que participava, quem que eram as lideranças da UTP?

A – Então nós temos nomes de lideranças muito interessantes, importantes, vamos dizer, vamos aqui listar algumas delas, Padre Lage que já faleceu né, depois vem o Chico Nascimento que também já é falecido, ai vem o Vicentão né que era um advogado que nos acompanhava, e Felipe Cupertino e vários outros que talvez eu não me lembro né que veio lá mesmo, que era o resto dos companheiros que veio lá do regime militar, porque na verdade a UTP antes de chamar UTP, chamava União né, acho que é Federação dos Trabalhadores de Vilas e Favelas, um negocio assim, na caçada dessa entidade voltou a ser União dos Trabalhadores né, pra gente poder continuar o trabalho, na verdade a UTP começou a se reerguer lá dentro do regime ainda né, depois quando abriu o regime democrático né ai que ela expandiu mesmo junto com

as entidades, ela era praticamente uma associação, uma entidade que ela representava as associações junto com o prefeito.

L- A UTP fazia esse papel?

A – A UTP fazia esse papel né, fazia esse papel também de organizar as eleições nas vilas e favelas né, quase todo final de semana a gente tinha 4,5, 6 eleições, com uma disputa muito forte nas bases, entendeu, 4,5,6 chapas e a UTP estava lá organizando esse movimento, era uma coisa bonita viu Luiz,eu acho que talvez eu vou ate sair um pouquinho do que você quer saber.

L – Sim, pode falar.

A - Eu acho que nós perdemos, estamos perdendo, o Brasil está perdendo, a cidade está perdendo isso traz o povo, o povo não sabe o que faz, a quem procurar, porque na verdade as associações virou conforto, orçamento participativo né, então eu acho que deveria ter as duas, acho que deveria ter as associações articulando junto com as comunidades para ter um orçamento participativo forte, coeso e realmente populoso, entendeu?

L – Sim, você citou a questão da pressão e da prefeitura, qual que era a relação da UTP com a prefeitura de Belo Horizonte, quais as tensões que existiam aí?

A – Bom, na verdade vamos dizer o seguinte a UTP nessa época era uma entidade na década de 80, mais lá pros anos de 87, 88, era uma entidade bem paternal junto com a prefeitura, a UTP tinha o poder de subir com o prefeito e indicar obras né, o que não é muito legal, não é uma coisa boa né, aquela liderança que era bem identificada com o prefeito e com a UTP, ela era a comunidade que levava a obra, né?

L –Isso bem no inicio da UTP já era assim?

A – Não, igual eu estou te falando, foi no ano de 86 em diante, entendeu?

L – Sim.

A – E aquela diretoria que não tivesse uma boa, um bom relacionamento com o prefeito, naturalmente não era um bom representante das Associações, entendeu?

L – Entendi, a UTP ela tinha alguma relação com algum partido político?

A – Tinha, tinha. Quando eu assumi a associação, a UTP em 87, eu entrei como um cara de centro esquerda, mas não esquerda, eu era um cara progressista, eu não aceitava as

condições que a diretoria estava lá, que era ligado a UB, você entendeu, inclusive nessa eleição minha eu consegui né derrubar um pouco dessa hegemonia que a UTP tinha nessa época com esses partidos e com esses nomes, não vou citar os nomes, mas era assim.

L – Entendi, e, avançando um pouco aqui na entrevista, você avalia que houve alguma participação da UTP na criação da URBEL, que a URBEL foi criada ali né já acho que em 83 como órgão para tratar de política urbana, o movimento teve participação nisso, como ele via a URBEL?

A – Olha, teve, teve, tanto que, a UTP teve tanta força com as lideranças que inclusive chegou a indicar nome.

L – Pra presidência?

A - Pra presidência da URBEL, chegou a indicar o nome, entendeu e na época foi acatado e interessante uma coisa, que na época da opressão militar nós tínhamos uma empresa que chamava CHISBEL, CHISBEL que ela chamava.

L – Antes da URBEL.

A – Antes da URBEL, era uma entidade que chegava e jogava no chão, passava trator em cima, igual nós temos o caso de uma vila muito antiga aqui no centro, que era aqui na Ponte do Perrela e que ali era grande, nós cansamos de tirar gente ali nadando no esgoto, tirando morador dali, mas nem por isso precisavade fazer o que foi feito, colocava pessoal no caminhão do Exército entendeu? E levavam lá pro Palmital, sem a nossa aceitação, sem assim a conversa com a UTP que a UTP já existia, mas ainda não podia ainda né, mas foi aquela favela, aquela vila ali era uma vila grande foi terminada assim, a base de opressão né, sem obra pra recuperar nem nada...

L – A vila aqui do Perrela?

A –A Vila Ponta Porã.

L – Ponta Porã?

A –Exatamente, aquela vila ali ela vinha cá na ponte.

L - Então ela era maior do que hoje né?

A – Ah era, ali tinha uma vila que deviria ter na media uns 3000 moradores cara.

L – Parte dela foi removida para o Palmital? Para se fazer uma obra ali?

A – Então, não num foi feito obra não, hoje você vê ali uma igreja bem na ponta, pra você ter uma ideia a vila vinha ate ali, na ponta da Contorno com as Andradas.

L – Sim.

A – Entendeu? E ali tem hoje uma grande igreja. Depois tem um prédio e logo na frente tinha um terreno do América né, que se transformou num shopping né e ai ficou os nossos moradores, companheiros lá nos predinhos ao redor e um pequeno moita de casinhas lá da vila.

L – Mas foi a URBEL que fez essa remoção?

A – Não, foi a CHISBEL.

L – Foi a CHISBEL e como que a UTP via a URBEL?

A – A UTP nessa época era uma defensora assim papo amarelo mesmo com relação às ações da CHISBEL né, porque a CHISBEL já ia com a policia, com o Exército, tudo pra cima quando eles queria o despejo foi ai que entrou a UTP, nós tínhamos despejo na maioria das vilas, e era despejo coletivo, se não era a UTP naquela época se erguer e ir pra rua nós tínhamos perdido, por exemplo, metade do Alto Vera Cruz, uma boa porcentagem das Vilas da Serra, dessas mais embaixo, mais próximas da Contorno né, algumas vilas importantes no Barreiro, lá que tem um bom numero de pessoas, Venda Nova, então era assim, um despejo coletivo, então a nossa entrada, a ação que nós pedimos ao Governo do Estado também foi coletivo, suspensão coletiva, né.

L – Sim, mas ai a UTP então ela pressionou pra URBEL ser criada? Pra essa CHISBEL então nesse caso...

A – Pressionamos pra ser criada, achamos que a URBEL seria ali naquele momento uma empresa, que tinha como era empresa mista né, ela poderia ter um bom desempenho dentro das vilas e favelas de Belo Horizonte.

L- Evitando remoções...

A – Exatamente, e ai inclusive os conjuntos populares que tinha nessa época já tinha.

L – Sim e você citou um tempo atrás aqui o Pró-Favela né, houve participação da UTP na criação da lei do Pró-Favela, ou então do Pró-Sanear que também foi um outro programa dessa época, como foi isso?

A- Olha você falou do Pró-Favela, a coisa mais interessante, já existia uma lei no município, mas eles nunca conseguiram, você entendeu, tinha um decreto, eles nunca conseguiram que aquilo se tornasse lei, nunca, aí com a pressão, através da UTP, nós descobrimos que tinha esse projeto era só o Prefeito funcionar ele.

L – Tinha um projeto que falava do Pró-Favela?

A – Exatamente. Aí esse projeto ele veio mudando né, teve várias mudanças né, várias coisas, aí veio o PNI com um monte de coisa que vem integrando né essa lei e vem dando uma série de melhorias dentro das comunidades, talvez algumas melhorias a gente perde, outras a gente ganha, mas foi preciso fazer isso.

L – Então a UTP então ela participou desse processo do Pró-Favela, como se deu essa interferência da UTP?

A - A lei do Pró-Favela, inclusive nós tivemos que fazer algumas pressões na Câmara, algumas emendas que alguns vereadores faziam, sabe, logo no início, aí eu lembro uma vez que nós colocamos, lá na Câmara, nós tínhamos mais de 800 pessoas para entrar lá, eu lembro que nós fomos barrados na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, que nós não podíamos entrar mais do que 750 pessoas, porque a Câmara, naquela época, não sei se até hoje, ela só comportava 800 pessoas no plenário dela e pra exatamente pressionar que as leis num saísse, igual alguns vereadores queriam fazer lobby com consultoras né, com grandes imobiliárias aí, querendo os terrenos delas valorizassem mais pra frente, a gente teve que fazer essa pressão em cima.

L – Pra aprovar...

A –Pra aprovar ela de acordo com a segurança da terra.

L- Sim.

A – Entendeu?

L – Entendi. Era um ponto importante esse que eu queria perguntar, como que a UTP via a questão da propriedade, da segurança da terra, do acesso à terra, das remoções?

A – A UTP ela tinha, lá trás, bem lá atrás, ela tinha uma política que ela dizia o seguinte, nós queremos que dá o título de propriedade, do jeito que esta, sem organizar, do tamanho que o terreno seja, que a pessoa recebesse, tivesse um terreninho fazia a titulação da terra. Mas enfim a UTP sempre trabalhou, o forte da UTP foi em cima do título de propriedade, você entendeu? Inclusive algumas vilas de Belo Horizonte tem né,

como a Vila Leonina tem o título de propriedade, tem uma outra aqui em Santa Efigênia, a Pedreira ali tem um título de propriedade que é da época da UTP, você entendeu, então tem algumas coisas daquela época ainda.

L – Sim e você avalia que o Pró-Favela, a própria criação da URBEL, que esses programas eles foram efetivos, esses marcos?

A – Olha eu acho que eles foram efetivos sim, porque na medida que foi possível o município investir nessas áreas né, porque deu elementos pra fazer convênios, projetos, então isso numa forma geral deu um efetivo sim, pra ela melhorar.

L – Então ela, esses marcos eles ajudaram a aumentar a segurança da posse?

A – Com certeza, com certeza.

L – Certo.

A – Porém, ela atrasou e hoje a URBEL tem executado algumas obras que ela tira as pessoas pagando simplesmente a benfeitoria né, se isso tivesse desencadeado com mais agilidade hoje poderíamos ter obras lá, mas os moradores poderiam estar saindo com um valor bem mais alto, com mais condições dele morar na região que ele esta sendo retirado, removido.

L – Isso se a política que vocês defendiam naquela época ela fosse de fato...?

A – Se ela de fato tivesse sido seguida, ela não foi seguida, por isso que eu falo com você o não seguimento do movimento comunitário junto com as entidades gerais e ai eu vou citar também uma entidade que nós tínhamos como irmã que é a FAMOB né, que era uma entidade que tinha uma força muito grande também...

L – A FAMOB já existia?

A – Não, a FAMOB existiu depois.

L – Depois da criação da UTP.

A – Exatamente. Eu acho que nós já estaríamos muito mais avançados com relação ao título de propriedade, porque acomodaram né, só se cuidam em fazer a obra do orçamento participativo, ou então Vila Viva, mas se esquece de dar o título de propriedade, os próprios apartamentos que estão sendo construídos, tem conjuntos ai que tem sete, oito anos e nem falam de dar escritura pra esses companheiros que moram lá, você entendeu?

L – Sim, Vila Viva né?

A – O Vila Viva.

L - Que era uma promessa da prefeitura de regularizar em dois anos.

A – Exatamente, no prazo de dois anos.

L – Entendi, então você avalia que houve uma política de inflexão da URBEL que não se observou então que a UTP pressionou naquela época, reivindicando do órgão.

A – Mostrou e é muito claro a gente sentir que a pressão de não seguir os movimentos, as entidades gerais, exatamente pra, por esse motivo, de não ter pressão em cima do título de propriedade, de regularização do terreno, onde moram, esta localizada as vilas, você entendeu? Porque as duas políticas podiam ter andado juntas, porque uma avançou e a outra acomodou, porque que a outra acomodou, porque a outra depende de pressão, o título de propriedade só vai acontecer o dia que tiver pressão em cima do Prefeito, senão ele vai cuidar só de obra.

L – Sim, isso que eu ia perguntar pra você, como que o movimento se articulava nesse sentido, reunião, manifestação, como eram as formas de participação que o movimento estabelecia pra atingir esse objetivo?

A – Nessa época era uma época difícil porque ninguém quase tinha veículo, tinha um carro de som né, o negócio ou era no telefone ou era a gente mesmo andando dentro das comunidades, indo pras vilas, através das associações, a associação era o nosso ponto de partida você entendeu, que o presidente da associação tinha reunião ou semanal ou de quinze em quinze dias. Então os comandantes da UTP, as pessoas que estavam dentro da diretoria, se espalhavam e ia um pra uma reunião outro pra outra e lá transmitir o recado você entendeu, o convite daquela reunião, o convite daquela pressão que nós íamos fazer, daquela manifestação você entendeu, então isso se dava exatamente através das associações de base por que tem que começar lá, não adianta a gente começar daqui pra lá, principalmente hoje, viu Luiz, hoje está pior ainda nesse sentido, entendeu?

L – Sim, e quais que eram as formas de pressionar a prefeitura para as demandas? Vocês faziam que tipos de atos?

A – Olha nós descíamos com faixas, com cartazes, muita gente, nós carregávamos era muita gente mesmo entendeu, era muita gente mesmo, era muito bem articulado o

negocio sabe, e ai a prefeitura assim, ela abria as pernas mesmo, ela de repente ela estava chamando pra fazer conversas, pra começar a articular alguma coisa...

L – Negociação...

A – Negociação...

L - Vocês geralmente iam pra porta da prefeitura?

A – Nós íamos pra porta da prefeitura não, nós íamos pra dentro da prefeitura.

L – Mas, mas ocupavam a força?

A – A força nunca precisou não...

L – A prefeitura ficava a aberta.

A – Só uma vez que nós invadimos a Câmara e a Assembléia, Assembléia inclusive numa dessas manifestações nós jogamos a porta da Assembléia, aquela porta de vidro tudo no chão, nós fomos barrados depois pela policia da Assembléia né, aí o governador mandou liberar a gente sabe.

L – Beleza, então vocês chegaram a ocupar alguns órgãos públicos...

A – Chegamos.

L- ...mas vocês faziam mais então eram passeatas?

A – é.

L – Iam ate a porta da Prefeitura, entravam lá dentro como forma de pressão.

A – É porque sempre a gente estava, antes de fazer essas manifestações nós tínhamos um acerto com os prefeito né, parece que os prefeitos, por isso que eu acho que o prefeito ele tem que atender a comunidade, ele não tem que ter muito intermediário não, hoje nós temos muitos intermediários, o orçamento participativo é bom? Ele é, mas eu acho que a Associação ela tem que ser neutra do orçamento participativo, mandar um pouco o orçamento participativo, eleger as assembléias e a Associação ficar como pressão, você entendeu, não resolveu as obras, demorou muito a Associação começa a pressionar o prefeito, hoje não tem mais jeito de fazer isso, porque quando você começa a pressionar o prefeito você recebe, quem recebe a gente ou é o gerente do orçamento participativo ou o secretario da regional, nessa época nós íamos direto ao prefeito, você entendeu, não tinha ainda as nove regionais você entendeu?

L – Entendi, e o que você avalia, a UTP ela participou de alguma outra movimentação de reforma urbana da década de 80 pra além dessa luta pela terra, pelo título?

A – Não, nessa época não tinha muita discussão nesse sentido não viu Luiz.

L – Até então não.

A – Não, até então não.

L – E até se refletia se falava desse termo Reforma Urbana, não?

A – Não, ainda não, falava nesse sentido de propriedade, nas vilas e favelas, nos conjuntos populares, mas nesse sentido ainda não, não tinha nem o PNI ainda.

L – Que era o PNI?

A – O PNI é o plano global de cada vila né, quase todas elas tem.

L – O que é hoje o Plano Global Especifico?

A – Plano Global Especifico.

L – Chamava PNI na época?

A – Não, não chamava não, estou falando o seguinte que ainda não tinha nem o PNI ainda, que do PNI passou a ser o Plano Global Especifico de cada comunidade.

L – Certo, e você lembra de alguma outra coisa desse período de 80, ali da criação da URBEL, do PROFAVELA, essas movimentações tem alguma coisa que chama mais atenção?

A – Oh Luiz o que chamava muita atenção nessa época também, era a questão das áreas de risco, muita área de risco, nós tínhamos muito acidente em época de chuvas, nessa linha a UTP também andou participando muito você entendeu, tirar as pessoas de cima de lixões, de beira de barranco, muito, nessa época era assim catastrófico toda época de chuva.

L – Tinha enchentes né?

A – Tinha muitas enchentes, muito desabamento né...Então essa época era assim.

L – A UTP então atuou também junto com essas populações de área de risco.

A – Atuou sim.

L – Mobilizando e tudo mais. Beleza! E o que você considera como a maior vitória da UTP?

A – Olha eu considero hoje como a maior vitória da UTP, a existência hoje das Vilas e Favelas de Belo Horizonte. Elas existem hoje, essa população de Belo Horizonte, por que teve UTP na época.

L – Fortalecimento então dessas comunidades.

A – Fortalecimento das comunidades.

L – Certo, e, quem que participava da UTP era o pessoal das próprias comunidades...?

A – Era das próprias associações, cada associação de base apresentava duas pessoas pra fazer parte da diretoria.

L – Ah ta! A UTP era onde congregava várias associações?

A – Exatamente.

L - E tinha uma direção única?

A – Exatamente. Eu me lembro que a última reunião que nós fizemos foi com o Patrus Ananias, nós estávamos com 38 associações, foi a ultima reunião que a UTP fez.

L – Já quando o Patrus era o prefeito?

A –Quando o Patrus era prefeito.

L –Quantas associações?

A – Tinha 38 associações, estava comigo, foi eu que convoquei, que fiz a reunião, pedi o prefeito pra receber, mas também foi a última.

L – Ai já foi na década de 90 né?

A – Ai já foi 93, 94 alias, prefeito, Patrus entrou em 93, no finalzinho de 93 foi essa reunião.

L – E na década de 80 você tinha ideia de quantas associações a UTP congregava?

A – Nós tínhamos participação em todas, acho que era 165 vilas nós tínhamos participação.

L – Vilas e favelas?

A - Vilas e favelas...Conjuntos populares, a gente ia junto com a FAMOB né, que era uma entidade que atendia mais os conjuntos populares e os bairros, entendeu?

L – Sim, ótimo, então é isso Sr. Antônio, você tem mais alguma questão que você queira colocar?

A – Pois é, eu acho que eu quero só frisar,eu todas as palavras minha, conversas minha que eu tenho a oportunidade de falar, eu acho que as Associações de base, comunitárias elas tem que voltar a existir, elas tem que voltar a existir ai nós vamos ter um bairro forte, uma vila forte, uma comunidade forte e inclusive através dessas nós podemos fortalecer o orçamento participativo, você entendeu, pra dar mais representatividade as obras escolhidas, você entendeu, dar mais representatividade junto a prefeitura dos que representa com força, você entendeu, mas eu não acredito em nada que vai daqui pra lá,eu só acredito que vem de lá pra cá.

L – Que vem das bases...

A – Que vem das bases pra cá, prefeito, daqui pra lá eu não acredito no sucesso não.

L – E a UTP você acha que ela fazia esse papel?

A – Ela fazia esse papel.

L – Ótimo! Então é isso Sr. Antônio, era isso que eu queria conversar.

#### **ANEXO II.4**

##### **Transcrição da entrevista com Pier Luigi Bernareggi (Padre Piggi)**

*Data: 08/10/2014.*

Transcrição 140904\_001

L – Bom Padre Piggi então vou começar a entrevista aqui com o senhor, como que é o seu nome completo?

P – Está aqui.

L – Vou escrever aqui.

P – É.

L – Pier Luigi *Bernareggi*.

P – (risos)

L – Beleza. Bom a minha ideia padre Piggi é trabalhar com alguns movimentos da década de 80 e em especialmente no caso do senhor a Pastoral de Favelas né.

P – Favela tem que retroceder aos anos 70.

L – Sim, mas ela continua atuando em 80, ai eu queria saber na verdade um pouco...

P – O PROFAVELA é de 82, foi regulamentado em 83.

L – Não só do PROFAVELA, no caso da Pastoral de Favelas.

P – O Pró-Favela foi resultado de batalhas de armas e armas, da União das Periferias, da UTP.

L – UTP, isso!

P – União dos Trabalhadores da Periferia, Chico Nascimento, nos anos 70, que desovou em 82 com a criação da lei do Pró-Favelas.

L – Sim.

P - Você tem ela ai?

L – A lei do PROFAVELA?

P – Se você entrar na internet você acha.

L - ...eu já dei uma olhada nela.

P – Estava lendo até hoje.

L – Sim.

P - Não acompanha, mas está valendo.

L – Está valendo né, não, ótimo, mas e no caso da Pastoral de Favela, ela teve atuação também né..?

P – Começou no fim dos anos 70.

L – Mas ela teve, como é que era a Pastoral de Favelas?

P – A Pastoral de Favelas era uma organização, foi uma organização naquela época da arquidiocese de Belo Horizonte, a nossa sede era no edifício Pio XII, 12º andar, uma organização oficial da arquidiocese de Belo Horizonte de formação de comunidades católicas nas favelas, que antes não tinham. Raríssimas eram as favelas que tinham

comunidades católicas, às vezes tinha uma capelinha, mas o padre ia de vez em quando, quer dizer, uma coisa vazia. Nós criamos a formação de união do povo, encontros, reflexão, com material de reflexão, de oração, de visão crítica da situação, conjuntural também e amplamente digamos assim política, porque estávamos em plena ditadura militar, no fim dos anos 70, como é que chamava o presidente famoso? Médici! E como é que chamou o último?

L – Figueiredo.

P – Figueiredo.

L – Sim.

P - Então dentro dessa situação era uma formação espiritual, teológica, litúrgica, nós tínhamos momentos de oração, encontros, estimulávamos a paróquia a criar um ponto de missa dominical, que não fosse só a missa, que depois da missa tivesse reunião, bate-papo, almoço comunitário, então cria aquele ambiente de união, sobretudo as lideranças mais abertas em volta da Igreja, porque sem a Igreja a UTP estava, estava batalhando sobretudo pela posse da terra, legalização fundiária e urbanização das favelas, mas era uma coisa que não tinha respaldo popular, eram grupos muito, inclusive muito politizados, no sentido de serem grupos ligados as vezes a partidos, ao passo que o Chico Nascimento, quando nós encontrávamos com o Chico Nascimento, ele falava ah vocês vieram num momento bom.

L – Chico Nascimento era da UTP?

P – Presidente da UTP, vocês vão me ajudar a criar uma união geral de todos. De fato nós começamos a agir junto com a UTP, a UTP entrava em contato com os governantes, com os políticos da época e nós fazíamos a parte de encontros, todo mês nós reuníamos numa favela diferente, juntava os favelados de Belo Horizonte, as lideranças toda e punha a par do que tinha acontecido no mês anterior, a UTP contava a situação, mostrava como é que era a luta e essas lideranças que tinha uma matriz não só mais de UTP, mas de UTP e de comunidades faveladas da arquidiocese, era uma liderança consciente, pujante e sobretudo dedicada, ninguém recebia nenhum tostão, era coisa totalmente de voluntários, batalhadores e nós criamos um manancial de líderes muito bons e isso durou até, praticamente até o início dos anos 80, quando o tio do nosso assessor, que já nos acompanhava desde sempre, José Carlos Laender, o arquiteto famoso, por causa da legalização, por causa da urbanização da favela, da valorização

arquitetônica da favela, não como lixo urbanístico, mas como criatividade de respeito no contexto urbano, então esse é um arquiteto muito, que até hoje está vivo, José Carlos Laender, o tio dele tornou-se prefeito de Belo Horizonte, Júlio Laender, me parece. E aí foi fácil então eles bolarem a lei do Pró-Favela com ajuda nossa, aprovar ela na Câmara e sancionar pelo prefeito em 82.

L – 82.

P – Agora a regulamentação da lei ficou parada ali e foi preciso Tancredo Neves daquela época e nós enchermos aquele auditório em frente à prefeitura no parque, reformaram ali recentemente agora...

L – O teatro?

P – Teatro.

L – Francisco Nunes.

P – Francisco Nunes e enchemos de gente lá e chamamos o prefeito, vem cá, vem cá, vem cá. O prefeito ligou para o governador que era o Tancredo Neves, ele estava no Rio e mandou que imediatamente nos recebesse, enchemos de gente a prefeitura e exigimos que se fizesse a regulamentação da lei.

L – Isso em que ano?

P – Em 83.

L – 83.

P – Senão fosse feita essa pressão, porque nós tínhamos capital, gente pra fazer a pressão, eles deixavam a lei pronta, mas sem regulamentação, portanto, sem efeito, porque a especulação imobiliária sempre ficou de olho nas favelas por conta de desafogar as suas manhas de construtora.

L – No caso da Pastoral de Favelas padre Piggi, qual que era o objetivo, a forma de atuação da pastoral?

P – A pastoral era comunidades, criar novas comunidades onde não tinha comunidade católica, não tendo comunidade católica, faltava o idealismo, faltava o conteúdo sobretudo a doutrina social da igreja que é desconhecida até hoje, nem na Católica eles ensinam a doutrina social da igreja. A doutrina social da igreja ela é muita atenta a criatividade da solidariedade popular organizada, como é o caso da favela, belíssimo

exemplo de solidariedade popular organizada que cria o mundo e portanto merece o maior respeito, é um fato político uma favela, até hoje.

L – Sim, claro.

P – Então ao invés do favelado se sentir aquelas pessoas inferiores, aquelas pessoas cabisbaixas, aquelas pessoas que no máximo podia fazer articulações de toma-la-da-cá, emprego, empreguismo, o favelado se torna o dono do seu nariz e um lutador na cena política da cidade.

L – Sim.

P – Então inverte completamente a maneira de, por exemplo, nós fazíamos questão de ser chamados favelados, hoje chama de aglomerado, por exemplo, aglomerado é uma reversão urbanística da coisa, ao invés de ser considerado algo de valor que tem que ser preservado é algo que, aglomerado, que tem que ser eliminado, pra ser substituído por uma coisa digna. Então não admitíamos de ser chamado nada a não ser de favelados. A União dos Trabalhadores da Periferia era união dos favelados tinha vergonha de dizer união das favelas, nós que insistimos em dizer, somos Pastoral da Favela e temos orgulho de ser favelados.

L – Claro.

P – Então invertemos, a Pastoral de Favela fez isso, inverteu a auto-estima do favelado.

L – Claro.

P – Hoje tudo se faz pra voltar de novo.

L – E no caso a Pastoral de Favelas ela teve então uma participação direta na criação do Pró-Favela, também do Pró-Sanear, que foi outro programa importante?

P – Do Pró-Sanear eu não conheço, porque agente nem sabe bem como é que era esse Pró-Sanear, o Pró-Favela era, no nosso entendimento a posse da favela, a propriedade da terra e em seguida a urbanização da favela, ao passo que a URBEL, que foi criada junto com o PROFAVELA como instrumento municipal de execução do Pró-Favela, que começou como justamente como um movimento de reconhecimento da propriedade que abrisse caminho para a urbanização, inverteu urbanização primeiro pra depois dar propriedade, então quem se tornou dono da URBEL não foi mais os favelados, foram os empreiteiros e os financeiros.

L – Já desde o início.

P – Desde os primeiros anos.

L – Sim.

P - A URBEL ela antecedeu, pouco tempo, o início dos primeiros prefeitos petistas aqui, quando é que foi o primeiro prefeito petista aqui?

L – Patrus, 92.

P – Noventa... Naquela época, me lembro que atrelaram todas as lideranças da UTP.

L – Na URBEL?

P – Foram tudo chamados a serem funcionários, chefe de sessão, canhão de salário e através disso tornaram todos esses líderes, passivos, conscientes ou inconscientes, funcionários deles, Felipe Copertino, aquele lá do morro, do aglomerado da serra, eu tenho Alzheimer.

L – Sim, sim.

P – Felipe Copertino era o primeiro, mais brilhante, mais coisa, primeiro que foi chupado pela prefeitura.

L – Ele era da base popular.

P – Sim e o outro era... ai meu Deus do céu... famosíssimo... Alzheimer é assim na hora você não lembra.

L – Depois lembra né?

P –Então cita esses dois...Cabo Rocha, do alto da Vila Nossa Senhora da Conceição.

L – La na Serra, no Aglomerado da Serra.

P – E aqui no Papagaio, o Pedrão, o Pedrão no Morro do Papagaio.

L – Eles se tornaram pessoas dentro da URBEL, funcionários?

P – Adquiriram o status, do governo e tal, como não tinham uma boa formação cristã nossa de comunidade, de base de Igreja Católica, acabaram se tornando funcionário e apoiando tudo que antes de mais nada se fizesse a urbanização e depois que se fizesse a legalização, isso pressupõe que primeiro tem que chamar as empreiteiras, as financeiras, organizar, abrir beco, tirar casa, botar pra funcionar os projetos dos arquitetos das empreiteiras e não a vontade dos favelados. As únicas duas favelas que nós

conseguimos fazer ainda dentro dessa mentalidade, foi a primeira que foi legalizada, essa aqui do Primeiro de Maio.

L – Primeiro de Maio era aqui uma favela?

P – Ainda existe, Vila Primeiro de Maio. E o Alto do Cafezal, foram as duas que nós conseguimos primeiro dar a propriedade.

L – Depois urbanizar...

P - ...e depois os proprietários junto com o governo decidir como fazer as melhorias, mas sem remover ninguém e sem desprezar por ruim que fosse, enquanto não pudesse haver uma melhoria, quer dizer, zelar pela forma como o favelado criou a favela, ao passo que depois daí pra frente como começou o império das várias chefonas lá da URBEL, arquitetos, tudo pago pelo governo e apoiados pelos líderes favelados lá dentro, que não eram mais líderes, eram personagens atrelados.

L – Sim, Padre Piggi, mas você acha que houve participação da Pastoral de Favelas então na criação da URBEL, do Pró-Favela?

P – É lógico, senão tivesse a nossa luta lá, o movimento favelado não teria aglutinado a participação popular que nós conseguimos através das nossas comunidades de base, era comunidade de base, em vez de ser CUB - Comunidade Universitária de Base, era CFB - Comunidades Faveladas de Base, de qualquer forma era comunidade de base, se não tivesse isso não podia ter tido nem a legislação e nem a estruturação desse órgão feito para o poder. A URBEL era uma companhia mineradora da prefeitura para tirar o minério lá do alto, daqueles lugares, do alto...

L – Serra do Curral.

P – Da Serra do Curral, pra asfaltar e transformaram essa companhia urbanizadora em companhia urbanizadora das favelas, então tá a serviço só dos favelados, surgiu assim.

L - E o senhor acha que depois esse objetivo acabou se...

P – Acabou quando começaram a dominar, as empreiteiras e as financeiras, a URBEL se tornou instrumento de política financeira, de engrandecimento de quem tivesse a coisa na mão, uma coisa por exemplo que nós fazíamos, no início, era a mão de obra estar entre os próprios favelados cada um trabalhar, mas sabendo o que estava fazendo, pra onde estava indo a coisa, aí depois não, depois veio a empreiteira com seus caminhões, com seus, entrava lá com os tratores, indenizava, modo de dizer, dava uma

mixaria, quer dizer, praticamente não era mais a legalização da favela, era uma urbanização que depois se transformava ali em legalização daqueles que foram contemplados pelo projeto feito.

L – Sim, e qual que era a relação da Pastoral de Favelas com a prefeitura de Belo Horizonte, as tensões?

P – No início a relação com a prefeitura era uma relação de colaboração, por causa do Hélio Garcia e Tancredo Neves, sobretudo, Tancredo Neves, no governo de Minas, o Hélio Garcia chama Ébrio Garcia, porque bebia, mas era um cara que tinha uma certa sensibilidade e sobretudo vivenciou o Tancredo, então nós tivemos muita facilidade e entrosamento com essa gente aí. Agora durante o governo militar mesmo, da pesada, Mauricio Campos, CHISBEL, tinha um tal de CHISBEL, a famigerada CHISBEL, mas trabalhava com mais humanidade que hoje, por exemplo, toda essa Vila dos Marmiteiros, que hoje é a Via Expressa ali entre o Calafate e o Anel Rodoviário, era imensa, na baixada, uma enorme favela, e eles avisavam, chegava o caminhão com 1.000 tijolos eu não sei quantos sacos de cimento, botava todas as coisas no carro em cima e levava lá pro limite, o limite entre Belo Horizonte e Neves, que é onde que é hoje tem a favela da Braúnas, atrás da Braúnas tem uma favela grande.

L – Lá em Neves?

P – É no limite, mas é pra lá do limite de Belo Horizonte, limite que passa aqui entre o limite de Belo Horizonte e Braúnas tem, era mais de mil famílias tiraram todas elas pra fazer a Via Expressa, CHISBEL, famosa, Mauricio Campos. Mas era uma época que a ditadura militar fazia o que, você podia chegar, conversar e tal, tinha ainda um resquício de respeito pela favela hoje não, hoje os cara lá quer, não quer, toma aqui, vai embora e faz lá os predinhos, os “apertamento” deles lá pra encaixar. Sobretudo desaparece a estima pela favela, volta de novo a considerar a favela um câncer que deve ser eliminado.

L – E Padre Piggi como que a Pastoral de Favelas via a questão da propriedade, do acesso a terra?

P – Nunca aceitamos a proposta do arrendamento, arrendada aqueles que ele fosse a vida, porque a doutrina social da igreja ensina que a propriedade particular familiar é essencial para a dignidade da vida humana, então nós fazíamos questão que é pedacinho pequeno, mas é seu, registrado em cartório, quinto ofício, por exemplo, nosso caso,

essas duas favelas foram linda, legalizadas assim, são todas registradas, tema planta oficial aprovada pelo prefeito, com lote, quarteirão, tudo, quarteirão, lote, tudo e você vai lá pede quarteirão tal, lote tal eles te dão o registro da escritura. Isso aí foi feito por causa da nossa intuição de que a propriedade pública passada para o particular como espécie de como se o terreno fosse do governo, quer dizer, o terreno é do povo, quem é o povo, é o governo, então o terreno é do governo, nós não aceitávamos muito isso.

L – Sim e em relação às remoções?

P – As remoções naquela época antes no fim da ditadura militar eram feitas arbitrariamente, você não podia, você não existia, mas eram feitas ainda com uma certa humanidade, era dado transporte, era dado o local onde você fazia sua casinha, te dava os tijolo pra você se virar pra lá, basta que fosse pra lá do limite do município, no caso de Neves, por exemplo. Então as remoções tinham uma... Nós nunca engolimos esse negócio de remoção.

L – Sim.

P - Nos casos que pra passar um beco, tinha que tirar uma casa e tal que tivesse imediatamente local próprio pra ele mesmo construir a sua casa, que desse o material, a URBEL fazia tudo isso, tinha um serviço especial para esse fim, no começo. Depois foi decaindo,decaindo, decaindo até se tornar uma empresa publica que não acompanhasse a participação e as decisões dos próprios interessados.

L – Sim, e esse PROFAVELA e a própria a URBEL você acha que foram efetivos?

P - Como?

L – Eles foram efetivos, o PROFAVELA e a criação da URBEL eles deram certo inicialmente?

P – Bom, poucos anos, poucos anos, porque a ganância do poder público ser dono de tudo e do outro lado a especulação imobiliária insuflando as coisas transformou a URBEL no que é agora, é um empreendimento, é uma agência publica de empreendimentos imobiliários com ou sem o interesse e a participação dos interessados, inverteu completamente a lógica.

L – Sim.

P - Tem um artigo do Pró-Favela que não foi eliminado até hoje, que está valendo, que diz que tem que respeitar a... respeitar a... não lembro mais a palavra usada. Tem que

respeitar o modo como o favelado construiu a favela, nunca querer em nome da engenharia, da topografia e tal, modificá-la.

L – Ótimo! Padre Piggi e quanto a Pastoral de Favelas teve reuniões, assembléias, manifestações em torno do Pró-Favela, dessas políticas, como é que era a forma de participação?

P – A nossa forma de participação, como já te disse, era formar comunidade no local.

L – Mas eu digo participação na criação da URBEL, do Pró-Favela.

P – Nós trabalhávamos junto com a UTP, quem trabalhava na frente lá não era a Pastoral, era a UTP, a UTP nos representava, até o Chico Nascimento não cair, ele teve um AVC e ele acabou sentado numa cadeira de roda e também perturbado então a partir daquele momento quem entrou no lugar dele foi o Vicentão, Vicente Gonçalves, não sei se você conhece, um grande advogado.

L – Já ouvi falar dele.

P – Esse você vai ter que entrevistar ele.

L - Tenho que achar ele.

P – Você não acha ele difícil não, naquele Edifício Central, onde tem, ao lado da...

L – É ali na Praça da Estação.

P – No primeiro andar do lado da Praça, primeiro andar, perguntar na portaria onde que o Vicente Gonçalves, todo mundo sabe, Vicentão.

L – Ele era da UTP né?

P – Não só ele, mas junto, reúne num sei se semanalmente, quinzenalmente, não sei, reúne com toda essas lideranças antigas, tudo velhote e tal, mas com uma animação fora de sério.

L –[risos] Vicente Gonçalves.

P – Vicente Gonçalves. Infelizmente o Chico Nascimento, que é a personagem mais importante faleceu, depois de dois ou três anos em cadeira de roda e tal.

L – Faleceu... Certo...

P – Então até o Chico Nascimento existir era realmente bonito, porque nós entrosávamos com eles, eles estavam na frente, sempre os porta-vozes da comunidade

eles estavam muito bem entrosados, e a coisa dava certo, só que depois do Vicente, do Vicentão, do Chico Nascimento, a prefeitura com o Patrus e etc captar os líderes e transformá-los em funcionários da prefeitura, aí começou a decair e o pior de tudo foi em mil novecentos e oitenta e... Quando morreu meu pai, em 1985 eu tive que ficar 6 meses na Itália pra substituir a morte do meu pai que era padre, então eu e meus dois irmão tínhamos que trabalhar dia e noite sem parar e tive que ficar uns 6 meses lá, o antigo, o bispo da época dentro da como que é o nome, da Pastoral da Diocese Dom Arnaldo Ribeiro, Padre Arnaldo Ribeiro, acabou sendo bispo de... São Paulo lá... Ribeirão Preto, então uma família de especuladores imobiliários de Belo Horizonte antiqüíssima quando se tornou responsável da Pastoral, a família cochichou essa Pastoral de Favelas você tem que dá um jeito nela, aí ele dividiu Belo Horizonte em 6 regiões pastorais e falou a Pastoral de Favelas agora tem que se dividir em 6 regiões, cada um na região que faça a sua, não vai existir mais a Central de Pastoral de Favela não, naquela época a coordenadora da Pastoral de favela era a Rosa, minha conterrânea, a Rosa, chamou ela e falou ó a partir de amanhã você não existe mais e terminou a Pastoral de Favelas, em 85, foi o golpe, a partir de 85 daqui dali daqui dali daqui dali as lideranças antigas todas elas chupadas pelo governo e as novas lideranças completamente desarticuladas, porque a própria Igreja não tinha que se fizesse mais a Pastoral de Favelas como nós fazíamos, aí a URBEL foi se tornando o que ela é agora e nós estamos pelejando com a Pastoral de Favelas, sem conseguir nada, até hoje.

L – Sim, mas hoje virou Pastoral Metropolitana dos Sem Casa?

P – Isso aí é outra coisa, isso é outro capítulo, porque quando nós vimos, quando eu voltei da Itália e vi o que estava acontecendo, com muito pesar, abandonei o setor da favela, porque, porque o panorama urbano dos povos, dos marginalizados, dos que não contam, tem os favelados, mas tem uma classe pior que os favelados que são os justamente os sem casa, os sem teto, que são verdadeiros nômades urbanos, que não tem e nunca vão ter chance, esperança de ter a sua própria residência na cidade, estão sempre sendo enxotados e despejados e que estatisticamente são o mesmo número dos favelados, 15% da cidade são favelados e 15% da cidade são sem teto. É diferente os favelados dos sem teto, que os favelados é gente que tem coragem de ocupar, tem coragem de construir e tem coragem de afirmar o seu direito a ter casa própria, os sem teto não, os sem teto está com a auto-estima tão baixa que não tem nem mais coragem de esperar, por se ser alguém na cidade, portanto chamaram a atenção da gente no esse

tipo de pessoas... Já que os favelados estavam nessa situação que a própria Igreja rejeitou eu e os meus amigos começamos a nos dedicar aos sem teto ai surgiu bairro Metropolitano, Capitão Eduardo, Beija Flor, Paulo VI, Novo Aarão Reis, lá perto do lixão, Filadélfia, em três anos construímos, em três anos foram feitas 10.000 moradias de autoconstrução e autogestão, mas isso é outro capítulo, porque ai entrou o governo federal, com Miguel Teixeira, e a administração aqui do Ferrara.

L – Ferrara, Padre Piggi e teve outra coisa assim importante desse período que você lembra? De Pró-Favela, de URBEL?

P – Eu lembro isso com grande alegria, grande experiência de, existe essas coisas todas que a gente sonha, que se pode construir realmente, eu sempre adorei a favela, eu quando era seminarista, nos fundos do nosso seminário que agora é a PUC, não tinha aquela barreira de conjunto de cimento não, era uns arame farpado, tipo uma cerquinha de fazenda, estava começando a construir o bairro Dom Cabral e no fim do bairro Dom Cabral tinha uma favela, chamava favela 31 de Março e ai o que que nós fazíamos, o Krocq que era um holandês, Chiquinho um baixinho assim mais ou menos, todos colegas do seminário e outros ai eu passava debaixo do arame farpado da cerca ai que eu conviver lá com os favelados, ai que eu comecei a sentir a beleza da favela, a sentir o que só quem é cristão sente, ai nós adaptamos lá, quando chegou esse Bernardo, reitor, no seminário, o último a... Mandou chamar a gente escuta ai vocês passam mais tempo na favela do que no seminário, vocês querem ser favelados ou quer ser seminaristas, ai nós olhamos um pro outro e ai gostaríamos de ser seminaristas, mas é por isso que nós gostamos dos favelados, ah mas ele virou o bicho, proibiu nossa saída, então eu tenho a experiência de favela, que é uma experiência cheia de carinho, de amor a esse mundo, de reflexão técnica, inclusive o meu grande amigo arquiteto, professor de arquitetura da Faculdade de Bologna, Lauro, quando fez a sua tese de doutorado veio aqui fazer sua tese de doutorado sobre a favela, interpretando a arquitetura favelada segundo um esquema de leitura lingüística, vogal, consoante, letra, como é que chama... silaba, palavra frase, discurso, poema então a favela é um poema feito de frase, uma coisa linda, ele mostra tecnicamente que todos os elementos que compõe o discurso... como o favelado fala de si através da auto-construção de sua favela, uma coisa linda, levou isso pro mundo todo.

L – Lindo! Ótimo! É isso ai Padre Piggi, obrigado então.

## ANEXO II.5

### Transcrição de entrevista com Vicente Gonçalves

Data: 29/10/2014

Transcrição 141027\_001

L – Bom Vicentão, eu estou fazendo mestrado em direito né, na UFMG.

V – Direito.

L – Sim, ai eu estou pesquisando os movimentos sociais urbanos da década de 80 em Belo Horizonte e a relação ali com a criação da URBEL, do Pró-Favela, e ai cheguei nesse tema porque eu sou militante hoje dentro da questão urbana aqui em BH, eu sou militante das Brigadas Populares, trabalha com...

V – Você é das Brigadas Populares?

L – Sim.

V – Gente boa, gente boa, quem fez tomada de terreno dos outros aqui fui eu e vocês.

L – Pois é ué!

V – Você sabia disso? A Cabana do Pai Tomas fui eu que invadi, Nova Cintra, já sabia disso já?

L – A Cabana é famosa né, o trabalho do senhor lá.

V – Fui eu que invadi lá e Nova Cintra, tudo fui eu.

L – Nova Cintra também?

V – Nova Cintra e outros terrenos também.

L – Sim, não é, é exatamente, a gente tá na mesma linha aí, várias ocupações em Belo Horizonte atualmente, mais de dez ocupações, Isidoro...

V – Eu sinto não ter mais saúde pra participar.

L – Pois é, mas estamos seguindo sua luta, estamos inspirando na sua luta ai, porque na década de 80 e antes também vocês faziam ocupação e nós retomamos as ocupações aqui em 2006 né, como a Ocupação Caracol na Serra, depois a João de Barro 1, 2, 3, ai vem Dandara, Camilo Torres.

V – Dandara eu tive lá.

L – Teve lá?

V – Tive lá.

L - Pois é Dandara foi em 2009, já tá caminhando pra seis anos que nós estamos lá.

V – Vocês estão numa luta muito boa ali.

L – Ai cheguei nesse tema por isso, militando na questão urbana e ai resolvi pesquisar no direito.

V – Mas se você começar dos anos 80 pra cá, você vai perder um lastro muito grande.

L – Da década anterior?

V – É.

L – Sim, pois é, a década de 70 né...

V – Escute aqui, deixa eu falar com você, pra fazer Belo Horizonte Aarão Reis trouxe gente de todo mundo, naquela época era a técnica era argila pra fazer tijolo, telha, e manilha, pedra pra fazer, que não tinha cimento, pra fazer os alicerces as demais coisas e aonde na beira do Arruda, na beira desses córregos, onde eles trabalhava eles ficaram lá, foi a favela, não foi invadido, entendeu, a Pedreira Padre Lopes foi pra fazer o centro de Belo Horizonte, o Morro das Pedras foi pra construir o Palácio, o bairro de Lourdes todo, ali na avenida, da rua Curitiba até no Beco da Viola, era uma favela chamada Barroca, ali quando Otacílio Negrão de Lima quis fazer um bairro classe A, o bairro de Lourdes, acontece o seguinte ele tinha que tirar aquele pessoal dali, um pouco foi pro Morro das Pedras, Vila São Domingo, outro pra Vila dos Marmiteiros que hoje só tem um pedacinho, mas ficou um pessoal ainda brigando e o que acontece, ai tinha uma tal de Vila Caiô houve uma reunião, o pessoal resolveu sair e a Vila Caiô hoje chama vila Concórdia.

L – Concórdia ali na direção da Jacuí.

V –Ali, Concórdia e naquela coisa...Minha mãe, eu nasci em Ouro Fino quando eu nasci meu avô mandou me matar, porque ele era juiz era filho de um Barão, a mulher dele não deixou, deu o dinheiro, mamãe veio e me criou ali onde casa, ali começou a briga, agora vamos nos anos 80, você tá entendendo agora a origem das favelas?

L – Estou, entendo é, eu só queria antes registrar Vicentão, seu nome completo é qual?

V – Vicente Gonçalves.

L – Você tá com quantos anos?

V – 83.

L – 83, maravilha! Ai eu queria só na realidade pedir, ai vamos pra década de 80, pode falar, você ia falar.

V – Então, preste bem atenção, primeiro foi a Federação dos Trabalhadores dos Favelados quando eu invadi a Cabana e os demais.

L – Isso foi que ano? A Federação?

V – A Federação foi em 51, foi padre Agnaldo, padre Lage, Edgar da Mata Machado, eu e os outros, tivemos então, apesar de ser materialista, não era marxista ainda, materialista, esses camaradas foi que me deram sustentação.

L – Sim.

V – Teve uma guerra dos Bodoque ali já falaram com você não?

L – Não.

V – Depois um dia que você chegar a gente vai conversar fiado.

L – Sim.

V – Ai acontece o seguinte, viemos do departamento de bairros e agitação popular, construí o conjunto Santa Maria, mas veio a Revolução de 64, meteu a gente na cadeia e caçou a Federação, mas ai ficou aquela luta e eu fiquei puto de tá na cadeia que meu advogado teve medo dos generais lá e também ai o resultado, neste período então José Carlos Laender ele foi meu parceiro durante 50 anos e o primo dele era prefeito de Belo Horizonte, nós fizemos um anti-projeto do Pró-Favela, lá ele levou pro primo dele, o primo dele era vereador e aprovou.

L – Sim.

V – Aprovou. Então oque acontece, naquela época, presidente da UTP foi Francisco Nascimento, Felipe Cupertino ahh eu não estou me lembrando bem não, João Pio, na direção eu entrei como, já não era favelado mais, como advogado, ai eu advogando eu tinha 7 mil ações de reintegração de posse.

L – De Belo Horizonte?

V - E eu sozinho lutando com aquela merda né, ai o resultado, vamos legalizar o PRÓ-FAVELA, ai legalizamos o PRÓ-FAVELA, como é que chama, ai acabou as ações.

L – Sim, mas essa criação do PRÓ-FAVELA, Vicentão, ela contou com a participação direta da UTP, da União dos Trabalhadores de Periferia?

V – A UTP, primeiro foi a UTP, tinha a FAMOB do PCdoB acha que dar o terreno é caridade, não é caridade é a luta social né, eles não queriam então para fazer isso ai teve uma reunião com os secretários do prefeito, naquela época Hélio Garcia e Rui Lage ai nós reunimos e nós fizemos uma manifestação pra ele regulamentar a lei.

L – Uma manifestação de rua?

V – E nós falamos, nós vamos invadir a Assembléia com tudo, e eu punha 50 mil pessoas da cidade naquela época, “então vamos? Vamos!”, ai João Batista entrou, pessoal entrou, nós fizemos uma assembléia no Francisco Nunes, levamos isso, depois foi pra negociação na mesa, onde saiu o Pró-Favela.

L – Sim, então teve participação direta dos movimentos na ação?

V –Então teve a FAMOB, o padre Piggi.

L – Pastoral de Favelas?

V – Pastoral de Favelas, já fui advogado da Pastoral de Favelas também, padre Piggi, Laender e nós então fizemos, regulamentamos. Ainda teve um fato que a Dilma pôs agora no coisa, é o seguinte, na discussão, o título tem que sair pro homem ou pra mulher, ai eu cheguei e falei não o titulo tem que sair pra mulher, eu sou filho de mãe solteira, criado na favela, conheço, o marido manda a mulher com os filhos embora e vende o terreno e acabou, então a mulher tem o direito.

L – Você viveu em qual favela aqui Vicentão?

V – Eu? Eu vivi na Barroca e no Querosene.

L – Querosene também é lá pro lado da Raja Gabaglia?

V – É Raja Gabaglia.

L – Ela é regularizada né, uma das poucas favelas regularizadas aqui em BH né?

V – Então acontece o seguinte a primeira luta de favela que teve aqui foi eu mesmo, de bodoque, menino ainda, foi uma briga, quando você tiver com tempo, você vem pra contar pra você.

L – Sim, e Vicentão houve participação do movimento... pode...

[pausa para atender celular José Carlos Laender]

V – Esquerda católica. Nessa época juntou todo mundo.

L – Ah Esquerda Católica. Estou tentando marcar com ele entrevista também.

V – Com ele?

L – É estou tentando marcar.

V – Pode marcar sim.

L - Liguei, mas ele não podia, ai vou tentar marcar de novo semana que vem.

V – Ai acontece o seguinte, onde eu estava?

L – Eu estava te perguntando se teve também influência da UTP nesse...

V – Foi a UTP que encaminhou isso.

L – PRÓ-FAVELA?

V – O PRÓ-FAVELA foi a UTP.

L – Nasceu de dentro do movimento? A proposta?

V – Do movimento, nós fizemos um anti-projeto José Carlos Laender era arquiteto, pusemos lá dentro e mandamos pro prefeito que era primo dele Júlio Laender.

L – Júlio Laender, que mandou pra Câmara e foi aprovado?

V – Foi aprovado.

L – Mas com pressão popular também?

V – Com pressão popular, sem a pressão popular isso não muda não.

L – É, não é, e a criação da URBEL que foi também em 83?

V – A URBEL foi exatamente aquilo era FERROBEL, estava falida, tinha um prédio lá. Então nós fizemos a estrutura toda do Pró-Favela ai lá na prefeitura nós soubemos que a FERROBEL estava parada nós então propusemos pegar o patrimônio da URBEL, da FERROBEL e hoje é URBEL.

L – Sim, mas então os movimentos também fizeram essa...?

V – Ai acontece que depois da manifestação que fizemos no Francisco Nunes, eles abriram as pernas né, porque agente é brigador mesmo, não sei se já falaram pra você, que eu sou brigador de marca maior, eles abriram a perna e foi e tá ai até hoje.

L – O Francisco Nunes foi essa Assembléia dos favelados?

V – Dos favelados, que nós íamos fazer na rua.

L – Você lembra que ano era?

V – Acho que foi 83 parece.

L – 83 né? E já marcaram um ponto ali então dos favelados em torno de um...

V – Então juntou as forças populares que era FAMOB do PCdoB, Dalva Estela, o padre Piggi, Rosa Bambino que era os italianos que estavam ajudando ai, padre Piggi, eu, Zé Carlos Laender, que fizemos a comissão de organização.

L – Dessa assembléia no Teatro Francisco Nunes?

V – Não essa assembléia nós mesmo fizemos, essa foi UTP quem barrou logo a coisa do... a UTP tinha uma força que você nem pensa.

[pausa ligação]

V – A UTP tinha uma força, uma força que começou em 44, que ela é clandestina e eu que dirigi ela aqui, eu que dirigi, eu que fiz a guerra de bodoque contra a prefeitura e eles me...

L – Bodoque é o que?

V – Estilingue.

L – Tacando o que na prefeitura?

V – Deixa eu explicar o seguinte, então a Barroca ficou um pedacinho da Santa Catarina, Amazonas, Contorno e ali atrás do campo do Atlético, ali onde é a Assembléia Legislativa, minha mãe construiu uma casa de pau-a-pique e lá ela me criou. Naquela época tuberculose matava mais do que tudo, se você chegar ali perto da Assembléia Legislativa, você ver onde que tinha um parque ali, ali era o sanatório de Belo Horizonte onde nós íamos roubar laranja, fruta lá dentro e acontece o seguinte e é a época da guerra e nós começamos, estávamos ali e eu já questionava, a casa no bairro de Lourdes, quem fez era um pedreiro que morava igual eu num barracão fudido lá na favela, quem cozinhava morava lá na favela igual a mim, quem lavava a roupa morava

ali, jardineiro morava ali, tudo morava ali e nós não tínhamos condições e a noite a cavalaria passava, aqueles que são mais retardatários, com a bainha da espada batendo nos operários, eu era menino, mas não aceitei aquilo não, ai na época da guerra a gente aprendeu alguma coisa, então via ensinava, fazia trincheira, fazia tudo e tinha um tal de sargento Bezerra e tenente Marcelo e eles falam daquilo outro e falou olha “é pátria, vocês tem que morrer pela pátria”, e pa pa pa pa cheguei pra ele e perguntei “quem é pátria?” e eles falaram comigo “pátria é onde você nasceu onde mora seus família, seus amigos e você tem que ser patriota” ficou naquilo e ali onde é aquela loja, sabe aonde, ali tinha um campo do Lusitana, atrás do campo do Atlético, e vinha aquele pessoal do interior e os meninos ajudava a fazer barro, fazer adobe, mas tinha que fazer de 8h30 até às 15h30 que senão passava o caminhão da prefeitura, com soldado de pernelha e eles chegava e derrubava.

L – Sim.

V - E a gente ficou muito ruim, porque nós estávamos construindo, na hora que acabamos de entrar pra dentro chegou o caminhão da prefeitura e derrubou, ai foi a gota da agua né, ai e eu briguei bem porque fui um dos primeiros a juntar todos, juntei os meninos lá e falei “aqui é nossa pátria, nós vamos brigar por isso” e aquela confusão toda e falei “e vamos, ninguém vai a aula e os mais fortes tomavam a frente, e o resultado ninguém vai a aula e vamos fazer igual no exército, vamos fazer o nosso exército, companhia A vai pra cidade buscar câmara de ar e couro e couro e barbante, companhia B vai buscar forquilha no mato”, porque naquela época aquilo tudo ali era mato, tudo ali era mato, Belo Horizonte ainda não estava pronta, “... e companhia C vai fazer a manutenção de apoio”, ai fizemos os bодоques todo, menino não foi ajudar ninguém construir nem nada né, ai no outro dia eles estavam construindo no mesmo lugar, chegou o caminhão da prefeitura com soldado de perneira e os fiscais falando assim “já falei pra não fazer, que eu vou derrubar essa bagunça toda ai”, coube a mim, me disseram que eu era general, coube a mim chegar e falar “vocês não vai derrubar não”, “vai sim, dá uns tapas nesse menino”, eu cai no chão e disse assim “primeira linha” eu pus uma linha de menino deitado com o bодоque, outro ajoelhado e outro em pé, flap, primeira linha os deitados, segunda linha, pessoal eles já estavam todo com a cara quebrada, aquela confusão toda e pegamos eles e fizemos, mandamos o caminho e falamos assim “não volta mais aqui que nós vamos matar você”, no outro dia eles voltaram reforçado e mais um adulto também, Pastor da Veiga, participou da briga e nós

começamos a... e eles foram embora, ai ficou a manutenção lá nossa de repente dai a dois dias o apito piiiipiiaii sabe como é que é moleque né, então veio o serviço de informação para o comando, que era eu e mais doze meninos [risos] que agente imitou o que eles falavam lá

L – Sim.

V - Ai o resultado chegou a informação, veio dois caminhões, um carro de chapa branca e falei “tem macaco?”, macaco era o soldado, que era influência do macaco, que Lampião falava aquilo, tinha pouco tempo que Lampião tinha existido, “não num tem não”, “então tira as mamucha, nós pegávamos mamucha de laranja, punha prego atravessado e punha na estrada que se viesse parava né, tirou veio e trouxe, que era financiado pelo pessoal do mercado, justamente a casa lusitana e tinha a casa de Sr. Marçal, eu chego lá trouxe barraca, cesta básica, cobertor e tudo e deu ao pessoal, amanhã cedo Juscelino tá aqui, no outro dia chegou Juscelino e falou enquanto eu for prefeito de Belo Horizonte ninguém mexe aqui, meu amigo eu panhei uma liderança sem saber o que era uma liderança, isso foi em 44, eu tinha 13 anos e vai derrubar, tinha aqueles camaradas que trabalhavam na prefeitura, amanhã eles vão atacar e o pau comeu, então nós vamos fazer um centro de resistência lá, união de defesa lá coletiva e vamos e aquela confusão toda, ai foi, ai veio, acabou a ditadura, houve um afastamento, mas antes esse exercito, ainda teve um outro efeito, ali onde em frente o McDonalds, tinha o Cine Glória nego podia passar, mas não podia parar que senão eles batia, que havia pouco tempo que a escravidão havia acabado né, fui vender amendoim torrado, primeiro camarada a me ensinar, chegou lá eles me bateram, chutaram meu barraco, pintaram os sete e no outro dia eu descí com meu exército de meninos, bodoque não sei e cobrimos o pau e entrava os estudante aquela turma toda e o pessoal falava assim esses macarrão eu vocês tacaram, o branco do morro da favela não era não, mas da cidade era macarrão, tacava pó de arroz, isso era alinhado, base da guerra e cobrimos o pau, quando terminou, aqui tem um abrigo, um abrigo na Afonso Pena, aqui era praça sete o pirulito estava aqui, e onde tinha o circular ai eu pego os meninos e subo lá, começo lá, nós nascemos aqui, nós temos aqui também a nossa pátria e eu não tinha aquela linguagem coisa...

L – Sim, sim.

V – ...e nós temos que brigar mesmo e esses macarrão de Santa Casa e esses filho da puta e esses estudante, aquela turma toda batendo palma, os diabo nós estávamos

brigando e a polícia não falou nada, acho que a polícia estava com saco cheio daquele, ai os estudante, todo mundo batia palma, tanto que do me lado tinha um camarada de chapéu, óculos, terno e gravata, ai quando acabei de falar ele falou assim, Vicente posso falar alguma coisa, ai eu falei, pode uai, ele falou “hoje os desgraçados dos proletários levanta em revolução” ai eu falei será que desgraçado é filho da puta, e ele falou e falou e quando terminou falou “Vicente!”, você falou bonito, eu não entendi direito não, mas se proletário for filho da puta nós vamos cobrir você de pau.

L – Sim.

V – Era Orlando Bonfim, já ouviu falar?

L – Não.

V – Orlando Bonfim era o secretário do Partido Comunista.

L – Sim.

V – Ai que ele começou a...

L – A se interagir com... obrigado...

V – Ele não era obrigado não.

L – Oh Vicente e quanto a UTP, como que surgiu a UTP, quais eram os objetivos da UTP?

V – A UTP era defender os favelados, e como a Federação estava, foi caçada então Francisco Nascimento juntou com um pessoal eu me lembro do Obregon Gonçalves, criaram a UTP, Obregon Gonçalves era vereador e advogado então fez o estatuto da UTP pra continuar a luta da Federação, então foi Gonçalves e continuou a luta.

L – Entendi e isso foi em que ano, você lembra?

V – Ah foi durante a ditadura ainda.

L – Ai já formou então a UTP com esse intuito de organizar os favelados?

V – De reorganizar os favelados.

L – Qual que era a forma de atuação da UTP?

V – A UTP em toda favela tinha uma Associação Comunitária, ai já não era o centro de defesa coletiva mais e nós uns com os outros, nós reuníamos uma vez, a UTP, a direção

uma vez por semana, tinha uma assembléia com todos os líderes favelados pra trazer as reivindicações.

L – Sim.

V – Então todo mundo fazia as reivindicações e nós lutávamos em cima daquelas reivindicações, as propostas.

L – Entendi, e quais foram as vitórias da UTP você acha?

V – A primeira vitória nós tivemos quando construiu o conjunto Santa Maria, eu, padre Agnaldo, fizemos aquilo ali e depois a segunda vitória da UTP foi manter luz nas favelas, água, que não tinha e o Pró-Favela que hoje praticamente não existe favela, agora tem título de propriedade.

L – E quem participava do movimento então era os próprios então líderes aí das Associações?

V – Não, tinha estudantes no nosso meio, tinha pessoas que trabalhavam, era aberto ao pessoal que quisesse participar.

L – Sim e qual era a relação da UTP com a prefeitura? Como eram as tensões que existiam?

V – E nós tivemos muita briga com ela, porque ela queria desapropriar fazer umas coisas aí e camarada aparecia com escritura em lugares que eles nunca teve infraestrutura sempre foi favela e agente começou aquela briga, mantinha no peito e a prefeitura respeitava de longe, mas não fazia nada, mas depois que começamos a juntar mesmo e a gente punha 50.000 pessoas na cidade aí eles abriram.

L – Começaram a ceder né. E você também teve contato com o Pró-Sanear na época?

V - Han?

L – Aquele programa Pró-Sanear, saneamento da prefeitura.

V – Aí começou a fazer saneamento nos bairros.

L – Depois do PRÓ-FAVELA?

V – Do PROFÁVELA, aí começou a entrar água, luz, esgoto, depois do PROFÁVELA, mas foi luta mesmo nossa.

L – Sim.

V - E através da URBEL que construiu vários aglomerados, nós fazíamos mutirões, a prefeitura, a URBEL dava material e construíamos aqueles barracos que estavam ruins na favela e tudo pra poder ajudar.

L – Sim, e qual que era a visão ai da UTP né diante da propriedade, do acesso a terra, das remoções?

V – Nós éramos contra propriedade privada, nós fizemos o PRÓ-FAVELA pra poder amenizar a propriedade privada, nós éramos contra a herança. Agora comunista lá era eu, Francisco Nascimento, Dimas da Anunciação Perrin não sei se você já ouviu falar...

L – Não.

V -...o resto era socialdemocrata, inclusive quero falar com você, a revolução pegou muita gente, líder sindical e tudo como comunista, mas eram socialdemocratas, é porque o marxismo é mais difícil do camarada assimilar.

L – Sim.

V – Foi isso então, dentro dessa luta que nós lutávamos então, participávamos das greves, participava de tudo, e eles mandavam era eu falar né.

L – Sim.

V - Eu que brigava.

L – E como que você vê, via essa questão Vicentão que é o seguinte, a UTP ali na década de 80 ainda ditadura militar...

V - Han?

L – A UTP estava ali na década de 80, ainda na ditadura militar e já uma abertura para a redemocratização como é que era essa tensão entre a ditadura militar e essas lutas urbanas, já PRÓ-FAVELA e as favelas, como é que era essa relação?

V – Escute aqui, preste atenção, tinha uma academia de karatê no Maleta, quando eu estava preso chegou um cidadão lá pra visitar, Carlos Alberto Scot, me conheceu lá, quando eu estava na academia aparece, entrou lá Betinho Duarte ai na academia apareceu aquele rapaz pra aprender karatê, magrelo, miúdo, eu conhecia, mas fiz de conta que não conhecia né.

L – Sim.

V – Ele começou a conversar, “você é o Vicentão que estava preso lá” e aquilo outro que eu batia na polícia, não sei se já contaram meu caso no morro Querosone como é que era já, que eu batia na polícia, carro forte, já contaram pra vocês isso?

L – Não

V – Batia mesmo, pesava 58 quilos, mas era uma praga mesmo.

L – Você ia pra cima da polícia.

V – Ihh carro forte o diabo a quatro, um dia se quiser conto pra você, ai o resultado, ele falou “você é o Vicentão, ah muito bem”, ai ele chegou e falou “Vicente, e eu queria você conosco, eu falei perfeitamente, mas tem uma coisa, não é pra ficar tomando chá não, é pra fazer o confronto, ai ele falou “Tá certo” ai que eu vim a conhecer Helena Greco, a frente era Helena Greco, Bizoca, não sei se você conhece.

L – Conheço.

V – Bizoca, Maria Inés Narras, irmã do Jorge Narras, Antônia do PCdoB e eu e o Betinho e Helena Greco. Ai nós saíamos pra rua, 7 pessoas só, Betinho com o megafone, e nós “abaixo a ditadura!” e papapapa que negócio é esse, a luta armada tinha acabado, já não tinha mais nada, o que caiu de bomba em cima da gente parecia que nós éramos umas 100 pessoas e caiu de bomba e nós daqui, dali e conseguimos, prenderam os megafones, prenderam tudo, ai foi no, começou a briga e a gente não sossegava, ai veio uma enchente de 79, 80, 79 ai o resultado houve um desabrigo, eu tinha as lideranças dos favelados ainda, ai nós fizemos na Casa dos Jornalistas um apoio pra arrecadar coisa pra levar pros favelados, a própria repressão começou mandar a buscar lá, ai Betinho falou não dá não, vamos fazer alguma coisa, vamos, fizemos uma manifestação na Assembleia Legislativa, como é que vai ser, subiu pra favela e Vicente tá chamando todo mundo pra uma manifestação e vamos que vamos, resultado, quando chegou lá rapaz, de uma tristeza viu, chegava o pessoal tudo humilde, povo vindo de êxodo rural dessa época, ai que eu comecei a falar, “vocês tão de cabeça baixa porque, você tá vendo esse prédio, olha suas mãos”, olharam pra mão rapaz, “vocês que construíram, vocês que construíram o brasil” vocês que aquilo e aquilo outro e fui levantando, levantado, no final eu falei “e essa ditadura militar tem que cair e acabar com ela e...”, esse dia eu pensei que eles iam me matar viu, “acabar com ela, nós queremos a cabeça de Delfim é derrubada e de João Batista Figueiredo e viva o Partido Comunista Brasileiro e a Ditadura do Proletário” puta que na e aquilo estourou tudo, ai

João Batista, aquele pessoal todo, eu falei assim, sai de perto de mim, eu sou lutador, eu vou entregar minha vida brigando, não vão me levar não, aí fomos, não foi nada, não mexeram comigo. Chegamos lá onde começou tudo e aí eu dei, na segunda-feira de manhã dava aula, começava às 5h parava 8h, ia ali no Maleta, tomava café com a Miriam, foi isso e estou lá na porta do Maleta aí chega quatro cidadãos, ó Vicente nós precisamos conversar, perfeitamente, vamos sentar ali na Cantina do Lucas, vamos, e falou, o Vicente você que tomar cerveja, whisky, eu falei, não eu não bebo, então um guaraná, pode ser, aí começou, Vicente nós somos do exército, eu falei, puta que pariu vou ter que morrer brigando, eles falaram, uma... eu falei, o que vocês querem comigo, nós queremos que você continue militando assim, mas não fale no meio de estudante nem nada, porque nós não podemos falar, mas fala isso, ditadura acabar com a ditadura.

L – Sim.

V - Isso porque Minas fez o golpe militar e nenhum deles participaram do poder entendeu, eu acho que abriga do exército foi essa aí, e por aí nós continuamos a anistia, greve geral, aquilo outro, Betinho quebrou uma firma financiando a gente pra viajar o Brasil todo e gritar isso aí, foi um movimento histórico.

L – Você era filiado ao PCB?

V – Eu?

L – É.

V – Eu era do PCB, mas eles estavam sumidos que acabou com tudo, então eu ajudei a fundar o PT.

L – Foi fundador do PT também aqui, entendi, ó Vicentão e quanto essa questão dos programas, do Pró-Favela, até da própria criação da URBEL, você acha que eles foram efetivos?

V – eles estavam funcionando direitinho, mas o PT fez uma coisa errada acabou com a sede da UTP, cooptou os líderes de favela e já não tinha aquela força que tinha mais, já não existe a UTP mais, não existe nada, então não tinha aquela força, hoje as forças e no final depois que veio um ministro aí que começou a dar litro de leite, o pessoal chegou começou a trocar o litro de leite por pinga, aquela confusão e no final quem brigava era as mulheres e a gente.

L – Mas membros da UTP que foram pro governo, também não, e foram cooptados, é isso?

V – João Pinho, foi subsecretário ai e os líderes das favelas eles, o PT dava eles um cargo, dava uma coisa, e enfraqueceu.

L – Sim.

V - Não é o PT que eu pensei não, você deve tá assustado, você deve ser PT.

L – Não, não sou PT não, a gente tá na realidade à esquerda do PT também né, então ai inclusive Belo Horizonte, porque quando a gente começou a retomar as ocupações aqui em Belo Horizonte...

V – Luiz tem daquele papel ai?

L – Quem retomou as ocupações aqui, foi rompendo com o PT né, o PT tinha montado os Núcleos de Habitação né, de Moradia, muitos cooptados pela própria Prefeitura e a gente rompeu com isso e começou a ocupar, então na realidade a gente tá a esquerda do PT aqui há muito tempo.

V – Não, mas é o que eu estou falando vocês prosseguiram uma luta que eu comecei, sem dar satisfação a ninguém, e lutar pelos direitos sociais e levar isso a um socialismo, eu admiro muito as Brigadas Populares...

V – Eu... isso aqui é o que fizeram na campanha da Dilma.

L – Ah, vou pegar um, é eu vou ler com cuidado, Vicentão quanto a questão do movimento da UTP tinham reuniões, assembleias e manifestações, era isso né, reuniões periódicas, assembléias?

V – É, reunião tinha toda semana.

L – E manifestação era o que? Manifestação de rua?

V – É, por exemplo, nós fizemos a primeira manifestação da Panela Vazia, eles falam Marmitaço hoje né, nós fizemos enquanto era Federação ainda.

L – Federação dos Trabalhadores?

V- Dos Favelados de Belo Horizonte, foi quando a gente invadiu o terreno e...

L – Isso foi em que ano? A Federação era de que ano?

V – A Federação foi cinquen..., 49, 52.

L – E ai durou até a ditadura?

V – Até a ditadura.

L – E na ditadura como era a forma de organização?

V - Han?

L – Na ditadura qual que era a...?

V – Organização nós ficamos na clandestinidade.

L – Tinha movimento organizado assim que você participou?

V – Organizado na clandestinidade.

L – Sim.

V – É, por exemplo, eu morava no Querosene, o topógrafo ia lá demarcar o terreno pra fazer o quartel, nós íamos lá e arrancávamos e por ai a fora nós fizemos.

L – Entendi. Tinham outras formas de participação na UTP pra além dessas que você citou, não?

V – Nós participávamos das greves, né.

L – Ah das greves também vocês..

V – Participávamos das greves.

L - ...engrossavam o caldo das greves.

V – Participávamos das greves.

L – E quais outras experiências de, não sei se vocês já utilizavam esse termo, Reforma Urbana na época ai da UTP?

V- A Reforma Urbana nós lutamos contra ela, porque ela ia isolar mais o trabalhador, igual tá hoje, um trabalhador pra comprar um lote aqui, só pra lá de Lagoa Santa, não tem mais, especulação imobiliária foi grande. Então nós impúnhamos o nosso padrão de Reforma Agrária.

L – Reforma Urbana.

V – Urbana, aliás e participava da Reforma Agrária também.

L – Sim.

V – Participava da Reforma Agrária.

L – Não, maravilha!

V- Eu olho pro passado e não tenho nada pra esconder, briguei a vida toda, eu quando nasci, eu tinha que ser comunista mesmo meu avô me mandou me matar antes de eu nascer poxa.

L – Seu avô porque ele mandou te matar?

V – Ele era o juiz da cidade, era o filho de um Barão .

L – Qual cidade que era?

V – Ouro Fino e minha mãe é de uma cidade chamada Peitudo, um arraial, agora é bairro lá e minha mãe ficou órfã, a tia começou a espancar, ele levou a crioula pra casa dele, o filho do juiz viu a crioula, ele pegou e matou, mandou matar, a mulher dele que não deixou, ela deu o dinheiro e mamãe construiu o barracão aqui na Barroca.

L – Ah tá ai veio da Barroca pro Querosene.

V – Da Barroca pro Querosene.

L – Entendi, não maravilha, o Vicentão então acho que era um pouco isso que eu queria saber dessa relação da luta e da UTP...

V – E qualquer coisa, informações a respeito você pode procurar saber, que eu acho que a luta tem que servir de base pra que a luta continue, eu já estou com 83 anos, já não tenho aquela saúde mais, já estou com arritmia, mas tem que continua a luta, eu fico satisfeito quando vejo um jovem igual você na luta ai e eu admiro muito as Brigadas Populares.

L – Populares, é brigado, estamos ai seguindo, tentando fazer um pouco do que você fez ai né.

V – Não o que vocês precisarem de mim pode dispor a vontade.

L – É isso ai, brigado Vicentão.

V- Eu que agradeço vocês.

## ANEXO II.6

### Transcrição de entrevista com Maria Cristina Fonseca de Magalhães

Data: 16/12/2014.

Transcrição 141214

M - Como é que chama o seu trabalho no Mestrado?

L – Pois é meu mestrado eu estou pesquisando os movimentos de 80, UTP, Pastoral de Favelas e a FAMOB. E ai o título ainda eu não coloquei, mas deve ser alguma coisa de movimentos sociais, lutas urbanas em Belo Horizonte. Daí eu vou pesquisar em 80 e vou falar de alguns movimentos da década atual. Você podia só me falar o seu nome completo?

M – Maria Cristina Fonseca de Magalhães.

L – Sim e Cristina ai você está desde o início na Urbel?

M – É eu trabalho na URBEL desde 85.

L – 85?

M – Não, 86, 85 foi quando eu voltei pra Belo Horizonte, 1986.

L – Sim e a URBEL foi criada acho que em 83 né?

M – Não, na verdade ela foi criada em 86 mesmo, o Pró-Favela é que a lei é de 83.

L – De 83.

M - 83, 84, não sei se um é lei o outro é decreto, tem que ver direitinho, mas é nessa época mesmo.

L - Sim.

M – É porque quando o Pró-Favela foi, a lei foi aprovada, ela foi, as responsabilidades de implementar a lei ficou a cargo de 3 órgãos, tinha até um organograma no finalzinho do caderno da lei assim, então você tinha 3 órgãos da prefeitura ligados a isso o pessoal do desenvolvimento urbano, eu não lembro o nome das secretarias da época, mas era a de planejamento urbano, a de desenvolvimento social, que também não chamava assim, mas era, que hoje é desenvolvimento social , e o pessoal da secretaria de obras tem que ver os nomes certinhos, depois a gente olha o caderno ali é capaz até de eu ter isso ali ainda né. Então ficou sob, o fluxo da lei ela ficou dividida entre 3 secretarias e isso

avançou muito pouco, a crítica que os movimentos sociais cobravam dos prefeitos, do prefeito na época, é que não estava andando, que estava devagar, mas é porque realmente é muito difícil você fazer uma ação que tem que interagir 3 órgãos públicos e concomitantemente né, é muito difícil, qualquer coisa que envolva mais de um poder público a gente sabe a dificuldade que é. Então quando foi em 86 o prefeito era o, como é que chama, o Ferrara né?

L – Sérgio Ferrara.

M – Sergio Ferrara, os movimentos sociais pressionaram o Sérgio Ferrara na hora que ele entrou de buscar uma solução pra isso de consolidar, de botar um órgão só fazendo a implementação da lei né, pressionaram o Ferrara e a saída que ele viu, a decisão que ele tomou foi de pegar a URBEL, era um, ainda é, desde essa época era uma da administração indireta, uma sociedade de economia mista, ainda é uma sociedade de economia mista, ela tinha uma função de mexer só com as terras de mineração do município e mudou o estatuto da URBEL e colocou o PRÓ-FAVELA aqui. Então do ponto de vista do PRÓ-FAVELA é que seria lá atrás em 83, mas a URBEL ela com a missão de implantar a lei ela foi criada, foi implementada, embora já existisse o órgão tá.

L – Sim, e você avalia que o Pró-Favela ele foi efetivo?

M – Eu acho que se você considerar a inovação, foi muito inovador né, acho que no país...

L – Sim.

M - ...o que a gente tem de registro aqui dessa época é Belo Horizonte e Recife, que foram as duas cidades que puxaram no país essa questão de considerar os assentamentos de favela inseridos na cidade, puxar uma, buscar uma saída para as ações públicas né, porque se a gente pegar um pouco atrás aqui o PRODECOM do Estado, que é o Programa de Desenvolvimento de Comunidades, ele teve uma ação muito inovadora né do ponto de vista de urbanização, nas favelas, aqui em Belo Horizonte, vários exemplos, nesses grandes aglomerados todos iniciaram urbanização com o PRODECOM, a metodologia de entrar, de abrir vias, de trabalhar com a população, até o PRODECOM fazia muito trabalho através de mutirão e com as Associações, repassava recurso e tal. Então a ação urbanística foi muito inovadora, mas o PRODECOM esbarrava na questão legal né, jurídica, não tinha instrumento legal do ponto de vista de lei urbanística pra

efetivar as ações dela assim até de regularização fundiária, ela não tinha instrumento pra transferir propriedade, não tinha instrumento legal pra poder agir. Então aí o mote pra criação da lei do PRÓ-FAVELA ela veio com a lei de 1979, a lei de parcelamento urbano nas, federal né que tem uma palavrinha lá que fala assim de urbanização específica né, nisso aí os juristas da época, nesse aspecto papel muito importante do PLAMBEL, puxaram uma possibilidade de abrir uma legislação específica para atuar nas áreas de favela e pra inclusive regularizar, então isso foi importante e o PRÓ-FAVELA trouxe isso né, aliado à questão urbana de fazer intervenção urbanística e tal, parâmetro mais flexível que tinha na cidade, o reconhecimento que aquelas áreas existiam no mapa né, se você pegar antes de 86 em Belo Horizonte as áreas de favela, eram áreas verdes, cheio de gente morando e era área verde, como se não existisse gente ali, então são essas 3 coisas importantes o reconhecimento, aí é reconhecimento na legislação urbana, no mapa da cidade, a questão de você ter parâmetros, de flexibilizar parâmetros urbanísticos para abrir, fazer obras, você não precisava de ter rua igual o resto da cidade, e a questão da legislação jurídica pra você trabalhar com a questão de transferir posse, propriedade né, então isso foi muito inovador aqui e em Recife, acho que Recife até já usava a palavra ZEIS nessa época, agora Belo Horizonte não.

L – O PREZEIS né?

M – É PREZEIS é, ele trabalhavam com um conceito até um pouco mais avançado que a gente nesse sentido que foi o nome que pegou depois né. Em Belo Horizonte o PRÓ-FAVELA veio com o Setor Especial 4 que era a figura que existia na lei, na legislação do Plano Diretor do Uso do Solo de BH, não tinha Área de Interesse Especial em Belo Horizonte, as áreas especiais eram os setores especiais, então o S4 foi o que mapeou as favelas nessa época, já na primeira lei, na lei acho que foi de 86 se não me engano, isso é um marco né, a gente considera um marco.

L – Sim.

M - E de lá pra cá é questão de aprimorar né, de aprofundar, de aprimorar a coisa, quando a gente entrou em 93 com o governo do Patrus do PT aqui a gente abriu uma discussão de qualificar mais a intervenção, que se fez de 86 a 93, fez muita ação com relação ao Pró-Favela, de regularizar a área pública, regularizar juridicamente, então não tinha uma, num era nem intenção, não tinha uma diretriz que falava assim eu preciso urbanizar antes e tal, você fazia o levantamento topográfico cadastral, dividia os lotes e passava de área público municipal que é onde a lei possibilita né, aí em 93 na

discussão que a gente começou a fazer para política habitacional ai já numa questão de estruturar a política habitacional, que a gente só falava de favela, urbanização e regularização de favela, a gente introduziu a discussão da qualidade, qualificar melhor as intervenções em favelas, então a gente começou a perceber que só transferir propriedade não resolvia né, as pessoas continuavam morando mal né, então a gente ampliou a questão da intervenção, e meio que condicionou, a gente dá uma diretriz assim de fazer a regularização jurídica né urbanística do parcelamento quando você tiver uma ação urbanística mais consolidada, dai a gente investir em planejamento, em plano global, em obra do Orçamento Participativo (OP), melhorar a condição de moradia vamos assim dizer pra depois regularizar né. Então esse foi uma mudança que teve aqui nesse passo com a entrada do governo do PT aqui né e eu gosto muito assim, gosto muito não, eu sempre chamo, lembro nesse intervalo aqui de uma figura importante que acho do movimento popular, que é o Sr. Liberalino lá da Pedreira Padro Lopes, não sei se você já ouviu falar dele.

L – Não.

M – O Sr. Liberalino presidente da associação lá da Pedreira, ele já faleceu né e mesmo antes da entrada aqui do programa Alvorada no governo do Patrus aqui que a gente começou a discutir essa concepção de intervenções durante, o programa Alvorada, nós iniciamos um processo de regularização fundiária lá na Pedreira, porque 70% da área da Pedreira é pública, municipal né, ai o pessoal entrou lá pra fazer topografia, o Sr. Liberalino foi contra, ai ele mobilizou o pessoal lá, ai eu lembro até hoje de uma reunião que ele chamou o povo todo da favela aqui pra uma reunião no auditório, o presidente da URBEL era o Zé Carlos Laender na época e ele falou assim “eu não quero isso pro meu povo”, ai estava uma senhora do lado dele, eu lembro disso até hoje, ela falou assim “qual que é a área que você mora lá”, ela tinha um lote de 10 metros quadrados, se não me engano, a casinha dela era o lote, ai ele falou assim, “senhora tem água na sua casa?”, “não”, “senhora tem não sei o que?”, “não”, “eu não quero esse papel pro meu povo, eu não preciso de um papel”, ele falou desse jeito, “eu quero pro meu povo condição de moradia, então antes de vocês me darem o papel eu quero que lá tenha condições adequadas”, então ele paralisou o processo de regularização e isso pra mim foi um paradigma na época, porque assim todo mundo queria fazer regularização, você entrava lá e todo mundo achava uma maravilha, ele falou eu não quero assim, então ele teve, ele foi meio visionário, eu achava assim, ele enxergou isso, a regularização por si

só, a regularização da propriedade não resolve a condição de moradia da pessoa, então eu acho que isso foi importante, a gente paralisou, com a entrada do governo Patrus que nós começamos o programa Alvorada lá, aí ele um dia que a gente entrou na Senhora dos Passos e não na Pedreira, ele falou um dia pra gente, “eu quero é isso aí pra Pedreira, é isso que eu quero pra Pedreira, antes de vocês regularizarem eu quero que vocês urbanizem lá e tal tal tal”, então foi uma questão que a gente teve que, a gente considera como uma melhoria, um avanço na questão de tratar, de regularizar as favelas né e por aí foi sempre com alguma pressão da população, sempre com algum toquezinho que direciona uma outra ação pública mesmo dessa questão.

L – Sim, até isso que eu queria te perguntar, uma questão central pra mim, você acha que os movimentos sociais eles de fato contribuíram na criação do PRÓ-FAVELA e da URBEL?

M – Sim, lá no PRÓ-FAVELA sim, até esses nomes que você citou aqui, essas entidades da época, elas é que pressionaram o poder público para a criação do PRÓ-FAVELA, então na época você teve a pressão dos movimentos sociais e também o país estava saindo de um processo de ditadura, entrando num processo de democratização, de participação dos movimentos sociais, aliado a isso aqui aí eu acho a presença do Estado do ponto de vista do PRODECOM, as ações do PRODECOM de urbanização, também, aí se você pegar o lado técnico, elas tiveram importância e juntou com isso a experiência do PLAMBEL que tinha um papel importante metropolitano né, o PRODECOM agia na região metropolitana e algumas pessoas importantes lá dentro do PLAMBEL, advogados importantes e urbanistas importantes que perceberam um caminho pra você trabalhar com a regularização fundiária né então acho que isso aqui teve uma importância muito grande na pressão frente ao poder público né e na criação da lei e lá depois na criação da URBEL, da URBEL em si, aquilo que mencionei pra você a lei ficou três anos praticamente parada na cidade sem muita ação efetiva de caminhar na regularização então eles pressionaram Ferrara que transformou a URBEL no órgão executor da lei do PRÓ-FAVELA, nos dois momentos eles foram muito importantes aqui a questão do reconhecimento né e tem uma outra coisa também que historicamente também né, nessa época na década de 80 a demanda, não diria demanda, a demanda mesmo da população de favelas era pra garantir que eles permanecessem né, então você tinha uma outra luta né, a gente quer continuar morando aqui, então a regularização era importante nessa época, a busca de garantir o direito à moradia, depois

isso no país isso foi avançando até você ter a Constituição de 88 que de uma certa forma garante a permanência das pessoas por causa do usucapião, aí a luta deles vai mudando um pouco, hoje se você pegar a pressão por regularização existe né, mas não tem tanta força igual teve na década de 80, óbvio, porque hoje o reconhecimento do direito dessas pessoas é completamente diferente do que era na década de 80, né, você tem a Constituição de 88, você tem o Estatuto das Cidades, tem um monte de instrumentos aí que garante, ou que pelo menos possibilita o direito à moradia dessas pessoas do que existia na década lá atrás, 30, 40 anos atrás, então isso também é um negócio que a gente percebe hoje, se você pegar a demanda deles de 80 era a grande maioria era pra regularizar, hoje já não é mais, hoje os assentamentos que fazem mais pressão pra regularização são aqueles poucos que ainda tem pressão jurídica externa né, que são áreas particulares principalmente, nem assim nem todas, as que tem mais pressão.

L – Sim, sim, é até bom você tocar nesse assunto. É por que o seguinte. Por um lado então a gente tem essa ação aí do estado de regularização, dos instrumentos até que foram avançando com Constituição, Estatuto das Cidades, e por outro lado a gente tem essa explosão, por exemplo, das ocupações urbanas aqui em Belo Horizonte, por exemplo, nas Brigadas a gente nunca acompanhou tanta ocupação como agora em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, então é uma forma, querendo ou não, que o povo encontra de acessar moradia você não acha então que há um desnível então entre essa forma institucional de regularização, dos programas habitacionais, que muitas vezes não dão conta de atender ao déficit e por outro lado essa produção informal de moradia que talvez de alguma forma deveria ser reconhecida pelo próprio Estado?

M – É, eu assim, reconhecer, falar poder público reconhecer ocupação é um negócio muito difícil, porque a ação pública ela não pode ser uma ação que caminhe na questão da irregularidade, mesmo que ela reconheça que tenha 200 ocupações em Belo Horizonte que tem o direito, que já tão lá, você construir uma política pública reconhecendo que ocupar é legal, vamos assim dizer, você vai contra qualquer ação pública, não existe isso né, e qualquer política que você construa, que você vai construindo, dentro do que você tem de mecanismo, de instrumento de recurso, você tem sempre que caminhar no sentido de que você está trabalhando com dinheiro público, né, que é da cidade inteira, você tem órgãos de controle o tempo todo em cima das suas ações, fiscalizando, então eu acho muito difícil você falar que o poder público tem que reconhecer, difícil, eu estou a mais de 30 anos no poder público acho que não é

por aí, agora também você tem que enxergar porque que os movimentos acontecem, então do ponto de vista da produção né, você tem uma diretriz, tem uma estratégia, um prioridade pra trabalhar dentro dos recursos que você tem, essa ação não está conseguindo atender a tudo que existe aí de demanda, de pressão e a curto prazo não resolve mesmo, então os movimentos que pressionam por ocupação é porque eles não tão conseguindo ser atendidos dentro dessa rotina, dentro dessa lógica que existe né, aí é uma forma de pressionar, né, é uma forma de pressionar, quando se tem uma política pode ser que a política não esteja dando conta, mas eu acho que não é nesse sentido que você vai construir alguma coisa, é jogar uma política no chão e voltar lá pra trás pra retomar tudo de novo né, se você pegar de 86 até hoje 2014 que nós estamos, aqui em Belo Horizonte, que teve de avanço né, você teve muito instrumento de avanço no ponto de vista de instrumento, muito né, aí falo legislação veio o PROFAVELA, depois política habitacional, num sei mais o que, mas recurso mesmo ele não existiu desde 86, recurso financeiro né, a Constituição de 88 quando delegou aos municípios autonomia pra fazer, pra trabalhar dentro dos municípios, ela delegou sem delegar recurso, né, então você continua avançando, caminhando, mas recurso financeiro você não teve, a grande injeção de recurso ela tá vindo pra cá assim no máximo 10 anos, 8 anos pra cá que você começa a ter uma gestão financeira maior, pra você poder começar a produzir mais né aí realmente é difícil, você avança muito no ponto de vista de instrumento, avança pouco no ponto de vista de recurso e tem um demanda assim aí é complicado mesmo de você combinar as duas coisas né.

L – Sim, só voltando um pouco na questão da própria criação do PROFAVELA, você lembra assim que tipo de participação os movimentos tiveram?

M – Não, eu já entrei em 86 né, então eu já peguei, nessa época aqui antes eu não estava nem em Belo Horizonte assim eu tenho de leitura que a gente tem dessa época né era, eles tinham um movimento de Associações, isso tudo era federação, as federações eram muito fortes né, nem tanto as associações, mas as federações eram muito fortes né e de fazer pressão no poder público, aí você fala assim como, se era passeata, se era ocupação.

L – Ocupação de prédio público.

M – É, não me lembro disso, não me lembro, eu acho que não, aqui no final na década de 80 e início de 90 tinha ocupação em Belo Horizonte, teve.

L – No início de 90, de 80 você lembra de ocupação de terra?

M – Não, de 80 não, início de 90 eu lembro, tanto que esses conjuntos hoje Ribeiro de Abreu, Mariquinha, o Zilah são originários de ocupações.

L – Mas eram organizados? De movimentos?

M – Era, é.

L – Esses movimentos aqui?

M – Não, não.

L – Já não era UTP.

M - Nessa década aqui já não tinha UTP não.

L – Eram outros movimentos?

M – É, eram outros. Tanto que quando o Patrus entrou esse pessoal aqui foi uma, como é que chama isso, uma demanda que ele atendeu na época da campanha dele de atender esses conjuntos, aqui teve uma ação conjunta município e estado né, porque as terras aquisição do estado, essa é do estado, essa do estado essa aqui é prefeitura, essa é município, mas essas terras aqui são do estado então...

L – Ribeiro de Abreu, Mariquinhas e qual?

M – Zilah.

L – Z ilah Espósito.

M – Mas Zilah é terra, é do município.

L – É do município?

M – É.

L - Que hoje já tem o Rosa Leão do lado já né.

M – Mas ai o Rosa Leão já não é mais em área do município, só um pedacinho.

L - É um pedaço.

M – Bem pequenininho

L – Um pedaço inclusive que é ZEIS.

M – Que é área verde, que é ZEIS, mas é área verde do parcelamento, então quando nós regularizamos lá, ele é meio triangular assim essa área do Zilah aqui, ela foi, a gente

regularizou lá, regularizou assim, a propriedade aqui já é dos moradores esse fundo aqui foi parcelado com área verde, porque tinha uma nascente de córrego aqui, a declividade mais acentuada e é onde o pessoal do Rosa Leão, a parte que ele ocupa do município é esse pedacinho que é a área verde do parcelamento do Zilah, tá?

L – Ah sim, tá, e Cristina nesse tempo todo você percebe alguma mudança assim no entendimento do que que seria reforma urbana em 80 e hoje? Esse conceito mesmo de reforma urbana como que ele vai se transformando?

M – É acho que vai sim, reforma urbana pra direito à cidade para todos né, os instrumentos urbanísticos têm que se aprimorar, a Constituição de 88, depois o Estatuto da Cidade de 2001 né, aqui em Belo Horizonte, antes do Estatuto das Cidades a Lei do Uso do Solo ela já introduziu muita questão ligada a reforma urbana.

L – Lei de Uso e Ocupação do Solo.

M – É Lei de Uso e Ocupação do Solo, a ZEIS vieram dessa época né, alguns instrumentos que foram depois consolidados aqui, então Belo Horizonte, muita coisa em Belo Horizonte entrou antes do Estatuto das Cidades, eu acho que nesse aspecto as legislações tem caminhado nesse sentido, embora aqui em Belo Horizonte, todos os instrumentos do Estatuto das Cidades a gente efetivamente conseguiu implantar, ainda não, alguns entraves na Lei do Uso do Solo de 2010, mas precisava de regulamentar, essa não regulamentou tomara essa lei que vai pra câmara em 2014 já saia com algumas coisas importantes, né, da reforma urbana.

L - Qual lei que é essa?

M – A lei do plano diretor do uso do solo que saiu da conferência de política urbana, você acompanhou alguma discussão da conferência?

L – Acompanhei, acompanhei algumas discussões sim.

M – É a quarta Conferência Municipal de Política Urbana, ela tá introduzindo, pra você aplicar o uso compulsório e o, como é que chama, o solo criado, eu gosto muito mais desse nome do que o Outorga Onerosa, trabalhando com coeficiente 1 né na cidade inteira, isso aqui vai ser uma guerra na câmara, vai ser uma guerra.

L – É isso ai é um enfrentamento ao capital imobiliário.

M – É, é.

L – Inclusive tem algumas proposições que são frutos da nossa ocupação da prefeitura que é transformar Dandara em Zona Especial de Interesse Social.

M – Em AEIS 2. Naquela discussão que teve aqui das ocupações que entrou Dandara, as do Barreiro.

L – Isso, Eliana Silva...

M – É as do Barreiro são essas três lá no Barreiro e a lá do Isidoro né, essas duas aqui a prefeitura enxergou como passíveis de consolidar tem um grande problema que é a questão ainda judicial que elas ainda estão sob ação de reintegração, então você não consegue, a não ser por desapropriação, que a prefeitura não vai fazer, porque não é uma diretriz da gente assim desapropriar área particular pra regularizar, ainda não é, porque senão você tem mais de um terço da cidade de favela é de área particular imagina se você, não tem nem recurso pra pagar isso tudo, então não é diretriz, é usar os instrumentos possíveis que existe aí disponíveis pra você trabalhar, então essas aqui a prefeitura entendeu que eram passíveis de consolidação porque estava, por exemplo, lá no Dandara, a área estava vazia, não tinha um programa, nenhum projeto específico público pra lá. No Barreiro a questão da zona industrial como é que chama lá, o CDI né?

L – Sim.

M - ...que estavam sem utilização né naquela confusão então a gente, a gente quando eu falo é a Prefeitura, o Isidoro não, então essas daqui elas foram indicadas pra serem mapeadas como AEIS 2 que é uma figura que a gente criou lá em 2010 na lei que são os assentamentos irregulares, clandestino, a gente chamava de loteamento clandestino, a gente não gosta muito de falar esse nome não, nós estamos chamando de Assentamento de Interesse Especial 2, mas a forma de produção deles veio a partir de algum parcelamento, alguém foi lá e parcelou aquela área e alguém comprou né, foi uma ocupação assim mais organizada do ponto de vista de desenho urbano, então nós estamos classificado como assim, e nessa lei nova agora de 2014 a gente tá entrando com a regulamentação delas, então aqui está sendo mapeado todos os loteamentos de baixa renda, esses mais clandestinos, vamos assim dizer, que não conseguiram regularizar e não conseguem enquanto a gente não ter uma regulamentação específica pra eles, porque vários deles estão em APP, tão em área de declividade, então, vários

deles estão com parte deles ocupados de forma que não é área de ocupação e aí essas quatro vão entrar aqui dentro né.

L – Tá, Cristina uma questão, você percebe alguma alteração, uma diferença entre os movimentos de 80 e os de hoje no que toca as formas de luta?

M – Eu acho que tem sim, eu acho que, hoje você tem os tradicionais né, que são as Associações que vieram daqui, aqueles movimentos as Associações de Bairro, os Núcleos de Casa, que são movimentos organizados, mas que caminham dentro de uma estrutura, digamos assim, não é institucional, mas que tem um caminho dentro dos programas e projetos e as ocupações, eu distingo claramente isso, não tinha, a não ser esses poucos que tiveram aqui na década de 80 pra 90, nessa época aqui não tinha esse movimento, eu não me lembro tá.

L – Sim.

M - Então os movimentos de ocupação eles são muito mais contestadores nesse sentido é meio que uma contestação de ação pública mesmo, da intervenção pública, ao passo que os outros que são movimentos as associações organizadas aí é outro tipo de forma de pressão, que busca uma pressão mais institucional. Tem o problema da cooptação que existe né, isso a gente percebe também, isso eu acho um erro, acho assim o movimento popular pra ele se colocar enquanto representante da população ele não tem que fazer parte do poder público, você fica amarrado, é igualzinho na câmara de deputados, o cara quer fazer, papel dele é esse, papel dele esse, papel dele é esse, cada um com seu papel né, então quando o movimento organizado ocupa o papel do poder público aí ele fica dividido, eu acho ruim pros dois lados tá, pro um lado e pro outro, porque aí uma hora ele tem que assumir o papel de poder público, outra hora ele tem que assumir um papel de movimento lá, de associação, eu acho que fica num conflito que é inerente ao papel que ele tá ocupando, então eu acho que não deveria, mas daí cabeça de cada um, a gente tem que conviver com isso.

L – Sim, claro, só pra finalizar então Cristina, você lembra de algo assim mais importante dessa década de 80 que você queria registrar?

M – Você assim está indo atrás de bibliografia, documentos, dessas coisas?

L – Eu dei uma pesquisada, esse livrinho mesmo do PRÓ-FAVELA eu consegui.

M – Deixa eu ver se tenho aqui, eu devo ter um dele aqui ainda, é porque as vezes tem umas bibliografias interessantes, Berenice, não sei se ela ainda tá viva.

L – É Maria Berenice né?

M – É, ela tinha uma análise, ela é socióloga né? Socióloga e de crescimento de cidade. Quer ver aqui, acho que era isso aqui que tinha, você tinha vários órgãos que trabalhava, aqui SMAC era de ação comunitária, SMOC que era de obras e desenvolvimento urbano, cada um tinha um papel então aí as ações ficavam entremeadas isso era da ação comunitária, isso era desenvolvimento urbano, isso era obra, isso não funcionou.

L – Aí depois unificou tudo na URBEL.

M - Unificou tudo na URBEL, foi isso que o Ferrara fez quando ele...

L – Sim.

M - E acho que começou, ela foi efetivamente implantada, você tem esse caderninho?

L – É eu tenho o que o padre Piggi me emprestou.

M – Porque vê se você tem, esse aqui é interessante.

L – Tenho.

M – Tem né?

L - É porque ele me emprestou, acho que eu vou tirar uma cópia pra mim anexar ao trabalho.

M – Esse é interessante porque foi o problema que teve no início, aí eu acho assim, aqui na URBEL quem estava muito no início com a gente, a Monica Bedé ela tem uns trabalhos bacanas nessa área também, se você conseguir contatá-la.

L – Não, ótimo!

M – A Mônica Bedé ela é arquiteta né.

L – Não é, até o filho dela a gente estudou junto.

M – Isso.

L - Ele formou em direito, Leonardo.

M – Leonardo, isso.

L - Ele trabalha também nessa área de direito urbanístico, mas mais fazendo assessoria.

M - É mais na parte de legislação né.

L – Legislação e tal.

M – Porque a Mônica teve aqui na URBEL no início de 93, é uma pessoa muito importante pra gente aqui da política habitacional.

L – É, ela é da época do Patrus.

M – Do Patrus, ela teve muito, e esse material da Berenice é interessante.

L – A biografia da Berenice né?

M – É.

L - Não, ótimo.

M–Santiago, não, como é que ela chama, esqueci o nome dela?

L – Berenice... é não lembro assim.

M - E da época do PRÓ-FAVELA, lá do PLAMBEL, não sei se você tem contato, com o Edésio Fernandes, que é advogado.

L – Sim.

M – Ele foi um dos caras que ajudou a construir a lei e ele teve muito contato com o movimentos sociais, eu tenho pouco, contato eu tive pouco né eu quando entrei esse negócio já tinha rolado e do movimento popular dessa época, ainda tá vivo.

L – É eu entrevistei o Vicentão...

M – Vicentão.

L - ...padre Piggi.

M – Como é que chamava aquele, mas já morreu, João Pio.

L – João Pio.

M - Toninho da FAMOB.

L – Toninho entrevistei.

M – É, que ele era da época.

L–Emely da Pastoral de favelas entrevistei.

M – Toninho da FAMOB, João Pio, como é que chamava o outro, que inclusive trabalhou aqui na URBEL?

L - Cupertino?

M - Cupertino, Felipe Cupertino, ele tá vivo ainda.

L – Cupertino, vou procurar saber.

M – É, ele trabalhou aqui, ele e o João Pio, no incincho, João Pio eu acho que já morreu, o Felipe trabalhou aqui um tempo, são os nomes que eu lembro do início da URBEL aqui.

L - Não, ótimo!

M – E o pessoal da Ades também, era o Padre Pigggi que mexeu muito na Ades.

L – Sim. Não isso ai, é isso, brigado então Cristina.

M – Falou Luiz.

## ANEXO II.7

### Transcrição da entrevista com Charlene Cristiane Egídio – Liderança da Ocupação Rosa Leão

Data: 25/05/2015

L- Bom companheira, Charlene Cristiane o quê?

Charlene - Egídio.

L - Egídio. Bom Charlene, eu queria na realidade só começar então perguntando como que se deu o processo aqui da ocupação, o início, como que foi? A entrada no terreno... Como que se deu isso?

C - Então, o início da ocupação aconteceu espontaneamente, porque esse terreno era um terreno abandonado a mais de trinta, quarenta anos, que não cumpria a função social da terra, abandonado, com entulho, desova, estupro de mulheres e várias outras coisas. E foi se ocupando simultaneamente, assim. As famílias foram chegando, pouco a pouco, primeiro eram dez famílias e assim por diante. Em duas semanas tinha mil e quinhentas famílias ocupando esse terreno. Por não agüentar pagar o aluguel mais e por viver sendo humilhado morando na casa de parente, principalmente sogra. Então assim, começou a partir daí. As famílias é... As pessoas hoje no Brasil acham... No estado... Elas tão vendo que o único meio pra que as coisas aconteçam é fazendo... Pra que garantam moradia é fazendo ocupação. E a partir daí veio essa iniciativa e graças a Deus a gente teve o apoio dos movimentos sociais, a CPT, o MLB, as Brigadas Populares, que a

gente foi se organizar e ter consciência política de como trabalhar e vencer esse capital que quer pisotear nos povo, assim, nos pobres.

L - E você acha que essa ocupação, a Rosa Leão, teve relação com as Jornadas de Junho no ano de 2013? Algum despertar, assim, alguma coisa?

C - Eu acho não, eu tenho certeza, porque a partir da Jornada de Junho é que deu força pro povo, pro povo ver que se o povo tiver organizado e manifestar seus direitos eles conseguem vencer e conquistar os seus direitos. Porque eu nunca vi na minha vida, nunca vi passagem aumentar e abaixar com o poder popular. E eu acho que foi uma força, uma iniciativa... Foi uma força pra que o povo tenha... Teve essa iniciativa de vir ocupar mesmo o terreno, sabe? Com essa segurança que o trem tava ficando bom, assim, que o governo tava entendendo que o povo tava acordando. Eu acho que é isso.

L - E a gente passou aqui no ano passado aquele momento crítico do despejo, a da ameaça forte de despejo que teve a organização do Resiste Isidoro. Como que você enxergou esse período que teve uma grande conjunção de apoios aqui na Izidora, como que você enxerga esse período do Resiste, aquele momento do despejo?

C - Olha, agosto de 2013 foi pra todas as famílias da Izidora foi o pior momento da vida de qualquer pessoa, assim, por um lado. Por um lado porque a gente sentiu que a ditadura militar estava voltando, porque a opressão... A repressão policial ia se dar pra se cumprir uma ordem de reintegração de posse forçada. E nesse sentido, eu acho que a gente sentiu que nós estávamos incomodando. E se a gente estava incomodando, nós tinha que continuar nessa linha porque assim a gente garantia direitos. Agora, por outro lado a gente se sentiu fortalecido também. Porque a partir do momento que você vê pessoas que estava bem longe da realidade dos pobres, pessoas de universidade, vim e dormir com o povo nas ocupações, isso foi uma outra conjuntura que trouxe pra nós aqui, o povo daqui, uma força muito grande. Tipo assim, "continuem a luta, que vocês tem quem apoie vocês", assim. Não é só crítica, tem pessoas que entende a luta como um todo das famílias das ocupações, então teve esse lado bom nesse sentido. Acho que é isso.

L - Sim, ótimo. E Charlene, um processo de negociação que tá instalado, que na realidade sabe que é um processo cheio de vícios, foi colocado uma proposta de construção do Minha Casa Minha Vida. E aqui também na Izidora tem exatamente... A ocupação se deu num lugar que tem uma Operação Urbana Consorciada que tem a previsão de construção de mais de oito mil unidades do Minha Casa Minha Vida. Que que você acha do Minha Casa Minha Vida, dessa proposta que tá colocada pelo governo estadual?

C - Olha, primeiramente eu acho que essa proposta feita pelo governo estadual e pela Direcional é uma proposta muito indecente, covarde, injusta e insana. Porque? Porque eu discordo completamente desse Minha Casa Minha Vida. Hoje, olha pra você ver uma coisa que é muito importante. Antes da ocupação, a gente aceitava tudo pela garganta afora porque a gente não conhecia e não tinha entendimento desse fator político. Hoje, eu tenho uma outra visão, e não só eu, mas muitas famílias, a visão que esse Minha Casa Minha Vida foi um programa construído sem participação de quem vai morar nos apartamentos. Por isso que é tão horrível o tamanho dos apartamentos, o jeito que é construído, porque não tem a participação de quem vai morar. E devido a isso, eu acho que o Minha Casa Minha Vida deveria ser extinto, excluído como programa

habitacional. Porque na verdade se coloca como se fosse a única saída pra questão habitacional, e tem várias outras saídas. A ocupação dá um recado muito grande disso: é possível fazer a autoconstrução. Ok, libera a terra que o povo vai lá e constrói. Então é possível... Tem outras opções na verdade. Então eu acho que o Minha Casa Minha Vida é um erro que começou a muito tempo por não ter tido a participação de quem vai morar nela. Tanto é que hoje tem muitas pessoas, muitas mesmo, que moram no apartamento, não consegue viver muito tempo, já vende, já desfaz, já volta pro aluguel, já volta a morar de favor porque não agüenta mesmo. Porque o Minha Casa Minha Vida ele é criado pra quem é assalariado, assim, a maioria é nesse sentido. Quem é assalariado hoje, o povo pobre, ele não tem cultura pra morar em apartamento. Eles querem plantar, querem colher, querem criar seus animais, tem criança demais. O número de crianças é muito grande. Então assim, eu não acho adequado esse programa pra resolver o problema de habitação no país. Não só no estado, no país assim.

L - E nesse caso você citou o benefício da ocupação horizontal, que é lugar pra plantar. Em contraponto a esse modelo do Minha Casa Minha Vida, o que que você vê de benefício na ocupação horizontal, ali nessa questão da horta, você pensa alguma coisa mais?

C - Benefício além da questão da horta?

L - De ter a possibilidade da horta, de ter um lote maior...

C - Olha, na verdade eu acho que o direito a moradia é previsto na constituição. Mas moradia não é qualquer moradia, moradia digna e adequada, sabe? E a moradia só pode ser digna e adequada quando você planeja, quando você constrói e quando você tá dentro daquele projeto que é o seu sonho e ser sua casa, assim. Então além da horta, da horta comunitária, hortas nos quintais e tal, tem todo um sonho que eu acho que não deve ser privilégio pra alguns e pra outros não, ter esse direito de construir o seu sonho da sua casa própria, como que eu quero que seja minha casa. Então assim, eu acho que tem essa outra questão também, sabe?

L - De construir a casa a sua maneira né?

C - Isso, construir a casa a partir do que você quer pra viver bem com seus filhos, assim. O problema mesmo do Minha Casa Minha Vida é construir prédios. Como é que você constrói prédios de cinco a oito andares, sem elevador, pra pessoas que tem problema no joelho, problemas nos ossos, idosos, crianças... Isso não é digno, não é digno. Além de que você se sente sufocado, e você tendo a sua casa você sente com uma liberdade maior. Além de ter liberdade maior, você tem não só liberdade, mas você tem seu espaço preservado, coisa que em prédio você não vai ter. Você acaba tendo que conviver com várias pessoas. Mas assim, além de que também, uma coisa que eu vejo de muito interessante na ocupação, essas ocupações urbanas, é a questão de você construir o que você precisa pra aquele lugar, pra transformar num bairro, assim. Hoje nós temos o bairro Zilah Spósito aqui, que tem mais de vinte anos e tem muitas famílias, deve ter mais vinte mil pessoas, por aí. Vinte mil pessoas ou mais, e não tem estrutura pra essas famílias, sabe? Não tem um posto de saúde que atende o bairro Zilah Spósito. Não tem uma escola adequada que comporte todas essas famílias. Não tem... Não tem as coisas, não tem lazer, não tem nada. Então assim, as ocupações também tem essa vantagem. Porque as pessoas estão ali não só pra construir a moradia, estão construindo seus espaços coletivos também, que também é muito importante. Espaço

coletivo que pro poder público é descartável, e que pra gente é extremamente importante. E devido a isso, eu valorizo muito a ocupação e vejo que o governo, não só o estadual, quanto o federal e o municipal, tem muito que aprender com o povo das ocupações. A fazer política pública, fazer política habitacional. É com o povo que eles vão conseguir fazer isso. Fora disso, é isso aí: Minha Casa Minha Vida querendo colocar pessoas numa caixinha de fósforo pra viver sem dignidade, sem dignidade humana mesmo.

L - Sim. É, dentro disso nas ocupações você tem o espaço da assembléia, que é o espaço de reunião coletiva pra discutir política mesmo, né?

C - Exatamente.

L - Ao contrário do Minha Casa Minha Vida, que não tem esse espaço, nas ocupações você tá semanalmente discutindo. Tem as assembléias aqui semanalmente?

C - Sim, assembléias duas vezes na semana, que seria quarta e sábado, e o espaço das assembléias é muito importante. Tem muita gente que não sabia o que era discutir política. Hoje, eles fazem parte da política. Porque a partir do momento que participa de uma assembléia, você tá se informando das coisas que estão acontecendo, dos seus direitos. É isso que o governo não quer, eu acho que é por isso o Minha Casa Minha Vida. Que é isso que o governo não quer, é pessoas informadas dos seus direitos pra poder reivindicar de forma precisa todos os seus direitos. E além disso também, uma coisa que é muito interessante, no programa Minha Casa Minha Vida nesses apartamentos, “apertamentos” como falam, você não tem como viver em harmonia, assim. Você não consegue transformar um prédio com pessoas que vão ser famílias, nas ocupações acontece isso. Hoje é um cuidando do outro, hoje tudo é em coletivo, tudo se constrói junto, o respeito mútuo. Viver bem é isso, é uma comunidade diferente assim. Coisa que não acontece nos bairros vizinhos, acontece aqui. Muita solidariedade, é um preocupado se o outro tá doente, é um preocupado com a filha do outro, é preocupado mesmo com um ao outro. E é muito bom isso, é viver bem. Inclusive tem muitas pessoas que eram doentes e hoje se curaram na ocupação, por ter o direito e a dignidade preservada, sabe? Por ter um sonho realizado, e por saber e por sentir que hoje tem valor e que é gente. Então tem vários quesitos aí.

L - Sim. E uma outra coisa que eu queria te perguntar... Vocês chegaram aqui lutando pela moradia, e de repente as ocupações da Izidora estavam na cidade, acompanhando várias lutas, fazendo vários atos. Como é que você vê essa relação da ocupação com a cidade como um todo, com as lutas da cidade? Porque já participaram de atos de terceirização, ato em Ouro Preto... Em apoio aos professores, em vários atos. Como que você vê essa relação entre a ocupação e a cidade?

C - É igual eu havia falado. Morar em ocupação, ter essa oportunidade de viver em ocupação é você ter formação política mesmo. Ter formação como é construir uma cidade e fazer parte da cidade. Tanto é que hoje a gente luta pela questão ambiental. Tanto é que a gente foi lá apoiar a Mata do Planalto, pra preservação da Mata do Planalto, consciência que a gente adquiriu com essa coletividade, coisa que eu tenho certeza que em predinhos do Minha Casa Minha Vida a gente não ia adquirir isso. A gente só adquiriu isso por ter essa... Esse partilhar... Partilhar informações um com o outro. Além disso também, a gente se fortalece com apoios e acha muito certo apoiar também quem nos apoia. Então assim, ser ocupação é ser brasileiro. Morar ocupação é

fazer parte da cidade. Morar em ocupação é fazer e garantir os direitos que hoje temos e que muita gente não sabe. É isso que é morar em ocupação.

L - Sim. Tem uma coisa que você fala muito, de forma muito brilhante Charlene, que é o seguinte... A ocupação é composta por trabalhadores da cidade, que constroem a cidade, mas que muitas vezes não tem acesso a ela. E aqui na ocupação é uma forma de ter acesso à cidade, né? De construir a cidade...

C - Verdade. Isso eu falo sempre, porque a gente vê dia após dia as pessoas que aqui moram é as pessoas que realmente constroem nossa cidade, porque é os pedreiros que constroem as grandes empresas, o Minha... cidade administrativa, a prefeitura e etc. A faxineira que limpa a casa das madames... Então assim, isso é muito contraditório. As pessoas que constroem a cidade, que faz parte da cidade e que é a cidade, não têm direito à cidade. Então tá na hora da gente mudar isso, tá na hora da gente falar: "oi, eu sou a cidade e eu tenho direito a morar na cidade". E é isso que as ocupações fazem. É o grito das ocupações hoje. Nós construímos as cidades, nós construímos esse estado, construímos esse país e também somos brasileiros. Então nós vamos garantir ser parte disso, ser parte da cidade. Isso é importante porque é só através da ocupação é que você vai ter essa consciência. Quando você é individual, individualista, que você vai levantar cedo e vai trabalhar, você não tem essa consciência, você vive em outra realidade, em outro mundo. A partir do momento que você tem essa formação, essa construção coletiva, você se transforma em algo que o governo, o poder público não quer jamais, que são pessoas, homens e mulheres, guerreiros e guerreiras, lutando pra garantia de todos os direitos e com consciência social, política, ambiental e todas as outras consciências aí.

L - Sim, ótimo. Não, é isso mesmo Charlene, é essa conversa que eu queria ter com você, eu agradeço demais.

A companheira quer comentar alguma coisa? Você é moradora aqui?

MC - Eu sou moradora. Eu sou uma dessas pessoas que a Charlene disse aí que antes dessa ocupação eu vivia no tratamento pra depressão, eu tomava remédio. Hoje eu tô liberta de toda a medicação pra depressão. Meu tratamento tá aqui dentro, que é cozinhar pra comunidade, é cozinhar pra apoiadores que vêm aqui nos apoiar. É saber que a minha filha tem uma casa, ela fala isso contanto orgulho: "Hoje eu tenho a minha casa", a minha filha diz isso. E casa que futuramente quem sabe eu vou morar nela, eu vou envelhecer, vou precisar dela e eu vou ter a casa, que ela hoje tá conquistando e que eu tô ajudando a conquistar com muito orgulho.

L - Como é que é o seu nome companheira, completo?

MC - Maria do Carmo Caetano Rodrigues.

L - Ótimo, muito bem. Obrigado.

## ANEXO II.8

### Transcrição da entrevista com Edna Gonçalves Lopes – Liderança da Ocupação Esperança

Data: 30/05/2015

L - Edna, então seu nome completo é...

Edna - Edna Gonçalves Lopes.

L - Bom, Edna, a primeira questão... Eu queria só saber como que se deu o processo de ocupação aqui da Esperança, como que foi a entrada no terreno, esse processo inicial.

E - Então, a nossa entrada aqui na Ocupação Esperança foi uma entrada espontaneamente, porque essas terras aqui já estavam abandonadas há uns quarenta anos, não se prestava a função social nenhuma e as famílias quando chegaram lá no Zilah onde que é o Rosa Leão, já estava toda ocupada e já não tinha mais espaço. Então as famílias olhando pra essas terras já todas cansadas vindo de uma cruz de aluguel pesadíssima, vivendo de favor, resolveram espontaneamente entrar e ocupar essas terras aonde não se cumpria função social nenhuma. E aqui estamos hoje.

L - Já vai fazer dois anos, né?

E - Dois anos.

L - Sim. Edna, você acha que essa ocupação Esperança, ela teve alguma relação com as manifestações de junho de 2013, eu digo assim, porque o povo foi pra rua, manifestar, você acha que isso refletiu aqui?

E - Sim, eu acho que refletiu sim. É... O povo deu uma acordada, né? Deu uma acordada, uma resposta aí inclusive até politicamente no país, chamando a atenção pras coisas voltadas pra esse país.

L - E Edna, a gente teve aqui no ano passado aquela ameaça de despejo, que foi muito intensa. Como é que você viveu esse período que foi aquela tensão muito grande?

E - Foi um período muito ruim, viu? Muito ruim mesmo. A gente enquanto ocupante nós sofremos horrores que assim, nós não... Coisa que a gente não deseja pra ninguém passar. Mas enfim, a gente passou. Resistimos com garra, com muita luta, muita coragem. Foi um período muito difícil nas nossas vidas, onde que a gente não sabia o que era dormir, não sabia o que era comer, não sabia se no outro dia a gente ia ter nossas casas de pé, era uma agonia muito ruim. Era como se nós estivesse numa guerra, e num campo de concentração, de batalha, enfim, como se nós tivesse dentro de uma guerra. Foi uma experiência muito ruim mesmo.

L - Sim. E nessa guerra, quem que você avalia que era o inimigo?

E - O inimigo mais uma vez era o estado, o município e as empresas do capitalismo, né? Esses era.. É o nossos maiores inimigos.

L - Direcional?

E - Direcional, o governo do estado, o governo municipal.

L - Sim. Edna, e nesse processo teve na época a formação daquela grande rede que foi o Resiste Isidoro. Como é que você lembra dessa rede de apoio, o que que foi o Resiste Isidoro?

E - Ah essa rede de apoio foi uma rede que a gente... Nós conquistamos com luta, muita luta. É uma rede muito grande de apoiadores. E essa rede pra nós foi assim, uma coisa muito gratificante, porque ganhamos apoio de vários lugares, de vários estados, aqui em Minas Gerais, das universidades. Essa rede de apoio foi uma... Um contemplar muito grande pra nós ocupantes. Aqui pra gente deu uma segurança muito grande, um apoio pra nós ocupantes. Foi uma alta ajuda que chegou assim, num momento muito bom.

L - Sim. E Edna, dentro do processo de negociação que hoje tá colocado existe a proposta de ofertar pra parte das famílias aqui o Minha Casa Minha Vida. O que você acha do Minha Casa Minha Vida?

E - Primeiro que quando você fala em vida, não fala em vida. Não é vida, é morte, Minha Casa Minha Morte. Porque a gente enquanto ocupantes já estamos nessa terra. Nós ocupamos, prestamos uma função social agora pra terra. Construimos nossas moradias. Dentro dessas três ocupações, Rosa Leão, Esperança e Vitória, já são mais de quatro mil moradias construídas. E essa proposta da Minha Casa Minha Vida, a gente não é contra Minha Casa Minha Vida, porque tem centenas de pessoas nas filas esperando. Só que a gente já construimos dentro das três ocupações, já estamos morando, cada um fez a sua casa independente. E agora vir derrubar essas nossas casas, casa das famílias já construída dentro das três ocupações, pra se construir Minha Casa Minha Vida, um predinho de apartamento de 44 metros quadrados é massacrante pras famílias, aonde a gente não tem segurança nenhuma mais também. Dá uma revolta muito grande, é muito difícil a gente aceitar.

L - Sim. E você acha... A gente tá aqui numa ocupação horizontal. O que você acha que ela tem de benefício em contraponto a esse Minha Casa Minha Vida, a esses predinhos, na ocupação horizontal?

E - De benefício horizontal?

L - É.

E - Assim, não sei. Fica difícil porque é igual eu falei, nós já construimos, e a gente aceitar primeiro esses predinhos que uma escadaria enorme como se fosse a escadaria da Penha pra gente subir é difícil, tem idosos, tem cadeirantes. Isso aí pra nós que já está ocupando essa terra fica difícil aceitar. Enfim, eu acho que pobre foi feito pra morar em cima da terra, e não em apartamento de quarenta e quatro metros quadrados, isso aí não foi feito pra pobre. Pobre foi feito pra viver com liberdade, então nós estamos aqui, já construimos e vivemos com a liberdade. Vivemos com liberdade e dignidade, com as nossas casas já construídas.

L - E Edna, o que você mais aprendeu nessa luta toda aí já de dois anos de ocupação?

E - Nossa, muita coisa. Muita coisa. A gente vai descobrindo como que as coisas... Como que a nossa política dentro do nosso país é uma política ruim, é uma política desrespeitosa, é uma política enganosa para com nosso povo. A gente aprende muito na

área de saúde, educação, moradia, é, a dignidade humana. A nossa política fica... Ela desrespeita muito a dignidade humana do ser humano hoje, principalmente a classe dos trabalhadores. É uma política desrespeitosa. É gente... O que deu pra aprender que nós precisamos melhorar mais a política do nosso país, melhorar muito ainda quando se fala nos governantes do nosso país.

L - Sim. E Edna, aqui a luta é pelo direito a moradia, mas essas ocupações do Isidoro já foram pra cidade, já foram pra vários eventos na cidade. Como é que você vê essa relação da ocupação com a cidade?

E - Muito boa. Essa relação é muito boa, porque essas ocupações elas já são três ocupações consolidadas, já são bairros. Já são bairros e eu acho que agora não custaria... Hum, não sei... Se um pouco de política... Basta nossos governante querer já trazer pra dentro da nossa ocupação as melhorias que precisa pra terminar de consolidar nossos bairro.

L - Sim. E é isso Edna, eu queria agradecer, brigado.

## **ANEXO II.9**

### **Roda de conversa na ocupação Vitória**

**Data: 28/05/2015**

Luiz - Eliema, tá gravando! Seu nome é Elielma Nascimento?

Eliema - A gente tinha que bolar uma viagem junto.

Luiz - Ah é, Elielma Carvalho Nascimento. Fazer umas perguntas aqui pra companheira. Elielma, você acha que as ocupações aqui surgiram a partir de junho? Como que se deu esse processo de junho de 2013 pra cá?

Elielma - Começou tudo a partir das manifestações de junho, que o povo brasileiro acordou e aí cada um acordou pra sua necessidade. Um acordou pra necessidade da segurança, o outro da moradia, da educação, outros da saúde. Nós somos aqui da moradia. Cada um foi pegando seu rumo nas manifestações de junho. Tudo surgiu no mês de junho.

Luiz - Explosão ali nas ruas e aí teve a explosão aqui da ocupação da moradia então?

Elielma - Exatamente, foi um momento que todo mundo...

Luiz - Foi uma forma de fazer um junho?

Elielma - Né não galera? Um momento que todo mundo tava sentindo que... sua necessidade, e vamo pra rua levantar nossa necessidade.

Cadu - Defender nossa bandeira.

Elielma - Nosso patrimônio, e vamos correr atrás do nosso sonho. A manifestação de junho é uma coisa que deveria acontecer sempre, sabe? O Brasil todo parar pra que esses vagabundo que representa a gente lá poder olhar pra gente com mais respeito, nesse sentido aí.

Luiz - Sim. E ano passado a gente teve aqui na Izidora aquele momento auge do conflito com ameaça de despejo.

Elielma - Nossa.

Luiz - Como é que você vê esse processo e o Resiste Isidoro, que surgiu depois? Como é que vocês vêem essa questão?

Elielma - Resiste Isidoro. Cara, essa palavra "resiste" ela tem um significado muito grande pra gente aqui, né gente? Eu falo assim por mim, mas eu acho que cada um sabe o significado, porque passar...

Seu Adão - Sabe, daquela época eu já começo até arrepiar de... A gente não sabia se esperava dá de noite logo ou se esperava o dia amanhecer logo pra gente vê o que ia dar...

Elielma - Poxa vida...

Seu Adão - Nossa, ah não...

Elielma - Ah sofrimento cara, ah sofrimento.

Seu Adão - A luz daquele helicóptero sobrevoando aqui por cima aqui assim, aquele farol bateno...

Elielma - Papel descendo de cima de helicóptero, pareceno clima de guerra, sabe? Eu não sabia...

João - Noite sem dormir na fogueira em frente a associação, oito noite direto... É oito noite e sete dias de aflição.

Seu Adão - ... O último dia que ele passou jogando aqueles panfleto então, eu passei lá... Eu tava lá dentro eu escutei aquela barulhada eu falei: "vou sair aí de dentro".

Elielma - O povo ligava... O povo "meu deus"... A gente tentava ir pra um ponto pra passar tranquilidade, o outro lado "não, aqui pelo amor de Deus vem pra cá ow, que isso", e a coisa acontecendo assim, sabe?

Cadu - Um clima de guerra né?

Elielma - Meu deus, um clima de guerra

Seu Adão - ... Que na hora que aquele menino pegou... Viu e morava ali o ele viu o medo que ele pegou... Que ele arrumou um carro que ele jogou onde é que eles viu, aí ele só fazia assim oh. Aí se quisesse ter pensado "aí agora vai sair é todo mundo".

Elielma - Quando eu vi aqueles papel descendo, eu lembrei logo daqueles filme do Rambo, sabe? O filme... Aqueles filme de Rambo, quando você vai... Ele sai praquela selva e de repente começa a descer aquelas coisa do helicóptero, aquele clima de guerra.

Cadu - Não, e eles tinham convocado num sei quantos policiais de fora.

Elielma - Mil e quinhentos policiais que veio de fora...

Cadu - É, pra tá...

Elielma - Totalizando...

Cadu - Quatro, mais de quatro mil...

Elielma - Quase cinco mil policiais, fez treinamento no Indendência, tudo isso no jornal aparecendo: "o despejo vai acontecer do Izidora". Treinamento... Veio policial do interior pra fazer o despejo, cê é louco...

Seu Adão - Ele ligava o rádio de novo e falando de minuto em minuto...

João - Eu morava lá embaixo depois do muro de pedra, aí subia eu do bar, pessoal lá debaixo, tudo doido. Aí passava a noite aqui. Quando tava descendo, pessoal chamava "Vão subir de novo".

Luiz - Pra fogueira ali, né?

Elielma - É... De carro... Passava a noite o apoio... Os universitários vieram, as Brigadas, o MLB, aquela movimentação toda. O pessoal viu ali... "Gente, o pessoal tá lá só, vamo lá dá uma força". O que a gente conseguiu sensibilizar também, assim, foi muito grande. A gente vê que o mundo tem muito amor ainda, viu?

João - Num sabia onde ficava, ficava uma... Ia no esperança, "não tá lá no Rosa Leão". Ia lá pro Rosa Leão, voltava pro Vitória.

Elielma - É, corria... e helicóptero. E os ônibus... As linhas de ônibus foram todas...

João - Desviadas...

Elielma - Todas desviadas. Os ônibus não podiam para nem aqui, nem no Londrina por conta do Esperança, nem no Baronesa por conta do Vitória, nem no Zilah por conta do Rosa Leão. Foi cortada as linhas de ônibus. E a gente tinha certeza que ia acontecer o despejo. Ali a gente não tinha nem chance, nem chance. Mas a gente sabia que a gente ia tomar muita pancada, ou senão até morrer. Então cara, foi um... Assim, foi uma experiência muito ruim, muito ruim, mas me fortaleceu demais. Nossa, você não tem noção o tanto que me fortaleceu, e fortaleceu a companheirada toda das ocupações

Luiz - Fortaleceu todo mundo, é.

Elielma - Todo mundo, todo mundo tá vacinado aí contra a covardia. Não vem não, viu? Não vem não, porque a granja, a galinha e os ovos, que seja Werneck ou não, é nossa cara, é nossa, é do povo. Todo mundo já abraçou cada pedacinho de terra, que conversa de... Né não minha irmã?

Amanda - É, com certeza.

João - É igual o pessoal vem aqui... O pessoal passa na porta de casa aí, fala assim: "pô você é doido sô, você tá investindo...". Tô investindo mesmo, eu tava morando num madeirite lá embaixo lá ninguém ia lá me visitar, ninguém ia lá me falar um trem bão. Aí agora que eu tô construindo aqui, pessoal tudo jogano pedra: "Pô, você tá investindo porque?. Eu tenho que investir, eu tô morando aqui pô. Eu deixei de pagar R\$900,00 reais de aluguel há nove meses atrás, era o que? R\$7.200,00 reais no bolso de outra pessoa que não ia ter volta. E tá ali, eu tô investindo no futuro do meu filho, no meu futuro, na minha saúde, que dava dia dez, dia doze, eu ficava doido pra pagar R\$900,00 reais de aluguel.

Seu Adão - ...Mas ela ainda passou aqui: "cê é doido de fazer uma casa desse tamanho, porque você não fez um barraquinho?". Eu falei: "Aqui oh, eu tinha um sonho, um dia eu fazer minha casa, e era do meu jeito". Quer dizer, ainda não tá do meu jeito ainda porque eu não consegui bater laje ainda, mas logo logo eu vou conseguir, se deus quiser. Pelo menos os cômodo do jeito que eu queria, do tamanho que eu risquei eu falei: "Vai ser feito é assim" e fiz, uai.

Luiz - E o que que você acha, Seu Adão, do Minha Casa Minha Vida, esses predinhos?

Seu Adão - Se eu for trocar uma casa dessa num predinho pra mim vai ser grande prejuízo, que diz que o predinho... Inclusive meu primo trabalha lá no... Como é que eu falei ali perto da sua casa lá... É, lá no Galé. Diziam que se um entrar na cozinha lá, que o outro tem que sair.

João - Oh, eu... Esses predinho pra mim, com sete criança dentro de casa, você acha que daria certo um predinho de três quartos?

Elielma - Sete crianças aí oh...

Luiz - Você tem sete filhos?

João - Sete filhos.

Elielma - Sete filhos, aí. Me diga aí. Eu fico é com vergonha, de boa, um negócio desse aí...

Cadu - Se você perguntar pra um mendigo no centro se ele quer morar num predinho, ele prefere morar aonde é que ele tá, que ele tem um acesso melhor às coisas.

NOME - Não porque tipo assim, criança querendo ou não já causa um atrito entre vizinhos. Aí imagina sete crianças dentro de um prédio...

Elielma - Nunca.

João - No apartamento, né? Num apartamento de ...

Luiz - 44 metros

Elielma - É bom você ver isso aqui... Oh, quando eu falo que tem gente aqui que... Tinha época... Sete filhos?

João - Sete Filhos

Elielma - Sete filhos. Tinha vez que eu tava realizando ali o cadastro de morador, e o morador falava assim... Eu falava: "quantos filhos você tem?", "onze". Chega... Me dava era preguiça de escrever o nome de todo mundo pra você ter uma ideia. E quando a gente fala pra fora que tem gente aqui que tem dez, oito, sete, cinco filhos, "ah, vocês tão exagerando". Táí oh, conta aí...

João - Sete filhos.

Elielma - Sete filhos, aí.

João - Não são todos meus no registro, mas quem criou fui eu, quem cria até hoje é eu, então são meus. Mora comigo, eu moro com a mãe deles, ela gosta de mim, eu gosto dela, então são meus. Sete filhos. Aí vai caber? Sete... Oh, sete crianças mais dois adultos nove, que que eu vou ter que fazer?

Luiz - Não cabe não, o apartamento de quarenta e quatro metros quadrados.

João - Pois é.

Elielma - Pega essas nove pessoas, divide por quarenta e quatro, pra ver quantos... Quantos metros cada ser humano vai ter de direito dentro de sua casa ali, faça as contas aí. É um tapa na cara da sociedade esse negócio de apartamento de quarenta e quatro metros quadrados. Eles tão enjaulando as pessoas, igual tão fazendo aí com os presos, superlotando. Ah, é uma vagabundagem da porra.

João - Enquanto isso eles moram num quarto de quarenta e quatro metros quadrados, quase, a casa deles.

Elielma - É, tá vendo aí.

João - Eles dormem, só simplesmente dormem, nem moram. Pois é dorme, dorme num quarto de quase quarenta metros quadrados, e a gente tem que sobreviver dentro de quarenta e quatro metro quadrados com sete crianças.

Seu Adão - Tem jeito não.

João - Então, é dolorido.

Cadu - Olha, Minha Casa Minha Vida funcionaria se fosse um por andar, de um tamanho que desse pra todo morar, mas né... Desse jeito aí...

Luiz - Pois é, o lote padrão aqui é... Quanto que?

Cadu - Dez por quinze, dez...

Luiz - Cento e cinquenta metros quadrados.

João - Dez por quinze. É, cento e cinquenta metros, dez por quinze.

Luiz - É, ou seja, mais que o triplo do Minha Casa Minha vida?

Cadu - Isso. E... Que dá pra você ter sua horta, seu cachorro, as coisas que você... Né... Que a vida trouxe

NOME - É, ainda fora isso, que ainda tenho dois cachorro e um bocado de galinha.

Cadu - Você vai por... É, vai por a bicharada na onde? Vai por a bicharada na onde? Você vai... Como é que você vai ter uma horta? Nesses prédios aí fala que não tem garagem pra todo mundo. Um dia você vai querer ter um carro, porque hoje em dia carro não é luxo, é necessidade. Porque se move e não se move. Então a gente vai enfrentando muito problema e passando por cima desses problemas. Porque a gente tava com problema na área da saúde aqui, que o pessoal não era atendido nos postos, nós conseguimos... Tamo conseguindo superar isso aí. Escola pra criançada, não tava todo mundo estudando.

João- Uai eu não consegui trazer as criança tudo por causa dessa escola aí.

Cadu - Então pela nossa luta aí a gente vê que da certo, agora esses prédios aí é uma coisa que não deu certo, não dá certo, e o governo com a mídia tenta, com esses grandes empresários aí...

João - Antes desses... Passar essa proposta da gente de um apartamento de 44m<sup>2</sup> e tal, eu conheço um despejo que foi feito e colocaram o pessoal nos apartamentos. Vai lá no apartamento hoje, eu trabalhei três anos fazendo entrega lá, se você... Se tiver num prédio três, quatro apartamento com as porta da frente no lugar eu te dou minha casa ali pra você morar. Se você for lá agora e se não tiver uma reação suspeita pra você ver no meio do caminho... Pra você ver que lá não é um lugar que dá pra se criar sete crianças, eu te dou minha casa ali. Aquilo lá é uma desordem desgramada, é nego fumando droga na frente de criança, é mulher brigando com marido no hall da escada, e joga lá de cima, pixação, aquele trem horroroso, entendeu? Eu conheço...

Seu Adão - Uai e lá naquele São José ali no... Beirando a BR ali. Os próprios donos foi pra lá mesmo, hoje você pode contar quantos tem lá. Eles mesmo não ficou lá não...

João - Deveria se fazer uma reportagem em cima disso, dos lugares onde foram despejados. Despejados assim...

Luiz - Aonde que é esse que você citou agora, é em Belo Horizonte?

João - É, em Vespasiano ali no... Perto do Gávea sô, é... Maria José não gente...

Cadu - Santa Maria?

João- Não. É... Serra Dourada.

Luiz - Serra Dourada...

João- Em Vespasiano, bairro Serra Dourada. Ali o pessoal do Morro Alto foi desalojado de lá do Morro Alto, uma parte da favela do Morro Alto saiu e foi pro Serra Dourada. Vai lá no Serra Dourada lá no conjunto lá e pergunta ao redor desse conjunto pra população geral o que que aconteceu depois que esse conjunto do Serra Dourada foi constituído lá com o pessoal que foi contemplado com Minha Casa Minha Vida. Na rua da casa da minha sogra, inclusive, chega nesse conjunto. A iluminação lá falta, então

virou um ponto pros cara tá fazeno assalto, fazeno uma briga, direto tem gente esticado pro chão lá.

Luiz - Sim.

João - A paz é outra, muda totalmente.

Luiz - Elielma, e que que você acha que tem a semelhança entre a ocupação Vitória e lá em Lagoa Grande, sua casa, no sertão de Pernambuco?

Elielma - Não, não acho, porque a diferença de ocupação... Eu acho que são as mesmas, é...

João - É a mesma luta...

Elielma - É a mesma... É a mesma necessidade, é uma coisa que já vem há muito tempo, apenas cresceu, assim, de acordo com a humanidade. Foi crescendo de acordo com a necessidade, de acordo com o que tá sobrando pra gente, que é ocupar. É isso.

Luiz - Sim. Amandinha, e que que você acha do processo então do Resiste Isidoro, você acompanhou?

Amanda - Com certeza, acompanhei de perto. E na verdade foi muito tenso, assim, principalmente pro jovem na época daqui na ocupação. Ficaram sem ir na escola, porque a gente corria o risco de ir pra escola e quando chegasse taria a tropa de choque, ninguém pode.. Porque despejo ninguém pode entrar e quem tá dentro só sai, ninguém entra, e corria o risco. Aí ninguém ia pra escola, muitos jovens tomaram bomba, repetiram de ano, muitos ficaram na perilha no final do ano lá. E assim, foi muito tenso, mas sei lá... Foi uma fase, assim, muito difícil. Mas realmente, assim, ajudou bastante assim pra gente ter uma visão do que é a nossa luta hoje e pra gente encarar de frente o problema que vai vim por agora e que a gente não tá... A gente tá disposto a lutar, entendeu? Independente da idade, do nosso problema que a gente tá sofrendo aqui também pela discriminação. E não vamo da mole não, a juventude aqui da ocupação tá vidrada com isso. Tá todo mundo lutando. É isso.

Luiz - Claro. É, e o governo tá agora numa postura delicada né, de querer impor uma proposta... Impor então essa proposta que na realidade o povo não aceita, né?

Amanda - Eu acho ridícula.

Elielma - Oh, uma proposta absurda cara. Absurda. Você olha pra Minas Gerais, não existe política habitacional em Minas Gerais. O povo tem sofrendo. O povo há esse tempo todo só dando lucro pra quem tem imóvel, sabe? Hoje eu fico numa felicidade quando eu passo... Que eu trabalho com vendas, não sei se vocês sabem. E eu passo assim, quando eu vejo assim uma placa "aluga-se", "aluga-se", "aluga-se", "aluga-se", "aluga-se", "aluga-se", sabe cara? Eu falei assim... Eu vou falar pra Amandinha essa parada pra Amandinha montar um funk do aluga-se.

João - Antes de você sair já tinha outro na casa...

Elielma - Porque o tanto de negócio de aluga-se que tem é muito grande hoje em dia. Por conta de que? Das ocupações. E querendo ou não a gente acabou resolvendo um

grande problema da... Que não é nosso. Que não era nós que tinha que tá resolvendo esse problema de moradia não. Já é uma humilhação danada você ter que tá aqui, lutando, do jeito que a gente tá. A gente não tem os nossos serviços básicos, que é água, saneamento, energia elétrica, legalizado, tudo certinho, a gente não tem. Tem que ficar se submetendo a situações. Mas é muito melhor se submeter a situações do que pagar um absurdo desse de R\$700,00 de aluguel. Você com... Se você faz uma compra de R\$700,00 reais aqui, pra um cada desse que tem sete filhos, uma compra de R\$700 reais...

João - Não é nada, não é nada. Lá em casa não dá.

Elielma - Com um tanto de filho desse aí também, até te sugiro tu comprar uma TV.

NOME - Pra fazer um almoço ali é cinquenta, sessenta conto irmão. Pra fazer um almoço sábado ali é R\$50,00, R\$60,00 reais. E outra, é igual essa questão de política.. Aqui tem aproveitador? Tem, tem um cado de aproveitador. Mas na onde não tem? Na política, na câmara lá, o que mais tem é aproveitador.

Elielma - Pimentel.

NOME - O que mais tem é aproveitador. Que olha pra você ver, uma proposta dessa... Porque que ia sair essa proposta da gente? Por causa da Direcional. A Direcional é de quem? Aí vai ver que o que mais tem ali dentro da câmara é aproveitador. O que que tem dentro do legislativo? É só aproveitador, a maioria.

Luiz - O Ricardo Valadares inclusive ia receber o título de cidadão honorário lá.

Elielma - Recebeu não...

Luiz - É, ia receber.

Elielma - Recebeu mais foi cancelado.

Luiz - Foi cancelado.

Elielma - Eu queria saber se pode jogar no face aquele cancelamento lá.

Luiz - Uai, é bom pra constranger eu acho, porque ele desistiu por causa das ocupações, pra não passar vergonha, porque ele tá fazendo um desfavor à cidade. Ele receber um título de cidadão é um absurdo, ele tá querendo despejar oito mil famílias... Quatro mil, cinco mil, e vai receber título de cidadão honorário?

Elielma - E lhe digo mais, ele...

Cadu - No momento de fraqueza aqui na ocupação também, que era o mesmo momento que tava tendo as eleições, os... Esses... Alguns candidatos, esse pessoal todo aí, essa corja toda aí, que que eles fizeram? Vieram falando que iam olhar o nosso caso, tanto é que o Pimentel se propôs nas mesas de negociações...

Elielma - Verdade. Me abraçou, abraçou o Cadu, falando "Eu vou lá, nós vamos conversar". Não foi Cadu?

Cadu - Isso, porque a gente é... "Nós somos o povo"

Elielma - Abraçou a gente...

Cadu - Aí ele falar que "Nós somos o povo". Ele falou, como assim, né? "Nós". Ele falando: "Nós somos o povo". Tem tudo gravado direitinho.

Amanda - Se incluindo, né, na luta e...

Cadu - É, se incluindo. E no momento que a gente tava passando por uma grande dificuldade, opa... Não é... Não veio nos comprar não, mas vão tentar ajudar esse PT ou qualquer um que vier assim, enfim, e quer ajudar o povo, vão tentá. Só que mais uma vez da pra ver que a gente não pode confiar em governo nenhum, porque se a gente tiver de confiar em alguém, é na gente. Primeiramente em Deus, depois no potencial de cada um, não só das ocupações, mas qualquer luta que valha a pena a gente confiar, que isso da certo. Que o governo não vai mudar não sendo... Sendo PT, PSDB, enfim, enquanto for partido vai ser uma merda, se não unir tudo de uma... Numa classe só, vai ser sempre o partido, então o partido nunca vai fazer nada, a não ser pra ele mesmo, pra parte que cabe ele, que é a parte dominante, é a dos ricos, que é essa classe que quer oprimir o povo. Só que nós das ocupações aqui já tão feliz e satisfeito, e qualquer luta que tiver, tanto por moradia, saúde, educação, assim, é muito importante pra cada um aqui dentro hoje, depois desses dois anos nessa luta, que venha mais anos de luta. Mas um dia eu creio que se tiver todo mundo unido, tanto o governo quanto o povo, aí vai dar certo. Agora enquanto tiver... Não tiver unido, eles quiserem só enganar, enganar, enganar, a gente já tá cansado de ser enganado. Então é hora de tirar esse narizinho de palhaço que a gente... Que a sociedade, o povo mais pobre e humilde usa, e dar pra eles usar lá, que a gente tá cansado de ser o palhaço. Agora a gente vai ser o cara que joga a torta na cara dos palhaços.

Elielma - É o povo que tem que governar, nós não vamos...

Seu Adão - E porque quando esse negócio tava aquele mato aqui... Quando a gente chegou aqui era mato mesmo, porque que eles não...

João - ...Não fez Minha Casa Minha Vida?

Amanda - Antes, antes de ser ocupado...

Seu Adão - E assim, antes da gente chegasse aqui num dia, no outro dia eles não viessem e falasse: "Adão, vamo desocupar todo mundo porque isso aqui já tem esse projeto e isso aqui". Eles foram esperar quase um ano pra depois eles querer fazer. Porque depois que eles passou que eles viu as rua tudo aberta, eles falaram "Agora tá mais fácil pra gente entrar".

João - É igual... Eu tô sem trabalhar, minha esposa tá sem trabalhar, se eu tivesse que pagano aluguel que que eu ia fazer? Aí eu tô na minha casa ali...

Seu Adão - Eu vi uma entrevista do prefeito na rádio que tem alguém ajudando a gente a abrir rua. Quem? Aqui é casa dos outros e nós todo mundo é amigo, foi cada um dá um pouco...

João - Todo mundo no peito. Essa rua aqui você pedia dez reais pra um pra te ajudar, falava "Eu não tenho carro não". Aí no dia que tava passando mal, ia lá em casa, que eu tenho carro, pra levar o filho pro hospital, pra levar a esposa pro hospital.

Seu Adão - Vamo ajudar aqui nós abrir ao menos uma rua aqui pro caminhão entrar, ao menos um pedacinho aqui pra trazer material. Teve gente aqui que trazia material um pedaço e o resto carregava no carrinho.

João - Aquela época de eleição que eu vi o carro passando aqui véi, eu fiquei injuriado. Eu tava bem lá em casa lá deitado, eu vi o carro de som passano lá. "Fulano de tal, que não sei o que" e aquele tanto de gente, na rua principal aqui passano.

Amanda - É, porque na eleição eles viram que o povo existe, né?

Elielma - A gente tá muito próximo da revolução. Isso é revolução, o que a gente tá fazendo aqui. Mas você imaginar que isso aqui tudo, as ocupações urbanas, serem construídas só com a luta do povo, a gente tá muito próximo de a gente... De atingir um objetivo assim, que vai, assim, mais coletivo, mais... Como é que eu falo? Mais nacional mesmo, assim, em geral, sabe? Eu acho que a gente tá muito próximo de realizar uma coisa com mais assim, muito maior. E não é que isso aqui é pequeno não. Não é pequeno não, mas olha só como é que já tá aqui oh, construído...

Amanda - Mas foi um grande que a gente construiu, cada um...

Elielma - Só com o povo aí oh...

Amanda - Só com o povo.

Elielma - Não tem mão de ninguém. Eu escutei deputado falar assim... Eu escutei deputado falar assim: "Olha, vocês não iam conseguir abrir uma rua daquela, essas coisas tudo não, fazer tudo isso não, só com o povo não". Eu falei: "Só com o povo. Agora aprenda aí oh, aprenda aí e faça lá, faça! Aprenda com as ocupações e faça, é assim que faz. Não é negócio de ficar conversando... Balangano na cabeça do pobre não".

Seu Adão - O prefeito de Belo Horizonte falou isso na Rádio Itatiaia, que a hora de máquina é muito cara pra poder falar que não tem ninguém... Que foi só o povo que conseguiu abrir essas ruas aqui, que não acredita nunca. É só ele chegar que a gente prova pra ele como é que foi.

Elielma - Porque tá achando... Porque sabe o que que é isso aí? É achar que o povo é bobo. Porque eles vêm, faz meia hora de campanha na TV, fala que vai fazer um tanto de coisa pro pobre, a pessoa não tem nem opção. Que fala que votar... "O Brasil é um país democrático". Democrático? Num país que se você não votar, você tem uma multa? Que porra de democracia é essa aí? Sai fora meu irmão. Vem com essa ideia, vai. Dá licença, respeita meus trinta e quatro anos de idade aí oh, sou filha de seu Xanduzinha.

Seu Adão - Igual eu que sou aposentado. Se eu não votar eles vão lá e cortam minha aposentadoria porque eu não votei.

João - Eu nunca deixei de votar não, mas a partir de hoje eu vou justificar. Eu vou votar em branco. Aliás em branco não, eu vou anular. Eu vou é anular que se eu votar em branco serve pra um ainda, eu vou é anular meu voto agora.

Elielma - Que é uma vergonha... Por isso que toda... Outros países aí por fora fica rindo da palhaçada aqui, "É um bando de otário, não sabe nem o que é democracia".

João - É igual eles falou... Você falou esse negócio da ocupação aí que nós não fala, essas rua e tal. Tem um país aí que o... Como é que eu vou dizer? A renda que é arrecadada do governo da rua aqui, por exemplo, o IPTU da rua, das casas dos dois lados da rua, é investido na rua pelos próprio morador. Os próprio morador faz as melhoria que tem que ser feita na rua.

Luiz - Ah sim, administra o dinheiro coletivo ali...

João - O próprio morador da rua. O dinheiro dessa rua, o IPTU dessa rua todo, vai pra um lugar nessa rua, vai junto os morador e se organiza e gasta ele todo nessa rua, entendeu? Pra melhoria da rua. Porque que aqui...

Cadu - Qual o valor dos prédios do Minha Casa Minha Vida que eles tão querendo dar aí? O valor total de um predinho desses, você sabe?

Elielma - R\$78 mil.

Cadu - R\$78 mil. Desses R\$78 mil, você pega vinte mil reais, dá qualquer um aqui dentro da ocupação e um lote desses do tamanho... Pode ser 10mx10m, cem metros, pra você ver se ele não faz uma casa, com uma garaginha, com tudo bonitinho, com esses vinte mil reais. Agora eles vim justificar setenta... Que vai gastar setenta e tantos mil...

Elielma - Olha a economia que a gente não pode fazer...

Luiz - E pra onde que vai esse dinheiro, né?

Cadu - É muito lucro pra uma empresa, então tem muita falcatrua. Então, né, tem alguma coisa...

Elielma - Você gastou quanto?

João - Eu gastei dezesseis mil reais pra fazer minha casa, tô pagando até hoje o banco.

Elielma - Olha só, dezesseis mil, olha o tamanho da falcatrua. Dezesseis mil reais o cara gastou pra construir uma casa pra criar ele e a família dele, que em número dá nove pessoas. Dezesseis mil. Aí o governo vai gastar setenta e oito mil reais? Pra poder... Em apartamento, sendo que o povo já construiu o rio com suas próprias mãos? Meu deus do céu, o dinheiro nosso tá servindo é pra coisa... Pra limpá é o cú rapaz. Eu vou dizer uma coisa dessa de boa, eu fico é com raiva. Dezesseis mil pra setenta e oito mil tá uma diferença grande demais, dá pra resolver problema de, por exemplo... Dá pra resolver um problema de fome, que é uma vergonha. É uma vergonha. Acho que nenhum país no mundo tem o tanto de fruta que tem o Brasil, de tão tropical que é a porra. Aí eu vou dizer, o povo aqui passano fome. Que que é isso aí?

Amanda - Mas o Brasil se preocupa mais é com construção de viaduto, pra enfeitar pra Copa do Mundo, essas coisas.

Seu Adão - E só que não é de graça também não, que se eles for passar pra gente, a gente vai ter que pagar. E como é que eu vou fazer pra pagar?

João - Não, e esses setenta e oito mil que eles vão gastar, do nosso bolso vai sair o dobro, ou mais.

Seu Adão - Pois é, e aí como é que faz?

João - Eu já fui... Eu tive fazeno uma... Como é que eu vou dizer?

Elielma - Uma análise?

João- Uma análise de um apartamento desse uma vez, eu ia dar trinta mil de entrada, que é o que eu gastei lá embaixo, aí teve o... Eu gastei doze mil lá embaixo aí teve o...

Amanda - ...Remanejamento

João- Remanejamento aqui pra cima, e eu gastei dezesseis aqui. Eu gastei trinta mil reais ao todo, total, gastano de lá de baixo aqui pra cima, pra vim cá pra cima morar aqui. Eu ia dar trinta mil reais de entrada e ia pagar 362 parcelas de R\$533,00 pra ter um apartamento de três quartos pra caber as crianças.

Seu Adão - Eu depois ainda vou ver esse juro da caixa ainda, que esses dia que eles me emprestou que eu tava fazeno umas conta, eu vou ter que... De nove mil que eles me empresto eu vou ter que pagar quinze mil [inaudível 26:48].

João- Quando eu vim pra cá, eu comecei a mexer aqui, eu peguei vinte e seis mil reais no Bradesco e tô pagando quase oitenta mil reais com os juros.

Seu Adão - Eu vou dar um jeito de correr atrás desse negocio, que eu tenho as folhas de contrato tudo aqui.

Luiz - Você pegou empréstimo pra construir?

João - Eu peguei empréstimo de vinte e seis mil, construí... Comecei a construir lá embaixo, teve o remanejamento eu vim cá pra cima, gastei doze lá embaixo, dezesseis aqui e sobrou uma mixaria.

Cadu - E esse remanejamento quem que fez? Foi através de quem que teve esse remanejamento?

NOME - Esse remanejamento foi feito do povo pelo povo. O pessoal da associação se uniu com o pessoal que morava lá embaixo, negociou a área e dividiu os lotes pra poder caber todo mundo.

Cadu - Mas negociar é com essa empresa Direcional, não é isso?

João- Isso.

Cadu - E agora eles chega e fala que quer tirar todo mundo do mesmo jeito. Então eles tão fazendo hora com a cara do povo já tem um bom tempo. Então tem que ter claro que o povo já tá cansado e não vai...

João - Eu morei seis meses lá embaixo no barracão de madeirite quando eu tava construindo, tem nove meses já que eu tô aqui. Ou seja, só aqui, nove vezes novecentos, R\$ 7.200,00 reais que eu deixei de pagar de aluguel. Eu pagava R\$900,00 reais.

Elielma - Deixa eu dizer uma coisa... É, eu assim, deixa eu falar uma coisa pra vocês, assim. O certo de que tudo, assim, que a gente aprendeu aqui nessa luta, que a gente continua aprendendo, eu falo assim...

Seu Adão - Cada dia que passa a gente aprende uma coisa

Elielma - o que a gente já passou aqui, assim, sem poder público, fora de tudo, e o povo assim, na luta, construindo... O povo é lutador. Desde a época do Egito, o sofrimento, aquela... Você vê que naquele sofrimento todo e o povo orando, e o povo curtindo um ao outro, e naquela humildade, naquela correria de ir atrás da palavra certa, poxa. O povo unido já construiu, assim, o mundo, né?

João - É, e tipo assim também, no apartamento eu não vou ter a hospitalidade que eu tenho aqui. Por exemplo, se eu precisar de uma verdura, eu posso vim aqui no seu Adão que eu tenho certeza que ele vai abrir mão de tirar uma na horta dele e me dar, igual eu faço sempre.

Elielma - É, tem muito disso também aqui...

João - Eu tô ali fazendo uma comida ali, lá em casa só tem o arroz e o feijão, "Ô Seu Adão, você não tem uma couve aí não, tem uma mandioca aí não?". Ele vai lá no maior prazer e ranca uma mandioca, uma couve e dá a gente pra gente tá fazendo ali, entendeu? E outra, outro dia eu cheguei azul de fome, tava na manifestação, aí chegamo azul de fome. A Elielma tava lá, fez um mexidão, todo mundo comeu, o maior prazer. E no apartamento, será que vai ter isso? Vai ter é vizinho brigano, "Ow seu menino tá pulano aqui ô carai tá fazendo barulho".

Seu Adão - "Eu tenho que levanta cedo amanhã que eu tenho que trabalhar".

Elielma - É, neguim bateno em sua porta: "Aqui, me empresta seu quarto hoje aí, porque você não tá usano e eu tô precisano, e vai ficar por isso mesmo", aí você empresta. No outro dia ele pega a sua sala, no outro dia ele fala: "Aqui, não tá dano mais pra continuar todo mundo não, acho que é melhor você sair, porque eu tô aqui e tal, de qualquer forma eu tenho um movimento e tudo, e tal, então..."

Seu Adão - Você vai discutir?

Elielma - Você vai discutir? Aí você cai fora, o apartamento fica pro cara mais esperto, pra malandragem, e aí?

NOME - Que é a história que eu falei lá dos apartamento... O pessoal que saiu do Morro Alto lá, eu sei que lá tem trabalhador, a sociedade sabe que lá tem trabalhador. Mas junto com esse trabalhador tem os aproveitador, tem os marginal, entendeu? Tem os traficante, tem os ladrão. Então tá todo mundo junto e misturado. Se eles achar que a

pessoa não deve continuar lá você acha que o governo vai lá bater peito, falar que a pessoa vai continuar? Não vai. A pessoa sai eles toma conta do apartamento.

Seu Adão - E outra, se você falar que eles não vai fica, a polícia chega ali eles casca fora. Aí depois eles volta, aí pronto, aí vai mata o cara. Eu mesmo, se fosse comigo eu não ficava não uai, porque eu morei num lugar, graças a deus todo mundo me respeitava lá, tinha movimento mesmo lá e eu andava no meio deles pra lá e pra cá. Eles me respeitava, mas eu via o que eles fazia com os outros lá.

**ANEXO III:**

**HISTÓRICO DO PROFAVELA – JOSÉ CARLOS LAENDER**

# HISTÓRICO DO PROFAVELA

Arq. José Carlos Laender de Castro

Até 1982, o principal problema dos moradores das 140 favelas de BH (350.000 favelados) era a política de remoção pura e simples realizada pela PBH através da CHISBEL.

Com a posse do Prefeito Julio Laender, houve por parte de sua assessoria uma mudança de atitude em relação à política dos assentamentos espontâneos irregulares denominados "favelas", densamente povoados e habilitados por pessoas carentes.

Através da UTP ( União dos Trabalhadores da Periferia) na pessoa de seu Presidente Francisco Farias do Nascimento e sua diretoria Vicente Gonçalves, João Pio , Felipe Cupertino e outros , foi realizada uma histórica reunião ( 15 de Maio de 1982) entre as lideranças de favela com o Prefeito Julio Laender . Foi nesta reunião que Chico Nascimento solicitou que se criasse uma comissão para estudar o problema da terra, o direito de posse, cuja população de moradores representavam 20% da população da capital.

Criou-se então, em Junho de 1982 na PBH, uma comissão para estudar o Programa Municipal de Regularização de Favelas, o PROFAVELA do qual fui seu primeiro coordenador ( Equipe : José Roberto Freire Pimenta, Maria Laudelina Garcia, Claudio Magalhães Alves, Ariane Figueirêdo Ko, Maria Cristina Magalhães, Eduardo Tomich ).

Sendo assessorado juridicamente pelo PLAMBEL ( Advogado José Rubens Costa) este programa foi amplamente discutido pelos vários segmentos da sociedade, ou seja, UTP, Igreja Católica, Pastoral de Favelas, Sociedade Mineira dos Engenheiros, Sindicato dos Engenheiros, IAB-MG, Plambel, Prodecom, FJP, BNH, Minas Caixa, Secretaria de Obras do Estado, Secretarias Municipais, Aciso, etc.

Finalmente , em Setembro de 1982. ( e, dois meses antes das eleições municipais) o PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS ( PROFAVELA) foi apresentado no plenário da Câmara Municipal de BH pelo Vereador João Gualberto da Silva ( PMDB).

Parece obra do destino o fato de que num Estado conservador como Minas Gerais, às vésperas das eleições de 82, o PROFAVELA , um Programa dos mais avançados em direito urbano na época, tenha sido aprovado na Câmara Municipal de BH, graças ao trabalho dos vereadores João Gualberto , Antônio Carlos Carone, Rogério Vidigal, Helvécio Arantes, Tomás Edson e outros. Finalmente, no dia 06 de Janeiro de 1983, foi sancionada pelo então Prefeito Julio Laender a LEI nº 3532/83 ou LEI DO PROFAVELA

Com esta LEI DO PROFAVELA , ficou criada o SETOR ESPECIAL 4 (SE-4) que dá direito de posse, que possibilita a urbanização e a legalização jurídica das favelas de BH. Criando-se portanto condições de seus moradores se tornarem proprietários das áreas onde já detem a posse da terra.

Com a criação do PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS ( PROFAVELA) definiu-se portanto uma nova política social com relação aos favelados , eliminando-se a remoção pura e simples das favelas realizadas com extrema violência e desumanidade pela outrora CHISBEL.

Assim, a PBH passou a considerar oficialmente as áreas faveladas do município através do SE-4, pois até então, nem constavam no mapa da cidade, sendo apenas um vazio.

A partir de então cresce o movimento popular de favelas, através de suas três organizações: a UTP ( União dos Trabalhadores da Periferia) através de seus grandes líderes Chico Nascimento, Vicente Gonçalves e Felipe Cupertino.

**A PASTORAL DE FAVELAS** com o Padre Pigy Emely Vieira Salazar, Rosa Brambilla e José Carlos Laender e a FAMOBH (Federação das Associações de Moradores de BH) com Dalva Estela Rodrigues e João Pio. Em 1983, passamos a assessorar os movimentos populares de favela juntamente com o topógrafo Barnabé Luz Rodrigues.

Devido a nova política com relação às favelas, as comunidades faveladas rejeitaram o **PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR** apresentado pela PBH, e que era uma mera aplicação das normas do antigo BNH e passaram a exercer uma grande atividade de mobilização através de constantes reuniões que culminaram com a grande manifestação do dia 05 DE JULHO, no Parque Municipal ( Teatro Francisco Nunes) onde se concentrou 10.000 favelados para pressionar a PBH.

As principais reivindicações desta manifestação foram:

- a) Repúdio do Plano Municipal de Habitação Popular da PBH.
  - b) Regulamentação imediata da **LEI DO PROFAVELA** ( Plano Municipal de Regularização de Favelas).
  - c) Decreto regulamentando a indenização pela necessidade de remoção por motivos de obras públicas.
  - d) Solução para os favelados que já tinham sido atingidos por medidas judiciais que estavam na iminência de serem despejados e os que já tinham o despejo decretado pela justiça. Foi criado nesta ocasião uma Comissão Paritária para regulamentar a **LEI DO PROFAVELA** composta de um lado pelas entidades faveladas ( UTP, Pastoral de Favelas ), e seus assessores técnicos José Carlos Laender, Vicente Gonçalves e Barnabé Luz Rodrigues e do outro lado pelos representantes da PBH ( os secretários Walfrido Mares Guia ( Planejamento), Otimar Bicalho ( Ação Comunitária ) Gilson Assis Dayrell ( Desenvolvimento Urbano), Dirceu Coutinho ( Obras Civis) com seus respectivos assessores e redação final do Dr. Coutinho.
- Desta concentração que virou o **DIA DO FAVELADO**, resultou a autorização pelo então Prefeito Hélio Garcia, dando início imediato aos serviços de topografia através da SUDECAP para delimitação territorial das favelas de Belo Horizonte com SETOR ESPECIAL 4 ( SE-4) na Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Decreto Municipal nº 4845 de 08 de Dezembro de 1984, delimitou 128 como Setor Especial 4 ( SE-4) dando solução aos problemas das favelas que estavam sujeitas a despejo judicial. E o decreto nº 4758 de 11 de Dezembro de 1984 fixou o valor mínimo de indenização por cômodo ( 25 UPC) ou por m<sup>2</sup> ( 4 UPC) para os barracos que tiverem de ser removidos por motivos de obras públicas.
- Houve uma participação efetiva e muito grande em prol da **PROFAVELA** do Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Ronan Tito, do padre Pigy

da Pastoral de Favelas, de D. Serafim Fernandes Araujo ( Arcebispo Metropolitano ), do Secretário Municipal de Planejamento Walfrido Mares Guia e da AVSI ( Associação dos Voluntários do Serviço Internacional ) através de Ana e Livio Michelline.

Depois de inúmeras e exaustivas reuniões ( 78 horas ) o Decreto da Regulamentação da **LEI DO PROFAVELA** tomou o nº 4762 de 11 de Agosto de 1984, assinado pelo Prefeito Ruy Lage. Posteriormente, o vereador Antônio Carlos Carone, então Presidente da Câmara Municipal de BH participando do Seminário sobre o **PROFAVELA** na PUC ( patrocinado pela AVSI e Pastoral de Favelas ) juntou a **LEI DO PROFAVELA** (3532/83) e sua regulamentação (4762/84) em único documento sob. o nº 3995 de 16 de Janeiro de 1985 denominado **LEI DO PROFAVELA** e sua Regulamentação.

A viabilidade do Programa Municipal de Regulamentação de Favelas ( **PROFAVELA** ) só se tornou possível graças ao convênio entre a AVSI ( Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional ) com a Prefeitura de Belo Horizonte através da URBEL.

Com isto tivemos mais de 6.000 títulos de propriedade entregues em cerca de 10 vilas e favelas, assim como em andamento cerca de 4.000 títulos nas vilas Alto Vera Cruz, Senhor dos Passos, Pedreira Prado Lopes e Vila Aparecida da Serra.

Em 1985/86 elaboramos conjuntamente com o topógrafo Barnabé Luz Rodrigues um programa denominado Grande Profavela que viria a ser 10 anos depois o embrião do **PROJETO ALVORADA**, que se torna realidade.

Lembro-me em 1985 das palavras iniciais do Presidente Internacional da AVSI, Arturo Alberti quando nos dizia que "Este seu sonho, o **PROFAVELA** se tornará realidade através da ajuda da AVSI".

Finalmente , termino este artigo com uma frase para reflexão :

**"Num País pobre e subdesenvolvido economica e socialmente como o Brasil, favela não é problema , é solução; reurbanizando e titulando"**

*João Carlos Saender Castro*

- \* Assessor Especial do Prefeito Julio Laender
- \* 1º Coordenador do PROFAVELA
- \* Assessor Técnico da UTP
- \* Presidente da Honra da FAVIFACO
- \* Assessor técnico do CEMCASA
- \* Diretor de Planejamento URBEL ( 89/90)
- \* Presidente da URBEL ( 91/92)
- \* Membro do Conselho Consultivo Plano Diretor BH.

*João Luiz Fernandes Vasconcelos*  
*em os cordiais cumprimentos*

ANEXO IV:

Cartilha “Minha Casa, Minha Luta”



# MINHA CASA, MINHA LUTA!

Material de formação para grupos e  
movimentos de luta pela reforma urbana

Cartilha 1

## APRESENTAÇÃO

Companheir@s,

~~milhões de brasileiros e brasileiras estão desprovid@s de um lar ou de condições mínimas para uma moradia digna, sofrendo, diariamente, humilhações e sofrimentos diversos, além da insegurança e medo do dia de amanhã. Entra ano e sai ano, mas as tragédias anunciadas de desmoronamentos, soterramentos, deslizamentos de encostas etc. permanecem, arrancando a vida de mulheres e homens que foram levados a encarar os perigos de ocupação de áreas de risco. No momento em que redigimos a cartilha, os cadáveres da tragédia (anunciada) da Região Serrana do Rio de Janeiro, acumulam-se: segundo estimativas, os mortos passarão de mil.~~

Essas situações inaceitáveis motivam a organização de movimentos populares e a formação de uma frente que os unam, como a **Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos**. Um dos resultados dessa união de esforços foi a elaboração da cartilha *Minha Casa, Minha Luta*, produzida a partir de debates feito pela *Resistência Urbana* sobre um conjunto de problemas que afetam a vida cotidiana de milhões de brasileiros e brasileiras, concentrad@s nos espaços urbanos do país. Além de conhecer tais problemas e as suas causas, nós, militantes e lideranças comunitárias envolvidos com a organização popular, precisamos refletir sobre as ações do poder público e os seus impactos. Dentre elas, atualmente, destaca-se o *Programa Minha Casa, Minha Vida*, além de todo um direcionamento das cidades à realização dos chamados *mega-eventos*, como *Copa do Mundo* e *Olimpíadas* (cuja efetivação conta com uma ~~escalada de violência do Estado contra o povo pobre~~).

Assim, poderemos fortalecer nossa luta por uma política pública de habitação, que realmente esteja preocupada com a falta de moradia de milhões de brasileiros(as) e vinculada a uma profunda reforma das cidades brasileiras.

Boa Leitura!

## COMPREENDENDO O PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL

Atualmente, segundo dados oficiais, existe uma deficiência de cerca de 6,3 milhões de residências no Brasil. Mas, é importante destacar que vários estudos do problema questionam a obtenção desses dados, por negligenciar um quadro de degradação que é maior e mais amplo: muitos que não são tratados como “sem-teto” deveriam ser por causa das condições e termos de moradias. Aliás, a vergonhosa situação da moradia no Brasil fica ainda mais vergonhosa quando prestamos atenção em outro dado – o número de imóveis vazios no país, que ultrapassou os 6 milhões, segundo o *Censo 2010*, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em São Paulo, por exemplo, o estado recordista de domicílios vagos, a quantidade atinge 1,112 milhão. Para esclarecer uma dúvida comum, o número de imóveis vazios no país não é ele vadíssimo porque foi infado com a inclusão de casas de ocupação ocasional (de veraneio, por exemplo) e moradias temporariamente vazias durante a pesquisa. Tanto as casas de ocupação ocasional quanto as moradias temporariamente vazias durante a pesquisa não compõem o número de imóveis vazios no Brasil.

Abaixo, disponibilizamos o déficit habitacional por estado, segundo a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007)*, realizada pelo IBGE.

Rondônia	52.472
Acre	21.063
Amazonas	146.268
Roraima	16.379
Pará	317.089
Amapá	30.449
Tocantins	68.964
Maranhão	461.396
Piauí	139.318
Ceará	314.949
Rio Grande do Norte	117.647
Paraíba	122.166
Pernambuco	281.486
Alagoas	123.245

Sergipe	73.499
Bahia	510.677
Minas Gerais	521.085
Espírito Santo	101.124
Rio de Janeiro	478.901
São Paulo	1.234.306
Paraná	272.542
Santa Catarina	145.363
Rio Grande do Sul	285.261
Mato Grosso do Sul	76.027
Minas Gerais	86.679
Goiás	167.042
Distrito federal	107.248
Total	6.272.645

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007.

É inegável que a moradia assume uma importância crucial para as famílias buscarem uma vida digna. Por isso, a luta por moradia (integrada a um conjunto amplo de ações para modificar os espaços urbanos) representa um passo importantíssimo rumo à construção de um outro modelo de sociedade, bem diferente do atual. Conscientes disso, mulheres e homens organizados em movimentos populares desenvolvem várias formas de atuação, capazes de exercer pressão sobre os poderes dominantes estabelecidos. Foi somente assim que a moradia foi elevada à condição de um direito protegido pela Constituição Federal: por intermédio de uma modificação na Constituição (chamada de *Emenda Constitucional*), o direito à moradia alcançou o *status* de um direito constitucional de todos os brasileiros e brasileiras e, por consequência, um dever do Estado. Está expressamente escrito no artigo 6 da Constituição Federal, desde a Emenda Constitucional número 26, de 14 de fevereiro de 2000. Além do mais, a Constituição definiu que tanto a propriedade quanto a cidade (como um todo) devem cumprir uma função social, conforme regulações contidas em lei complementar. O *Estatuto da Cidade* (lei nº 10.257/01) surge, em 2001, com essa incumbência.

Entretanto, movimento popular que se preze não pode ser ingênuo de achar que com o reconhecimento constitucional o problema da moradia no país está

em vias de ser solucionado. O Brasil exhibe ao mundo um conjunto de leis avançadas (como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Cidade etc.) que convivem com um quadro social horrível! Sem dúvida, é uma convivência bizarra, onde “temos direito, mas um direito que não temos o direito de exercer” (Shakespeare). Não são raras as situações nas quais as leis sucumbem diante dos fortes interesses econômicos atuantes na sociedade capitalista. Assim é em todo o mundo, globalizado pelo sistema do mercado e do lucro, mas com incidência mais ampla e efeitos mais intensos em países como o Brasil, chamados de periféricos. Portanto, as lutas populares não podem afrouxar!

A situação é muito complicada. Por um lado, não há política pública de habitação realmente voltada para atender os interesses dos mais necessitados. Por outro, a casa é um bem muito caro e a situação de extrema desigualdade social impede grande parte da população de adquirir ou alugar um imóvel que ofereça condições de viver com segurança, conforto e dignidade. Um outro agravante do problema é a grilagem de terrenos e o subsequente loteamento clandestino, executados com a participação direta dos agentes do Estado.

Diante dessa grave situação, as ocupações dos imóveis e terrenos vazios, ociosos foi um meio muito utilizado pelo povo pobre (e continua sendo largamente utilizado) – na verdade, em muitos casos, foi o único meio que restou (e ainda resta). Assim, proliferaram-se as vilas, favelas e aglomerados urbanos, a partir da iniciativa do próprio povo, enfrentando, muitas vezes, condições adversas e arriscadas de ocupação. Historicamente, tais ocupações ou foram tratadas com repressão ou com clientelismo pelos governos e órgãos estatais. Porém, apesar da ideologia dominante correlacionar automaticamente ocupação irregular a pobres, o fato é que acontecem no Brasil muitas ocupações irregulares realizadas por gente endinheirada. Para selecionarmos um dentre muitos exemplos, na cidade de São Paulo o edifício de luxo Vila Europa (mais conhecido como “espigão da Tucumã”), embargado desde 1999 pela prefeitura, foi ocupado irregularmente. O embargo ocorreu por causa da ultrapassagem do limite estabelecido pela legislação municipal e previsto no próprio projeto original do edifício. Com isso, a prefeitura ajuizou uma ação jurídica solicitando a demolição de parte do prédio. A demolição foi autorizada, mas depois foi desautorizada em segunda instância. O processo ainda não foi concluído: enquanto isso, os moradores endinheirados continuam habitando o prédio, sem serem incomodados com ordens de despejos.

É muito importante destacar que algumas das ocupações populares (e indevidamente chamadas, pela mídia comercial, de “invasões”) resultam de um trabalho de mobilização e organização prévios, conduzidos por movimentos

populares – como os que integram a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos. Essas ocupações servem, também, como uma importante tática de pressão política sobre o Estado para a efetivação da Reforma Urbana (tema que será tratado mais adiante).

## PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

O *Programa Minha Casa, Minha Vida* (MCMV), do governo federal, baseia-se na promessa de construção de 1 milhão de moradias nos próximos anos voltadas às famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, que não possui casa própria ou financiamento habitacional e ainda não foi contemplada em programa habitacional anterior. De 1 milhão de unidades habitacionais prometidas, 40% (ou seja, 400 mil) serão destinadas a famílias com rendimentos mensais entre 0 e 3 salários mínimos. Por consequência, a maioria das moradias – 60% (ou seja, 600 mil) – será direcionada a famílias com rendimentos mensais entre 3 e 10 salários mínimos.

Os investimentos não estão sendo direcionados, prioritariamente, aos mais necessitados! A maioria esmagadora de famílias carentes de habitação encontra-se na faixa mensal de rendimentos entre 0 e 3 salários mínimos: para sermos exatos, 90% do chamado *déficit habitacional* concentra-se na faixa de 0 a 3 salários mínimos. No entanto, os investimentos não foram canalizados preferencialmente para a camada social mais atingida pelo problema habitacional no Brasil. Se estivesse contida no MCMV uma busca inadiável de resolução da vergonhosa



situação habitacional do país, era de se supor que, no mínimo, 90% das moradias seriam destinadas a esse público mais atingido, sobretudo porque as grandes empresas da construção civil serão fartamente contempladas com vantagens econômicas, bancadas pelo dinheiro público.

A interpretação desses números nos fornece uma pista clara de que, na verdade, o MCMV consiste, primordialmente, num programa econômico para movimentar o mercado imobiliário brasileiro, oferecendo apenas respostas mercadológicas ao grave fagelo habitacional e urbanístico do país. Em linhas gerais, o Programa efetuará uma injeção de dinheiro público (34 bilhões de reais) no mercado imobiliário - ou seja, no mercado de construção e comercialização de habitações (que envolve, também, compra e venda de terrenos). Com isso, fornecerá um combustível para beneficiar a indústria da construção civil e a especulação imobiliária<sup>1</sup>, num momento de dificuldades oriundas da crise econômica mundial do capitalismo. Apenas secundariamente (poderíamos dizer: "por tabela") consegue atacar as carências habitacionais do povo brasileiro, e de maneira reduzida, acanhada e deturpada (na medida em que segue parâmetros exclusivamente mercadológicos).

Para compreendermos melhor esse conjunto de análises e reflexões, devemos prestar atenção no peso que o capital imobiliário (construtoras, empreiteiras e incorporadoras) possui no funcionamento político-econômico do país. Ao financiar campanhas políticas com muito dinheiro, consegue receber grandes vantagens do poder público, como isenção de impostos, financiamentos facilitados (com recursos públicos) e, inclusive, concessão de terrenos. Por exemplo, o montante de dinheiro que as grandes empreiteiras jogaram para campanhas a deputado federal e senador nas eleições de 2010 foi gigantesco: ultrapassou em

<sup>1</sup> Especulação imobiliária é a apropriação de imóveis com o objetivo de aguardar a sua valorização e obter ganhos mais elevados com o aumento de seu preço ao longo do tempo. A forma mais comum de especulação imobiliária é manter um terreno ocioso esperando que os investimentos em infraestrutura ao redor elevem o seu preço.



Violência da  
Especulação  
Imobiliária.

mais de três vezes a quantia destinada nas eleições de 2006. Cerca de 54% dos deputados federais e senadores eleitos (264 deputados e 42 senadores) beneficiaram-se desses recursos, que alcançaram R\$ 99,3 milhões, segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral. O PT, elegendo o total de 100 congressistas (deputados federais e senadores), foi o partido que mais se beneficiou da dinheiro: R\$ 25 milhões; depois vieram PSDB e PMDB com R\$ 19 milhões e R\$ 12 milhões, respectivamente. A enxurrada de dinheiro para campanhas de governadores não ficou atrás. No Rio de Janeiro, palco central dos mega-eventos esportivos dos próximos anos, as principais doações à campanha do governador reeleito Sérgio Cabral (PMDB) partiram do capital imobiliário. A Camargo Corrêa e a OAS doaram, juntas, R\$ 2 milhões (R\$ 1 milhão, cada); a Queiróz Galvão doou R\$ 800 mil; a Tecnosonda, responsável por trabalhos de fundação e sondagens, destinou R\$ 500 mil. Em São Paulo, o financiamento da campanha do governador reeleito Geraldo Alckmin (PSDB) também foi predominantemente efetuado pelas grandes empreiteiras: do total de R\$ 34,2 milhões declarados cerca de R\$ 15,2 milhões (44% do total) veio do capital imobiliário. A Camargo Corrêa, por exemplo, doou R\$ 2,5 milhões; a Mendes Júnior canalizou R\$ 1,2 milhão; CRA Almeida, Egesa, OAS, Leão e Leão contribuíram, cada uma, com R\$ 1 milhão.

No programa MCMV o quadro não foi diferente: o capital imobiliário foi amplamente contemplado com todo o tipo de vantagem pública disponível para o setor.

O governo federal insiste no discurso de que o programa é uma grande parceria entre governo federal, estados, municípios, empresas e movimentos sociais. Na verdade, os movimentos populares que prezam pela sua autonomia e não se deixam levar pela cooptação do poder nunca foram parceiros na construção do programa e também não estão sendo na sua implementação. Isso significa dizer que a construção do MCMV não foi democrática, pois não garantiu a participação de importantes forças sociais que organizam a luta dos sem-tetos do país.

Da mesma forma, a execução do programa também não abre espaço para a participação dos movimentos e organizações populares, com controle social e autogestão dos recursos públicos. É também importante frisar que o Programa despreza iniciativas e experiências importantes, gestadas nos raros governos municipais comprometidos, efetivamente, com os movimentos sociais e a transformação da sociedade brasileira. Além do mais, a lei do MCMV (lei 11.977/09) também deixou de incorporar importantes instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade (lei 10.257/01) bem como as diretrizes mais importantes do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) em curso no

âmbito do Ministério das Cidades, mesmo com todas as grandes limitações do mesmo.

A desapropriação de imóveis urbanos, por exemplo, poderia baratear muito o custo da produção de moradias, facilitando o acesso à casa própria, pois o preço da terra é o componente mais caro da produção de empreendimentos imobiliários. Por isso, o programa já está engordando os bolsos dos especuladores imobiliários, que se tornaram agentes indispensáveis do programa.

A propósito, os instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade para regular a ocupação do espaço urbano (a fim de garantir áreas seguras para moradias populares e frear a especulação imobiliária) são abandonados pela esmagadora maioria das prefeituras brasileiras. Em alguns casos, são até incorporados nos Planos Diretores (que são leis municipais responsáveis por estabelecer regras de ocupação do solo urbano). Mas, ficam inofensivos numa folha de papel, na medida em que para serem efetivamente implementados precisariam de leis complementares (cuja elaboração não acontece). Um desses instrumentos é a *Zona Especial de Interesse Social (Zeis)*, que reservaria áreas urbanas sem risco para casas populares, podendo estar localizadas mais perto dos centros das cidades. Outros instrumentos importantes são o *Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Peuc)* e o *IPTU progressivo no tempo*, que protegeriam a função social dos imóveis, prevendo, no limite, a desapropriação de imóveis usados meramente com finalidades especulativas.

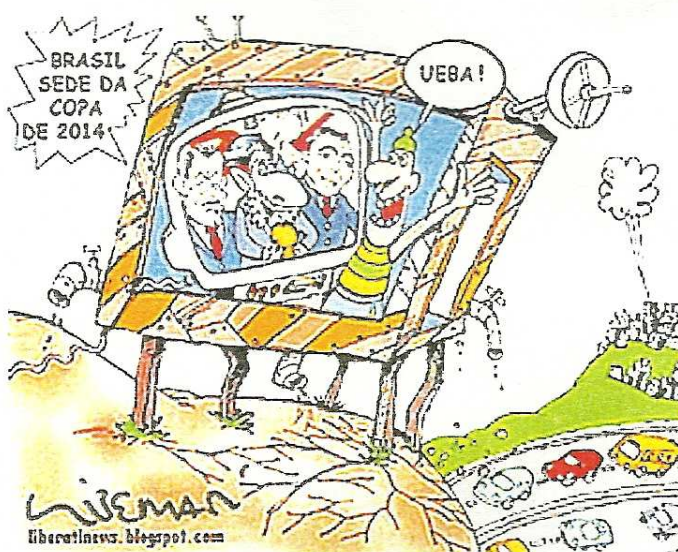
Para interpretarmos melhor essa situação, devemos atentar, novamente, para o (já mencionado) peso que o capital imobiliário (construtoras, empreiteiras e incorporadoras) possui no funcionamento político-econômico do país. São raríssimos os casos em que o poder público municipal enfrenta grandes empreiteiras e especuladores imobiliários.

Também faltou à lei do MCMV impedir o padrão de expansão periférico, precário e segregador que faz com que os novos conjuntos habitacionais para população pobre sejam construídos em localizações distantes dos centros, com pouca infraestrutura e serviços urbanos. Para romper com esse padrão, a lei deveria favorecer com mais recursos e subsídios os empreendimentos situados em locais bem servidos de saúde, educação, saneamento, lazer, transporte etc. Pela sua essência mercadológica, o MCMV contribuiu para o aquecimento do mercado imobiliário no Brasil (e, por extensão, para a cadeia de especulação envolvendo terrenos e imóveis): a título de exemplificação, cabe destacar que em algumas regiões da cidade de São Paulo o preço dos imóveis subiu 260%, no intervalo de um ano – de início de 2010 a início de 2011. Esse efeito mercadológico está colocando mais dificuldade, ainda, para a obtenção de terrenos voltados a famílias com renda de até 3 salários mínimos, nas regiões metropolitanas.

Até final de 2010, foram cadastrados 18 milhões de pessoas no programa Minha Casa, Minha Vida. O número previsto pelo programa de imóveis a serem construídos é de 1 milhão. Essa discrepância significa mais combustível na já explosiva questão social urbana no Brasil.

## OS MEGAEVENTOS, A GESTÃO EMPRESARIAL DAS CIDADES E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POBRES

Para enfrentarmos os grandes obstáculos à - reconstrução democrática do espaço urbano é importante compreendermos algumas mudanças significativas no modo pelo qual os governos interferem nas cidades, acompanhando transformações no sistema capitalista. Atualmente, predomina uma “nova” concepção de ges



tão urbana que defende, abertamente (ou seja, na maior “cara-de-pau”), o gerenciamento de cidades como empresas. Assim, a atual noção de “planejamento urbano” consiste não apenas em medidas preparatórias à viabilização dos grandes negócios, que incluem “limpezas urbanas”, “higienizações urbanas” (ou seja, despejos, remoções, criminalização da pobreza etc.): consiste no gerenciamento, propriamente dito, da cidade sob a mesma lógica de gerenciamento de uma grande empresa, denominada por pensadores críticos como *empresariamento urbano*. Com isso, desencadeia-se uma “competição” global entre as cidades para obter maior visibilidade e condições para atrair investimentos, abdicando-se da proposta de um planejamento urbano direcionado ao “direito à cidade”, ao “acesso universal à cidade” (que, a rigor, no Brasil nunca aconteceu).

É exatamente aí que se encaixa o papel crucial dos chamados *megaeventos*

“culturais” e, sobretudo, esportivos, como Copa do Mundo, Olimpíadas, Jogos Pan-americanos etc. Através deles, quantias enormes de dinheiro público são jorradadas para os cofres capitalistas, especialmente os imobiliários. Depois do evento, instalações vazias, inutilizadas e prontinhas para serem alugadas (me diante várias facilidades) à iniciativa privada.

Num país como o Brasil, marcado por uma arraigada desigualdade social, os *megaeventos* revelam-se como mais uma oportunidade para concentrar riquezas no lugar de distribuí-las. Confáveis estimativas indicam um gasto (direto e indireto) de 40 bilhões de reais para viabilizar a Copa de 2014, de acordo com as exigências da FIFA. A maior parte desses 40 bilhões será composta com dinheiro público, que, além de ser aplicado diretamente em obras, escorrerá ainda mais por conta do afrouxamento nas regras de licitação pública e de uma série de reduções de impostos (para o grande capital, é claro). Somente o estádio do Maracanã será contemplado com mais de 1 bilhão de reais para mais uma de suas incontáveis reformas.

Diante das nossas graves mazelas sociais, essas cifras astronômicas e suas destinações devem ser tratadas como escandalosas. O Pan-americano de 2007 mostrou-se um privilegiado exemplo. O orçamento original do governo federal, proposto em 2002, foi ultrapassado em dez vezes. Em fevereiro de 2007, as despesas dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, em conjunto com o governo federal, já giravam em torno de R\$ 3 bilhões. Em 2002, o ano da escolha do Rio para sediar os Pan 2007, a previsão era de 532 milhões de reais, ou seja, quase seis vezes menor. Até uma Escola de Samba carioca, cujo enredo consistiu numa homenagem ao Pan, foi financiada com dinheiro público. Por intermédio do Ministério do Esporte, a Escola obteve R\$ 1,8 milhão.

A viabilização da Copa já revela passos na mesma direção. Um estudo do *Tribunal de Contas da União (TCU)* contraria, frontalmente, as declarações de Ricardo Teixeira - presidente da CBF (*Confederação Brasileira de Futebol*) e do COL (*Comitê Organizador Local da Copa*), que prometiam uma participação majoritária de recursos privados nos gastos da Copa. Segundo o estudo, 98,56% dos R\$ 23 bilhões projetados somente para as obras da Copa de 2014 serão dinheiro público. E isso porque o estudo não considerou a dinheirama que será canalizada para o esquema megalomaniaco de segurança. A maior parte das verbas virá da Caixa Econômica Federal, do BNDES e da Infraero - estatal que administra os aeroportos do país, cujo gasto previsto será de R\$ 5,1 bilhões para reforma e ampliação de aeroportos. Juntas, as três empresas públicas investirão cerca de R\$ 16,5 bilhões até a abertura da Copa. Segundo o estudo, a iniciativa privada responderá pelo gasto de apenas 1,44% dos R\$ 23 bilhões previstos, ou seja, R\$ 336 milhões - o que equivale a menos de 10% do que o BNDES mobi-

lizará para financiar o projeto das arenas esportivas. Aliás, nesse caso, iniciativa privada reduz-se, na verdade, a clubes de futebol, visto que o dinheiro não sairá dos cofres de nenhuma empresa privada. É importante lembrar, também, que os clubes brasileiros de futebol carregam dívidas enormes com o Estado.

Torna-se muito relevante destacar o seguinte: com o peso financeiro e simbólico dos megaeventos, legislações são ignoradas, deturpadas ou afrouxadas. Instauram-se vários procedimentos de exceção, cuja incidência atinge licitações, tributos, planos diretores etc. Na África do Sul, por exemplo, até mesmo o âmbito jurídico foi atingido, através da instalação de tribunais especiais (leia-se: de exceção) para tratar de algumas situações conflituosas ou problemáticas, como o furto de uma mercadoria. Com isso, um conjunto de intervenções urbanas que em outros contextos seriam impedidas ou, pelo menos, freadas por parâmetros jurídicos ou administrativos, são executadas. Daí, alguns pensadores críticos falarem de uma “cidade de exceção”, de um “Estado de exceção”.

Vinculado aos megaeventos acontece a expansão de formas variadas de violência contra os pobres, inserida num quadro mais amplo de aumento do poder punitivo do Estado, que se manifesta no encarceramento em massa e no elevado índice de assassinatos “em nome da lei” perpetrados pelas polícias. No rol de violência contra os pobres (vinculado diretamente aos megaeventos), destaca-se a violação ao direito à moradia, por intermédio de despejos e remoções. Nos jogos olímpicos de Pequim, por exemplo, ocorridos em 2008, estimativas indicam que um milhão e meio de pessoas foram despejadas e removidas. Na Copa de 2010 da África do Sul, muitas pessoas desalojadas de seu espaço de moradia foram concentradas em espaços com condições precárias de infraestrutura, cercado por arame farpado e apinhado de “casas” feitas com latas. Tais espaços ficaram conhecidos como “bairros de lata”.

Muit@s brasileir@s já sofrem com os impactos da “limpeza” urbana para os megaeventos. Na cidade do Rio, cerca de cento e vinte comunidades, no mínimo, estão listadas para serem removidas nos próximos dois anos. Em Belo Horizonte, 2.600 famílias das comunidades Vila da Luz e da Vila da Paz serão removidas em nome da “adequação de anel rodoviário”, cujo orçamento está calculado, inicialmente, em 800 milhões de reais (sem contemplar recursos para o processo de reassentamento das pessoas envolvidas). Além desses atentados contra as comunidades pobres, os megaeventos provocam o encarecimento dos imóveis e uma ampliação da especulação imobiliária, conforme indicações de estudos organizados pela *Relatoria da ONU para o Direito à Moradia digna*.

Perpassando todas essas ações do Estado e do capital imobiliário encontra-se a criminalização da pobreza e, por extensão, dos movimentos sociais organizados que mantêm a luta. Um produto dessa criminalização (que obteve

muita notoriedade - a ponto de ter sido incorporada no programa de governo da presidente Dilma) é a *Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)*, instalada em comunidades do Rio de Janeiro. Com as UPPs, o governo estadual (mediante a participação dos governos federal e municipal) busca instaurar um “corredor de segurança”, por intermédio de uma gestão policial/militar de determinados espaços urbanos, capaz de “garantir” os grandes negócios. Mas, na verdade, elas não representam apenas um padrão militarizado de segurança pública: além disso, representam também uma proposta de intervenção urbana, num tempo em que o “planejamento” consiste em “planejar” uma “cidade-empresa”.

Por isso, as UPPs são pilares do processo de “limpeza”, “higienização” de um modelo de cidade não apenas voltada aos negócios (especialmente, os megaeventos), mas gerida como um grande negócio. E por falar em negócios, a tão propalada “cidadania” – item da “política de segurança pública com cidadania” das UPPs – é, na verdade, uma cidadania pelo consumo e para o consumo. A cobrança de serviços como água e luz foi aceleradíssima. Diferente das obras infraestruturais e dos serviços públicos (como saúde, educação, coleta de lixo etc.) que caminham muito lentamente. E foram abertas linhas de créditos especiais, estimulando, abertamente, o endividamento das famílias, em nome de um modelo de cidadania consumista. Outros dois “efeitos-UPPs” a serem destacados dizem respeito à elevação súbita e intensa dos preços dos imóveis nas cercanias das comunidades (e no interior das próprias comunidades) e ao aumento da especulação imobiliária.

### O PAPEL DOS MILITANTES SOCIAIS

Em todo o país, cerca de 18 milhões de pessoas se cadastraram no programa MCMV. Podemos perceber que o governo mexeu no imaginário popular, criando grande expectativa no povo, principalmente entre a população mais pobre, que vive de aluguel ou de favor nas periferias.

Porém, mesmo se alcançar a meta de construir 1 milhão de moradias, o programa MCMV ainda deixará milhões de brasileir@s sem a moradia. Diante desse quadro, cabe às forças políticas combativas da sociedade, principalmente àquelas que estão em contato direto com a população pobre de periferia, esclarecer as limitações e as deficiências do programa MCMV.

Mas não basta esclarecer somente, é preciso envolver cada vez mais pessoas em torno de um novo projeto de cidade, no qual assegurar o direito à moradia a todos seja prioridade absoluta. Para isso é fundamental organização popular e luta.

Na verdade, considerando a força econômica e política que possuem a especulação imobiliária e a indústria da construção civil, nenhum governo será capaz de, por si próprio, garantir a produção de casas destinadas a estender a tod@s o direito à moradia. Somente a pressão popular sobre os governos é capaz de criar condições para acabar com a falta de moradia e, mais do que isso, garantir que o direito humano à cidade seja respeitado.

Por isso, a *Resistência Urbana* defende a bandeira *Minha Casa, Minha Luta!* Por isso, a *Resistência Urbana* pretende levar para todo o país a Campanha *Minha Casa, Minha Luta*, vinculando o debate da moradia à discussão mais ampla da Reforma Urbana, que aglutina outras demandas sociais, tais como saneamento básico; saúde pública, de acesso universal e gratuito; transporte público, no mínimo subsidiado; estímulo à cultura e ao lazer qualificados etc.

Para tal, serão preparados materiais de divulgação, cartilhas de formação, debates, assembleias comunitárias, comitês populares etc., conforme a organização em cada estado e cidade. Os intuitos básicos dessas iniciativas são o estímulo e a qualificação das mobilizações, lutas, ocupações nos estados em que a *Resistência Urbana* está organizada e em outros estados em que houver pessoas dispostas a aderir à *Campanha Minha Casa, Minha Luta*.

Para buscar maiores informações, entrar em contato com as organizações que fazem parte da *Resistência Urbana* no seu estado.

Faça parte dessa campanha! Organize um Comitê na sua comunidade!

(No final da cartilha estão os contatos de todas as organizações que constroem essa importante ferramenta da luta popular urbana nacional).



## REFORMA URBANA E A LUTA POR UMA OUTRA CIDADE

A *Resistência Urbana* entende que não basta a conquista da casa para termos uma cidade sustentável e acessível a tod@s. O direito à moradia é indispensável, mas a luta pela Reforma Urbana envolve muitas outras questões além da moradia.

É importante esclarecer de qual Reforma Urbana estamos falando, porque muitas autoridades e entidades também discursam sobre uma suposta reforma urbana para defender ações de governo que vão na contramão dos interesses dos trabalhadores.

A Reforma Urbana que defendemos é **estrutural, efetiva e popular**.

Estrutural porque passa pela superação das contradições estruturais da lógica de apropriação do espaço urbano. Ou seja, passa pelo fim da forma como o capitalismo se apropriou das cidades para transformá-las não apenas em espaço privilegiado de acumulação capitalista, mas também em objeto próprio dessa acumulação. Isso significa que a produção da cidade (grandes obras, por exemplo) passou a servir aos interesses da indústria da construção civil, da especulação imobiliária e o Estado capitalista se transformou no principal agente dessa lógica.

Efetiva porque passa pela efetivação dos direitos e garantias conquistados pela luta popular, que constam na legislação brasileira, mas ainda não foram efetivados. Como exemplo, o “direito à moradia”, a “função social da propriedade”, os instrumentos de política urbana etc.

Popular porque é uma Reforma Urbana orientada pelas necessidades concretas de milhões de homens e mulheres ainda excluídos da cidade que eles mesmos produzem cotidianamente com seu suor. E mais: debatida e conduzida por esses homens e mulheres segregados no espaço urbano.

Entretanto, é indispensável considerar que a efetivação da Reforma Urbana com as características acima mencionadas insere-se num processo mais amplo de transformação profunda das relações capitalistas de produção material e cultural.

Eis o grande desafio colocado para a *Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos* e todas as forças sociais que lutam por uma efetiva Reforma

Urbana e por um outro modelo de sociedade, radicalmente distinto do que está em vigor: um modelo socialista!

## CARTA DE PRINCÍPIOS DA RESISTÊNCIA URBANA – Frente Nacional de Movimentos

Vivemos num momento em que setores cada vez mais massivos e importantes da classe trabalhadora estão imersos na precariedade, sobrevivendo no espaço segregado das periferias urbanas. São milhões e milhões de desempregados, terceirizados, informais, enfim, espoliados e jogados fora pelo capital.

É preciso organizá-los para a luta, é preciso trazê-los para a construção de uma sociedade diferente, onde todos possam viver com dignidade. A RESISTÊNCIA URBANA – *Frente Nacional de Movimentos* pretende ser um instrumento para contribuir na construção dessa nova sociedade, socialista. A busca do socialismo é, portanto, nossa perspectiva mais fundamental.

Isso significa que para nós o socialismo não é a letra morta que se tornou no projeto de tantas organizações, construídas pelos trabalhadores, mas que terminaram por barganhá-lo em troca de cargos, votos e dinheiro. Entendemos e realizamos a perspectiva socialista como ligada à construção de poder popular, à organização dos trabalhadores em luta direta contra o Estado e o Capital. Da mesma forma, entendemos que implica autonomia política plena dos movimentos e organizações populares e a busca de auto-sustentação financeira.

Nesta Frente estão unificados movimentos que acreditam que só a luta pode mudar a vida. E que nosso desafio é estimular e desenvolver lutas que não estejam limitadas a uma única demanda específica dos trabalhadores – seja ela a moradia, infra-estrutura, trabalho ou qualquer outra. Buscamos articular e unificar todo um conjunto de demandas do povo pobre das periferias urbanas, a partir do princípio da unidade de classe.

No rumo de uma construção unificada das lutas da classe trabalhadora nossas decisões só são autênticas se forem coletivas e se levarem em conta a diversidade de nossa classe. Isto implica tanto uma forma democrática de debate e decisão quanto o combate a todas as formas de opressão – ao machismo, ao racismo, à homofobia e tantas outras que o capitalismo produz. A RESISTÊNCIA URBANA nasce enraizada na resistência negra, feminina, dos povos originários, enfim, em todas as formas de resistência popular.

Nossa Plataforma de intervenção é norteada por 4 eixos, que vemos hoje como os temas fundamentais de uma organização territorial urbana, que pretenda mobilizar os trabalhadores das periferias numa luta coerente por uma nova sociedade:

**3 Projeto Popular e Combativo de Reforma Urbana.**

**3 Direito à Moradia Digna.**

**3 Contra a Criminalização da Pobreza e das lutas sociais.**

**3 Direito ao Trabalho.**

A dinâmica da RESISTÊNCIA URBANA é a da construção coletiva, ampla e diversificada de uma alternativa nacional de unidade dos movimentos urbanos combativos do Brasil. Portanto, para além dos movimentos que deram os primeiros passos na realização desta proposta, seguimos abertos a todos aqueles que se identifiquem com os princípios que defendemos; aqueles que não se renderam ante as dificuldades que a realidade nos traz, mantendo-se em movimento, na luta por uma sociedade socialista.

*“Fazer do povo submisso um povo insurgente, fundir os muitos córregos numa torrente”.*

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO  
TERRA LIVRE – MOVIMENTO POPULAR DA CIDADE E DO CAMPO  
BRIGADAS POPULARES – MINAS GERAIS  
MOVIMENTO DE LUTA POPULAR – PARÁ  
MOVIMENTO DE MORADIA DIGNA – AMAZONAS  
MOVIMENTO DAS ÁREAS DE RISCO – AMAZONAS  
MOVIMENTO SEM-TETO INDEPENDENTE – AMAZONAS  
MOVIMENTO DE MORADIA POPULAR DE MANAUS - AMAZONAS  
MOVIMENTO HIP HOP QUILOMBO URBANO – MARANHÃO  
MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES – CEARÁ  
MOVIMENTO SEM-TETO DA BAHIA - BAHIA  
MOVIMENTO DAS FAMÍLIAS SEM-TETO – PERNAMBUCO  
MOVIMENTO URBANO DOS SEM-TETO – SÃO PAULO

**Contato das organizações que fazem parte da  
Resistência Urbana**

**MTST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO**

www.mtst.org  
mtst@riseup.net  
blog RJ – mtstrj.blogspot.com  
blog DF – mtstdf.blogspot.com  
Estados de atuação: SP / RJ / MG / DF / PE / AM / PA / RR / TO

**MLP – MOVIMENTO DE LUTA POPULAR – PARÁ**

mlp.pa.brasil@gmail.com

**MSTB – MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA**

www.mstb.org.br  
mstb@mstb.org.br

**BRIGADAS POPULARES – MG**

brigadaspopulares.blogspot.com  
brigadaspopulares@gmail.com  
Contato - (31) 3274-0337

**MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES – CEARÁ**

www.conselhospopulares.org.br

**MOVIMENTO HIP HOP QUILOMBO URBANO – MARANHÃO**

quilombourbano.blogspot.com  
quilombourbano@yahoo.com.br

**MPM – MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA – PARANÁ**

movpopmoradiapr@gmail.com

**MOVIMENTO DAS FAMÍLIAS SEM TETO – PERNAMBUCO**

Contatos - Manoel Rodrigues da Silva - (81) 8702-3646  
Ana Lúcia Alves Lins - (81) 8506-0291  
João José da Silva - (81) 8882-7845

**MUST – MOVIMENTO URBANO DOS SEM TETO – SP**

valdir\_martins@hotmail.com  
valrsb@gmail.com

**TERRA LIVRE – MOVIMENTO POPULAR DO CAMPO E DA CIDADE**

www.terralivre.org  
terralivre.nacional@gmail.com



## ANEXO V

### Panfleto da Polícia Militar

**INFORMAÇÃO**  
sobre a reintegração de posse

Será cumprida, em breve, ordem de reintegração de posse nas ocupações conhecidas como Mata do Isidoro / Zilah Sposito

A PMMG acompanhará oficiais de Justiça em cumprimento à Ordem Judicial de Reintegração de Posse nos terrenos ocupados na região conhecida como Mata do Isidoro / Zilah Sposito.

Sugere-se que mulheres grávidas, idosos, crianças e pessoas portadoras de necessidades especiais saiam do local, antes da reintegração, para preservar a integridade física e psicológica dos mesmos. A responsabilidade pela saúde dessas pessoas é do movimento.

As pessoas poderão sair, antecipadamente do local e retirar seus pertences, seguindo a orientação da Polícia Militar ou espontaneamente.

A PMMG estará no local, cumprindo sua missão constitucional, para garantir o poder de polícia administrativa dos oficiais de justiça que estarão na posse dos documentos necessários para fazer a reintegração.

A PMMG irá atuar dentro dos princípios fundamentais dos direitos humanos, especialmente na preservação da integridade física e mental de todos.

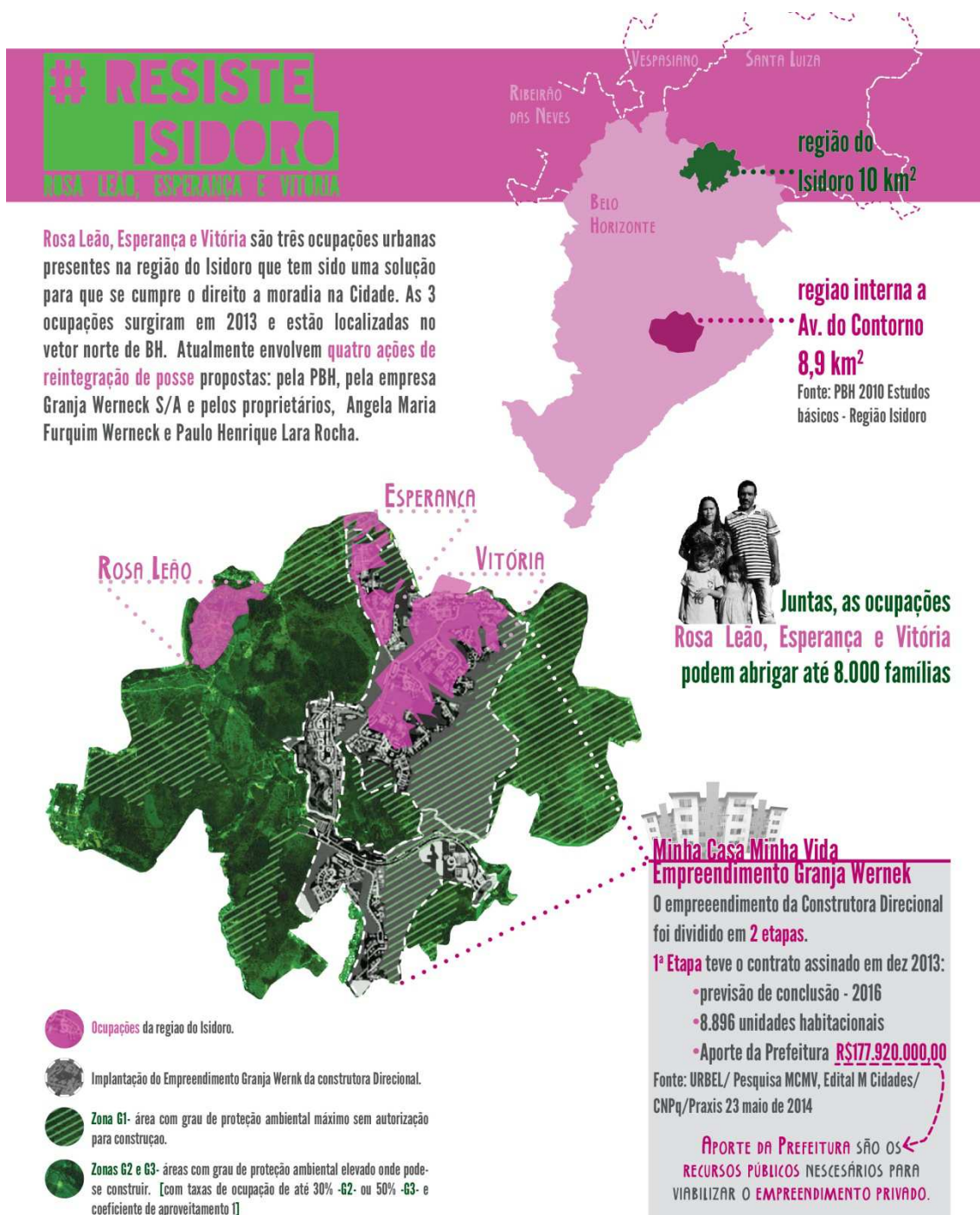
O objetivo principal da presença da PMMG será o de zelar pelo cumprimento da ordem judicial com total prioridade na observância à dignidade da pessoa humana.

**POLÍCIA MILITAR**  
DE MINAS GERAIS

Responsável para garantir a segurança e a integridade física de todos os presentes, assegurando a dignidade da pessoa.

**181**  
disque denúncia

## ANEXO VI - FLYER INDISCIPLINAR



[blog.indisciplinar.com/declaracao-de-apoio-ao-resiste-isidoro](http://blog.indisciplinar.com/declaracao-de-apoio-ao-resiste-isidoro) - [www.facebook.com/resisteisidoro](http://www.facebook.com/resisteisidoro)

INFOGRAFICO RESUMO DA DECLARAÇÃO DE APOIO AO #RESISTE ISIDORO PELO GRUPO DE PESQUISA **indisciplinar**  
grupo de pesquisa | CNPq - CAUFMG

14

14

Disponível

em:

<https://www.google.com.br/search?q=flyer+resiste+isidoro&biw=1309&bih=735&tbm=isch&imgil=4tNagjrCauPpcM%253A%253BXz->

243

## ANEXO VII

### Foto Tom Zé



15

---

1hyLwtYJ8yM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fblog.indisciplinar.com%25252Fdeclaracao-de-apoio-ao-resiste-isidoro%25252F&source=iu&pf=m&fir=4tNagjrCauPpcM%253A%252CXz-hyLwtYJ8yM%252C\_&usg=\_\_I9qYfFc77PchZZASTW8W1LVcyU%3D&ved=0CEoQyjc&ei=dwGQVaT7Acq7ggSGsYGgBA#imgrc=4tNagjrCauPpcM%3A&usg=\_\_I9qYfFc77PchZZASTW8W1LVcyU%3D. Acesso em: 25/05/2015.

<sup>15</sup> Foto retirada da página do #ResisteIsidoro no facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/photos/pb.515450615267587.-2207520000.1435500968./526767167469265/?type=3&theater>. Acesso em: 25/05/2015.

## Anexo VIII - Horta



16

<sup>16</sup> Horta nas ocupações da Izidora. Foto retirada do perfil do Facebook do ResisteIzidora. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/por-que-n%C3%A3o-%C3%A9-justa-a-proposta-da-construtora-direcional-para-as-fam%C3%ADlias-da-izi/688158141330166>. Acesso em: 01/06/2015.